REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

Órgão oficial do Conselho Nacional de Estatística
e da Sociedade Brasileira de Estatística, editado trimestralmente
pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

DIRETOR RESPONSÁVEL: WALDEMAR LOPES

AV. FRANKLIN ROOSEVELT, 166 — TELEFONES { Redação — 42-5294 / Assinaturas — 42-7142

Oficinas: AVENIDA DAS BANDEIRAS, 815 — TELEFONE 30-4747

ASSINATURA ANUAL: Cr$ 80,00

RIO DE JANEIRO — BRASIL

◈ ◈ ◈

SUMÁRIO

Octavio A L Martins

SÔBRE ALGUNS TÊRMOS DISCUTIDOS DO VOCABULÁRIO ESTATÍSTICO 385

Ernani Thimoteo de Barros

AS AGLOMERAÇÕES URBANAS NO BRASIL, SEGUNDO O CENSO DE 1950 391

VULTOS DA ESTATÍSTICA BRASILEIRA

DOMINGOS SOARES FERREIRA PENNA 431

DE ONTEM E DE HOJE

INFORMAÇÃO SÔBRE O SEXTO RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL 433

A ESTATÍSTICA NA AMÉRICA

O CENSO CANADENSE DE 1951 . 447

ESTUDOS E SUGESTÕES

ESTUDOS SÔBRE AS QUANTIDADES E OS PREÇOS DAS MERCADORIAS PRODUZIDAS OU NEGOCIADAS 449

INFORMAÇÕES GERAIS 473

BIBLIOGRAFIA 475

LEGISLAÇÃO 477

RESENHA 493

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

PRESIDENTE
GENERAL DJALMA POLLI COELHO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, criado pelo Decreto nº 24 609, de 6 de julho de 1934, é uma entidade de natureza federativa, subordinada diretamente à Presidência da República. Tem por fim, mediante a progressiva articulação e cooperação das três ordens administrativas da organização política da República e da iniciativa particular, promover e fazer executar, ou orientar tècnicamente, em regime racionalizado, o levantamento sistemático de tôdas as estatísticas nacionais, bem como incentivar e coordenar as atividades geográficas dentro do País, no sentido de estabelecer a cooperação geral para o conhecimento metódico e sistematizado do território brasileiro. Dentro do seu campo de atividades, coordena os diferentes serviços de estatística e de geografia, fixa diretivas, estabelece normas técnicas, faz divulgação, propõe reformas, recebe, analisa e utiliza sugestões, forma especialistas, prepara ambiente favorável às iniciativas necessárias, reclamando, em benefício dos seus objetivos, a colaboração das três órbitas de govêrno e os esforços conjugados de todos os brasileiros de boa vontade.

ESQUEMA ESTRUTURAL

A formação estrutural do Instituto compreende dois sistemas permanentes — o dos Serviços Estatísticos e o dos Serviços Geográficos, — e um de organização periódica — o dos Serviços Censitários

I — SISTEMA DOS SERVIÇOS ESTATÍSTICOS

O Sistema dos Serviços Estatísticos compõe-se do Conselho Nacional de Estatística e do Quadro Executivo

A — CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, órgão de orientação e coordenação geral, criado pelo Decreto nº 24 609, de 6 de julho de 1934, consta de:

1 Um **"Órgão Administrativo"**, que é a Secretaria-Geral do Conselho

2 **"Órgãos Deliberativos"**, que são: a *Assembléia-Geral*, composta dos membros da Junta Executiva Central, representando a União, e dos Presidentes das Juntas Executivas Regionais, representando os Estados, o Distrito Federal e o Território do Acre (reúne-se anualmente no mês de julho); a *Junta Executiva Central*, composta do Presidente do Instituto, dos Diretores das cinco Repartições Centrais de Estatística, representando os respectivos Ministérios, e de representantes designados pelos Ministérios da Viação e Obras Públicas, Relações Exteriores, Guerra, Marinha e Aeronáutica (reúne-se ordinàriamente no primeiro dia útil de cada quinzena e delibera "ad referendum" da Assembléia-Geral); as *Juntas Executivas Regionais*, no Distrito Federal, nos Estados e no Território do Acre, de composição variável, mas guardada a possível analogia com a J E C (reúnem-se ordinàriamente no primeiro dia útil de cada quinzena).

3 **"Órgãos Opinativos"**, subdivididos em *Comissões Técnicas*, isto é, "Comissões Permanentes" (estatísticas fisiográficas, estatísticas demográficas, estatísticas econômicas, etc) e tantas "Comissões Especiais" quantas necessárias, e *Corpo de Consultores-Técnicos*, composto de 36 membros eleitos pela Assembléia-Geral.

B — QUADRO EXECUTIVO (cooperação federativa):

1. **"Organização Federal"**, isto é, as cinco Repartições Centrais de Estatística — Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política (Ministério da Justiça), Serviço de Estatística da Educação e Saúde (Ministério da Educação), Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho (Ministério do Trabalho), Serviço de Estatística da Produção (Ministério da Agricultura) e Serviço de Estatística Econômica e Financeira (Ministério da Fazenda), e órgãos cooperadores: Serviços e Secções de estatística especializada em diferentes departamentos administrativos.

2 **"Organização Regional"**, isto é, as Repartições Centrais de Estatística Geral existentes nos Estados — Departamentos Estaduais de Estatística, e no Distrito Federal e no Território do Acre — Departamentos de Geografia e Estatística, mais os órgãos cooperadores: Serviços e Secções de estatística especializada em diferentes departamentos administrativos regionais

3 **"Organização Local"**, isto é, as Agências Municipais de Estatística, existentes em todos os Municípios, subordinadas administrativamente à Secretaria-Geral do C N E, através da respectiva Inspetoria Regional das Agências Municipais e, tècnicamente, ao Departamento Estadual de Estatística

II — SISTEMA DOS SERVIÇOS GEOGRÁFICOS

O Sistema dos Serviços Geográficos compõe-se do Conselho Nacional de Geografia e do Quadro Executivo

A — CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA, órgão de orientação e coordenação, criado pelo Decreto n.º 1 527, de 24 de março de 1937, consta de:

1 Um **"Órgão Administrativo"**, que é a Secretaria-Geral do Conselho

2 **"Órgãos Deliberativos"**, ou sejam a *Assembléia-Geral*, composta dos membros do Diretório Central, representando a União, e dos presidentes dos Diretórios Regionais, representando os Estados e o Território do Acre (reúne-se anualmente no mês de julho); o *Diretório Central*, composto do Presidente do Instituto, do Secretário-Geral do C N G, de um delegado técnico de cada Ministério, de um representante especial do Ministério da Educação e Saúde pelas instituições do ensino da Geografia, de um representante especial do Ministério das Relações Exteriores, de um representante do Govêrno Municipal da Capital da República e de um representante do C. N. E (reúne-se ordinàriamente no terceiro dia útil de cada quinzena); os *Diretórios Regionais*, nos Estados e no Território do Acre, de composição variável, mas guardada a possível analogia com o D C. (reúnem-se ordinàriamente uma vez por mês)

3 **"Órgãos Opinativos"**, isto é, *Comissões Técnicas*, tantas quantas necessárias, e *Corpo de Consultores-Técnicos*, subdividido em Consultoria Nacional, articulada com o D. C., e 21 Consultorias Regionais, articuladas com os respectivos D. R.

B — QUADRO EXECUTIVO (cooperação federativa):

1 **"Organização Federal"**, com um órgão executivo central, — o Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica — e órgãos cooperadores — Serviços especializados dos Ministérios da Agricultura, Viação, Trabalho, Educação, Fazenda, Relações Exteriores e Justiça, e dos Ministérios Militares (colaboração condicionada)

2 **"Organização Regional"**, isto é, as repartições e institutos que funcionam como órgãos centrais de Geografia nos Estados.

3. **"Organização Local"**, — os Diretórios Municipais, Corpos de Informantes e Serviços Municipais com atividades geográficas.

Sede do INSTITUTO: Av. Franklin Roosevelt, 166
RIO DE JANEIRO

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

CONSTITUIÇÃO DA JUNTA EXECUTIVA CENTRAL — *General Djalma Polli Coelho*, Presidente do I B G E e de seus dois Conselhos; *Rubens d'Almada Horta Pôrto*, representante do Ministério da Justiça e Negócios Interiores; *Carlos Alberto Gonçalves*, representante do Ministério das Relações Exteriores; *Durval Campelo de Macedo*, representante do Ministério da Guerra; *Manuel Pinto Ribeiro Espíndola*, representante do Ministério da Marinha; *Álvaro Barbosa*, representante do Ministério da Aeronáutica; *Affonso Almiro*, representante do Ministério da Fazenda; *Raul do Rêgo Lima*, representante do Ministério da Agricultura; *Moacir Malheiros Fernandes da Silva*, representante do Ministério da Viação e Obras Públicas; *Lauro Sodré Viveiros de Castro*, representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; *Alberto Martins*, representante do Ministério da Educação e Saúde

PRESIDENTES DAS JUNTAS EXECUTIVAS REGIONAIS — ACRE: *Raul Arantes Meira*, diretor do Departamento de Geografia e Estatística; AMAPÁ: *Raul Monteiro Valdez*, secretário do Govêrno; AMAZONAS: *Leopoldo Peres Sobrinho*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PARÁ: *Orion Cavalcante de Macedo Klautau*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; MARANHÃO: *Hipátia Damasceno Ferreira*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PIAUÍ: *José Lopes dos Santos*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; CEARÁ: *José Nascimento*, secretário da Fazenda; RIO GRANDE DO NORTE: *Adelbal França*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PARAÍBA: *Luis Periquito*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PERNAMBUCO: *Manoel Gomes Maranhão*, secretário de Agricultura, Indústria e Comércio; ALAGOAS: *Marcelo Aroucha*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; SERGIPE: *José Cruz*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; BAHIA: *Felipe Nery*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; MINAS GERAIS: *Romeu Jacob*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; ESPÍRITO SANTO: *Antônio Lugon*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; RIO DE JANEIRO: *Paulo Tavares da Gama*, secretário do Govêrno; DISTRITO FEDERAL: *Guaracy Lopes S Castro*, diretor do Departamento de Geografia e Estatística; SÃO PAULO: *Albano Ferreira Costa*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PARANÁ: *Alcides Vieira Arcoverde*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; SANTA CATARINA: *Roberto Lacerda*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; RIO GRANDE DO SUL: *Maurício Filchtiner*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; GOIÁS: *Geraldo Campos*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; MATO GROSSO: *Hermenegildo Pitaluga de Moura*, diretor do Departamento Estadual de Estatística

CONSULTORES-TÉCNICOS — A) Secções: I — **Estatística metodológica:** *Milton da Silva Rodrigues;* II — **Estatística matemática:** *Jorge Kafuri;* III — **Estatística cosmográfica:** *Lélio Gama;* IV — **Estatística geológica:** *Aníbal Alves Bastos;* V — **Estatística climatológica:** *Sampaio Ferraz;* VI — **Estatística territorial:** *Everardo Backheuser;* VII — **Estatística biológica:** *Vago;* VIII — **Estatística antropológica:** *Roquette Pinto;* IX — **Estatística demográfica:** *Giorgio Mortara;* X — **Estatística agrícola:** *Belo Lisboa;* XI — **Estatística industrial:** *Alde Sampaio;* XII — **Estatística dos transportes:** *Saturnino Braga;* XIII — **Estatística das comunicações:** *Cel Raul de Albuquerque;* XIV — **Estatística comercial:** *Lafaiette Belfort Garcia;* XV — **Estatística do consumo:** *Valentim Bouças;* XVI — **Estatística dos serviços urbanos:** *Luís Anhaia Melo;* XVII — **Estatística do serviço social:** *Monsenhor José Távora;* XVIII — **Estatística do trabalho:** *João Carlos Vital;* XIX — **Estatística atuarial:** *Lino de Sá Pereira;* XX — **Estatística educacional:** *Lourenço Filho;* XXI — **Estatística cultural:** *Fernando de Azevedo;* XXII — **Estatística moral:** *Alceu de Amoroso Lima;* XXIII — **Estatística dos cultos:** *Monsenhor Helder Câmara;* XXIV — **Estatística policial:** *José Gabriel Lemos Brito;* XXV — **Estatística judiciária:** *José Pereira Lira;* XXVI — **Estatística da defesa nacional:** *General Juarez Távora;* XXVII — **Estatística da organização administrativa:** *Luís Simões Lopes;* — XXVIII — **Estatística financeira:** *Eugênio Gudin;* XXIX — **Estatística política:** — *Luís Delgado* B) Representações: I — **Agricultura:** *Artur Tôrres Filho;* II — **Indústria:** *Euvaldo Lodi;* III — **Comércio:** *João Daudt d'Oliveira;* IV — **Trabalho:** *Oscar Saraiva;* V — **Imprensa:** *Paulo Filho;* VI — **Ensino:** *Anísio Spínola Teixeira;* VII — **Religião:** *Dom João da Mata*

COMISSÕES TÉCNICAS — I — **Comissão de Estatísticas Fisiográficas** — Organização federal: *José Veríssimo da Costa Pereira* e *Lúcio de Castro Soares;* organização regional: *Napoleão de Azevedo Maia* (Acre), *Helena Bastos* (Alagoas) e *Manuel Guedes de Araújo* (Bahia) II — **Comissão de Estatísticas Demográficas** — Organização federal: *Luiz Nunes Briggs* e *Alceu W Carvalho;* organização regional: *Raimundo Nonato de Almeida Gouveia* (Bahia), *Irene Teixeira de Freitas* (Paraná) e *Murilo Sales* (Minas Gerais) III — **Comissão de Estatísticas da Produção** — Organização federal: *Rubens Freitas* e *Dulce Matos Meurer;* organização regional: *José Mosqueira Pereira de Melo* (Minas Gerais), *Antônio de Assis Brasil* (Rio Grande do Sul) e *Olavo Batista* (São Paulo) IV — **Comissão de Estatísticas da Circulação** — Organização federal: *Luís Timotheo da Costa* e *Gláucia Weinberger;* organização regional: *Helena Penteado* (São Paulo), *José Santiago Prudente* (Sergipe) e *Idette Alvellos* (Mato Grosso) V — **Comissão de Estatísticas da Distribuição e Consumo** — Organização federal: *Armando Negreiros* e *Sérgio de Godói Magalhães Nunes;* organização regional: *Francisco Sanchez* (Rio de Janeiro), *Alfredo Valdetaro* (Espírito Santo) e *João Batista Guerra* (Rio Branco) VI — **Comissão de Estatísticas do Bem-Estar Social** — Organização federal: *Thomaz Russel Raposo* e *Lírio Paes Leme;* organização regional: *Américo de Oliveira Costa* (Rio Grande do Norte), *Frederico dos Reys Coutinho* (Distrito Federal) e *Nazira da Rocha Campos* (Pernambuco) VII — **Comissão de Estatísticas de Assistência Social** — Organização federal: *Alfredo de Oliveira Pereira* e *Elpídio Praxedes de Oliveira;* organização regional: *Carlos Mendonça* (Guaporé), *Maria José Monteiro Lobato* (Pernambuco) e *Ivo Maës* (Santa Catarina) VIII — **Comissão de Estatísticas Educacionais** — Organização federal: *Nelsina Coelho Leal* e *Maristela Fleury Ferro;* organização regional: *Clóvis Pena Teixeira* (Amapá), *Idelzuite Tavares Carneiro* (Ceará) e *Américo Pio de Almeida* (Rio Grande do Sul) IX — **Comissão de Estatísticas Culturais** — Organização federal: *Dênio Nogueira* e *Carmen Silva;* organização regional: *Odilon Nunes* (Piauí), *Leomax Falcão* (Paraíba) e *Eglantina de Souza* (Amazonas) X — **Comissão de Estatísticas Administrativas e Políticas** — Organização federal: *Mário Peçanha de Carvalho* e *Lineu Maria Vieira;* organização regional: *Maria das Dôres Fonseca* (Goiás), *Orion Klautau* (Pará) e *Cássio Reis Costa* (Maranhão)

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

Ano XII | OUTUBRO-DEZEMBRO DE 1951 | N.º 48

OCTAVIO A L MARTINS

(*Do Conselho Nacional de Pesquisas*)

SÔBRE ALGUNS TÊRMOS DISCUTIDOS DO VOCABULÁRIO ESTATÍSTICO *

EM seu número de janeiro-março de 1950, a REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA publicou um valioso trabalho [1] do Professor LOURIVAL CÂMARA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, anteriormente apresentado como contribuição ao *Statistical Vocabulary,* por ocasião do II Congresso Interamericano de Estatística realizado em Bogotá em janeiro de 1950. Desejo fazer aqui alguns comentários sôbre três dentre as análises de mais de sessenta expressões estudadas naquele trabalho. Como não tenho pràticamente objeções a fazer às demais, conclui-se que concordo com o Professor LOURIVAL CÂMARA em cêrca de 95% dos casos, o que mostra que nossas divergências são numèricamente muito pequenas.

A primeira dessas divergências se refere simplesmente ao seguinte argumento contra a palavra "biés", proposta para traduzir "bias": "Não nos parece acertado conceder prevalência à forma: "biés" constitui, a rigor, uma violentação às leis fundamentais da Gramática Histórica e será, sempre, um vocábulo não vernáculo, um corpo estranho." Quanto à minha opinião sôbre o assunto e ao histórico da introdução de "biés", devo esclarecer preliminarmente que tenho sempre usado *tendenciosidade* no sentido de "bias" (o que concorda com o ponto de vista do Professor LOURIVAL CÂMARA). Entretanto, na edição preliminar (de dezembro de 1948) do *Statistical Vocabulary*[2] foi sugerido o emprêgo da mesma forma "bias" nas quatro línguas do vocabulário. A propósito dessa sugestão, tive ocasião de fazer o seguinte comentário em carta de 10 de março de 1949, dirigida ao Sr. HALBERT L. DUNN, Secretário-Geral do Instituto Interamericano de Estatística, em resposta à circular em que foram pedidas opiniões sôbre os têrmos registrados na edição preliminar do trabalho:

"The need of a Portuguese equivalent to *bias* is distinctly felt by Brazilian statisticians, chiefly by those interested in sampling methods I had suggested the adoption of *tendenciosidade* to this end..... Your suggestion of using *bias* in the four languages is a very interesting one, but infortunately *bias* is not a Portuguese-looking word. On the other hand, *bias,* in the general sense of oblique, has equivalent French and Portuguese (and probably Spanish) words of same origin: *biais* and *viés.* The Portuguese word *viés* could be used to translate *bias* in the statistical sense. It might be changed to *biés* for statistical usage with the

[1] CÂMARA, LOURIVAL "Contribuição ao *Statistical Vocabulary*", REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, ano XI, n º 41, págs. 31-35 (janeiro-março de 1950)

[2] Inter American Statistical Institute. *Statistical Vocabulary* (*Preliminary edition*) Inter American Statistical Institute, Washington, 1948

* NOTA DA REDAÇÃO: O presente artigo foi modificado — quanto à apresentação gráfica (uso de maiúsculas, de itálico e de versalete; citação de bibliografia etc) — afim de ajustá-lo às normas da REVISTA

advantage of that — being a coined word — no current meaning would interfere with the statistical meaning. It would form *biesado* (adj.), *biesar* (v.), *biesadamente* (adv.) and the negatives *ausência de biês, não biesado, eliminar o biés* and *não biesadamente.*

"To be of practical utility, it should be accepted by at least a majority of Brazilian statisticians. Probably there would be a great deal of opposition to *biés* (as to any new word to translate *bias*) but I think that an able promotion by the Inter American Statistical Institute would overcome the resistance."

A sugestão que fiz (aliás sem grande entusiasmo) de ser adotada a expressão "biés" foi, como se vê, baseada justamente em se tratar de palavra genuìnamente portuguêsa, ao contrário de "bias", proposta na edição preliminar, e teve em consideração tanto a forma quanto o sentido lato da palavra. Não foi portanto sem grande espanto que a vi acusada de violentar as leis fundamentais da Gramática Histórica Ora, todos nós sabemos que na língua falada em Portugal não é infreqüente a troca do *b* pelo *v.* "Biés", embora não registrada nos dicionários, é palavra de fato existente na língua e nunca poderia ser acusada de vocábulo não vernáculo ou de corpo estranho. Sua adoção não seria mais que a apropriação pela estatística de uma forma não culta da palavra "viés", que já tem o mesmo sentido geral e a mesma etimologia que a palavra inglêsa "bias" e a palavra francêsa "biais". "Biés" teria sôbre *tendenciosidade* a vantagem de ser palavra mais curta e mais próxima da inglêsa "bias", mas tem a desvantagem de ser em estatística um neologismo sujeito às resistências previstas de início, que podem prejudicar sua aceitação geral.

A segunda divergência é sôbre a tradução de "random sampling". Diz o Professor LOURIVAL CÂMARA a respeito dêste caso: "O I.A.S.I. formula diversas sugestões, tais como *amostragem ao acaso, amostragem eqüiprovável, amostragem por seleção ao acaso, amostragem randômica* Esta última, da mesma forma que "biés", contraria o espírito do idioma português. Tanto *amostragem ao acaso* como *amostragem aleatória,* respondem claramente ao sentido de "random sampling"; dessas duas, a primeira merece a nossa preferência, notadamente, ainda, se se adotar "muestra al azar", em Espanhol, e "echantillonage au hasard", em Francês."

Minha principal objeção a *amostragem ao acaso,* conforme já tive ocasião de externar[3] é justamente baseada no fato de *não* corresponder claramente ao sentido de "random sampling". Quando, por exemplo, se pede a uma pessoa, não iniciada nas técnicas de amostragem, para tirar *ao acaso* algumas maçãs de um cesto, essa pessoa tira mesmo as maçãs ao acaso e não randômicamente, isto é, tira uma amostra *qualquer,* a primeira que lhe dá na veneta, e não uma amostra na qual todos os elementos do grupo tenham probabilidades iguais e independentes de ser incluídos, o que constitui a definição estatística de amostra randômica. Dá, aliás, certo trabalho convencer as pessoas que se iniciam no estudo de estatística que uma "amostra ao acaso" não deve ser uma amostra tirada ao acaso, e sim uma amostra selecionada de acôrdo com técnicas bem definidas e às vêzes de difícil aplicação. Além disso, a expressão *ao acaso* não se presta fàcilmente à formação de derivados como *randomicidade, randômicamente, randomizar, randomização,* etc., de uso freqüente na teoria da amostragem. *Amostragem eqüiprovável,* embora pouco usada, constituiria a meu ver forma mais defensável, mas seria desaconselhável procurar forçar sua adoção quando a expressão *amostra randômica* reúne tôdas as vantagens a seu favor.

[3] MARTINS, OCTAVIO A. L "Sôbre o coeficiente de correlação bisserial", REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, ano VII, n° 28, págs 713-762 (outubro-dezembro de 1948) (Vêr o glossário, págs 753-760)

Quando escrevi acima que *amostra randômica* reúne tôdas as vantagens a seu favor, esqueci-me da tal história do espírito do idioma português e das leis fundamentais da Gramática Histórica. Neste terreno estou lamentàvelmente muito desarmado para argumentar, mas posso chamar em meu apoio um mestre eminente entre os mais eminentes mestres da língua portuguêsa: M. SAID ALI. Desejaria transcrever sôbre o caso todo o capítulo "O purismo e o progresso da língua portuguêsa" de seu livro recentemente publicado em quarta edição[4]. Limito-me a citar alguns trechos mais expressivos de vários pontos dêsse capítulo.

"Com a expansão natural do vocabulário, conseqüência inevitável do progresso intelectual e material e do contacto com outras nações, mal se concilia a doutrina que defende a pureza da linguagem. Não é justa nem lógica no conceder ou negar entrada a inovações que venham a suprir faltas reais ou supostas." (pág. 278.)

"As idéias modernas reclamam novos vocábulos para a sua expressão, e é de todo impossível escrever um capítulo sôbre hodiernas instituições sociais ou políticas sem recheá-lo de neologismos criados ou vulgarizados nestes últimos cem anos. Os clássicos portuguêses, se hoje ressuscitassem, precisariam, para entender-nos, do auxílio de um elucidário de milhares de palavras." (pág. 281)

"Veio, porém, no século XVIII, a campanha exagerada contra o que o idioma vinha recebendo da civilização de França. Desorientaram-se então os críticos sôbre a noção de classicismo e deram ao vocábulo "pureza" a estreita e absurda acepção de linguagem que se contenta e satisfaz, durante trezentos ou quatrocentos anos consecutivos, com elementos domésticos e vocabulário recebido dos escritores da renascença... Mas a língua portuguêsa, apesar das extravagâncias e caprichos de alguns, e das torturas que padeceu, continuou lentamente a progredir como dantes." (págs. 297/298.)

Estas sensatas reflexões, relativas à linguagem comum ou à literária, aplicam-se ainda com mais vigor à linguagem técnica e científica, cujas exigências especiais tornam perfeitamente descabidas as idéias de xenofobia lingüística. Bem sei que há muitas autoridades em nossas letras gramaticais que pensam de modo diferente e que desejariam ver a língua portuguêsa transformada num idioma fóssil, em situação muito diferente da posição do inglês, cuja vitalidade e poder de expansão é pelo menos em parte atribuível à extraordinária facilidade com que assimila em seu vocabulário palavras de tôdas as línguas com que entra em contacto. A tais "autoridades" poder-se-ia aplicar o epigrama em que são tratadas de "petits grammairiens, grands percepteurs de sots, qui pèsent les paroles et mesurent les mots..."

Perdoe-me o Professor LOURIVAL CÂMARA o calor com que contrario seus argumentos, mas confesso que o purismo de linguagem me irrita profundamente quando vai ao extremo de traduzir até mesmo nomes próprios, levando certas pessoas a escrever *Nova Iorque* por *New York* e coisas que tais, embora ficassem provàvelmente perplexas se encontrassem *Fleuve de Janvier* ou *Beautiful Horizon* em mapas do Brasil editados no estrangeiro.

O terceiro ponto a discutir é o comentário à tradução de "statistic": "Ao invés do têrmo sugerido, *estatística,* que pode motivar confusões, é preferível *estimativa de um parâmetro*." Se, antes de R. A. FISHER ter introduzido a palavra "statistic", alguém tivesse consultado minha opinião sôbre o assunto, ter-lhe-ia apresentado justamente o argumento do Professor LOURIVAL CÂMARA de que seria preferível outra palavra para evitar confusões com os diversos sentidos da palavra *estatística,* que já

[4] SAID ALI, M. *Dificuldades da Língua Portuguêsa* (4ª edição) Livraria Acadêmica, Rio de Janeiro, 1950.

dão lugar a muitas incompreensões. Hoje, a palavra "statistic", com o sentido especial que FISHER lhe deu, já está implantada na literatura estatística inglêsa que domina incontestàvelmente o terreno, a ponto de serem escritos originalmente em inglês tratados como *Mathematical Methods of Statistics* (do escandinavo HAROLD CRAMÉR), publicado na Suécia.[5] Assim sendo, como ninguém que queira conhecer estatística teórica poderá ignorar a nomenclatura anglo-americana, julgo que haverá menor mal em aceitar a palavra *estatística* com êste novo sentido do que em tentar eliminá-la, sobretudo para substituí-la por uma perífrase que levaria a freqüentes ambigüidades ou a ginásticas de redação. Como seria traduzida, por exemplo, a expessão "ancillary statistic", empregada por FISHER para designar valores como o número de casos de uma amostra? *Estimativa ancilar de um parâmetro* seria evidentemente expressão imprópria, pois não se trata absolutamente de uma estimativa. Qualquer valor numérico obtido a partir de uma amostra é uma estatística, e embora seu interêsse seja em geral a estimativa de determinado parâmetro de uma população, pode às vêzes servir simultâneamente como estimativa de vários parâmetros, ou pode não se destinar à avaliação de parâmetro algum.

Constituem êstes três pontos as únicas divergências essenciais que tenho em relação aos pronunciamentos do Professor LOURIVAL CÂMARA sôbre as numerosas palavras de sua lista Entretanto, já que estou tratando do assunto, quero aproveitar a oportunidade para escrever algumas notas sôbre a primeira edição do *Statistical Vocabulary,* publicada já em face dos resultados do II Congresso Interamericano de Estatística.[6]

De um modo geral e sob os aspectos que posso apreciar, julgo trabalho excelente, e minhas principais objeções se referem exatamente aos dois últimos pontos acima discutidos. Vale porém a pena falar ainda de algumas expressões adotadas como tradução portuguêsa dos têrmos inglêses da *Lista principal,* bem como de algumas lacunas mais importantes. São os seguintes os têrmos em questão (exclusão feita dos compostos de "bias", "random" e "statistic").

array: (No sentido de linha ou coluna de quadro de correlação ou de qualquer quadro de dupla entrada.) Cabe registrar a tradução *fila,* não constante do vocabulário por não ter incluído êste sentido de "array".

consistent statistic: (Ver o que ficou dito acima sôbre "statistic".) Quanto à expressão completa, talvez seja preferível *estatística coerente* em vez de *estatística consistente* (não obstante sua aproximação com a forma inglêsa) porque não damos à palavra *consistente* o sentido de *não contraditório* que os inglêses lhe atribuem.

criterion of maximum likelihood: A tradução *critério do máximo de verossimilhança* seria aceitável, mas é sem dúvida preferível adotar-se *critério da máxima verossimilhança,* já usual e semelhante à expressão corrente *critério dos mínimos quadrados.* Note-se que mais adiante a *Lista principal* registra "maximum of likelihood", forma quase nunca empregada pelos inglêses ou americanos, que usam de preferência "maximum likelihood".

cycle: Dever-se-á também aceitar a tradução *ciclo,* além de *camada.*

distribution function: É expressão de divulgação relativamente recente na literatura estatística e sua origem é a "fonction de répartition" dos matemáticos franceses. Para evitar confusão com o conceito de

---

[5] CRAMÉR, HAROLD *Mathematical Methods of Statistics* Uppsala: Almqvist & Wiksells, 1945. (Há também reprodução em "offset" publicada no ano seguinte pela "Princeton University Press")

[6] Inter American Statistical Institute *Statistical Vocabulary* (First edition) Inter American Statistical Institute, Washington, 1950

função de freqüências de uma distribuição (ou de curva de distribuição de freqüências), e em homenagem aos mestres do cálculo das probabilidades, parece preferível empregar *função de repartição* em vez de *função de distribuição*.

J-shaped distribution: O vocabulário não registra esta expressão, cuja tradução adequada seria *distribuição em J*.

k-statistics: Apesar de sua importância, o vocabulário não registra esta expressão. Para traduzi-la, já tive oportunidade de propôr o têrmo *fisherianas*[7] em homenagem a R. A. FISHER, e para evitar a tradução direta, *estatísticas k*, pouco eufônica.

percentile rank (ou **centile rank**): O vocabulário não registra esta expressão, cuja tradução adequada seria *ordem centil*.

quantile: O vocabulário não registra êste têrmo, cuja tradução seria *quantil*.

random variable: Embora advogue *randômico* para tradução de "random" e seus compostos, no caso especial de "random variable" julgo preferível, de acôrdo com a origem francesa, a tradução *variável aleatória* (que é a registrada no vocabulário) pois aqui não se trata pròpriamente de uma variável randômica, e sim de uma variável associada a determinada função de probabilidades. (Uma variável randômica deveria ser uma quantidade que variasse randômicamente, isto é, uma variável aleatória associada a uma função retangular de probabilidades, o que seria apenas um caso particular) Se não existisse a tradução francesa, poderiam ser adotadas formas como *variável estatística* ou *variável estocástica*.

reliability: A tradução *fidedignidade* cabe perfeitamente quando se trata da fidedignidade de uma fonte de informações ou de um dado estatístico (isto é, do grau de confiança que se lhes pode atribuir). Em expressões como "sampling reliability", "test reliability" ou "reliability of a measuring instrument", a tradução adequada é *precisão*, já usada em física para caracterizar a maior ou menor amplitude dos erros acidentais dos processos de medida.

sequential analysis: Já que o vocabulário adota *amostragem seqüencial* para traduzir "sequential sampling", deverá adotar também *análise seqüencial* para traduzir "sequencial analysis".

U-shaped distribution: O vocabulário não registra esta expressão, cuja tradução adequada seria *distribuição em U*.

Desejo concluir êstes breves comentários formulando o voto de que se torne realidade, em futuro próximo, a publicação do dicionário de têrmos estatísticos em quatro línguas, mencionada no prefácio do *Statistical Vocabulary* como uma das finalidades visadas pelo "Inter American Statistical Institute". Para que seja realmente útil, deverá ser bem mais compreensivo que o de KURTZ e EDGERTON[8] e registrar quando necessário, além das definições verbais, as fórmulas matemáticas que constituem definições muito mais precisas. Deverá conter também referências bibliográficas que remetam o leitor aos tratados e memórias originais onde poderão ser encontradas informações mais detalhadas sôbre os conceitos definidos.

*

* *

NOTA: Os comentários acima foram escritos antes da publicação do novo artigo do Professor LOURIVAL CÂMARA sôbre vocabulário estatístico, aparecido na REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, em seu

[7] *Op cit*, nota 3 (pág. 756)

[8] KURTZ, ALBERT K. e HAROLD A EDGERTON *Statistical Dictionary of Terms and Symbols*, John Wiley and Sons, New York, 1939.

número datado de outubro-dezembro de 1950, mas só publicado em fins de 1951 [9] Além de importante contribuição para o aperfeiçoamento e preenchimento de lacunas do *Statistical Vocabulary,* volta o autor aos termos *randômico* e *biés* (ou *viés*) que são vigorosamente combatidos.

A respeito de *biés* diz êle, entre outras coisas: "De outra parte, "biés" é palavra que não encontra qualquer sustentáculo técnico ou filológico Que é "biés" em português? Um Quasímodo apenas, que viveria entre tôrres silenciosas e sepulcrais, a odiar a sua própria criação teratológica. E por que essa norte-americanização forçada, quando a riqueza e a plasticidade do português contraindicam semelhante processo? Deixemos que o Brasil importe muita coisa dos Estados Unidos, mas evitemos, a todo preço, a importação de "biés" e de gravatas..." (pág 582)

A própria veemência do ataque leva a crer que se trata de uma reação predominantemente emocional à inclusão de *biés* no *Statistical Vocabulary* como tradução de "bias". Pessoalmente, não tenho grande simpatia pela expressão, mas reconheço que apresenta diversas vantagens de fundo e de forma. De qualquer modo, não se trata evidentemente de um Quasímodo de importação americana, destinado a viver entre tôrres silenciosas e sepulcrais, pois já vive e passa muito bem nas terras claras de Portugal como forma popular de *viés,* que traduz exatamente "bias" em seu sentido amplo. Pode ser que haja da parte do Professor LOURIVAL CÂMARA e de outros especialistas brasileiros uma antipatia instintiva à pronúncia popular de certas regiões de Portugal, e que essa antipatia torne inviável a adoção da palavra Será isto uma questão de gôsto que não pode ser discutida com argumentos racionais, mas a nota de redação, na pág. 582 do artigo, indica que o ponto de vista do autor não é, pelo menos, unânime.

Em relação ao outro têrmo, declara o Professor LOURIVAL CÂMARA que o *Statistical Vocabulary* "inclui, como se fôra "neologismo", o esquisito "randômico", que não conseguiria, há tempos, sobreviver ao contacto, por pouco embora, com a luz solar; daí o seu recesso à escuridão, como Quasímodo, onde encontrará "biés", companheiro na excentricidade.. " (pág 588). Não indica o autor porque acha *randômico* esquisito. Se esquisito está empregado no sentido de *extravagante,* é também uma questão de gôsto pessoal, mas se está empregado no sentido de *raro,* é evidente que *randômico* deixará de ser esquisito se vier a ser adotado, caso em que passaria, a meu ver, a prestar grandes serviços à terminologia estatística brasileira. O que lhe falta é justamente um pouco de luz solar para tornar-se suficientemente conhecido e aceito pelas vantagens que apresenta. Em relação ao assunto, nota-se aliás uma evolução no pensamento do autor, pois já reconhece que a expressão *ao acaso* "não é totalmente adequada" (pág. 588), enquanto que no seu primeiro artigo considerava que *amostra ao acaso* correspondia claramente ao sentido de "random sampling". O principal argumento agora apresentado a favor da expressão *ao acaso* é seu paralelismo com as expressões correspondentes em Francês e Espanhol, argumento relativamente fraco porque os têrmos empregados nessas línguas correspondem a *azar* e não a *acaso,* e porque em estatística a analogia com a terminologia inglêsa é muito mais importante que com a francêsa ou espanhola. O reconhecimento de que *ao acaso* não é (sob o ponto de vista estatístico) tradução adequada de "random" será suficiente para dar ganho de causa a *randômico,* a não ser que a xenofobia lingüística faça preferir *eqüiprovável* ou algum outro têrmo com vantagens semelhantes.

[9] CÂMARA, LOURIVAL. "Leve Contribuição ao Vocabulário Brasileiro de Estatística", REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, ano XI, n.º 44, págs 579-602 (outubro-dezembro de 1950).

ERNANI THIMOTEO DE BARROS

(Do Laboratório de Estatística da Secretaria-Geral do C N E)

AS AGLOMERAÇÕES URBANAS NO BRASIL, SEGUNDO O CENSO DE 1950 [1]

SUMÁRIO: 1. Introdução — 2 Resultados gerais para o Brasil — 3. Distribuição do número de Municípios, segundo a proporção do número de habitantes registrados em aglomerações urbanas. — 4 Aglomerações urbanas, segundo o número de habitantes. Relação das grandes aglomerações. — 5. Resultados gerais para as Regiões Fisiográficas. — 6. Resultados gerais para as Unidades da Federação. — 7. População das aglomerações urbanas em 1940 e em 1950. — 8. Recapitulação.

1 Indicou o Professor GIORGIO MORTARA, em artigo publicado na *Revista Brasileira dos Municípios,* [2] como poderiam ser aproveitados os resultados da apuração do Censo Demográfico de 1940 para o estudo da discriminação aproximativa da população do Brasil nas categorias urbana e rural

O critério que tinha sido adotado na apuração daquele censo, que é, em princípio, o mesmo que vem de ser seguido no de 1950, é o de classificar como urbana ou rural a população presente em quadros delimitados pela administração municipal como sendo urbanos ou rurais A administração municipal, no entanto, nem sempre respeitou, no delimitar essas áreas, as condições — que são muitas e que estão ainda sujeitas, em parte, a controvérsias — que caracterizam uma aglomeração urbana Houve casos, mesmo, em que foi arbitràriamente delimitada uma área que em virtude de suas características poderia vir a ser ocupada por uma aglomeração urbana, mas que por ocasião da delimitação não o era, e que, no entanto, foi apresentada como "quadro urbano" Observou-se, por exemplo, que havia, em 1940, 471 distritos cuja população do quadro urbano não ultrapassava 100 habitantes Não havia, portanto, de acôrdo com o conceito demográfico da expressão, aglomerações urbanas nessas áreas, em vista simplesmente do número muito baixo de habitantes Verificou-se que dêsses 471 distritos, 69 não tinham nenhum habitante no quadro urbano

A discriminação rigorosa das duas categorias exigiria uma pesquisa quase impraticável São muitos os fatôres que seria preciso considerar Realizada essa discriminação, teria de ser periòdicamente revista em virtude da tendência geral no sentido da urbanização observada em todos os países Uma zona rural hoje deverá talvez ser classificada como urbana amanhã A zona urbana de hoje tende em geral a expandir-se absorvendo parte da zona rural Uma grande aglomeração em cujas proximidades haja hoje certo número de pequenas aglomerações pode, no futuro, agregá-las, passando juntas a constituir uma só aglomeração, por ter deixado de existir a separação que havia entre elas de uma zona de habitações esparsas Uma pequena aglomeração, em virtude de possibilidades potenciais de exploração industrial, com o início dessa exploração tem o seu ritmo de crescimento acelerado, passando a absorver áreas antes rurais, originando-se uma mudança na composição segundo ramos de atividades da população É desnecessário que sejam citados outros exemplos das dificuldades de uma discriminação com mais rigor das duas categorias de população e da necessidade de ser renovada periòdicamente essa discriminação

---

[1] Estudo compilado no Laboratório de Estatística do Conselho Nacional de Estatística

[2] "Observações sôbre a discriminação da população urbana no censo de 1940" (N º 9, Ano III, págs 20 a 55)

No artigo citado, é sugerido, para se obter uma discriminação mais satisfatória do que a imediatamente obtida pela classificação adotada na apuração do recenseamento, que se considere urbana a população dos quadros urbano e suburbano de um distrito *sòmente* quando fôr superior a certo limite, tendo sido indicado o de 5 000 habitantes. Êsse limite exclui grande parte de populações com características rurais que ficariam incluídas se o limite fôsse mais baixo, não excluindo, senão raramente, nenhum agrupamento de habitantes que apresente efetivamente as características de uma aglomeração urbana

No presente trabalho, dedicado à análise das aglomerações urbanas em 1950, adota-se o mesmo critério convencional Denominar-se-á, com as reservas já expostas, "população das aglomerações urbanas" à população registrada nesses quadros

O Serviço Nacional de Recenseamento, com a publicação da *Sinopse Preliminar do Censo Demográfico* (de 1 º de julho de 1950), tornou conhecida a população dos quadros urbano e suburbano dos distritos quando essa população ultrapassava o limite de 5 000 habitantes

No interpretar os resultados expostos nesta *Sinopse* cumpre levar em consideração que êles incluem as pessoas residentes no domicílio recenseado, inclusive aquelas que eventualmente dêle se achavam afastadas, bem como as não residentes que se achavam presentes no domicílio recenseado

Os documentos de coleta referentes ao Município de Aripuanã, do Estado de Mato Grosso, não chegaram à sede do Serviço Nacional de Recenseamento, não se conhecendo, portanto, sua população, nem se ela apresenta alguma aglomeração com mais de 5 000 habitantes

A *Sinopse* apresenta a população da Serra dos Aimorés, em litígio, entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, sem discriminação segundo a divisão territorial nem segundo a situação urbana ou rural do domicílio

Não consta das tabelas apresentadas no presente estudo o Território de Fernando de Noronha, por não haver neste Território nenhuma aglomeração urbana A população dêsse Território, que foi criado ùnicamente no interêsse da defesa nacional, atinge apenas 648 habitantes em 1950

* * *

2 De acôrdo com os resultados preliminares do Censo Demográfico de 1 º de julho de 1950,[3] havia, no Brasil, 488 aglomerações urbanas de mais de 5 000 habitantes, nas quais foram registrados 14 267 686 habitantes, ou seja, 27,19% da população do País Estavam essas aglomerações localizadas em 450 Municípios,[4] cuja população total atingia 26 499 269 habitantes; portanto, a população das aglomerações acima referidas, isto é, a das com número de habitantes superior a 5 000, em relação à dos Municípios em que estavam localizadas, corresponde à proporção de 53,84%.

* * *

[3] Omite-se de agora em diante a data a que se referem os dados comentados, visto que sòmente no § 7 º expor-se-ão dados relativos a data diversa de 1 º de julho de 1950, sendo a data neste caso sempre indicada

[4] Havia, nessa ocasião, no Brasil, 1 890 Municípios, exclusive os compreendidos na Região da Serra dos Aimorés, território em litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo Não é ainda conhecida a população registrada do Município de Aripuanã, no Estado de Mato Grosso.

3. Dentre os 450 Municípios, nos quais estão localizadas aglomerações urbanas, a grande maioria apresenta proporções da população das aglomerações urbanas, em relação à população total do respectivo Município, inferiores a 50% São em número de 338 êstes Municípios e correspondem a 75,11% do total Em 64 Municípios, isto é, 14,22%, esta proporção fica entre 50 e 70%; em 34, isto é, 7,56%, fica entre 70 e 90%.

Em 12 Municípios, isto é, 2,67% esta proporção ultrapassa 90%, mas não atinge 100%. Em quase todos êsses, a população da aglomeração urbana do distrito-sede ultrapassa 100 000 habitantes Dez dêles são Municípios de Capitais. O que apresenta a proporção mais elevada é o de Recife (97,75%), seguindo-se a êste os de Vitória (97,70%), Santos (97,50%), Rio de Janeiro (96,80%), Belo Horizonte (96,09%), Pôrto Alegre (95,20%), Belém (94,18%), Salvador (93,36%), São Paulo (92,78%), São Caetano do Sul (92,69%), Natal (91,98%) e Niterói (91,79%)

Em 2 Municípios, não havia população rural, São João de Meriti e Nilópolis, ambos do Estado do Rio de Janeiro, mas estreitamente dependentes da influência econômica do Distrito Federal

Discrimina-se abaixo, por classes menos amplas, o número dos Municípios com aglomerações urbanas, segundo a proporção da população dessas aglomerações na população total. Esta proporção, discriminadamente para cada Município, bem como a respectiva população das aglomerações urbanas e total, consta da Tabela I

PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO %	NÚMERO DE MUNICÍPIOS	
	Dados absolutos	Dados percentuais
Até 9,99	10	2,22
10,00 a 19,99	80	17,78
20,00 a 29,99	100	22,22
30,00 a 39,99	79	17,56
40,00 a 49,99	69	15,33
50,00 a 59,99	37	8,22
60,00 a 69,99	27	6,00
70,00 a 79,99	21	4,67
80,00 a 89,99	13	2,89
90,00 a 99,99	12	2,67
100.	2	0,44
TOTAL	**450**	**100,00**

TABELA I

BRASIL

Aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes, em 1.º de julho de 1950, segundo as Unidades da Federação; sua população em cifra absoluta e em relação à população total dos respectivos Municípios [5]

UNIDADE DA FEDERAÇÃO MUNICÍPIO		POPULAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (a)	POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO (b)	100 a/b (c)
Guaporé				
Pôrto Velho		10 205	27 545	37,05
Acre				
Rio Branco		9 592	28 690	33,43
Amazonas				
Manaus		110 678	142 372	77,74
Parintins		5 943	33 150	17,93
Itacoatiara		5 275	29 700	17,76
Rio Branco				
Boa Vista		5 125	16 456	31,14
Pará				
Belém	(6)	245 452	260 608	94,18
Santarém		14 604	61 611	23,70
Abaetetuba		5 705	37 369	15,27
Bragança		5 580	58 222	9,58
Soure		5 433	17 926	30,31
Vigia		5 408	24 549	22,03
Amapá				
Macapá		10 094	21 103	47,83
Maranhão				
São Luís	(7)	95 795	121 917	78,57
Caxias		14 846	108 310	13,71
Pedreiras		7 450	59 840	12,45
Codó		6 159	60 098	10,25
Rosário		5 425	25 104	21,61
São Bento		5 253	27 630	19,01
Coroatá		5 060	36 363	13,92
Viana		5 054	23 045	21,93
Piauí				
Teresina		53 425	93 352	57,23
Parnaíba		30 900	50 426	61,28
Floriano		9 588	34 677	27,65
Campo Maior		7 056	40 131	17,58

[5] Reuniram-se à aglomeração urbana do distrito-sede as aglomerações urbanas de outros distritos do mesmo Município, quando estas últimas ultrapassavam a cifra de 5 000 habitantes. Observe-se também que houve casos em que se apresentou, não a população da aglomeração urbana do distrito-sede, porque esta não atingia a cifra acima referida, mas sim a população das aglomerações urbanas de outros distritos, do mesmo Município, que satisfaziam aquela condição.

[6] Inclusive a população das aglomerações urbanas dos distritos de Icoraci (8 638 habitantes) e Mosqueiro (6 633 habitantes).

[7] Inclusive a população das aglomerações urbanas dos distritos de Anil (8 757 habitantes) e Ribamar (5 606 habitantes).

TABELA I (continuação)

BRASIL

Aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes, em 1.º de julho de 1950, segundo as Unidades da Federação; sua população em cifra absoluta e em relação à população total dos respectivos Municípios [5]

UNIDADE DA FEDERAÇÃO MUNICÍPIO	POPULAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (a)	POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO (b)	100 a/b (c)
Ceará			
Fortaleza	(8) 245 175	280 084	87,54
Juàzeiro do Norte	42 703	56 904	75,04
Sobral	23 003	71 121	32,34
Crato	16 030	48 503	33,05
Iguatu	10 348	42 302	24,46
Aracati	9 123	37 443	24,37
Camocim	8 540	34 323	24,88
Crateús	7 615	34 562	22,03
Ipu	5 957	37 640	15,83
Russas	5 599	34 233	16,36
Baturité	5 563	38 848	14,32
Maranguape	5 467	41 719	13,10
Quixadá	5 440	61 412	8,86
Senador Pompeu	5 272	25 538	20,64
Missão Velha	5 039	32 832	15,35
Rio Grande do Norte			
Natal	97 736	106 254	91,98
Mossoró	20 576	41 896	49,11
Caicó	8 231	25 053	32,85
Macau	7 726	23 921	32,30
Areia Branca	7 643	15 981	47,83
Currais Novos	5 451	28 857	18,89
Açu	5 299	27 608	19,19
Ceará-Mirim	5 298	26 129	20,28
Nova Cruz	5 267	27 842	18,92
Paraíba			
João Pessoa	(9) 97 725	120 857	80,86
Campina Grande	73 835	176 132	41,92
Mamanguape	(10) 26 793	84 118	31,85
Santa Rita	(11) 20 943	43 834	47,78
Patos	14 144	50 232	28,16
Cajàzeiras	10 025	31 268	32,06
Guarabira	9 824	81 904	11,99
Itabaiana	8 812	38 896	22,66
Sapé	7 641	47 749	16,00
Esperança	7 076	24 351	29,06
Alagoa Grande	7 033	30 020	23,43
Pombal	5 054	50 665	9,98
Pernambuco			
Recife	522 466	534 468	97,75
Caruaru	44 595	103 785	42,97
Jaboatão	(12) 40 234	57 994	69,38
Olinda	38 981	63 418	61,47

[8] Inclusive a população das aglomerações urbanas dos distritos de Parangaba (25 239 habitantes) e Antônio Bezerra (6 332 habitantes)

[9] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Cabedelo (6 872 habitantes)

[10] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Rio Tinto (20 352 habitantes).

[11] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Bayeux (8 083 habitantes)

[12] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Muribeca dos Guararapes (5 446 habitantes)

TABELA I (continuação)

BRASIL

Aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes, em 1.º de julho de 1950, segundo as Unidades da Federação; sua população em cifra absoluta e em relação à população total dos respectivos Municípios [5]

UNIDADE DA FEDERAÇÃO MUNICÍPIO	POPULAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (a)	POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO (b)	100 a/b (c)
Pernambuco (conclusão)			
Paulista	(13) 33 480	49 390	67,79
Garanhuns	20 718	101 893	20,33
Vitória de Santo Antão	15 948	75 811	21,04
Limoeiro	14 322	77 064	18,58
Goiana	14 093	45 451	31,01
Pesqueira	13 248	48 916	27,08
Carpina	12 675	28 767	44,06
São Lourenço da Mata	(14) 11 392	34 140	33,37
Timbaúba	11 247	37 342	30,12
Gravatá	10 911	48 041	22,71
Palmares	10 262	38 701	26,52
Arcoverde	9 824	17 128	57,36
Moreno	9 416	23 143	40,69
Bezerros	7 778	63 401	12,27
Barreiros	7 773	28 403	27,37
Escada	7 647	29 213	26,18
Petrolina	7 439	27 774	26,78
Catende	7 189	24 953	28,81
Belo Jardim	7 152	37 408	19,12
Nazaré da Mata	6 843	41 665	16,42
Bom Conselho	6 154	67 213	9,16
Cabo	6 065	36 087	16,81
Ribeirão	5 793	20 269	28,58
Paudalho	5 651	32 431	17,42
Serra Talhada	5 501	35 748	15,39
Sertânia	5 299	22 260	23,81
Alagoas			
Maceió	102 301	124 544	82,14
Penedo	14 664	21 232	69,07
Rio Largo	13 775	31 908	43,17
Palmeira dos Índios	9 416	67 202	14,01
Arapiraca	8 836	37 113	23,81
União dos Palmares	7 182	58 846	12,20
Pilar	6 955	13 306	52,27
Viçosa	6 134	53 038	11,57
Água Branca	(15) 5 224	29 397	17,77
Marechal Deodoro	5 038	13 203	38,16
Sergipe			
Aracaju	68 686	79 566	86,33
Estância	14 215	20 392	69,71
Propriá	12 962	18 245	71,04
São Cristóvão	6 848	17 520	39,09
Neópolis	6 220	12 925	48,12
Itabaiana	5 792	35 987	16,09
Maruim	5 098	8 100	62,94

[13] Inclusive a população das aglomerações urbanas dos distritos de Abreu e Lima (5 869 habitantes) e Paratibe (5 667 habitantes)

[14] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Camarajibe (6 314 habitantes)

[15] População da aglomeração urbana do distrito de Delmiro A população da aglomeração urbana do distrito-sede é inferior a 5 000 habitantes

TABELA I (continuação)

BRASIL

Aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes, em 1.º de julho de 1950, segundo as Unidades da Federação; sua população em cifra absoluta e em relação à população total dos respectivos Municípios [5]

UNIDADE DA FEDERAÇÃO MUNICÍPIO	POPULAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (a)	POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO (b)	100 a/b (c)
Bahia			
Salvador	395 993	424 142	93,36
Itabuna	(16) 36 005	151 098	23,83
Ilhéus	(17) 35 561	135 493	26,25
Feira de Santana	27 285	108 470	25,15
Alagoinhas	21 605	52 538	41,12
Jequié	21 322	91 482	23,31
Vitória da Conquista	18 017	98 290	18,33
Juàzeiro	16 465	35 188	46,79
Santo Amaro	12 265	86 185	14,23
Nazaré	11 661	24 626	47,35
Valença	11 628	33 155	35,07
Santo Antônio de Jesus	11 595	29 865	38,82
Maragogipe	11 183	37 223	30,04
Cachoeira	11 088	27 262	40,67
Senhor do Bonfim	10 325	31 960	32,31
Itambé	(18) 8 183	47 042	17,40
Jacobina	7 850	63 209	12,42
Muritiba	7 594	31 851	23,84
Ipiaú	7 041	48 461	14,53
Canavieiras	6 893	54 822	12,57
Cruz das Almas	6 851	32 417	21,13
Castro Alves	6 787	39 274	17,28
Serrinha	6 755	69 174	9,77
São Félix	6 167	15 157	40,69
Itaberaba	6 104	57 888	10,54
Barreiras	5 932	35 536	16,69
Barra	5 737	32 037	17,91
Rui Barbosa	5 707	37 592	15,18
Belmonte	5 562	32 563	17,08
Minas Gerais			
Belo Horizonte	346 207	360 313	96,09
Juiz de Fora	86 819	129 092	67,25
Uberaba	43 915	70 956	61,89
Uberlândia	36 467	56 751	64,26
Araguari	25 789	44 617	57,80
Barbacena	25 768	69 585	37,03
São João del Rei	25 228	51 648	48,85
Itajubá	21 255	41 133	51,67
Governador Valadares	20 864	61 489	33,93
Montes Claros	20 795	72 557	28,66
Divinópolis	20 550	33 438	61,46
Teófilo Otôni	20 204	87 971	22,97
Poços de Caldas	19 680	25 831	76,19
Sete Lagoas	18 877	25 439	74,20
Conselheiro Lafaiete	18 415	47 677	38,62
Nova Lima	17 686	22 277	79,39
Ponte Nova	15 420	61 103	25,24
Araxá	14 997	19 186	78,17

[16] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Ibicaraí (9 693 habitantes)

[17] Inclusive a população das aglomerações urbanas dos distritos de Coaraci (7 158 habitantes) e Itajuípe (5 397 habitantes)

[18] População da aglomeração urbana do distrito de Itapetinga A população da aglomeração urbana do distrito-sede é inferior a 5 000 habitantes.

TABELA I (continuação)

BRASIL

Aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes, em 1.º de julho de 1950, segundo as Unidades da Federação; sua população em cifra absoluta e em relação à população total dos respectivos Municípios [5]

UNIDADE DA FEDERAÇÃO MUNICÍPIO		POPULAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (a)	POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO (b)	100 a/b (c)
Minas Gerais (continuação)				
Passos		14 307	34 450	41,53
Ubá		14 251	40 927	34,82
Curvelo		14 156	43 717	32,38
Santos Dumont		13 870	33 762	41,08
Varginha		13 404	23 951	55,96
Caratinga		13 149	74 202	17,72
Cataguases		13 143	34 226	38,40
Pouso Alegre		12 923	29 367	44,01
Lavras		12 721	28 015	45,41
Além Paraíba		12 297	26 889	45,73
Formiga		12 233	33 724	36,27
Patos de Minas		11 917	65 419	18,22
Muriaé		11 734	48 631	24,13
Rio Piracicaba	(19)	11 471	21 385	53,64
Leopoldina		10 979	40 761	26,94
São Sebastião do Paraíso		10 821	23 010	47,03
Campo Belo		10 722	27 040	39,65
Três Corações		10 190	22 716	44,86
Diamantina		10 177	57 550	17,68
Guaxupé		9 505	18 906	50,28
Alfenas		9 481	20 307	46,69
Aimorés		9 442	37 511	25,17
Itaúna		9 384	24 055	39,01
Sabará		9 344	13 529	69,07
Carangola		9 339	42 626	21,91
Pará de Minas		9 280	28 907	32,10
Ouro Prêto		9 247	34 154	27,07
Pirapora		9 012	29 060	31,01
São Lourenço		8 930	11 050	80,81
Bom Despacho		8 358	25 863	32,32
Ituiutaba		8 334	53 240	15,65
Oliveira		8 006	23 900	33,50
Caxambu		7 878	9 078	86,78
Ouro Fino		7 814	26 740	29,22
Itabira		7 602	25 651	29,64
Visconde do Rio Branco		7 447	26 375	28,24
Patrocínio		7 345	34 755	21,13
Itabirito		7 244	13 086	55,36
Corinto		7 156	26 306	27,20
Januária		7 123	50 369	14,14
São João Nepomuceno		6 900	22 839	30,21
Caeté		6 745	22 082	30,55
Viçosa		6 509	36 851	17,66
Machado		6 224	22 444	27,73
Manhuaçu		6 205	35 028	17,71
Santa Rita do Sapucaí		6 093	25 425	23,96
Paracatu		5 975	30 481	19,60
Piúí		5 968	16 065	37,15
Pedra Azul		5 843	22 454	26,02
Dores do Indaiá		5 754	18 722	30,73
Três Pontas		5 683	23 406	24,28
Manhumirim		5 656	28 237	20,03

[19] População da aglomeração urbana do distrito de João Monlevade. A população da aglomeração urbana do distrito-sede é inferior a 5 000 habitantes.

TABELA I (continuação)

BRASIL

Aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes, em 1.º de julho de 1950, segundo as Unidades da Federação; sua população em cifra absoluta e em relação à população total dos respectivos Municípios [5]

UNIDADE DA FEDERAÇÃO MUNICÍPIO	POPULAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (a)	POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO (b)	100 a/b (c)
Minas Gerais (conclusão)			
Paraisópolis	5 495	18 660	29,45
Pitangui	5 482	34 870	15,72
Raposos	5 414	6 477	83,59
Bicas	5 365	10 400	51,59
Muzambinho	5 339	16 285	32,78
Itapecerica	5 087	36 127	14,08
Espírito Santo			
Vitória	51 329	52 535	97,70
Cachoeiro de Itapemirim	24 611	82 197	29,94
Espírito Santo	(20) 20 934	23 511	89,04
Cariacica	(21) 6 654	21 995	30,25
Colatina	6 562	100 944	6,50
Alegre	5 332	59 397	8,98
Rio de Janeiro			
Niterói	174 535	190 147	91,79
São Gonçalo	(22) 102 132	128 593	79,42
São João de Meriti	(23) 76 988	76 988	100,00
Nova Iguaçu	(24) 76 788	146 110	52,55
Campos	(25) 74 848	240 829	31,08
Duque de Caxias	74 557	93 618	79,64
Petrópolis	(26) 72 991	109 531	66,64
Barra Mansa	(27) 54 454	72 458	75,15
Nilópolis	(28) 47 181	47 181	100,00
Nova Friburgo	29 258	48 682	60,10
Barra do Piraí	(29) 26 211	45 549	57,54
Três Rios	15 086	35 687	42,27
Teresópolis	14 900	34 724	42,91
Resende	(30) 13 686	35 414	38,65
Magé	(31) 13 630	37 307	36,53
Marquês de Valença	12 688	36 544	34,72
Macaé	10 848	53 292	20,36
Itaperuna	9 083	76 409	11,89
Rio Bonito	7 538	25 528	29,53
Miracema	7 051	19 037	37,04
Cabo Frio	6 937	17 169	40,40
Paraíba do Sul	5 921	22 439	26,39
Angra dos Reis	5 464	21 296	25,66
Vassouras	5 019	60 114	8,35

[20] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Argolas (11 024 habitantes)
[21] População da aglomeração urbana do distrito de Itaquari A população da aglomeração urbana do distrito-sede é inferior a 5 000 habitantes
[22] Inclusive a população das aglomerações urbanas dos distritos de Neves (53 052 habitantes) e Sete Pontes (28 224 habitantes)
[23] Inclusive a população das aglomerações urbanas dos distritos de Coelho da Rocha (21 539 habitantes) e São Mateus (11 303 habitantes)
[24] Inclusive a população das aglomerações urbanas dos distritos de Belford Roxo (13 000 habitantes) e Queimados (5 105 habitantes)
[25] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Guarus (11 464 habitantes)
[26] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Cascatinha (11 148 habitantes)
[27] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Volta Redonda (33 110 habitantes)
[28] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Olinda (15 989 habitantes)
[29] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Mendes (5 957 habitantes)
[30] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Agulhas Negras (6 610 habitantes)
[31] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Santo Aleixo (6 432 habitantes)

TABELA I (continuação)

BRASIL

Aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes, em 1.º de julho de 1950, segundo as Unidades da Federação; sua população em cifra absoluta e em relação à população total dos respectivos Municípios [5]

UNIDADE DA FEDERAÇÃO MUNICÍPIO	POPULAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (a)	POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO (b)	100 a/b (c)
Distrito Federal			
Rio de Janeiro	2 335 931	2 413 152	96,80
São Paulo			
São Paulo	(32) 2 066 717	2 227 512	92,78
Santos	201 739	206 920	97,50
Santo André	(33) 103 702	128 051	80,98
Campinas	101 746	155 358	65,49
Sorocaba	(34) 75 423	94 868	79,50
Ribeirão Prêto	65 081	91 374	71,22
São Caetano do Sul	55 797	60 200	92,69
Bauru	53 126	66 972	79,33
Piracicaba	46 611	88 855	52,46
Jundiaí	39 560	69 879	56,61
São José do Rio Prêto	37 717	66 832	56,44
Marília	36 306	87 806	41,35
Taubaté	35 779	53 759	66,55
Rio Claro	35 183	47 698	73,76
Araraquara	34 671	63 388	54,70
Mogi das Cruzes	31 782	62 218	51,08
São Carlos	31 539	48 750	64,70
São Vicente	28 581	32 235	88,66
Limeira	27 962	46 822	59,72
Franca	27 715	55 023	50,37
Araçatuba	27 692	60 450	45,81
Presidente Prudente	27 312	61 591	44,34
São José dos Campos	26 287	45 258	58,08
Lins	24 170	56 888	42,49
Botucatu	23 692	41 868	56,59
Barretos	23 683	51 486	46,00
Catanduva	22 186	45 108	49,18
Guaratinguetá	21 480	37 404	57,43
São Bernardo do Campo	20 075	29 409	68,26
Jaú	18 936	44 742	42,32
Tupã	18 376	57 337	32,05
Itapetininga	18 101	38 920	46,51
Assis	17 276	33 665	51,32
Itu	16 851	31 295	53,85
Lorena	16 541	25 141	65,79
Bragança Paulista	16 456	52 177	31,54
São João da Boa Vista	16 417	34 545	47,52
Guarulhos	16 379	35 523	46,11
Jacareí	15 485	27 850	55,60
Cruzeiro	14 498	20 297	71,43
Jaboticabal	14 164	31 278	45,28
Ourinhos	13 829	21 512	64,29
Pindamonhangaba	13 747	29 286	46,94
Americana	13 595	21 762	62,47
Tatuí	13 551	29 813	45,45
Birigui	12 809	31 359	40,85
Pirassununga	12 790	26 413	48,42
Garça	12 763	43 444	29,38

[32] Inclusive a população das aglomerações urbanas dos distritos de São Miguel Paulista (15 931 habitantes) e Itaquera (9 070 habitantes)
[33] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Mauá (5 389 habitantes)
[34] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Votorantim (5 792 habitantes)

TABELA I (continuação)

BRASIL

Aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes, em 1.º de julho de 1950, segundo as Unidades da Federação; sua população em cifra absoluta e em relação à população total dos respectivos Municípios [5]

UNIDADE DA FEDERAÇÃO MUNICÍPIO	POPULAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (a)	POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO (b)	100 a/b (c)
São Paulo (continuação)			
Araras	12 560	28 857	43,52
Avaré	12 245	27 794	44,06
Bebedouro	11 642	27 619	42,15
Mogi-Mirim	11 228	30 243	37,13
Itapira .	11 013	31 159	35,34
Caçapava	10 900	19 536	55,79
Amparo	10 699	27 290	39,20
Pinhal	10 448	29 211	35,77
Batatais	9 860	21 827	45,17
Andradina	9 606	49 223	19,52
Olímpia	9 593	38 505	24,91
Itararé	9 371	16 792	55,81
Pôrto Feliz	9 174	19 719	46,52
São José do Rio Pardo	9 169	32 241	28,44
Guarujá	9 131	13 589	67,19
Salto	9 127	11 480	79,50
Aparecida	8 957	15 355	58,33
Votuporanga	8 914	22 567	39,50
Penápolis	8 854	34 105	25,96
Lucélia	8 694	30 066	28,92
Adamantina	8 639	35 408	24,40
Santa Cruz do Rio Pardo	8 499	32 273	26,33
Mococa	8 309	31 435	26,43
Guararapes	8 241	27 484	29,98
Rancharia	8 010	27 569	29,05
Itatiba	7 947	17 336	45,84
Casa Branca	7 789	21 662	35,96
Mirassol	7 770	31 719	24,50
Taquaritinga	7 765	24 134	32,17
Piquete	7 512	10 420	72,09
São Roque	7 438	27 503	27,04
Tietê	7 334	18 073	40,58
Valparaíso	7 306	21 511	33,96
Capivari	7 223	23 732	30,44
Ituverava	7 138	24 859	28,71
Atibaia	6 952	18 463	37,65
Cachoeira Paulista	6 938	12 647	54,86
São Joaquim da Barra	6 871	15 978	43,00
Presidente Venceslau	6 700	30 710	21,82
Paraguaçu Paulista	6 666	24 872	26,80
Promissão	6 629	22 084	30,02
Osvaldo Cruz	6 599	27 225	24,24
Cubatão	6 552	12 079	54,24
Leme	6 467	15 646	41,33
São Manuel	6 455	29 626	21,79
Santo Anastácio	6 400	37 006	17,29
Campos do Jordão	6 290	13 063	48,15
Itapeva	6 279	24 058	26,10
Novo Horizonte	6 263	26 003	24,09
Ibitinga	6 238	18 951	32,92
Pederneiras	6 223	18 045	34,49
Piraju	6 223	21 246	29,29
Sertãozinho	6 166	20 555	30,00
Santa Bárbara d'Oeste	6 133	15 750	38,94

TABELA I (continuação)

BRASIL

Aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes, em 1.º de julho de 1950, segundo as Unidades da Federação; sua população em cifra absoluta e em relação à população total dos respectivos Municípios [5]

UNIDADE DA FEDERAÇÃO MUNICÍPIO		POPULAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (a)	POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO (b)	100 a/b (c)
São Paulo (conclusão)				
Poá		6 124	11 792	51,93
Barueri	(35)	6 057	10 600	57,14
Pompéia		6 039	39 597	15,25
Igarapava		5 983	28 693	20,85
Pirajuí		5 816	37 837	15,37
Franco da Rocha		5 704	26 262	21,72
Fernandópolis		5 670	29 523	19,21
Indaiatuba		5 620	11 340	49,56
Dois Córregos		5 599	13 173	42,50
Suzano		5 393	11 199	48,16
Itápolis		5 313	21 334	24,90
Vera Cruz		5 247	15 977	32,84
Cafelândia		5 210	27 296	19,09
Barini		5 187	22 120	23,45
Martinópolis		5 016	37 280	13,45
Paraná				
Curitiba		141 349	183 863	76,88
Ponta Grossa		44 130	54 838	80,47
Londrina		33 707	72 144	46,72
Paranaguá		16 046	24 915	64,40
Mandaguari	(36)	13 860	102 586	13,51
Apucarana		12 054	89 297	13,50
Arapongas		11 787	58 932	20,00
Cornélio Procópio		8 831	56 826	15,54
Jacarèzinho		8 343	34 668	24,07
Rolândia		7 959	34 641	22,98
Rio Negro		7 848	28 646	27,40
União da Vitória		7 809	33 989	22,98
Irati		7 187	25 681	27,99
Cambé		6 605	19 350	34,13
Castro		6 316	29 475	21,43
Cambará		6 108	19 963	30,60
Guarapuava		5 657	68 081	8,31
Lapa		5 473	46 980	11,65
Antonina		5 182	11 037	46,95
Santa Catarina				
Florianópolis		49 290	69 122	71,31
Blumenau		22 919	48 581	47,18
Joinville		21 102	44 368	47,56
Itajaí		20 017	51 976	38,51
Lajes		14 774	78 300	18,87
Tubarão		11 947	67 643	17,66
Brusque		11 102	32 614	34,04
São Francisco do Sul		9 982	20 159	49,52
Laguna		9 887	38 966	25,37
Mafra		8 706	25 679	33,90
Criciúma		8 090	51 084	15,84
Caçador		6 986	23 926	29,20
Joaçaba		6 829	48 626	14,04
Rio do Sul		6 173	58 337	10,58
Canoinhas		5 786	53 906	10,73
Pôrto União		5 534	24 790	22,32

[35] População da aglomeração urbana do distrito de Carapicuíba. A população da aglomeração urbana do distrito-sede é inferior a 5 000 habitantes.

[36] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Maringá (7 389 habitantes).

TABELA I (continuação)

BRASIL

Aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes, em 1.º de julho de 1950, segundo as Unidades da Federação; sua população em cifra absoluta e em relação à população total dos respectivos Municípios [5]

UNIDADE DA FEDERAÇÃO MUNICÍPIO		POPULAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (a)	POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO (b)	100 a/b (c)
Rio Grande do Sul				
Pôrto Alegre		381 964	401 213	95,20
Pelotas		79 649	129 545	61,48
Rio Grande		64 241	78 941	81,38
Santa Maria		45 907	84 274	54,47
Bagé		35 340	66 172	53,41
Canoas	(37)	33 953	40 128	84,61
Uruguaiana		33 272	49 785	66,83
Caxias do Sul		32 158	59 533	54,02
Livramento		29 906	49 516	60,40
São Leopoldo	(38)	29 572	76 251	38,78
Passo Fundo		25 232	103 704	24,33
Cachoeira do Sul		23 827	95 067	25,06
Alegrete		20 160	44 796	45,00
Cruz Alta		19 824	65 432	30,30
Novo Hamburgo		19 787	29 674	66,68
São Jerônimo	(39)	19 232	50 231	38,29
São Gabriel		14 726	39 179	37,59
Erechim		14 663	120 370	12,18
Santo Ângelo		13 742	90 203	15,23
Santa Cruz do Sul		13 329	70 036	19,03
Rosário do Sul		12 419	28 824	43,09
São Borja		11 971	39 256	30,49
Caràzinho .		11 937	56 504	21,13
Dom Pedrito		11 465	26 502	43,26
Jaguarão		9 941	17 148	57,97
Santiago		9 686	31 821	30,44
Itaqui		9 152	19 719	46,41
Ijuí		8 950	50 220	17,82
Rio Pardo		8 517	40 438	21,06
Montenegro		8 376	51 008	16,42
São Luís Gonzaga		7 993	74 236	10,77
Quaraí .		7 524	15 792	47,64
Taquara		7 419	51 583	14,38
Bento Gonçalves		7 056	25 168	28,04
Santa Vitória do Palmar		5 925	15 466	38,31
Cacequi		5 880	15 156	38,80
Vacaria		5 615	42 180	13,31
Tupanciretã		5 242	25 730	20,37
Lajeado		5 241	48 058	10,91
Mato Grosso				
Campo Grande		32 848	58 305	56,34
Cuiabá		24 119	56 867	42,41
Corumbá		19 211	39 913	48,13
Três Lagoas		7 730	19 005	40,67
Aquidauana		7 582	21 450	35,35
Bela Vista		6 134	16 585	36,99
Ponta Porã		5 554	20 627	26,93

[37] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Niterói (14 482 habitantes)
[38] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Esteio (9 837 habitantes)
[39] População das aglomerações urbanas dos distritos de Arroio dos Ratos (10 495 habitantes) e Butiá (8 737 habitantes) A população da aglomeração urbana do distrito-sede é inferior a 5 000 habitantes

TABELA I (conclusão)

BRASIL

Aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes, em 1.º de julho de 1950, segundo as Unidades da Federação; sua população em cifra absoluta e em relação à população total dos respectivos Municípios [5]

UNIDADE DA FEDERAÇÃO MUNICÍPIO	POPULAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (a)	POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO (b)	100 a/b (c)
Goiás			
Goiânia	41 584	55 423	75,03
Anápolis	18 688	50 880	36,73
Trindade	8 305	17 648	47,06
Ipameri	7 552	21 991	34,34
Catalão	6 327	31 030	20,39
Goiás	5 829	125 943	4,63
Rio Verde	5 716	25 329	22,57
Pires do Rio	5 064	13 229	38,28

* * *

4 O maior número das aglomerações urbanas é de modesta importância. As grandes aglomerações, em número muito reduzido, abrangem parte considerável da população das aglomerações urbanas em conjunto

Consta da Tabela II a distribuição do número das aglomerações e da população total que abrangem, segundo a população da aglomeração individualmente considerada

TABELA II

BRASIL

Dados absolutos e percentuais do número e da população registrada das aglomerações urbanas, com mais de 5 000 habitantes em 1.º de julho de 1950, discriminadas segundo o número dos habitantes

NÚMERO DE HABITANTES DA AGLOMERAÇÃO URBANA	AGLOMERAÇÕES URBANAS		POPULAÇÃO TOTAL	
	Número	%	Habitantes	%
5 001 a 10 000	265	54,30	1 846 025	12,94
10 001 a 25 000	145	29,71	2 227 808	15,62
25 001 a 50 000	44	9,02	1 491 971	10,46
50 001 a 100 000	20	4,10	1 401 472	9,82
100 001 a 250 000	8	1,64	1 276 133	8,94
250 001 a 500 000	3	0,61	1 124 164	7,88
500 001 a 1 000 000	1	0,21	522 466	3,66
Mais de 1 000 000	2	0,41	4 377 647	30,68
TOTAL	**488**	**100,00**	**14 267 686**	**100,00**

As pequenas aglomerações urbanas, de 5 001 a 10 000 habitantes, em número de 265, contam em conjunto 1 846 025 habitantes Abrangem, portanto, 12,94% da população das aglomerações em conjunto, mas constituem 54,30% do número de aglomerações

As 209 aglomerações médias, isto é, de 10 001 a 100 000 habitantes, compreendem 5 121 251 habitantes Constituindo 42,83% do número de aglomerações, compreendem 35,90% da população das aglomerações em conjunto

Há, apenas, 14 aglomerações urbanas de mais de 100 000 habitantes, "aglomerações grandes", as quais têm em total a população de 7 300 410 habitantes. Portanto corresponde a essas aglomerações cêrca da metade da população das aglomerações em conjunto, mais precisamente, 51,16%, embora seu número seja inferior a três centésimos, 2,87% do total de aglomerações São as seguintes essas grandes aglomerações urbanas, para as quais se indicam tanto a população quanto a proporção que esta representa em relação à população total do Município (do Distrito Federal no caso do Rio de Janeiro) em que se encontram localizadas:

São Paulo,	com	2 041 716	habitantes,	isto é,	91,66%
Rio de Janeiro,	"	2 335 931	"	" "	96,80%
Recife,	"	522 466	"	" "	97,75%
Salvador,	"	395 993	"	" "	93,36%
Pôrto Alegre,	"	381 964	"	" "	95,20%
Belo Horizonte,	"	346 207	"	" "	96,09%
Belém,	"	230 181	"	" "	88,32%
Fortaleza,	"	213 604	"	" "	76,26%
Santos,	"	201 739	"	" "	97,50%
Niterói,	"	174 535	"	" "	91,79%
Curitiba,	"	141 349	"	" "	76,88%
Manaus,	"	110 678	"	" "	77,74%
Maceió,	"	102 301	"	" "	82,14%
Campinas,	"	101 746	"	" "	65,49%

A população dessas 14 grandes aglomerações constitui cêrca de 14% da população total do Brasil

* * *

5 Dados sôbre as aglomerações urbanas, em cada Região Fisiográfica, são apresentados nas Tabelas III *a* e III *b* A primeira dessas tabelas é de dados absolutos, apresentando o número dessas aglomerações e respectiva população, segundo a população da aglomeração individualmente considerada A segunda indica, separadamente para cada classe de população das aglomerações, a proporção correspondente à população das aglomerações de cada Região em relação à do Brasil em conjunto

O maior número de aglomerações se encontra na Região Sul Seguem-se o Leste, com número também elevado, o Nordeste e, por último, com números iguais e muito baixos de aglomerações, o Norte e o Centro-Oeste

Na Região Sul, foram registrados 5 857 173 habitantes em 199 aglomerações. Correspondiam, portanto, a esta Região, 40,78% do número de aglomerações e 41,05% da população das aglomerações do Brasil em conjunto

No Leste, havia 5 570 538 habitantes em 160 aglomerações Logo, correspondiam a esta Região 32,79% do número de aglomerações em total e 39,04% da respectiva população

No Nordeste, a população das aglomerações urbanas era sensìvelmente inferior à verificada nas duas Regiões já citadas Suas 99 aglomerações, número que corresponde à proporção de 20,29% do total nacional, abrangiam 2 198 638 habitantes, isto é, 15,41% da população das aglomerações em total

Nas Regiões Norte e Centro-Oeste, encontram-se, apenas, 15 aglomerações em cada, isto é, 3,07% do total nacional. Na primeira dessas Regiões, no entanto, a população das aglomerações, 439 094 habitantes, ou seja, 3,08%, é superior ao dôbro da verificada na segunda, 202 243 habitantes, ou seja, 1,42%

Varia sensìvelmente a proporção correspondente à população das aglomerações urbanas, em relação à população total, entre as diversas Regiões A população das aglomerações urbanas corresponde, no Sul, a 34,09% da população da Região, no Leste, a 29,32%; no Nordeste, a 17,38%, no Norte, a 23,31%; e no Centro-Oeste, a 11,47%.

TABELA III *a*

BRASIL

Número e população registrada das aglomerações urbanas, com mais de 5 000 habitantes em 1.º de julho de 1950, discriminadas segundo o número dos habitantes, nas diversas Regiões Fisiográficas e Unidades da Federação

REGIÃO OU UNIDADE	AGLOMERAÇÕES URBANAS COM																	
	5 001 a 10 000 habitantes		10 001 a 25 000 habitantes		25 001 a 50 000 habitantes		50 001 a 100 000 habitantes		100 001 a 250 000 habitantes		250 001 a 500 000 habitantes		500 001 a 1 000 000 de habitantes		Mais de 1 000 000 de habitantes		Mais de 5 000 habitantes	
	N.º	População	N.º	População	N.º	População	N.º	População	N.º	População	N.º	População	N.º	População	N.º	População	N.º	População
Norte	10	63 332	3	34 903	—	—	—	—	2	340 859	—	—	—	—	—	—	15	439 094
Guapore	—	—	1	10 205	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	10 205
Acre	1	9 592	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	9 592
Amazonas	2	11 218	—	—	—	—	—	—	1	110 678	—	—	—	—	—	—	3	121 896
Rio Branco	1	5 125	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	5 125
Para	6	37 397	1	14 604	—	—	—	—	1	230 181	—	—	—	—	—	—	8	282 182
Amapa	—	—	1	10 094	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	10 094
Nordeste	64	429 789	21	315 991	6	217 206	5	397 281	2	315 905	—	—	1	522 466	—	—	99	2 198 638
Maranhão	8	48 764	1	14 846	—	—	1	81 432	—	—	—	—	—	—	—	—	10	145 042
Piauí	2	16 644	—	—	1	30 900	1	53 425	—	—	—	—	—	—	—	—	4	100 969
Ceara	11	69 947	3	49 381	2	67 942	—	—	1	213 604	—	—	—	—	—	—	17	400 874
Rio Grande do Norte	7	44 915	1	20 576	—	—	1	97 736	—	—	—	—	—	—	—	—	9	163 227
Paraíba	9	66 836	4	57 381	—	—	2	164 688	—	—	—	—	—	—	—	—	15	288 905
Pernambuco	20	133 898	10	145 368	3	118 364	—	—	—	—	—	—	1	522 466	—	—	34	920 096
Alagoas	7	48 785	2	28 439	—	—	—	—	1	102 301	—	—	—	—	—	—	10	179 525
Leste	77	536 226	59	886 599	12	376 694	8	518 353	1	174 535	2	742 200	—	—	1	2 335 931	160	5 570 538
Sergipe	4	23 958	2	27 177	—	—	1	68 686	—	—	—	—	—	—	—	—	7	119 821
Bahia	17	115 411	12	180 160	2	53 597	—	—	—	—	1	395 993	—	—	—	—	32	745 161
Minas Gerais	39	283 008	30	443 208	5	157 167	1	86 819	—	—	1	346 207	—	—	—	—	76	1 316 409
Espirito Santo	4	28 458	2	35 635	—	—	1	51 329	—	—	—	—	—	—	—	—	7	115 422
Rio de Janeiro	13	85 391	13	200 419	5	165 930	5	311 519	1	174 535	—	—	—	—	—	—	37	937 794
Distrito Federal	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	2 335 931	1	2 335 931
Sul	104	750 885	59	928 297	24	823 639	7	485 838	3	444 834	1	381 964	—	—	1	2 041 716	199	5 857 173
São Paulo	64	454 643	34	534 516	15	494 697	5	341 948	2	303 485	—	—	—	—	1	2 041 716	121	4 171 005
Paraná	14	97 178	3	39 887	2	77 837	—	—	1	141 349	—	—	—	—	—	—	20	356 251
Santa Catarina	9	67 973	6	101 861	1	49 290	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	16	219 124
Rio Grande do Sul	17	131 091	16	252 033	6	201 815	2	143 890	—	—	1	381 964	—	—	—	—	42	1 110 793
Centro-Oeste	10	65 793	3	62 018	2	74 432	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	15	202 243
Mato Grosso	4	27 009	2	43 330	1	32 848	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	7	103 178
Goiás	6	38 793	1	18 688	1	41 584	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	8	99 065
BRASIL(40)	265	1 846 025	145	2 227 808	44	1 491 971	20	1 401 472	8	1 276 133	3	1 124 164	1	522 466	2	4 377 647	488	14 267 686

40 Na *Sinopse Preliminar do Censo Demografico*, de 1.º de julho de 1950 (Serviço Grafico do I.B.G.E., 1951), da qual foram extraídos os dados que são expostos nesta tabela, encontra-se o esclarecimento de que "a população registrada na região da Serra dos Aimores, pelos motivos expostos, e apresentada sem referência quer a divisão territorial (Municipios e Distritos), quer a situação (urbana, suburbana e rural) dos domicílios. Assim, as localidades ali existentes, consideradas na divisão administrativa de Minas Gerais ou do Espirito Santo com as categorias de Cidade ou de Vila, não figuram como tais nos quadros respectivos" (Veja-se a Nota Previa, na citada *Sinopse*, pag. VII.)

TABELA III *b*

BRASIL

Número e percentagem da população registrada das aglomerações urbanas, com mais de 5 000 habitantes em 1.º de julho de 1950, discriminadas segundo o número dos habitantes, nas diversas Regiões Fisiográficas e Unidades da Federação

REGIÃO OU UNIDADE	AGLOMERAÇÕES URBANAS COM																	
	5 001 a 10 000 habitantes		10 001 a 25 000 habitantes		25 001 a 50 000 habitantes		50 001 a 100 000 habitantes		100 001 a 250 000 habitantes		250 001 a 500 000 habitantes		500 001 a 1 000 000 de habitantes		Mais de 1 000 000 de habitantes		Mais de 5 000 habitantes	
	N.º	População %	N.º	População %	N.º	População %	N.º	População %	N.º	População %	N.º	População %	N.º	População %	N.º	População %	N.º	População %
Norte	**10**	**3,43**	**3**	**1,57**	—	—	—	—	**2**	**26,71**	—	—	—	—	—	—	**15**	**3,08**
Guaporé	—	—	1	0,46	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	0,07
Acre	1	0,52	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	0,07
Amazonas	2	0,61	—	—	—	—	—	—	1	8,67	—	—	—	—	—	—	3	0,85
Rio Branco	1	0,28	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	0,04
Pará	6	2,02	1	0,66	—	—	—	—	1	18,04	—	—	—	—	—	—	8	1,98
Amapá	—	—	1	0,45	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	0,07
Nordeste	**64**	**23.28**	**21**	**14,18**	**6**	**14,56**	**5**	**28,35**	**2**	**24,75**	—	—	**1**	**100,00**	—	—	**99**	**15,41**
Maranhão	8	2,64	1	0,67	—	—	1	5,81	—	—	—	—	—	—	—	—	10	1,02
Piauí	2	0,90	—	—	1	2,07	1	3,81	—	—	—	—	—	—	—	—	4	0,71
Ceará	11	3,79	3	2,22	2	4,56	—	—	1	16,74	—	—	—	—	—	—	17	2,81
Rio Grande do Norte	7	2,43	1	0,92	—	—	1	6,98	—	—	—	—	—	—	—	—	9	1,14
Paraíba	9	3,62	4	2,57	—	—	2	11,75	—	—	—	—	—	—	—	—	15	2,02
Pernambuco	20	7,26	10	6,52	3	7,93	—	—	—	—	—	—	1	100,00	—	—	34	6,45
Alagoas	7	2,64	2	1,28	—	—	—	—	1	8,01	—	—	—	—	—	—	10	1,26
Leste	**77**	**29,05**	**59**	**39,80**	**12**	**25,25**	**8**	**36,98**	**1**	**13,68**	**2**	**66,02**	—	—	**1**	**53,36**	**160**	**39,04**
Sergipe	4	1,30	2	1,22	—	—	1	4,90	—	—	—	—	—	—	—	—	7	0,84
Bahia	17	6,25	12	8,09	2	3,59	—	—	—	—	1	35,22	—	—	—	—	32	5,22
Minas Gerais	39	15,33	30	19,89	5	10,54	1	6,19	—	—	1	30,80	—	—	—	—	76	9,23
Espírito Santo	4	1,54	2	1,60	—	—	1	3,66	—	—	—	—	—	—	—	—	7	0,81
Rio de Janeiro	13	4,63	13	9,00	5	11,12	5	22,23	1	13,68	—	—	—	—	—	—	37	6,57
Distrito Federal	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	53,36	1	16,37
Sul	**104**	**40,68**	**59**	**41,67**	**24**	**55,20**	**7**	**34,67**	**3**	**34,86**	**1**	**33,98**	—	—	**1**	**46,64**	**199**	**41,05**
São Paulo	64	24,63	34	24,00	15	33,16	5	24,40	2	23,78	—	—	—	—	1	46,64	121	29,23
Paraná	14	5,27	3	1,79	2	5,22	—	—	1	11,08	—	—	—	—	—	—	20	2,50
Santa Catarina	9	3,68	6	4,57	1	3,30	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	16	1,54
Rio Grande do Sul	17	7,10	16	11,31	6	13,52	2	10,27	—	—	1	33,98	—	—	—	—	42	7,78
Centro-Oeste	**10**	**3,56**	**3**	**2,78**	**2**	**4,99**	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	**15**	**1,42**
Mato Grosso	4	1,46	2	1,94	1	2,20	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	7	0,72
Goiás	6	2,10	1	0,84	1	2,79	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	8	0,70
BRASIL[41]	**265**	**100,00**	**145**	**100,00**	**44**	**100,00**	**20**	**100,00**	**8**	**100,00**	**3**	**100,00**	**1**	**100,00**	**2**	**100,00**	**488**	**100,00**

[41] Veja-se a nota 40.

Se se tomar agora como referência, não a população total de cada Região, mas a população dos Municípios de cada Região nos quais estão localizadas aglomerações urbanas, a proporção correspondente à população dessas aglomerações se eleva para 55,13% no Sul, 58,16% no Leste, 44,29% no Nordeste, 57,83% no Norte e 35,22% no Centro-Oeste Sendo pequeno no Norte o número das aglomerações, a respectiva proporção média da população das aglomerações em relação à dos Municípios em que estão localizadas é muito influenciada pela presença de duas grandes aglomerações, localizadas em Municípios de Capitais a que correspondem altas proporções de população urbana

Das 199 aglomerações da Região Sul, 104 têm menos de 10 000 habitantes, abrangendo 12,82% da população das aglomerações da Região, das 160 do Leste, 77 são pequenas, abrangendo 9,63%; das 99 do Nordeste, 64 são pequenas, abrangendo 19,55%; das 15 do Norte e do Centro-Oeste, 10 são pequenas, abrangendo 14,42% na primeira dessas Regiões e 32,53% na segunda

Havia, no Sul, 90 aglomerações médias, abrangendo 38,21% da população das aglomerações da Região, no Leste, havia 79 que compreendiam 31,99%, no Nordeste, 32 que compreendiam 42,32%; no Norte, 3 que compreendiam 7,95%, e no Centro-Oeste, 5 que compreendiam 67,47%

As grandes aglomerações de mais de 100 000 habitantes já foram relacionadas no § 4º Estão localizadas no Sul 5 delas (São Paulo, Pôrto Alegre, Santos, Curitiba e Campinas), as quais abrangem 48,97% da população das aglomerações da Região No Leste encontram-se 4 grandes aglomerações (Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte e Niterói), as quais abrangem 58,38%, no Nordeste, 3 (Recife, Fortaleza e Maceió), abrangendo 38,13%, no Norte, 2 (Belém e Manaus), abrangendo 77,63% No Centro-Oeste, não há grandes aglomerações

Os dados abaixo, discriminados por classes menos amplas do que as acima referidas, esclarecem melhor a distribuição, em cada Região, das aglomerações, segundo o número de habitantes da aglomeração individualmente considerada

NÚMERO DE HABITANTES DA AGLOMERAÇÃO URBANA	NORTE		NORDESTE		LESTE		SUL		CENTRO-OESTE	
	Nº	População %	Nº	População %	Nº	População %	Nº	População %	Nº	População %
5 001 a 10 000	10	14,42	64	19,55	77	9,63	104	12,82	10	32,53
10 001 a 25 000	3	7,95	21	14,37	59	15,92	59	15,85	3	30,67
25 001 a 50 000	—	—	6	9,88	12	6,76	24	14,06	2	36,80
50 001 a 100 000	—	—	5	18,07	8	9,31	7	8,30	—	—
100 001 a 250 000	2	77,63	2	14,37	1	3,13	3	7,59	—	—
250 001 a 500 000	—	—	—	—	2	13,32	1	6,52	—	—
500 001 a 1 000 000	—	—	1	23,76	—	—	—	—	—	—
Mais de 1 000 000	—	—	—	—	1	41,93	1	34,86	—	—
TOTAL	15	100,00	99	100,00	160	100,00	199	100,00	15	100,00

* * *

6 As Tabelas III *a* e III *b*, utilizadas no parágrafo anterior para o estudo das aglomerações por Regiões, também se prestam para o estudo por Unidades, que agora vai ser realizado

São Paulo é a Unidade que apresenta a mais elevada população correspondente às aglomerações urbanas, a qual atinge 4 171 005 habitantes, constituindo 29,23% da população das aglomerações do Brasil em conjunto Em seguida, está colocado o Distrito Federal, com 2 335 931 habitantes, ou seja, 16,37% do total nacional A população das aglomerações de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul também fica superior a 1 000 000 de habitantes 1 316 409 habitantes, 9,23%

do total nacional, no primeiro Estado, e 1 110 793 habitantes, 7,78%, no segundo. Contribuições ainda importantes são as do Estado do Rio de Janeiro, 937 794 habitantes, 6,57%, de Pernambuco, 920 096 habitantes, 6,45%, e da Bahia, 745 161 habitantes, 5,22% A contribuição, em conjunto, das 7 Unidades acima referidas corresponde a 80,85%

A Tabela IV apresenta, para cada Unidade, a proporção da população das aglomerações em relação à população da Unidade. É especial o caso do Distrito Federal, onde a população urbana corresponde a 96,80% da população total As proporções mais elevadas, dentre as demais Unidades, verificam-se em São Paulo, 45,13%, e no Rio de Janeiro, 40,31% Em 7 Unidades esta proporção fica entre 20 e 30% (Rio Branco, Guaporé, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Amapá, Pará e Amazonas), em 11 Unidades fica entre 10 e 20% (Mato Grosso, Sergipe, Minas Gerais, Paraíba, Rio Grande do Norte, Paraná, Alagoas, Bahia, Ceará, Santa Catarina e Espírito Santo), em 4 fica inferior a 10% (Piauí, Maranhão, Acre e Goiás).

TABELA IV

BRASIL

População das aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes, segundo as Unidades da Federação, em cifra absoluta e em relação à população total dos Municípios em que estão situadas e em relação à população total das respectivas Unidades, em 1.º de julho de 1950 [42]

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (a)	POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICÍPIOS COM AGLOMERAÇÕES URBANAS DE MAIS DE 5 000 HABITANTES (b)	POPULAÇÃO TOTAL DA UNIDADE (c)	100 a/b	100 a/c
Guaporé	10 205	27 545	37 438	37,05	27,26
Acre	9 592	28 690	116 124	33,43	8,26
Amazonas	121 896	205 222	530 920	59,40	22,96
Rio Branco	5 125	16 456	17 623	31,14	29,08
Pará	282 182	460 285	1 142 846	61,31	24,69
Amapá	10 094	21 103	38 374	47,83	26,30
Maranhão	145 042	462 307	1 600 396	31,37	9,06
Piauí	100 969	218 586	1 064 438	46,19	9,49
Ceará	400 874	877 464	2 735 702	45,69	14,65
Rio Grande do Norte	163 227	323 541	983 572	50,45	16,60
Paraíba	288 905	780 026	1 730 784	37,04	16,69
Pernambuco	920 096	1 852 277	3 430 630	49,67	26,82
Alagoas	179 525	449 789	1 106 454	39,91	16,23
Sergipe	119 821	192 735	650 132	62,17	18,43
Bahia	745 161	1 964 000	4 900 419	37,94	15,21
Minas Gerais.	1 316 409	2 993 126	7 839 792	43,98	16,79
Espírito Santo	115 422	340 579	870 987	33,89	13,25
Rio de Janeiro	937 794	1 674 646	2 326 201	56,00	40,31
Distrito Federal	2 335 931	2 413 152	2 413 152	96,80	96,80
São Paulo	4 171 005	6 470 667	9 242 610	64,46	45,13
Paraná	356 251	995 912	2 149 509	35,77	16,57
Santa Catarina	219 124	738 077	1 578 159	29,69	13,88
Rio Grande do Sul	1 110 793	2 418 859	4 213 316	45,92	26,36
Mato Grosso	103 178	232 752	528 451	44,33	19,52
Goiás	99 065	341 473	1 234 740	29,01	8,02
BRASIL	**14 267 686**	**26 499 269**	(43)**52 483 417**	**53,84**	**27,19**

[42] Veja-se a nota 40

[43] Inclusive 648 habitantes registrados no Território de Fernando de Noronha, mas exclusive 162 062 habitantes registrados na região da Serra dos Aimorés, em litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

A Tabela IV, acima referida, também dá a proporção da população das aglomerações em relação à população total dos Municípios em que estão situadas, para cada Unidade As proporções mais elevadas correspondem a São Paulo, 64,46%, Sergipe, 62,17%, e Pará, 61,31% Em 3 Unidades fica entre 50 e 60% (Amazonas, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte), em 7 Unidades entre 40 e 50% (Pernambuco, Amapá, Piauí, Rio Grande do Sul, Ceará, Mato Grosso e Minas Gerais), em 9 Unidades entre 30 e 40% (Alagoas, Bahia, Guaporé, Paraíba, Paraná, Espírito Santo, Acre, Maranhão e Rio Branco), e em 2 Unidades entre 29 e 30% (Santa Catarina e Goiás) No interpretar os dados acima convém não deixar de levar em conta o diferente número de aglomerações, bem como a influência das grandes aglomerações sôbre a proporção geral de cada Unidade Por exemplo, o Estado do Rio de Janeiro, de intensa urbanização, fica, de acôrdo com a última série referida de proporções, colocado depois do Amazonas, Estado de baixa urbanização (59,40% — Amazonas, 56,00% — Rio de Janeiro) Isto porque, enquanto no Rio de Janeiro as aglomerações urbanas se encontram distribuídas em 24 Municípios (em apenas 6 a população das respectivas aglomerações urbanas ultrapassa a proporção de 70% em relação à população do Município, por sua vez, a população dêsses Municípios corresponde a apenas 36,36% da de todos os Municípios que apresentam aglomerações urbanas), no Amazonas sòmente em 3 Municípios, um dos quais o da Capital, encontram-se aglomerações (a população da aglomeração da Capital corresponde a 77,74% da do respectivo Município, esta última corresponde a 69,37% da população dos 3 Municípios que apresentam aglomerações urbanas) Mas a colocação correspondente ao Estado do Rio de Janeiro, quanto à proporção da população das aglomerações em relação à do Estado, fica destacada no quadro nacional e muito acima da do Amazonas (40,31% — Estado do Rio de Janeiro, 22,96% — Amazonas) Em Sergipe, cuja situação é merecedora de menção, a proporção correspondente à população das aglomerações em relação à dos Municípios em que se acham situadas, de 62,17%, fica, dentre os demais Estados, apenas inferior à verificada para São Paulo, de 64,46% A proporção em relação à população total do Estado, de 18,43%, em Sergipe, é muito baixa no quadro nacional Também neste Estado são poucos os Municípios que apresentam aglomerações urbanas, mas, ao contrário do que se verifica para o Amazonas, a influência da aglomeração da Capital não é tão grande porque nestes Municípios a proporção correspondente à população das aglomerações é, em geral, elevada É, portanto, uma situação diversa da do Amazonas, onde a proporção da população das aglomerações em relação à dos Municípios é elevada ùnicamente em virtude da influência da aglomeração constituída pela Capital É desnecessário que sejam citados outros exemplos

* * *

7 Aproveitando-se os dados expostos no já citado artigo do Professor GIORGIO MORTARA sôbre a população urbana em 1940, pode-se comparar a situação nesse ano, com a que foi revelada pelo Censo de 1950 [11]

Em 1940, a população das 324 aglomerações urbanas então recenseadas no Brasil atingia 8 899 202 habitantes, em 1950, são 488 as aglomerações, as quais em conjunto têm a população de 14 267 686 habitantes

A população das aglomerações urbanas em 1950 é superior de 5 368 484 habitantes, ou seja, de 60,33%, à em 1940 Também é superior em 1950 a proporção da população das aglomerações em relação quer à dos Municípios em que

[11] Não deve ser esquecida a advertência, exposta na Introdução, de que os resultados para 1950 se referem à "população registrada" Os resultados para 1940, que são utilizados na comparação, referem-se, no entanto, à "população presente"
Em vista do caráter largamente aproximativo do presente estudo, considera-se desprezível a influência que esta diferença poderia causar nas comparações

estão localizadas (50,80% em 1940 e 53,84% em 1950), quer em relação à população total do País (21,57% em 1940 e 27,19% em 1950).

A população, em 1950, das aglomerações que em 1940 já excediam 5 000 habitantes [45] ascende a 13 009 431 habitantes, tendo havido, portanto, um incremento nessas aglomerações de 4 110 229 habitantes, ou seja, de 46,19%

Dentre as aglomerações incluídas em 1950, 167, cuja população é de . . 1 267 677 habitantes, não excediam em 1940 o limite mínimo de 5 000 habitantes A população destas "novas" aglomerações em relação à população das aglomerações em 1940 corresponde à proporção de 14,24% Representa, portanto, esta proporção a contribuição das "novas" aglomerações para a diferença relativa entre a população em 1950 e em 1940 das aglomerações urbanas

Na Região Sul, a população das aglomerações urbanas, que em 1940 atingia 3 620 950 habitantes, ascende em 1950 a 5 857 173 habitantes Houve, entre as duas datas, um incremento de 2 236 223 habitantes, a que corresponde, em relação à população das aglomerações em 1940, a proporção de 61,76%. No Leste, a população das aglomerações passa de 3 657 809 habitantes em 1940 para 5 570 538 habitantes em 1950, o incremento de 1 912 729 habitantes corresponde à proporção de 52,29% da população em 1940 No Nordeste, passa de 1 259 333 habitantes em 1940 para 2 198 638 habitantes em 1950; o incremento de 939 305 habitantes corresponde à proporção de 74,59% da população em 1940 No Norte, passa de 253 177 habitantes para 439 094 habitantes em 1950, o incremento de 185 917 habitantes corresponde à proporção de 73,43% da população em 1940 No Centro-Oeste, passa de 107 933 habitantes em 1940 para 202 243 habitantes em 1950; o incremento de 94 310 habitantes corresponde à proporção de 87,38% da população em 1940

Expõem-se abaixo, para cada Região, a população das aglomerações em 1940, a população dessas mesmas aglomerações em 1950, a população das aglomerações em 1950 e a população em 1950 das aglomerações que não excediam o limite mínimo de 5 000 habitantes em 1940

REGIÃO FISIOGRÁFICA	POPULAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS EM 1940	POPULAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS EM 1950	POPULAÇÃO EM 1950 DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS QUE TINHAM MAIS DE 5 000 HABITANTES EM 1940	POPULAÇÃO EM 1950 DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES EM 1950, MAS NÃO EM 1940
Norte	253 177	439 094	369 509	69 585
Nordeste	1 259 333	2 198 638	1 905 228	293 410
Leste	3 657 809	5 570 538	(46) 5 192 448	387 512
Sul	3 620 950	5 857 173	5 370 969	486 204
Centro-Oeste	107 933	202 243	171 277	30 966

A diferença entre a população das aglomerações urbanas em 1950 e em 1940 (resultante do incremento da população das aglomerações que já excediam o limite de 5 000 habitantes em 1940, da inclusão em 1950 de novas aglomerações

[45] Algumas dessas aglomerações têm número de habitantes em 1950 inferior ao em 1940, sendo que duas delas não excedem na última data o limite de 5 000 habitantes

[46] Duas dessas aglomerações não excedem em 1950 o limite de 5 000 habitantes

que excedem nesta data o limite fixado mas que em 1940 não o excediam e da exclusão das que, embora excedessem o limite em 1940, não o excedem em 1950) será parceladamente analisada a seguir para cada Região

Na Região Sul, a população das aglomerações, em número de 59, posteriormente incluídas corresponde a 486 204 habitantes, ou seja, a 21,74% da diferença entre a população urbana em 1950 e a em 1940 O incremento da população das aglomerações, em número de 140,[47] que já tinham sido incluídas em 1940 corresponde a 1 750 019 habitantes, ou seja, a 78,26% da diferença entre 1950 e 1940

No Leste, a população das "novas" aglomerações, em número de 49, ascende a 387 512 habitantes, ou seja, a 20,26% da diferença, enquanto o incremento das "antigas", em número de 113, ascende a 1 534 639, ou seja, a 80,23% da diferença Duas dessas "antigas" aglomerações não excedem em 1950 o limite mínimo de 5 000 habitantes Sua população é de 9 422 habitantes, em conjunto

No Nordeste, a população das "novas" aglomerações, em número de 44, ascende a 293 410 habitantes, ou seja, a 31,24% da diferença, enquanto o incremento das "antigas", em número de 55, ascende a 645 895 habitantes, ou seja, a 68,76% da diferença

No Norte, a população das "novas" aglomerações, em número de 10, ascende a 69 585, ou seja, a 37,43% da diferença, enquanto o incremento das "antigas", em número de 5, de 116 332 habitantes, corresponde a 62,57%

No Centro-Oeste, a população das "novas" aglomerações, em número de 5, de 30 966 habitantes, corresponde a 32,83% da diferença, enquanto o incremento das "antigas", em número de 10, de 63 344 habitantes, corresponde a 67,17%

Em tôdas as Regiões, a proporção da população das aglomerações urbanas em relação à população total é mais elevada em 1950 do que em 1940 No Sul atinge 34,09% em 1950, como já foi exposto em parágrafo anterior, e 28,02% em 1940, no Leste, 29,32% em 1950 e 23,41% em 1940, no Nordeste, 17,38% em 1950 e 12,63% em 1940, no Norte, 23,31% em 1950 e 17,09% em 1940, e no Centro-Oeste, 11,47% em 1950 e 8,65% em 1940

A proporção da população das aglomerações urbanas, em relação à população dos Municípios em que se encontram localizadas, é mais elevada em 1950 do que em 1940 em tôdas as Regiões, menos na Região Norte [48] No Sul, atinge 55,13% em 1950 e 50,59% em 1940, no Leste, 58,16% em 1950 e 54,64% em 1940; no Nordeste, 44,29% em 1950 e 42,84% em 1940, no Norte, 57,83% em 1950 e 65,89% em 1940; e no Centro-Oeste, 35,22% em 1950 e 31,67% em 1940

Constam da Tabela V a distribuição, por Unidades, da população das aglomerações urbanas em 1950 e em 1940 e da Tabela VI, as respectivas proporções em relação à população dos Municípios em que estavam localizadas e em relação à população total da respectiva Unidade

Em tôdas as Unidades verifica-se forte aumento da população das aglomerações urbanas A respectiva proporção em relação à população da Unidade também é mais elevada em 1950 do que em 1940

---

[47] O distrito de João Pessoa, do Município de São José, em Santa Catarina, cuja aglomeração urbana tinha em 1940 população superior ao mínimo de 5 000 habitantes, foi mais tarde extinto e anexado ao Município de Florianópolis

[48] A exceção do Norte é causada pela inclusão de 10 "novas" aglomerações, a que correspondem proporções baixas, enquanto havia apenas 5 aglomerações que já excediam em 1940 o limite de 5 000 habitantes A população das "antigas" aglomerações, em geral, corresponde uma proporção mais elevada em 1950 do que em 1940: Manaus — 77,74% em 1950 e 62,83% em 1940; Belém — 91,64% em 1950 e 83,73% em 1940 (inclusive, em ambas as datas, a aglomeração do distrito de Icoraci), etc

TABELA V

BRASIL

População das aglomerações urbanas, de acôrdo com os resultados dos censos de 1940 e de 1950, segundo as Unidades da Federação, de acôrdo com a divisão territorial vigente em 1950 [49]

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS EM 1940 (a)	POPULAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS EM 1950 (b)	POPULAÇÃO, EM 1950, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS QUE TINHAM MAIS DE 5 000 HABITANTES EM 1940 (c)	POPULAÇÃO, EM 1950, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES EM 1950, MAS NÃO EM 1940 (d)
Guaporé.	—	10 205	—	10 205
Acre	—	9 592	—	9 592
Amazonas	66 854	121 896	110 678	11 218
Rio Branco	—	5 125	—	5 125
Pará.	186 323	282 182	258 831	23 351
Amapá	—	10 094	—	10 094
Maranhão	65 777	145 042	96 278	48 764
Piauí	63 955	100 969	93 913	7 056
Ceará	221 171	400 874	334 354	66 520
Rio Grande do Norte	77 229	163 227	133 681	29 546
Paraíba	165 592	288 905	247 577	41 328
Pernambuco	540 230	920 096	838 998	81 098
Alagoas	125 379	179 525	160 427	19 098
Sergipe	70 944	119 821	95 863	23 958
Bahia	482 177	745 161	662 753	82 408
Minas Gerais	815 811	1 316 409	(50) 1 206 220	119 611
Espírito Santo	73 590	115 422	96 874	18 548
Rio de Janeiro	515 287	937 794	794 807	142 987
Distrito Federal	1 700 000	2 335 931	2 335 931	—
São Paulo	2 560 216	4 171 005	3 870 882	300 123
Paraná	174 150	356 251	262 921	93 330
Santa Catarina	122 220	219 124	179 726	39 398
Rio Grande do Sul	764 364	1 110 793	1 057 440	53 353
Mato Grosso	71 802	103 178	97 624	5 554
Goiás	36 131	99 065	73 653	25 412
BRASIL	**8 899 202**	**14 267 686**	**13 009 431**	**1 267 677**

[49] Não se encontram, em 1940, nesta região — objeto de litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo —, aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes (Veja-se o estudo citado do Professor GIORGIO MORTARA, pág 42, nota 1)

Na *Sinopse Preliminar do Censo Demográfico*, de 1.º de julho de 1950 (Serviço Gráfico do I B G E , 1951), da qual foram extraídos os dados referentes a 1950, encontra-se o esclarecimento de que "a população registrada na região da Serra dos Aimorés, pelos motivos expostos, é apresentada sem referência quer à divisão territorial (Municípios e Distritos), quer à situação (urbana, suburbana e rural) dos domicílios Assim, as localidades ali existentes, consideradas na divisão administrativa de Minas Gerais ou do Espírito Santo com as categorias de Cidade ou de Vila, não figuram como tais nos quadros respectivos" (Veja-se a Nota Prévia, na citada *Sinopse*, pág VII)

[50] Dentre essas aglomerações urbanas, há duas que, contràriamente ao verificado em 1940, não excedem, em 1950, a cifra de 5 000 habitantes São as de Lambari, com 4 978 habitantes, e de Mariana, com 4 444 habitantes

TABELA VI

BRASIL

Comparação, entre 1.º-IX-1940 e 1.º-VII-1950, da proporção correspondente à população das aglomerações urbanas, com mais de 5 000 habitantes, segundo as Unidades da Federação, de acôrdo com a divisão territorial vigente em 1.º-IX-1950

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICÍPIOS EM QUE ESTÃO SITUADAS		POPULAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL DE CADA UNIDADE	
	Em 1.º-IX-1940	Em 1.º-VII-1950	Em 1.º-IX-1940	Em 1.º-VII-1950
Guaporé	—	37,05	—	27,26
Acre	—	33,43	—	8,26
Amazonas	62,83	59,40	15,79	22,96
Rio Branco	—	31,14	—	29,08
Pará	67,06	61,31	20,18	24,69
Amapá	—	47,83	—	26,30
Maranhão	40,24	31,37	5,33	9,06
Piauí	47,23	46,19	7,82	9,49
Ceará	45,84	45,69	10,58	14,65
Rio Grande do Norte	65,03	50,45	10,06	16,60
Paraíba	33,08	37,04	11,64	16,69
Pernambuco	44,26	49,67	20,10	26,82
Alagoas	39,41	39,91	13,18	16,23
Sergipe	77,10	62,17	13,08	18,43
Bahia	39,29	37,94	12,31	15,21
Minas Gerais(51)	35,02	43,98	12,11	16,79
Espírito Santo(51)	54,47	33,89	9,81	13,25
Rio de Janeiro	44,94	56,00	27,89	40,31
Distrito Federal	(52) 96,36	96,80	(52) 96,36	96,80
São Paulo	56,19	64,46	35,61	45,13
Paraná	46,72	35,77	14,09	16,57
Santa Catarina	29,71	29,69	10,37	13,88
Rio Grande do Sul	42,05	45,92	23,02	26,36
Mato Grosso	39,10	44,33	17,06	19,52
Goiás	22,99	29,01	4,37	8,02
BRASIL	**50,80**	**53,84**	**21,57**	**27,19**

No Estado de São Paulo, por exemplo, a população das aglomerações, que em 1940 era de 2 560 216 habitantes, passa, em 1950, para 4 171 005 A diferença atinge 1 610 789 habitantes, correspondendo a 62,92% da população em 1940. A população das aglomerações, que foram incluídas em 1950, mas não em 1940, por não excederem nesta data o limite de 5 000 habitantes, em número de 34, é de 300 123 habitantes, correspondendo à parcela de 11,72% da diferença percentual acima referida Portanto, o incremento da população das aglomerações, em número de 87, incluídas tanto em 1940 quanto em 1950, foi de 1 310 666 habitantes, ou seja, de 51,20% da de 1940 A proporção correspondente à população das aglomerações urbanas em relação à população total passa de 35,61% em 1940 para 45,13% em 1950 e em relação à população dos Municípios em que se encontram localizadas passa de 56,19% para 64,46%

---

51 Veja-se a nota 49

52 Proporção calculada com base na estimativa da população urbana do Distrito Federal apresentada na Tabela VII

No Estado de Minas Gerais a população das aglomerações, que em 1940 era de 815 811 habitantes, passa em 1950 para 1 316 409 [53] A diferença atinge 500 598 habitantes, correspondendo a 61,36% da população em 1940. A população das aglomerações que foram incluídas em 1950, mas não em 1940, por não excederem nesta data o limite mínimo de 5 000 habitantes, em número de 17, é de 119 611 habitantes, constituindo a parcela de 14,66% da diferença percentual acima referida O incremento da população das aglomerações que já tinham sido incluídas em 1940, em número de 61, corresponde a 390 409 habitantes, ou seja, a 47,85%. Duas dessas aglomerações não atingem em 1950 o limite mínimo de 5 000 habitantes Sua população de 9 422 habitantes deve ser subtraída do incremento das antigas aglomerações, para obter-se o incremento geral para a Unidade entre 1940 e 1950 A proporção correspondente à população das aglomerações urbanas em relação à população total passa de 12,11% em 1940 para 16,79% em 1950; em relação à população dos Municípios em que se encontram localizadas, passa de 35,02% para 43,98%

No Estado do Rio Grande do Sul a população das aglomerações, que em 1940 era de 764 364 habitantes, passa em 1950 para 1 110 793 A diferença atinge 346 429 habitantes, correspondendo a 45,32% da população em 1940 A população das aglomerações que foram incluídas em 1950, mas não em 1940, por não excederem nesta data o limite mínimo de 5 000 habitantes, em número de 7, é de 53 353 habitantes, constituindo a parcela de 6,98% da diferença percentual acima referida Portanto, o incremento da população das aglomerações incluídas tanto em 1940 quanto em 1950, em número de 35, atinge 293 076 habitantes, ou seja, 38,34% A proporção correspondente à população das aglomerações urbanas em relação à população total passa de 23,02% em 1940 para 26,36% em 1950, a em relação à população dos Municípios em que se encontram localizadas passa de 42,05% para 45,92%

Como a população das aglomerações urbanas nos Estados do Rio de Janeiro e de Pernambuco é também elevada, atingindo mais de 900 mil habitantes em 1950 em cada um, estendem-se a êsses dois Estados os esclarecimentos sôbre a situação em 1940 e em 1950

No primeiro dêsses dois Estados a população das aglomerações urbanas, que em 1940 era de 515 287 habitantes, passa em 1950 para 937 794; a diferença atinge 422 507 habitantes, ou seja, 81,99% da população em 1940 A população das aglomerações incluídas em 1950, mas não em 1940, em número de 13, é de 142 987 habitantes, constituindo a parcela de 27,75% da diferença percentual acima referida Portanto, o incremento da população das aglomerações incluídas em ambas as datas, em número de 24, atinge 279 520 habitantes, ou seja, 54,24% A proporção correspondente à população das aglomerações urbanas em relação à população total passa de 27,89% em 1940 para 40,31% em 1950; a em relação à população dos Municípios em que se encontram localizadas passa de 44,94% para 56,00%

No Estado de Pernambuco a população das aglomerações urbanas, que em 1940 era de 540 230 habitantes, passa em 1950 para 920 096; a diferença atinge 379 866 habitantes, ou seja, 70,32% da população em 1940 A população das aglomerações incluídas em 1950, mas não em 1940, em número de 13, é de 81 098 habitantes, constituindo a parcela de 15,01% da diferença percentual acima referida Portanto, o incremento da população das aglomerações incluídas em am-

[53] Exclusive a população da aglomeração urbana dos distritos-sedes dos Municípios de Lambari (4 978 habitantes) e de Mariana (4 444 habitantes) por não excederem nesta data o limite mínimo de 5 000 habitantes, embora tenha sido incluída em 1940, quando essas aglomerações ultrapassavam o limite mínimo estabelecido

bas as datas, em número de 21, atinge 298 768 habitantes, ou seja, 55,31% A proporção correspondente à população das aglomerações urbanas em relação à população total passa de 20,10% em 1940 para 26,82% em 1950; a em relação à população dos Municípios em que se encontram localizadas passa de 44,26% para 49,67%.

Esclarecimentos sôbre as demais Unidades podem ser deduzidos do quadro abaixo Nêle se apresentam dados sôbre o incremento absoluto e percentual, entre 1940 e 1950, da população das aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes em ambas essas datas e o número dessas aglomerações, em cada Unidade. Expõem-se também o número e a população das aglomerações em 1950, que não excediam em 1940 o limite mínimo de 5 000 habitantes, e a proporção entre a população dessas aglomerações e a das aglomerações em 1940

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES EM 1940 E EM 1950			AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES EM 1950, MAS NÃO EM 1940		
	Número	Incremento absoluto da respectiva população entre 1940 e 1950	Incremento percentual	Número	População em 1950	Proporção percentual em relação à população em 1940 das aglomerações com mais de 5 000 habitantes em 1940
Bahia	20	180 576	37,45	12	82 408	17,09
Ceará	9	113 183	51,17	8	66 520	30,08
Paraná	8	88 771	50,97	12	93 330	53,59
Paraíba	9	81 985	49,51	6	41 328	24,96
Pará	4	72 508	38,92	4	23 351	12,53
Santa Catarina	(54) 11	57 506	47,05	6	39 398	32,24
Alagoas	7	35 048	27,95	3	19 098	15,23
Rio Grande do Norte	4	56 452	73,10	5	29 546	38,26
Maranhão	2	30 501	46,37	8	48 764	74,14
Amazonas	1	43 824	65,55	2	11 218	16,78
Sergipe	3	24 919	35,12	4	23 958	33,77
Espírito Santo	4	23 284	31,64	3	18 548	25,20
Mato Grosso	6	25 822	35,96	1	5 554	7,74
Piauí	3	29 958	46,84	1	7 056	11,03
Goiás	4	37 522	103,85	4	25 412	70,33

No Território do Acre não havia em 1940 aglomerações urbanas com mais de 5 000 habitantes, nas áreas correspondentes aos atuais Territórios do Guaporé, Rio Branco e Amapá, verifica-se o mesmo

Contribuem, como pode ser verificado através os dados acima apresentados, as aglomerações incluídas em 1950 mas não em 1940 numa proporção elevada para o aumento da população das aglomerações urbanas Em alguns Estados o número de "novas" aglomerações ultrapassa o de "antigas"

(54) Uma dessas aglomerações está situada num distrito que por ocasião do Censo de 1950 já fôra anexado ao de Florianópolis

Dão-se abaixo as proporções correspondentes à população das aglomerações em relação à da Unidade, para 1940 e 1950.

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	PROPORÇÃO DO NÚMERO DE HABITANTES DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS EM RELAÇÃO A 100 HABITANTES DA UNIDADE RESPECTIVA	
	1940	1950
Bahia	12,31	15,21
Ceará	10,58	14,65
Paraná	14,09	16,57
Paraíba	11,64	16,69
Pará	20,18	24,69
Santa Catarina	10,37	13,88
Alagoas	13,18	16,23
Rio Grande do Norte	10,06	16,60
Maranhão	5,33	9,06
Amazonas	15,79	22,96
Sergipe	13,08	18,43
Espírito Santo	9,81	13,25
Mato Grosso	17,06	19,52
Piauí	7,82	9,49
Goiás	4,37	8,02

A Tabela VII apresenta a população das aglomerações em 1940 e em 1950, bem como o incremento absoluto e o percentual. Dela são transcritas as seguintes indicações referentes às aglomerações com mais de 100 000 habitantes em 1950.

AGLOMERAÇÃO	POPULAÇÃO EM 1940	POPULAÇÃO EM 1950	INCREMENTO ENTRE 1940 E 1950	INCREMENTO PERCENTUAL
São Paulo	1 258 482	2 041 716	+ 783 234	+ 62,24
Rio de Janeiro	1 700 000	2 335 931	+ 635 931	+ 37,41
Recife	323 177	522 466	+ 199 289	+ 61,67
Salvador	290 443	395 993	+ 105 550	+ 36,34
Pôrto Alegre	259 246	381 964	+ 122 718	+ 47,34
Belo Horizonte	177 004	346 207	+ 169 203	+ 95,59
Belém	164 673	230 181	+ 65 508	+ 39,78
Fortaleza	140 901	213 604	+ 72 703	+ 51,60
Santos	155 894	201 739	+ 45 845	+ 29,41
Niterói	124 507	174 535	+ 50 028	+ 40,18
Curitiba	99 440	141 349	+ 41 909	+ 42,15
Manaus	66 854	110 678	+ 43 824	+ 65,55
Maceió	80 045	102 301	+ 22 256	+ 27,80
Campinas	77 779	101 746	+ 23 967	+ 30,81

O maior aumento relativo foi o verificado para Belo Horizonte, isto é, 95,59%; também importantes foram os verificados em Manaus, 65,55%, em São Paulo, 62,24%, em Recife, 61,67%, e em Fortaleza, 51,60%.

TABELA VII

BRASIL

Cálculo do incremento da população das aglomerações urbanas, que tinham mais de 5 000 habitantes em 1-IX-1940, entre esta data e 1.º-VII-1950 [55]

UNIDADE DA FEDERAÇÃO MUNICÍPIO	POPULAÇÃO, EM 1940, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (a)	POPULAÇÃO, EM 1950, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS QUE TINHAM MAIS DE 5 000 HABITANTES EM 1940 (b)	INCREMENTO DA POPULAÇÃO DAS MESMAS AGLOMERAÇÕES URBANAS, ENTRE 1940 E 1950 (c)		INCREMENTO RELATIVO (c) (d) = 100 — (a)	
Amazonas						
Manaus	66 854	110 678	+	43 824	+	65,55
Pará						
Belém [56]	172 755	238 819	+	66 064	+	38,24
Santarém	7 527	14 604	+	7 077	+	94,02
Vigia	6 041	5 408	—	633	—	10,48
Maranhão						
São Luís	58 735	81 432	+	22 697	+	38,64
Caxias	7 042	14 846	+	7 804	+	110,82
Piauí						
Teresina	34 695	53 425	+	18 730	+	53,98
Parnaíba	22 176	30 900	+	8 724	+	39,34
Floriano	7 084	9 588	+	2 504	+	35,35
Ceará						
Fortaleza	140 901	213 604	+	72 703	+	51,60
Juàzeiro do Norte [57]	23 490	42 703	+	19 213	+	81,79
Sobral	13 533	23 003	+	9 470	+	69,98
Crato	11 233	16 030	+	4 797	+	42,70
Camocim	7 645	8 540	+	895	+	11,71
Iguatu	7 249	10 348	+	3 099	+	42,75
Aracati	6 731	9 123	+	2 392	+	35,54
Baturité	5 247	5 563	+	316	+	6,02
Quixadá	5 142	5 440	+	298	+	5,80

[55] Reuniram-se à aglomeração urbana do distrito-sede as aglomerações urbanas de outros distritos do mesmo Município, quando estas últimas ultrapassavam a cifra de 5 000 habitantes em 1940

Observe-se também que houve casos em que se apresentou não a população da aglomeração urbana do distrito-sede do Município, porque esta não atingia, em 1940, a cifra acima referida, mas, sim, a população da aglomeração urbana de outros distritos, do mesmo Município, que satisfaziam aquela condição

Deve-se levar em conta, também, que em 1950 outros distritos-sedes e outros distritos apresentam aglomerações urbanas com população superior ao limite estabelecido Mas na presente Tabela não são consideradas essas aglomerações

A nomenclatura dos Municípios é a vigente em 1950, por ocasião do Censo São referidas em notas as modificações de nomenclatura ocorridas entre 1940 e 1950 para os Municípios considerados

[56] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito que, por ocasião do Censo de 1940, era denominado Pinheiro e que, por ocasião do de 1950, é denominado Icoraci Em 1940, a população dessa aglomeração atingia 8 082 habitantes, enquanto, em 1950, atinge 8 638 habitantes

[57] Por ocasião do Censo de 1940, êsse Município era denominado Juàzeiro

TABELA VII (continuação)

BRASIL

Cálculo do incremento da população das aglomerações urbanas, que tinham mais de 5 000 habitantes em 1.º-IX-1940, entre esta data e 1.º-VII-1950 [55]

UNIDADE DA FEDERAÇÃO MUNICÍPIO	POPULAÇÃO, EM 1940, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (a)	POPULAÇÃO, EM 1950, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS QUE TINHAM MAIS DE 5 000 HABITANTES EM 1940 (b)	INCREMENTO DA POPULAÇÃO DAS MESMAS AGLOMERAÇÕES URBANAS, ENTRE 1940 E 1950 (c)	INCREMENTO RELATIVO (c) (d) = 100 — (a)
Rio Grande do Norte				
Natal	51 479	97 736	+ 46 257	+ 89,86
Mossoró	13 374	20 576	+ 7 202	+ 53,85
Macau	6 584	7 726	+ 1 142	+ 17,35
Areia Branca	5 792	7 643	+ 1 851	+ 31,96
Paraíba				
João Pessoa [58]	76 561	97 725	+ 21 164	+ 27,64
Campina Grande	33 818	73 835	+ 40 017	+ 118,33
Mamanguape [59]	14 346	20 352	+ 6 006	+ 41,87
Santa Rita	10 805	12 860	+ 2 055	+ 19,02
Cajàzeiras	8 146	10 025	+ 1 879	+ 23,07
Itabaiana	7 972	8 812	+ 840	+ 10,54
Patos	7 760	14 144	+ 6 384	+ 82,27
Guarabira	6 184	9 824	+ 3 640	+ 58,86
Pernambuco				
Recife	323 177	522 466	+ 199 289	+ 61,67
Olinda	31 666	38 981	+ 7 315	+ 23,10
Caruaru	24 264	44 595	+ 20 331	+ 83,79
Garanhuns	16 279	20 718	+ 4 439	+ 27,27
Jaboatão	13 060	34 788	+ 21 728	+ 166,37
Paulista	12 843	21 944	+ 9 101	+ 70,86
Limoeiro	12 493	14 322	+ 1 829	+ 14,64
Vitória de Santo Antão [60]	12 435	15 948	+ 3 513	+ 28,25
Carpina	9 756	12 675	+ 2 919	+ 29,92
Goiana	9 681	14 093	+ 4 412	+ 45,57
Gravatá	8 676	10 911	+ 2 235	+ 25,76
Timbaúba	8 532	11 247	+ 2 715	+ 31,82
Pesqueira	8 472	13 248	+ 4 776	+ 56,37
Moreno	7 282	9 416	+ 2 134	+ 29,31
Palmares	7 223	10 262	+ 3 039	+ 42,07
Bezerros	6 772	7 778	+ 1 006	+ 14,86
Barreiros	6 055	7 773	+ 1 718	+ 28,37
Escada	5 651	7 647	+ 1 996	+ 35,32
Nazaré da Mata [61]	5 418	6 843	+ 1 425	+ 26,30
Bom Conselho	5 257	6 154	+ 897	+ 17,06
Catende	5 238	7 189	+ 1 951	+ 37,25

[58] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Cabedelo, que, em 1940, atingia 5 403 habitantes, enquanto, em 1950, atinge 6 872 habitantes

[59] População da aglomeração urbana do distrito de Rio Tinto, porque, em 1940, ao contrário do que se verifica em 1950, a população da aglomeração urbana do distrito-sede não atingia 5 000 habitantes Nesta última data, a população da aglomeração urbana do distrito-sede atinge 6 441 habitantes

[60] Por ocasião do Censo de 1940, êsse Município era denominado Vitória

[61] Por ocasião do Censo de 1940, êsse Município era denominado Nazaré

TABELA VII (continuação)

BRASIL

Cálculo do incremento da população das aglomerações urbanas, que tinham mais de 5 000 habitantes em 1.º-IX-1940, entre esta data e 1.º-VII-1950 [55]

UNIDADE DA FEDERAÇÃO MUNICÍPIO	POPULAÇÃO, EM 1940, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (a)	POPULAÇÃO, EM 1950, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS QUE TINHAM MAIS DE 5 000 HABITANTES EM 1940 (b)	INCREMENTO DA POPULAÇÃO DAS MESMAS AGLOMERAÇÕES URBANAS, ENTRE 1940 E 1950 (c)	INCREMENTO RELATIVO (d) = 100 — (c)/(a)
Alagoas				
Maceió	80 045	102 301	+ 22 256	+ 27,80
Penedo	12 651	14 664	+ 2 013	+ 15,91
Rio Largo	8 762	13 775	+ 5 013	+ 57,21
Viçosa	6 652	6 134	— 518	— 7,79
União dos Palmares [62]	6 102	7 182	+ 1 080	+ 17,70
Pilar	5 734	6 955	+ 1 221	+ 21,29
Palmeira dos Índios	5 433	9 416	+ 3 983	+ 73,31
Sergipe				
Aracaju	50 306	68 686	+ 18 380	+ 36,54
Estância	10 324	14 215	+ 3 891	+ 37,69
Propriá	10 314	12 962	+ 2 648	+ 25,67
Bahia				
Salvador	290 443	395 993	+ 105 550	+ 36,34
Itabuna	15 712	26 312	+ 10 600	+ 67,46
Ilhéus	15 566	23 006	+ 7 440	+ 47,80
Feira de Santana	14 131	27 285	+ 13 154	+ 93,09
Nazaré	13 382	11 661	— 1 721	— 12,86
Alagoinhas	13 317	21 605	+ 8 288	+ 62,24
Jequié	13 268	21 322	+ 8 054	+ 60,70
Santo Amaro	10 929	12 265	+ 1 336	+ 12,22
Juàzeiro	10 831	16 465	+ 5 634	+ 52,02
Cachoeira	10 374	11 088	+ 714	+ 6,88
Valença	9 636	11 628	+ 1 992	+ 20,67
Maragogipe	8 589	11 183	+ 2 594	+ 30,20
Santo Antônio de Jesus	8 518	11 595	+ 3 077	+ 36,12
Vitória da Conquista [63]	7 682	18 017	+ 10 335	+ 134,54
Senhor do Bonfim [64]	7 213	10 325	+ 3 112	+ 43,14
Castro Alves	7 208	6 787	— 421	— 5,84
Muritiba	7 095	7 594	+ 499	+ 7,03
São Félix	6 559	6 167	— 392	— 5,98
Belmonte	6 137	5 562	— 575	— 9,37
Canavieiras	5 587	6 893	+ 1 306	+ 23,38
Minas Gerais				
Belo Horizonte	177 004	346 207	+ 169 203	+ 95,59
Juiz de Fora	70 849	86 819	+ 15 970	+ 22,54
Uberaba	31 259	43 915	+ 12 656	+ 40,49
São João del Rei	22 551	25 228	+ 2 677	+ 11,87
Uberlândia	21 530	36 467	+ 14 937	+ 69,38
Barbacena	19 238	25 768	+ 6 530	+ 33,94
Nova Lima	16 321	17 686	+ 1 365	+ 8,36
Araguari	15 974	25 789	+ 9 815	+ 61,44
Itajubá	14 704	21 255	+ 6 551	+ 44,55
Conselheiro Lafaiete	14 352	18 415	+ 4 063	+ 28,31
Montes Claros	13 768	20 795	+ 7 027	+ 51,04
Poços de Caldas	13 751	19 680	+ 5 929	+ 43,12

[62] Por ocasião do Censo de 1940, êsse Município era denominado União
[63] Por ocasião do Censo de 1940, êsse Município era denominado Conquista
[64] Por ocasião do Censo de 1940, êsse Município era denominado Bonfim

TABELA VII (continuação)

BRASIL

Cálculo do incremento da população das aglomerações urbanas, que tinham mais de 5 000 habitantes em 1.º-IX-1940, entre esta data e 1.º-VII-1950 [55]

UNIDADE DA FEDERAÇÃO MUNICÍPIO	POPULAÇÃO, EM 1940, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (a)	POPULAÇÃO, EM 1950, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS QUE TINHAM MAIS DE 5 000 HABITANTES EM 1940 (b)	INCREMENTO DA POPULAÇÃO DAS MESMAS AGLOMERAÇÕES URBANAS, ENTRE 1940 E 1950 (c)	INCREMENTO RELATIVO (c) (d) = 100 — (a)
Minas Gerais (conclusão)				
Teófilo Otôni	11 968	20 204	+ 8 236	+ 68,82
Ponte Nova	11 707	15 420	+ 3 713	+ 31,72
Pouso Alegre	11 582	12 923	+ 1 341	+ 11,58
Santos Dumont	11 385	13 870	+ 2 485	+ 21,83
Passos	11 336	14 307	+ 2 971	+ 26,21
Lavras	11 075	12 721	+ 1 646	+ 14,86
Varginha	10 954	13 404	+ 2 450	+ 22,37
Ubá	10 911	14 251	+ 3 340	+ 30,61
Sete Lagoas	10 537	18 877	+ 8 340	+ 79,15
Araxá	10 040	14 997	+ 4 957	+ 49,37
Diamantina	9 663	10 177	+ 514	+ 5,32
São Sebastião do Paraíso	9 663	10 821	+ 1 158	+ 11,98
Além Paraíba	9 598	12 297	+ 2 699	+ 28,12
Divinópolis	9 593	20 550	+ 10 957	+ 114,22
Muriaé	9 171	11 734	+ 2 563	+ 27,95
Formiga	9 010	12 233	+ 3 223	+ 35,77
Cataguases	8 972	13 143	+ 4 171	+ 46,49
Ouro Prêto	8 819	9 247	+ 428	+ 4,85
Carangola	8 758	9 339	+ 581	+ 6,63
Guaxupé	8 563	9 505	+ 942	+ 11,00
Curvelo	7 909	14 156	+ 6 247	+ 78,99
Sabará	7 588	9 344	+ 1 756	+ 23,14
Alfenas	7 422	9 481	+ 2 059	+ 27,74
Pirapora	7 365	9 012	+ 1 647	+ 22,36
Leopoldina	7 261	10 979	+ 3 718	+ 51,21
São Lourenço	7 247	8 930	+ 1 683	+ 23,22
Ouro Fino	7 149	7 814	+ 665	+ 9,30
Três Corações	7 141	10 190	+ 3 049	+ 42,70
Campo Belo	7 094	10 722	+ 3 628	+ 51,14
Patos de Minas [65]	6 943	11 917	+ 4 974	+ 71,64
Pará de Minas	6 710	9 280	+ 2 570	+ 38,30
Oliveira	6 630	8 006	+ 1 376	+ 20,75
Visconde do Rio Branco [66]	6 526	7 447	+ 921	+ 14,11
Viçosa	6 326	6 509	+ 183	+ 2,89
Patrocínio	6 078	7 345	+ 1 267	+ 20,85
São João Nepomuceno	5 879	6 900	+ 1 021	+ 17,37
Caxambu	5 866	7 878	+ 2 012	+ 34,30
Januária.	5 747	7 123	+ 1 376	+ 23,94
Governador Valadares	5 734	20 864	+ 15 130	+ 263,86
Bom Despacho	5 577	8 358	+ 2 781	+ 49,87
Machado	5 498	6 224	+ 726	+ 13,20
Lambari	5 438	4 978	— 460	— 8,46
Dores do Indaiá	5 377	5 754	+ 377	+ 7,01
Mariana	5 224	4 444	— 780	— 14,93
Santa Rita do Sapucaí	5 184	6 093	+ 909	+ 17,53
Três Pontas	5 116	5 683	+ 567	+ 11,08
Manhuaçu	5 094	6 205	+ 1 111	+ 21,81
Corinto	5 047	7 156	+ 2 109	+ 41,79
Itaúna	5 035	9 384	+ 4 349	+ 86,38

[65] Por ocasião do Censo de 1940, êsse Município era denominado Patos
[66] Por ocasião do Censo de 1940, êsse Município era denominado Rio Branco

TABELA VII (continuação)

BRASIL

Cálculo do incremento da população das aglomerações urbanas, que tinham mais de 5 000 habitantes em 1.º-IX-1940, entre esta data e 1.º-VII-1950 [55]

UNIDADE DA FEDERAÇÃO MUNICÍPIO	POPULAÇÃO, EM 1940, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (a)	POPULAÇÃO, EM 1950, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS QUE TINHAM MAIS DE 5 000 HABITANTES EM 1940 (b)	INCREMENTO DA POPULAÇÃO DAS MESMAS AGLOMERAÇÕES URBANAS, ENTRE 1940 E 1950 (c)	INCREMENTO RELATIVO (c) (d) = 100 — (a)
Espírito Santo				
Vitória	42 098	51 329	+ 9 231	+ 21,93
Cachoeiro de Itapemirim	18 812	24 611	+ 5 799	+ 30,83
Espírito Santo [67]	12 680	20 934	+ 8 254	+ 65,09
Rio de Janeiro				
Niterói	124 507	174 535	+ 50 028	+ 40,18
Nova Iguaçu [68]	104 840	208 578	+ 103 738	+ 98,95
São Gonçalo [69]	66 682	102 132	+ 35 450	+ 53,16
Campos [70]	58 031	74 848	+ 16 817	+ 28,98
Petrópolis [71]	52 527	72 991	+ 20 464	+ 38,96
Nova Friburgo	16 041	29 258	+ 13 217	+ 82,40
Barra do Piraí	14 846	20 254	+ 5 408	+ 36,43
Marquês de Valença [72]	10 614	12 688	+ 2 074	+ 19,54
Três Rios [73]	10 285	15 086	+ 4 801	+ 46,68
Teresópolis	9 747	14 900	+ 5 153	+ 52,87
Macaé	9 534	10 848	+ 1 314	+ 13,78
Barra Mansa	8 839	21 344	+ 12 505	+ 141,48
Itaperuna	6 697	9 083	+ 2 386	+ 35,63
Miracema	6 242	7 051	+ 809	+ 12,96
Cabo Frio	5 647	6 937	+ 1 290	+ 22,84
Magé	5 168	7 198	+ 2 030	+ 39,28
Resende	5 040	7 076	+ 2 036	+ 40,40

[67] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Argolas, que, em 1940, atingia 7 039 habitantes, enquanto, em 1950, atinge 11 024 habitantes

[68] Inclusive, em 1940, a população das aglomerações urbanas dos distritos de Caxias, Meriti e Nilópolis, do mesmo Município

Em 1950, êsses distritos constituem a sede, respectivamente, de três novos Municípios: de Duque de Caxias, de São João de Meriti e de Nilópolis A população das aglomerações urbanas dos distritos-sedes citados foi, para 1950, reunida à do de Nova Iguaçu para permitir a comparação com 1940

Dá-se abaixo a população das aglomerações referidas:

Duque de Caxias (ex-Caxias)
23 707 habitantes em 1940 e
74 557 habitantes em 1950,

São João de Meriti (ex-Meriti)
38 194 habitantes em 1940 e
44 146 habitantes em 1950,

Nilópolis
22 341 habitantes em 1940 e
31 192 habitantes em 1950

[69] Inclusive a população das aglomerações urbanas dos distritos de Neves e Sete Pontes que, em 1940, atingiam respectivamente 34 181 e 24 017 habitantes e que, em 1950, atingem respectivamente 53 052 e 28 224 habitantes

[70] Inclusive a aglomeração urbana do distrito, que, por ocasião do Censo de 1940, era denominado Guarulhos e que, por ocasião do de 1950, é denominado Guarus Em 1940, a população dessa aglomeração atingia 6 368 habitantes, enquanto, em 1950, atinge 11 464 habitantes

[71] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Cascatinha, que, em 1940, atingia 6 166 habitantes, enquanto, em 1950, atinge 11 148 habitantes

[72] Por ocasião do Censo de 1940, êsse Município era denominado Valença

[73] Por ocasião do Censo de 1940, êsse Município era denominado Entre Rios

TABELA VII (continuação)

BRASIL

Cálculo do incremento da população das aglomerações urbanas, que tinham mais de 5 000 habitantes em 1.º-IX-1940, entre esta data e 1.º-VII-1950 [55]

UNIDADE DA FEDERAÇÃO MUNICÍPIO	POPULAÇÃO, EM 1940, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (a)	POPULAÇÃO, EM 1950, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS QUE TINHAM MAIS DE 5 000 HABITANTES EM 1940 (b)	INCREMENTO DA POPULAÇÃO DAS MESMAS AGLOMERAÇÕES URBANAS, ENTRE 1940 E 1950 (c)	INCREMENTO RELATIVO (c) (d) = 100 — (a)
Distrito Federal				
Rio de Janeiro	(74) 1 700 000	2 335 931	+ 635 931	+ 37,41
São Paulo				
São Paulo	1 258 482	2 041 716	+ 783 234	+ 62,24
Santos	155 894	201 739	+ 45 845	+ 29,41
Campinas	77 779	101 746	+ 23 967	+ 30,81
Santo André (75)	70 280	118 388	+ 48 108	+ 68,45
Sorocaba (76)	53 152	75 423	+ 22 271	+ 41,90
Ribeirão Prêto	46 946	65 081	+ 18 135	+ 38,63
Bauru	32 796	53 126	+ 20 330	+ 61,99
Piracicaba	31 923	46 611	+ 14 688	+ 46,01
Jundiaí	29 532	39 560	+ 10 028	+ 33,96
Araraquara	27 724	34 671	+ 6 947	+ 25,06
Taubaté	27 548	35 779	+ 8 231	+ 29,88
Marília	24 473	36 306	+ 11 833	+ 48,35
São Carlos	24 366	31 539	+ 7 173	+ 29,44
São José do Rio Prêto (77)	23 972	37 717	+ 13 745	+ 57,34
Rio Claro	23 322	35 183	+ 11 861	+ 50,86
Franca	20 568	27 715	+ 7 147	+ 34,75
Botucatu	19 301	23 692	+ 4 391	+ 22,75
Jaú	18 201	18 936	+ 735	+ 4,04
Limeira	17 241	27 962	+ 10 721	+ 62,18
Catanduva	17 028	22 186	+ 5 158	+ 30,29
Barretos	16 960	23 683	+ 6 723	+ 39,64
Araçatuba	16 903	27 692	+ 10 789	+ 63,83
Lins	16 897	24 170	+ 7 273	+ 43,04
Guaratinguetá	15 395	21 480	+ 6 085	+ 39,53
Mogi das Cruzes	14 359	31 782	+ 17 423	+ 121,34
Itu	13 729	16 851	+ 3 122	+ 22,74
São José dos Campos	13 491	26 287	+ 12 796	+ 94,85
São Vicente	12 983	28 581	+ 15 598	+ 120,14
Itapetininga	12 786	18 101	+ 5 315	+ 41,57
Bragança Paulista (78)	12 757	16 456	+ 3 699	+ 29,00
Presidente Prudente	12 637	27 312	+ 14 675	+ 116,13
São João da Boa Vista	12 071	16 417	+ 4 346	+ 36,00
Jacareí	11 797	15 485	+ 3 688	+ 31,26

[74] Estimativa, que por ter sido realizada de acôrdo, tanto quanto possível, com os critérios adotados pelo Serviço Nacional de Recenseamento de 1950, difere da apresentada anteriormente à realização do último censo demográfico O cálculo desta segunda estimativa visa apenas a tornar, embora imperfeitamente, comparáveis os dados de 1940 com os de 1950

[75] Inclusive, em 1940, a população da aglomeração urbana do distrito de São Bernardo (7 840 habitantes)
Em 1950, êsse distrito constitui a sede do novo Município de São Bernardo do Campo A população da aglomeração urbana dêsse distrito (20 075 habitantes) foi, para permitir a comparação, reunida à da aglomeração urbana do distrito de Santo André

[76] Inclusive a população da aglomeração urbana do distrito de Votorantim, que, em 1940, atingia 5 041 habitantes, enquanto, em 1950, atinge 5 792 habitantes

[77] Por ocasião do Censo de 1940, êsse Município era denominado Rio Prêto

[78] Por ocasião do Censo de 1940, êsse Município era denominado Bragança

TABELA VII (continuação)

BRASIL

Cálculo do incremento da população das aglomerações urbanas, que tinham mais de 5 000 habitantes em 1.º-IX-1940, entre esta data e 1.º-VII-1950 [55]

UNIDADE DA FEDERAÇÃO MUNICÍPIO	POPULAÇÃO, EM 1940, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (a)	POPULAÇÃO, EM 1950, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS QUE TINHAM MAIS DE 5 000 HABITANTES EM 1940 (b)	INCREMENTO DA POPULAÇÃO DAS MESMAS AGLOMERAÇÕES URBANAS, ENTRE 1940 E 1950 (c)	INCREMENTO RELATIVO (c) (d) = 100 — (a)
São Paulo (continuação)				
Bebedouro	11 632	11 642	+ 10	+ 0,09
Cruzeiro	11 618	14 498	+ 2 880	+ 24,79
Jaboticabal	11 592	14 164	+ 2 572	+ 22,19
Avaré	10 382	12 245	+ 1 863	+ 17,94
Tatuí	10 347	13 551	+ 3 204	+ 30,97
Pirassununga	10 050	12 790	+ 2 740	+ 27,26
Lorena	10 040	16 541	+ 6 501	+ 64,75
Amparo	9 548	10 699	+ 1 151	+ 12,05
Pinhal	9 320	10 448	+ 1 128	+ 12,10
Assis	8 964	17 276	+ 8 312	+ 92,73
Olímpia	8 694	9 593	+ 899	+ 10,34
Pindamonhangaba	8 642	13 747	+ 5 105	+ 59,07
São José do Rio Pardo	8 436	9 169	+ 733	+ 8,69
Batatais	8 372	9 860	+ 1 488	+ 17,77
Mogi-Mirim	8 295	11 228	+ 2 933	+ 35,36
Birigui	8 284	12 809	+ 4 525	+ 54,62
Taquaritinga	8 152	7 765	— 387	— 4,75
Salto	8 108	9 127	+ 1 019	+ 12,57
Itapira	7 872	11 013	+ 3 141	+ 39,90
Mococa	7 681	8 309	+ 628	+ 8,18
Garça	7 669	12 763	+ 5 094	+ 66,42
Caçapava	7 548	10 900	+ 3 352	+ 44,41
Araras	7 282	12 560	+ 5 278	+ 72,48
Pompéia	7 160	6 039	— 1 121	— 15,66
Casa Branca	7 094	7 789	+ 695	+ 9,80
Mirassol	6 929	7 770	+ 841	+ 12,14
Tietê	6 771	7 334	+ 563	+ 8,31
Ourinhos	6 666	13 829	+ 7 163	+ 107,46
Guarulhos	6 660	16 379	+ 9 719	+ 145,93
Promissão	6 632	6 629	— 3	— 0,05
Penápolis	6 428	8 854	+ 2 426	+ 37,74
Santa Cruz do Rio Pardo	6 235	8 499	+ 2 264	+ 36,31
São Manuel	5 911	6 455	+ 544	+ 9,20
Pôrto Feliz	5 908	9 174	+ 3 266	+ 55,28
Capivari	5 880	7 223	+ 1 343	+ 22,84
Americana	5 794	13 595	+ 7 801	+ 134,64
Vera Cruz	5 784	5 247	— 537	— 9,28
Dois Córregos	5 591	5 599	+ 8	+ 0,14
Novo Horizonte	5 433	6 263	+ 830	+ 15,28
Batatais	5 426	5 187	— 239	— 4,40
Guarujá	5 397	9 131	+ 3 734	+ 69,19
São Roque	5 367	7 438	+ 2 071	+ 38,59
Cafelândia	5 342	5 210	— 132	— 2,47
Cachoeira Paulista [79]	5 250	6 938	+ 1 688	+ 32,15
Ibitinga	5 203	6 238	+ 1 035	+ 19,89
Pirajuí	5 150	5 816	+ 666	+ 12,93
Itatiba	5 145	7 947	+ 2 802	+ 54,46
Pederneiras	5 115	6 223	+ 1 108	+ 21,66

[79] Por ocasião do Censo de 1940, êsse Município era denominado Cachoeira.

TABELA VII (continuação)

BRASIL

Cálculo do incremento da população das aglomerações urbanas, que tinham mais de 5 000 habitantes em 1.º-IX-1940, entre esta data e 1.º-VII-1950 [55]

UNIDADE DA FEDERAÇÃO MUNICÍPIO	POPULAÇÃO, EM 1940, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (a)	POPULAÇÃO, EM 1950, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS QUE TINHAM MAIS DE 5 000 HABITANTES EM 1940 (b)	INCREMENTO DA POPULAÇÃO DAS MESMAS AGLOMERAÇÕES URBANAS, ENTRE 1940 E 1950 (c)	INCREMENTO RELATIVO (c) (d) = 100 — (a)
São Paulo (conclusão)				
Sertãozinho	5 074	6 166	+ 1 092	+ 21,52
Itararé	5 033	9 371	+ 4 338	+ 86,19
Aparecida	5 016	8 957	+ 3 941	+ 78,57
Piquete	5 001	7 512	+ 2 511	+ 50,21
Paraná				
Curitiba	99 440	141 349	+ 41 909	+ 42,15
Ponta Grossa	29 360	44 130	+ 14 770	+ 50,31
Paranaguá	12 930	16 046	+ 3 116	+ 24,10
Londrina	10 531	33 707	+ 23 176	+ 220,07
Castro	5 796	6 316	+ 520	+ 8,97
Antonina	5 632	5 182	— 450	— 7,99
Rio Negro	5 326	7 848	+ 2 522	+ 47,35
Jacarèzinho	5 135	8 343	+ 3 208	+ 62,47
Santa Catarina				
Florianópolis [80]	32 246	49 290	+ 17 044	+ 52,86
Joinville	16 724	21 102	+ 4 378	+ 26,18
Blumenau	13 652	22 919	+ 9 267	+ 67,88
Itajaí	13 239	20 017	+ 6 778	+ 51,20
São Francisco do Sul [81]	10 192	9 982	— 210	— 2,06
Laguna	8 498	9 887	+ 1 389	+ 16,35
Lajes	7 603	14 774	+ 7 171	+ 94,32
Mafra	7 268	8 706	+ 1 438	+ 19,79
Tubarão	6 830	11 947	+ 5 117	+ 74,92
Brusque	5 968	11 102	+ 5 134	+ 86,03
Rio Grande do Sul				
Pôrto Alegre	259 246	381 964	+ 122 718	+ 47,34
Pelotas	61 985	79 649	+ 17 664	+ 28,50
Rio Grande	49 337	64 241	+ 14 904	+ 30,21
Santa Maria	39 074	45 907	+ 6 833	+ 17,49
Bagé	31 349	35 340	+ 3 991	+ 12,73
Livramento	26 623	29 906	+ 3 283	+ 12,33
Uruguaiana	21 365	33 272	+ 11 907	+ 55,73
Cachoeira do Sul [82]	17 565	23 827	+ 6 262	+ 35,65
Passo Fundo	17 207	25 232	+ 8 025	+ 46,64
Caxias do Sul [83]	17 180	32 158	+ 14 978	+ 87,18

[80] Inclusive, em 1940, a população da aglomeração urbana do distrito de João Pessoa (7 232 habitantes), do Município de São José Êsse distrito foi mais tarde extinto e anexado ao Município de Florianópolis

[81] Por ocasião do Censo de 1940, êsse Município era denominado São Francisco

[82] Por ocasião do Censo de 1940, êsse Município era denominado Cachoeira

[83] Por ocasião do Censo de 1940, êsse Município era denominado Caxias

TABELA VII (continuação)

BRASIL

Cálculo do incremento da população das aglomerações urbanas, que tinham mais de 5 000 habitantes em 1.º-IX-1940, entre esta data e 1.º-VII-1950 [55]

UNIDADE DA FEDERAÇÃO MUNICÍPIO	POPULAÇÃO, EM 1940, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 000 HABITANTES (a)	POPULAÇÃO, EM 1950, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS QUE TINHAM MAIS DE 5 000 HABITANTES EM 1940 (b)	INCREMENTO DA POPULAÇÃO DAS MESMAS AGLOMERAÇÕES URBANAS, ENTRE 1940 E 1950 (c)	INCREMENTO RELATIVO (c) (d) = 100 — (a)
Rio Grande do Sul (conclusão)				
Alegrete	16 227	20 160	+ 3 933	+ 24,24
Cruz Alta	16 028	19 824	+ 3 796	+ 23,68
São Leopoldo	13 876	19 735	+ 5 859	+ 42,22
Novo Hamburgo	12 954	19 787	+ 6 833	+ 52,75
São Jerônimo [84]	12 613	19 232	+ 6 619	+ 52,48
São Gabriel	12 288	14 726	+ 2 438	+ 19,84
Canoas	11 463	19 471	+ 8 008	+ 69,86
Jaguarão	10 660	9 941	— 719	— 6,74
Dom Pedrito	10 030	11 465	+ 1 435	+ 14,31
Santa Cruz do Sul[85]	9 489	13 329	+ 3 840	+ 40,47
São Borja	8 690	11 971	+ 3 281	+ 37,76
Santiago	8 205	9 686	+ 1 481	+ 18,05
Santo Ângelo	7 792	13 742	+ 5 950	+ 76,36
Quaraí	7 726	7 524	— 202	— 2,61
Caràzinho	7 692	11 937	+ 4 245	+ 55,19
Erechim[86]	7 511	14 663	+ 7 152	+ 95,22
Itaqui	7 121	9 152	+ 2 031	+ 28,52
Montenegro	7 055	8 376	+ 1 321	+ 18,72
Rosário do Sul[87]	6 733	12 419	+ 5 686	+ 84,45
Rio Pardo	6 365	8 517	+ 2 152	+ 33,81
São Luís Gonzaga	6 020	7 993	+ 1 973	+ 32,77
Santa Vitória do Palmar	5 702	5 925	+ 223	+ 3,91
Taquara	5 670	7 419	+ 1 749	+ 30,85
Ijuí	5 523	8 950	+ 3 427	+ 62,05
Mato Grosso				
Campo Grande	23 054	32 848	+ 9 794	+ 42,48
Cuiabá	18 861	24 119	+ 5 258	+ 27,88
Corumbá	13 319	19 211	+ 5 892	+ 44,24
Aquidauana	5 773	7 582	+ 1 809	+ 31,34
Bela Vista	5 641	6 134	+ 493	+ 8,74
Três Lagoas	5 154	7 730	+ 2 576	+ 49,98
Goiás				
Goiânia	14 943	41 584	+ 26 641	+ 178,28
Anápolis	8 091	18 688	+ 10 597	+ 130,97
Ipameri	7 192	7 552	+ 360	+ 5,01
Goiás	5 905	5 829	— 76	— 1,29

[84] População das aglomerações urbanas dos distritos de Arroio dos Ratos (6 332 habitantes em 1940 e 10 495 habitantes em 1950) e de Butiá (6 281 habitantes em 1940 e 8 737 habitantes em 1950) Tanto em 1940, como em 1950, a população da aglomeração urbana do distrito-sede não atinge 5 000 habitantes

[85] Por ocasião do Censo de 1940, êsse Município era denominado Santa Cruz

[86] Por ocasião do Censo de 1940, êsse Município era denominado José Bonifácio

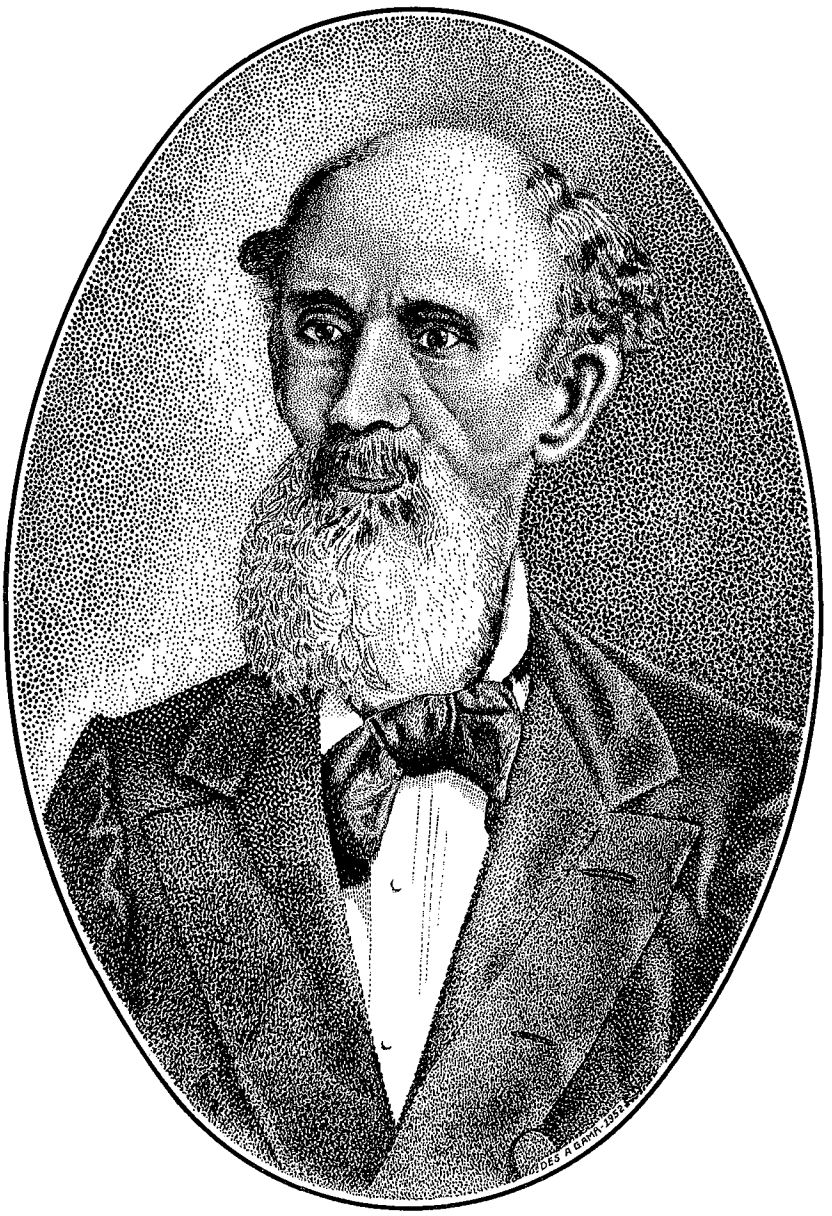
[87] Por ocasião do Censo de 1940, êsse Município era denominado Rosário

* * *

8 A proporção correspondente à população das aglomerações urbanas em relação à total, apesar de se ter elevado sensìvelmente entre 1940 e 1950, continua, no entanto, em nível baixo A maioria dessas aglomerações apresenta em ambas as datas população inferior a 25 mil habitantes Encontram-se, em geral, localizadas nos distritos-sedes dos Municípios, mas apenas um quarto do número dos Municípios apresenta aglomerações urbanas [88] Poucas são as grandes aglomerações de mais de 100 mil habitantes, em geral localizadas nos Municípios de Capitais A maioria das aglomerações se encontra nas Regiões Sul e Leste, mas é também importante o número apresentado pelo Nordeste Entre os Estados sobressaem São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Pernambuco. Sòmente a aglomeração do Distrito Federal e a do distrito-sede do Município de São Paulo apresentam mais de 2 milhões de habitantes, abrangendo em conjunto cêrca de um têrço da população das aglomerações urbanas do País

---

[88] Após ter sido preparado o presente estudo, obteve-se do Serviço Nacional de Recenseamento a informação de que a população do Município de Aripuanã ascendia a 2 117 habitantes Como está esclarecido na introdução dêste estudo, não constava da *Sinopse Preliminar do Censo Demográfico* a população dêsse Município, a qual ainda não era conhecida por ocasião da publicação dessa *Sinopse* Não fica, no entanto, alterada a população das aglomerações urbanas apresentada neste estudo



D. S. Fern.a Penna

DOMINGOS SÓARES FERREIRA PENNA

COM o título de A região ocidental da Província do Pará e o subtítulo Resenhas estatísticas das Comarcas de Óbidos e Santarém, apareceu, por volta de 1868, um trabalho de grande valia, como levantamento estatístico de amplo trecho da bacia amazônica até então pouco conhecido. Seu autor, DOMINGOS SOARES FERREIRA PENNA, um dos mais eruditos estudiosos, à época, de nossas realidades, principalmente no terreno estatístico-geográfico, dera a êsse livro excelente o simples nome de relatório

Tratava-se, em verdade, do resultado de pesquisas e observações que lhe haviam sido ordenadas pelo Presidente da Província do Pará, e FERREIRA PENNA, homem cuja modéstia era o traço dominante do caráter, escreveu, ao apresentar o seu estudo: "A coleção de fatos estatísticos, que venho exibir, relativos às Comarcas ocidentais da Província do Pará, é o resultado dos trabalhos a que procedi últimamente, em virtude de recomendações da Presidência, sob a administração de S Ex^{a} o Sr Vice-Almirante JOAQUIM RAIMUNDO DE LAMARE Achava-me em Óbidos desempenhando uma comissão reservada do govêrno provincial quando recebi da Presidência instruções recomendando-me que, sem prejuízo daquela comissão, procurasse conhecer e estudasse o estado e condições das localidades por onde tivesse de transitar, coligindo todos os dados estatísticos que interessassem à administração"

FERREIRA PENNA, embora nascido fora da região amazônica, foi, no dizer de JOSÉ VERÍSSIMO, um dos "grandes beneméritos da Província do Pará" O notável crítico paraense considerava outro trabalho de FERREIRA PENNA, A Ilha de Marajó, de muita importância na parte referente à estatística, acrescentando: "Parece-nos que êste Estado, para cujo exato conhecimento êle, mais que ninguém, contribuiu, cujo desenvolvimento, não só intelectual, mas econômico, êle, por suas publicações estatísticas, tanto serviu, e do qual foi, apesar de não ser paraense, um dos mais prestadios cidadãos, honrar-se-ia consagrando à memória de DOMINGOS SOARES FERREIRA PENNA um modesto monumento"

De outra feita, dizia JOSÉ VERÍSSIMO: "FERREIRA PENNA foi um homem que nada soube fazer na vida pública sem a Estatística" Com efeito, no desempenho das missões que por diversas vêzes lhe cometera o govêrno provincial do Pará, ia fazer censos pessoalmente, quando não podia fiar-se nos dados fornecidos pelos párocos ou delegados de polícia Assim aconteceu quando, no cumprimento da missão de que resultou a obra já apontada, palmilhou larga extensão de rios da bacia amazônica, a recensear as populações dos seringais e cacauais, enquanto observava as condições gerais de vida dos aglomerados, precisando a posição geográfica dos mesmos, bem como fazendo observações sôbre o clima, estado sanitário e problemas de cultivo das diversas lavouras

Sentindo as tremendas dificuldades oriundas da falta de dados estatísticos da região que estudou, escreveu certa vez: "Faço os mais ardentes votos para que, com urgência, se cuide de criar, na Província, uma estatística da população, não só porque é o seu conhecimento um elemento indispensável à administração pública, mas ainda para que, se efetivamente houver excesso de mortalidade sôbre nascimentos, se possam estudar as causas do mal e aplicar-se-lhes os remédios que as circunstâncias exigirem Não é lícito que a Província, sôbre êste assunto de um interêsse peculiar ao seu progresso, e altamente humanitário, permaneça como o cego, que é tão indiferente ao horror das trevas como ao esplendor da luz e à beleza das côres Venha, pois, quanto antes, uma estatística geral, se fôr possível da Província; pois que é pelos elementos da Estatística, combinados com os da Geografia, que o mundo pode regular seus interêsses e os governos conhecer a fôrça, segurar a marcha e promover os progressos da sociedade"

Avaliou FERREIRA PENNA, em 38 000 habitantes a população das duas comarcas ocidentais, de Óbidos e Santarém, que percorreu e estudou, em 1867. Vale a pena transcrever suas palavras a respeito: "Bem que a estatística civil não tenha ainda sido nesta Província um assunto de legislação, e que só em 1867 a Assembléia Provincial dela tra-

tasse, isso mesmo acidentalmente e de modo tão imperfeito que a sua deliberação tornou-se inexeqüível, creio poder dar aproximadamente às duas comarcas ocidentais uma população de 38 000 habitantes, distribuídos pelos seguintes Municípios: Faro, 4 000; Óbidos, 10 000; Alenquer, 4 000; Vila Franca, 3 000; Itaituba, 3 000; Santarém, 9 000, Monte Alegre, 5 000 A esta soma, em que não entra o elemento indígena, pode-se ajuntar a dos Mundurucus, povo tão numeroso que o Sr. MANGIN DESENCOURT *calculou poder pôr em armas 18 a 20 000 guerreiros, e que por sua indústria e tráfico de drogas aproximam-se mais da população civilizada do que das outras tribos indígenas"*

Traça FERREIRA PENNA, *em seguida, alguns comentários sôbre peculiaridades da ocupação humana da zona estudada: "Pessoas de instrução vulgar ou de conhecimentos superficiais, subindo ou descendo o Amazonas e não vendo senão o que seus olhos pouco experimentados lhes mostram nas margens, apressam-se a proclamar que o interior da Província é um deserto. Como, por outro lado, não obstante a exageração prejudicial com que se fala do Amazonas, as margens dêste rio são relativamente estéreis e pouco próprias para habitações, se os inespertos viajantes as deixassem por um momento e penetrassem pelos afluentes e igarapés reconheceriam logo, em presença das numerosas habitações e pequenos sítios, o êrro do seu juízo É com efeito nessas localidades do interior que a população se condensa, porque é também aí que ela encontra terras férteis para cultura, livres de inundações e, sobretudo, um mais seguro refúgio contra os abusos das autoridades inferiores."*

Depois de salientar a insignificância da população de 38 000 habitantes em relação à área estudada, aponta, entre as causas retardadoras de seu desenvolvimento, "os hábitos anti-higiênicos do povo e, em segundo lugar, as condições desfavoráveis do solo e do clima". E acrescenta: "Se não fôra o empenho natural com que todos procuram o bem geral do país, seria talvez uma fortuna para o homem sensível a ausência, na Província, de uma estatística dos nascimentos e óbitos; pois que esta, segundo as probabilidades, fora das cidades e vilas, apresentar-lhe-ia resultados, não lastimáveis, mas profundamente desagradáveis"

Nasceu DOMINGOS SOARES FERREIRA PENNA, *a 6 de junho de 1818, no distrito de Oliveira, Município de Mariana, Província de Minas Gerais Fêz os estudos secundários no Seminário dessa cidade, ingressando, cedo, no serviço público, na Província natal. Em 1848, ocupava, em Ouro Prêto, o cargo de Oficial-Maior, na Secretaria da Assembléia Provincial*

Dedicando-se à imprensa, fundou, em 1850, o jornal O Apóstolo, *de propaganda republicana, o qual circulou durante três anos, com grande aceitação, principalmente por parte do clero, pois atacava a Monarquia citando trechos da Escritura Sagrada Vindo residir na Côrte, exerceu funções burocráticas na Secretaria de Polícia, prosseguindo, porém, na atividade jornalística Por essa época, publicou, no* Jornal do Commercio, *um necrológico de "Marília de Dirceu", a quem conhecera pessoalmente*

Em 1858, viajou com destino ao Pará, como Secretário do Govêrno do Tenente-Coronel MANUEL DE FRIAS VASCONCELOS, *pôsto no qual permaneceu durante sete anos. São dessa fase, relatórios e outros trabalhos de* FERREIRA PENNA, *os quais, segundo* JOSÉ VERÍSSIMO, *que foi um de seus mais autorizados biógrafos, representam invulgares provas de capacidade e dedicação do mineiro que, vivendo trinta anos na longínqua Província nortista, amou-a e serviu-a como à de seu nascimento.*

Deixando êsse pôsto ocupou os cargos de bibliotecário público, organizador do museu regional e professor de Geografia no Liceu Paraense e na Escola Normal, dando cumprimento, também, a várias comissões gratuitas, das quais se desempenhou com esclarecido zêlo Estudioso e culto, deixou obras que enriqueceram de maneira considerável a bibliografia amazônica Autoridade em assuntos amazônicos, consultaram-no sôbre peculiaridades regionais sábios e estudiosos, como AGASSIZ, HARTT, DERBY, SMITH, STEERE, COSTA AZEVEDO, BASTIAN, LINDSTONE, BROWN, WALLIS, LACERDA, HENNING, CRÉVAUX *e muitos outros*

Como funcionário, político ou jornalista, pautou sempre FERREIRA PENNA *suas atividades em benefício da coletividade, sem consentir jamais que pontos de vista pessoais fôssem de encontro ao interêsse público A êste respeito, corriam mundo suas lições de desprendimento*

Faleceu FERREIRA PENNA, *em Belém, a 6 de janeiro de 1888*

INFORMAÇÃO SÔBRE O SEXTO RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL

I — INTRODUÇÃO

COM a presente exposição, elaborada por solicitação do Comitê do Censo das Américas de 1950, procura-se, de forma sucinta, oferecer uma visão de conjunto sôbre o VI Recenseamento Geral do Brasil Observou-se, tanto quanto possível, na ordenação da matéria, o esquema constante dos documentos números 907a e 970a do referido Comitê

A) CENSOS REALIZADOS EM 1950

2. O VI Recenseamento Geral do Brasil compreendeu cinco censos e alguns inquéritos especiais, versando aspectos relacionados com a população, a agricultura, o comércio, a indústria e a prestação de serviços, inclusive os transportes

3 Foram os seguintes os elementos investigados, segundo cada Censo:

Censo Demográfico:

a) Em relação a cada indivíduo, no que lhe era aplicável: prenome; sexo; idade; condição no domicílio; presença no domicílio ou ausência no mesmo, eventual ou temporária; côr; estado civil; número de filhos havidos; naturalidade e nacionalidade; língua; religião; instrução; ocupação;

b) em relação a cada domicílio: localização; condição de moradia; aluguel mensal; número de peças; condições de higiene.

Censo Agrícola:

Conforme a modalidade de exploração do estabelecimento: características do imóvel rural e do responsável pela exploração; área, segundo a utilização; valor da propriedade, discriminadamente quanto às terras, benfeitorias, maquinaria, veículos e animais; pessoal permanente e temporário; número das principais máquinas agrícolas e maquinismos em geral; material agrícola e principais viaturas; despesas de custeio e exploração; efetivos pecuários, em relação às diferentes espécies de gado; avicultura, apicultura e sericicultura; plantio; produção agrícola, extrativa e animal, com discriminação dos produtos transformados e dos não transformados.

Censo Industrial:

a) Relativamente a cada emprêsa: tipo econômico; constituição jurídica; ramos explorados; participação dos sócios na realização do capital;

b) relativamente a cada estabelecimento: características gerais; fôrça motriz; e, referidas as informações ao ano de 1949, volume e valor das matérias-primas; material de acondicionamento; energia elétrica, combustível e lubrificantes consumidos; volume e valor da produção; duração do trabalho; vendas e estoque dos produtos;

c) relativamente à emprêsa e ao estabelecimento, discriminadamente: características que lhes são comuns, tais como: capitais aplicados, composição da administração e do pessoal empregado, despesas principais decorrentes da exploração, destacadas as correspondentes aos salários e vencimentos pagos.

Censo Comercial:

a) Relativamente a cada emprêsa: tipo econômico, constituição jurídica, classe de comércio, ramos explorados, participação dos sócios na realização do capital;

b) relativamente a cada estabelecimento: características gerais; e, referidas as informações ao ano de 1949, valor das mercadorias compradas e vendidas, segundo a modalidade da operação e a procedência e destino das mercadorias; montante dos capitais aplicados, composição da administração e do pessoal empregado, despesas principais decorrentes da exploração, destacadas as correspondentes a salários e vencimentos pagos

Censo dos Serviços:

Aspectos característicos e essenciais das emprêsas e estabelecimentos que se dedicam àquelas atividades que, por sua finalidade lucrativa, são assemelháveis

A MATÉRIA que se vai ler é o texto da exposição com que o Diretor da Divisão Técnica do Serviço Nacional de Recenseamento, Sr TULO HOSTÍLIO MONTENEGRO, *deu conhecimento ao Comitê do Censo das Américas de 1950, por solicitação dêste, das diretivas gerais do plano de realização do VI Recenseamento Geral do Brasil*

Assunto do maior interêsse para o estudo e observação dos empreendimentos censitários já levados a efeito no País, julga a REVISTA oportuno oferecer aos seus leitores a íntegra do importante documento.

à indústria e ao comércio, embora não constituam ramos industriais ou comerciais pròpriamente ditos

Inquéritos especiais:

Realizaram-se inquéritos especiais sôbre viação férrea, navegação e comunicações, abrangendo dados essenciais relativos à constituição, capitais aplicados, pessoal, despesas diversas, receita e serviços prestados das emprêsas e estabelecimentos que se dedicam a essas atividades

B) Articulação dos órgãos censitários com o sistema estatístico

4 O Recenseamento Geral de 1950 foi executado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que procurou, na medida do possível, servir-se do pessoal e recursos de seus próprios quadros técnico e administrativo Para tal fim foi criado, na Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística, e em caráter transitório, o Serviço Nacional de Recenseamento, a cuja direção ficaram subordinadas, em tudo quanto se referisse à operação censitária, as repartições regionais e municipais componentes da rêde permanente do I B G E

5 Nessas condições, além do órgão central, foram utilizadas na execução do Recenseamento de 1950 vinte e seis repartições regionais e 1 890 Agências de Estatística, uma em cada Município brasileiro, encarregadas de supervisionar e controlar os trabalhos censitários

C) Recenseamentos anteriores

6 O Recenseamento Geral de 1950 foi a sexta operação censitária levada a efeito no Brasil, cobrindo a totalidade da sua área terrestre que é de 8 464 198 quilômetros quadrados Cinco outras haviam sido anteriormente promovidas em nosso País, não se computando empreendimentos de pequena envergadura, ou de âmbito reduzido, de valor apenas cronológico, simples ensaios tentados com os recursos da época

7 O primeiro Recenseamento Geral do Brasil verificou-se a 1 º de agôsto de 1872, o segundo a 31 de dezembro de 1890, o terceiro a 31 de dezembro de 1900, o quarto a 1 º de setembro de 1920, e o quinto a 1 º de setembro de 1940 Nem todos êsses recenseamentos tiveram a mesma amplitude Os três primeiros abrangeram, apenas, os dados demográficos Realizou-se com o de 1920 a primeira investigação sôbre as condições da agricultura do País e a primeira tentativa de um levantamento completo das atividades industriais Os Censos Comercial e dos Serviços foram iniciados no Brasil com o Recenseamento de 1940

8 De acôrdo com êsses levantamentos periódicos, a situação do Brasil, nas datas de referência das várias operações, pode ser assim apresentada:

Censo Demográfico

DATA DOS RECENSEAMENTOS	POPULAÇÃO PRESENTE
1.º-VIII-1872	10 112 061
31- XII-1890	14 333 915
31- XII-1900	17 318 556
1 º- IX-1920	30 635 605
1 º- IX-1940	41 236 315

Censo Agrícola

ESPECIFICAÇÃO	CENSO DE 1920	CENSO DE 1940
Estabelecimentos recenseados (número).	648 153	1 904 589
Área total (hectares)	175 104 675	197 720 247

Censo Industrial

ESPECIFICAÇÃO	CENSO DE 1920	CENSO DE 1940
Estabelecimentos recenseados (número).	13 569	49 418
Capital aplicado (Cr$ 1 000)	2 032 280	18 033 237
Operários (número)...	293 673	781 185
Produção (Cr$ 1 000)	*3 200 670	**17 479 393

* Ano de 1919
** Ano de 1939

Censo Comercial

ESPECIFICAÇÃO	CENSO DE 1940
Estabelecimentos recenseados (número)	194 419
Dos quais,	
Estabelecimentos de comércio de mercadorias	
Número . . .	185 319
Pessoal ocupado (administração e empregados)	460 101
Vendas (Cr$ 1 000) — 1939	33 494 682

Censo dos Serviços

ESPECIFICAÇÃO	CENSO DE 1940
Estabelecimentos recenseados (número)	103 914
Dos quais,	
Oficinas de confecção, conservação e reparação . . .	48 569
Serviços e oficinas de higiene pessoal	19 761
Serviços de alojamento e de alimentação	32 148
Teatros, casas de diversões, estúdios e estações rádiodifusoras	3 436
Pessoal ocupado (administração e empregados)	270 335
Receita (Cr$ 1 000) — 1939	1 897 732

II — PREPARAÇÃO PARA O RECENSEAMENTO

A) Legislação

9 O VI Recenseamento Geral do Brasil foi realizado nos têrmos da Lei n º 651, de 13 de março de 1949, que, mantendo os dispositivos básicos contidos no Decreto-lei n º 969, de 21 de dezembro de 1938, regulador da execução das operações censitárias no País, estabeleceu que em 1950 seriam realizados "além dos Censos Demográfico, Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços, os inquéritos e levantamentos complementares" julgados necessários

10 As atribuições conferidas, no Recenseamento de 1940, à Comissão Censitária Nacional, de acôrdo com o Decreto-lei n º 969, passaram a ser exercidas pela Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, órgão colegial de direção do sistema estatístico brasileiro

11 Depois de autorizar, no Artigo 3 º, a criação, em caráter transitório, do Serviço Nacional de Recenseamento, a Lei n º 651 dispôs sôbre a admissão de pessoal e a colaboração dos demais órgãos do sistema estatístico No Artigo 4 º, determinou que as atribuições dos diferentes órgãos, bem como os direitos e deveres do pessoal a ser admitido, seriam fixados em regulamento, no qual se observariam, "dentro dos limites aconselhados pela experiência brasileira, as recomendações baixadas pelo Instituto Interamericano de Estatística, relativamente ao Censo das Américas de 1950"

12 As normas gerais sôbre a execução dos censos e inquéritos constaram do "Regulamento do VI Recenseamento Geral do Brasil" baixado pelo Decreto n º 26 914, do Presidente da República, em 20 de julho de 1949

B) Financiamento da operação censitária

13 O custo total do Recenseamento Brasileiro de 1950 foi estimado, em agôsto de 1948, em Cr$ 250 000 000,00, ressalvada a eventualidade de elevação de salários e do preço das utilidades

14 Segundo se verifica da exposição de motivos daquela época, com que o Presidente do I.B G E encaminhou ao Govêrno da República o anteprojeto da Lei que tomou o número 651, a referida estimativa baseou-se, principalmente, no custo das operações análogas do Recenseamento de 1940, adotando-se, relativamente à remuneração do pessoal, taxas correspondentes ao dôbro das vigentes na operação censitária anterior para as tarefas de coleta, codificação, perfuração, etc

15 Calculadas, em bases mais ou menos seguras, as demais despesas de material, serviços e encargos, tais como a impressão do material, o aluguel do equipamento mecânico, a compra de cartões e acessórios, a divulgação dos resultados, etc , acrescentou-se ao montante obtido uma percentagem para as despesas gerais de administração — que ficaram bastante reduzidas em vista de caber às repartições permanentes do Instituto parcela considerável das tarefas censitárias.

16 Segundo se verifica da referida exposição de motivos, houve, no cálculo das despesas, a "preocupação de obter-se o máximo de economia, dentro de limites que não afetassem a integral e conveniente execução dos serviços" Daí a circunstância de que a estimativa estabelecida representa, em relação às despesas efetivamente realizadas em 1940, um aumento de menos de Cr$ 100 000 000,00 — muito reduzido em face da considerável elevação de salários e preços verificada no após-guerra

17 A obtenção dos fundos necessários à realização do Recenseamento ficou assegurada em dispositivo da Lei n º 651, que estabelece: "Os recursos necessários à integral execução dessa operação serão consignados, a partir de 1950, no Orçamento Geral da República, na Verba 3-06- Auxílios, Contribuições e Subvenções — atribuída ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística " Para o ano de 1949, a própria Lei abriu o crédito especial de Cr$ 18 000 000,00, visto já ter sido concluída, à época de sua promulgação, a elaboração orçamentária referente ao exercício

18 Convém assinalar que, de acôrdo com o Regulamento da operação censitária, "a circunstância de caber à União o ônus do Recenseamento não exclui qualquer contribuição material, ou mesmo especificamente financeira, com que os Estados e Municípios queiram ampliar a sua participação na obra censitária" A colaboração dos Estados e Municípios concretizou-se, principalmente, na instituição de prêmios aos Recenseadores, participação nas atividades publicitárias e facilidades na instalação dos órgãos censitários e na utilização de serviços de transportes e comunicações

19 Não foi criado qualquer impôsto ou taxa especial para financiamento do Recenseamento, cujos fundos procederam, assim, das fontes normais de receita do Govêrno Federal e têm sido votados e entregues ao Instituto na devida oportunidade

C) Métodos e material de propaganda

20 Apesar de seguir uma orientação unificada, a propaganda do Recenseamento foi tanto quanto possível descentralizada, dando-se o máximo de iniciativa às repartições regionais e municipais Alguns princípios norteadores foram preestabelecidos, a fim de que se alcançasse a necessária unidade em seus motivos principais Nesse sentido as recomendações do órgão central versaram, entre outros, os seguintes pontos:

a) caráter impessoal da propaganda, evitando-se referências pessoais, aplausos e elogios aos responsáveis pelo Recenseamento;

b) respeito à tradição estatística, evitando-se desmerecer a estatística permanente para ressaltar a importância do censo, bem como subestimar o trabalho executado nos Recenseamentos anteriores;

c) equilíbrio nas afirmações, evitando-se prometer dados e resultados que não seriam obtidos dentro do programa do Recenseamento

21. Independentemente do material editado por iniciativa das repartições regionais e municipais, o órgão central distribuiu, para todo o Brasil, grandes quantidades de cartazes, almanaques, discos gravados com textos para serem irradiados nas estações locais de radiodifusão e de alto-falantes, folhetos explicativos ("Para que serve o Recenseamento"), filmes, volantes, tópicos para reprodução na imprensa local, carimbos com frases alusivas ao Recenseamento, etc

22 Em cada Município, dentro da orientação fixada pelo órgão regional, se procurou obter colaboração das entidades locais, públicas e particulares, as quais contribuiram de maneira ampla para a propaganda censitária

23 Pode-se dizer que, em todo o território nacional, a propaganda se fêz mediante a utilização, em maior ou menor escala, dos seguintes elementos: publicações na imprensa de tópicos, artigos, entrevistas, notícias, concursos, etc ; folhetos diversos adaptados a finalidades e a níveis de instrução diferentes; volantes; almanaques; cartazes; gravuras de santos; cartões-postais; circulares a pessoas e a entidades coletivas; selos postais emitidos pela Repartição de Correios; selos de propaganda, sem valor; mapas; material escolar (lápis, mata-borrão, etc) com dizeres impressos; faixas colocadas em locais de movimento; letreiros luminosos; bandeirolas; dísticos para colagem em automóveis, postes, ruas, etc , com frases sôbre o Censo; carimbos, para aposição em sobrecartas, impressos, etc ; cartazes afixados no interior de ônibus, bondes, etc ; poesias populares; proclamações de autoridades civis, militares e religiosas, dirigidas ao povo em geral ou a determinados grupos da população; composições musicais e programas de radiodifusão; irradiação através de amplificadores em veículos ou em locais fixos de maior movimento; conferências e palestras em auditórios públicos; irradiação através da rêde de estações transmissoras de radioamadores; filmes sôbre o preparo do Recenseamento e aspectos recenseados; propaganda escolar

D) Base Geográfica

1 *Elementos cartográficos disponíveis*

24. Os mapas de circunscrições municipais foram o elemento cartográfico mais importante utilizado nos trabalhos censitários, graças ao qual se tornou possível dividir com relativa precisão o território em zonas e setores censitários, assim como dar a cada Recenseador idéia antecipada da área delimitada a seu cargo.

25 Os mapas das circunscrições municipais de diversos Estados e Territórios estavam, na maioria dos casos, atualizados e representavam a situação territorial-administrativa vigente Alguns, porém, reportavam-se à divisão em vigor no período qüinqüenal anterior ao presente; e, em certos casos, a 1940 O exame da precisão e atualidade de cada mapa foi feito nas Inspetorias Regionais Estas, em muitos casos, encontraram facilidades para a atualização dos mapas existentes; em outros, porém, os órgãos geográficos dos Estados e Territórios não dispunham de pessoal e material adequados aos trabalhos a seu cargo Quer na primeira, quer na segunda hipótese, salvo raras exceções, a colaboração dos órgãos geográficos regionais nos trabalhos preliminares do Recenseamento contribuiu para suprir boa parte das deficiências antes verificadas

26 No que se refere tanto ao material cartográfico existente, quanto ao novo material relativo aos Municípios criados depois de 1940, o método empregado predominantemente foi o do levantamento topográfico, ao lado da utilização de outros em menor escala Em caráter experimental e em um único Estado (Espírito Santo) aproveitou-se o reconhecimento do terreno durante os trabalhos da coleta para assinalar nos mapas de cada setor censitário os acidentes ou outras ocorrências omissas Cada Recenseador, dêste modo, contribuiu para a correção dos mapas, marcando-os com sinais convencionados tôdas as vêzes que o terreno por êle percorrido não estava exatamente cartografado

27 Para melhor compreensão da divisão geográfica brasileira, esclarece-se que o Recenseamento se ateve aos dispositivos legais que regem o assunto, segundo os quais prevalecem os seguintes conceitos:

Município — Unidade territorial-administrativa em que se dividem os Estados e os Territórios;

Distrito — Unidade territorial-administrativa em que se subdivide o Município;

Cidade — Sede do Município, isto é, localidade com o mesmo nome do Município a que pertence, e onde está sediado o respectivo Govêrno Municipal;

Vila — Sede do Distrito, isto é, localidade com o mesmo nome do Distrito a que pertence e onde estão sediadas as autoridades distritais, excluídos os distritos das sedes municipais

2 *Setores Censitários*

28 Para fins censitários, os Municípios brasileiros foram divididos em "setores censitários" Cada setor censitário compreendeu área territorial de extensão variável, a cargo de um Recenseador

29 Definia-se, assim, o setor censitário como a menor unidade territorial de trabalho, podendo o seu número, dentro dos Municípios e Distritos, variar em conformidade com a área, as dificuldades de transporte, a densidade da população, a maior ou menor proximidade dos domicílios, propriedades agrícolas, estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços

30 Constituiram condições essenciais para a formação do setor censitário:

a) possuir área territorial contínua dentro do mesmo distrito judiciário-administrativo e da mesma situação (urbana, suburbana ou rural), zona ou subzona, pois, de outra maneira, os setores censitários, se constituídos de porções

de territórios pertencentes a distritos e situações diferentes, impossibilitariam a apuração e a divulgação dos resultados, segundo as áreas fixadas por lei;

b) permitir que a coleta das informações dos vários censos, em cada setor, fôsse executada integralmente por um único recenseador, dentro dos prazos fixados; cada setor deveria conter, em média, 300 unidades censitárias da mesma espécie (domicílios, propriedades agrícolas, estabelecimentos comerciais, industriais, de prestação de serviços, etc), se o recenseador fôsse exclusivo de um censo; e unidades de espécies diferentes se o recenseador fôsse incumbido da coleta das informações dos vários censos;

c) ser descrito e representado de maneira satisfatória no mapa do município, de modo a afastar a possibilidade de interferência de um recenseador em setor diverso daquele que lhe foi atribuído

31 A divisão dos Distritos em setores censitários constituiu atribuição das Agências Municipais de Estatística, ficando, porém, para entrar em vigor, na dependência da aprovação das Inspetorias Regionais

32 Concluída a delimitação, verificou-se que o território brasileiro foi dividido em 42 587 setores censitários.

E) Censos Experimentais

33. O Serviço Nacional de Recenseamento não considerou necessário realizar experiências de grandes proporções com os questionários adotados, sobretudo porque dispunha, a respeito da aceitabilidade dos quesitos, de elementos obtidos na operação censitária anterior, em condições de permitir ajuizar da qualidade dos dados que seriam coletados

34 Assim, no Censo Demográfico, limitou-se o S N.R , como experiência, a utilizar o boletim entre os funcionários de várias repartições e em estabelecimentos industriais localizados fora do perímetro urbano do Distrito Federal 348 boletins foram preenchidos nesse teste, com declarações referentes a 1 582 pessoas Os quesitos se mostraram adequados e as instruções foram bem compreendidas As modificações de maior importância cingiram-se às perguntas sôbre instrução e ocupação

35. No Censo Agrícola, dada a diversificação existente entre as várias Unidades da Federação, submeteu-se o questionário geral a experiência em cinqüenta Municípios, selecionados em conformidade com a localização, exploração principal, culturas de maior importância, processos de exploração e outras condições Em cada um dêsses Municípios foram recenseadas entre 25 a 50 propriedades pelo próprio Agente de Estatística, que ficou obrigado a remeter, com os questionários preenchidos, um relatório com as observações feitas. A análise do material recebido ofereceu excelentes sugestões, de que resultaram alterações, nem sempre superficiais, no boletim e nas instruções ao recenseador.

36. Nos Censos Industrial, Comercial e dos Serviços não foram efetuadas experiências, senão aquelas de adequação dos modelos projetados aos tipos de estabelecimentos a que deveriam ser aplicados Estas, entretanto, se verificaram durante tôda a fase de preparo do material, com a colaboração de instituições interessadas nos levantamentos censitários.

III — ESQUEMA DAS OPERAÇÕES

A) Data de referência

37 Ressalvados os casos expressos em que as informações deviam reportar-se ao ano de 1949, as datas de referência dos Censos, fixadas no Regulamento aprovado pelo Decreto n º 26 914, foram as seguintes: 1.º de janeiro de 1950, para os Censos Econômicos, e 1 º de julho do mesmo ano para os Censos Demográfico e Agrícola

38 A modificação da data de início da coleta de 1 º de setembro (adotada para os Recenseamentos de 1920 e 1940) para 1 º de julho foi determinada, principalmente, pelas observações dos responsáveis pela execução da operação anterior, relativas às chuvas constantes em várias regiões, no último trimestre do ano; e, também, pela proximidade das eleições para a Presidência da República, Govêrno dos Estados e outros postos, realizadas em 3 de outubro

39 Não houve proibição de saída de domicílio ou outra qualquer medida coercitiva semelhante, em conseqüência da realização da coleta censitária

B) Duração da Coleta

40 A duração da coleta foi variável, de acôrdo com o Censo, a situação (urbana ou rural) e a maior ou menor densidade do Município e seus meios de transporte interior

41 Pode-se dizer que, salvo raras exceções, no Censo Demográfico a coleta estava terminada, nas cidades e vilas, em pouco mais de um mês

42 Considerando-se o encerramento da coleta na totalidade dos Municípios brasileiros, incluindo a situação rural, a conclusão do trabalho assim se efetivou:

DATA	MUNICÍPIOS CUJA COLETA ESTAVA CONCLUÍDA (%)		
	Censo Demográfico	Censo Agrícola	Outros Censos
1-VIII-1950 ..	2	0	0
1- IX-1950	22	13	9
1- X-1950	49	38	29
1- XI-1950	72	61	51
1- XII-1950	90	84	76
1- I-1951	99	99	91
1- II-1951	100	100	99
1- III-1951	100	100	100

43 Um único Município, na última das datas citadas não havia enviado dados precisos sôbre a população recenseada, embora tivesse o órgão central notícia de que nêle o trabalho fôra encerrado: Aripuana, de difícil acesso, no interior do Estado de Mato Grosso.

C) SITUAÇÃO DOS TRABALHOS EM 31-III-1951

44 Os trabalhos de crítica e codificação de boletins no S N R não começaram simultâneamente para todos os Censos, por causa da inevitável demora na chegada ao Rio de Janeiro, em quantidade suficiente para trabalho em rotina, das primeiras remessas de material dos Censos Econômicos procedentes dos Estados Além disso, o pessoal do órgão central encarregado dêstes últimos censos, colaborou ativamente na coleta dos mesmos no Rio de Janeiro, cidade que conta o maior número de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços de todo o País

45 Essas circunstâncias determinaram que o início da crítica e codificação das declarações se verificasse a 1 º de agôsto de 1950 para o Censo Demográfico, a 15 de janeiro de 1951 para o Censo Agrícola e na segunda quinzena de fevereiro para os demais Censos Em decorrência disso, enquanto o Demográfico absorve, no momento, quase o máximo de pessoal com que deve contar, os outros Censos ainda estão em fase de menor rendimento de produção

46 Dentro da mesma ordem, a apuração mecânica teve início, com pequeno grupo de perfuradores, em 1 º de novembro de 1950, e ainda está crescendo, quanto a pessoal e equipamento, até atingir o máximo previsto

47 Se tomarmos, como exemplo do aumento da produção mensal, os dados relativos às fases de codificação e de perfuração do Censo Demográfico, teremos idéia aproximada da maneira como vai melhorando o rendimento, à medida que se avoluma o número de pessoas que nelas trabalha e progride o seu treinamento:

PERÍODO	Boletins codificados	Cartões perfurados
Média mensal do 1 º trimestre	28 816	711 960
Quarto mês de trabalho	29 907	900 419
Sexto mês de trabalho	357 255	2 004 463
Nono mês de trabalho	699 914	(1) 5 000 000

(1) Estimativa

48 Quanto à duração de cada uma das fases, as previsões do órgão central estão ainda sujeitas a retificações Espera-se, entretanto, com bastante probabilidade de que as datas se confirmem, que a codificação, revisão e verificação do Censo Demográfico estejam totalmente concluídas até março do ano próximo O andamento das operações referentes aos demais Censos deverá permitir também que, no primeiro trimestre de 1952, se encerrem aquelas fases

D) DIVULGAÇÃO DE DADOS GERAIS PRELIMINARES

49 Embora a publicação de resultados parciais por áreas menores tivesse sido feita a partir da segunda quinzena de julho de 1950, sòmente foi possível fazer a primeira divulgação de totais para todo o Brasil a 19 de março do corrente ano.

50 Essa ocorrência, entretanto, dada a extensão do território brasileiro e a precariedade, em alguns casos, dos meios de transportes, teve particular significado, sobretudo considerando-se que, a 6 de abril, ou seja, após nove meses da data de referência, se iniciava a distribuição da *Sinopse Preliminar do Censo Demográfico*, apresentando resultados por Unidades da Federação, Municípios, Cidades e Vilas, em volume impresso, com a tiragem de 25 000 exemplares

51 Na referida publicação, a população do Brasil registrada nos boletins do Censo Demográfico, realizado a 1 º de julho de 1950, incluindo moradores ausentes, os quais serão excluídos na apuração definitiva, para o cômputo da população presente, assim se distribuía:

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO PRESENTE	
	Números absolutos	% sôbre o total do Brasil
Norte	**1 883 325**	**3,58**
Guaporé	37 438	0,07
Acre	116 124	0,22
Amazonas	530 920	1,01
Rio Branco	17 623	0,03
Pará	1 142 846	2,18
Amapá	38 374	0,07
Nordeste	**12 652 624**	**24,03**
Maranhão	1 600 396	3,04
Piauí	1 064 438	2,02
Ceará	2 735 702	5,20
Rio Grande do Norte	983 572	1,87
Paraíba	1 730 784	3,29
Pernambuco	3 430 630	6,51
Alagoas	1 106 454	2,10
Fernando de Noronha	648	0,00
Leste (1)	**19 162 745**	**36,40**
Sergipe	650 132	1,23
Bahia	4 900 419	9,31
Minas Gerais (2)	7 839 792	14,89
Espírito Santo (2)	870 987	1,65
Rio de Janeiro	2 326 201	4,42
Distrito Federal	2 413 152	4,58
Sul	**17 183 594**	**32,64**
São Paulo	9 242 610	17,56
Paraná	2 149 509	4,08
Santa Catarina	1 578 159	3,00
Rio Grande do Sul	4 213 316	8,00
Centro-Oeste	**1 763 191**	**3,35**
Mato Grosso	528 451	1,00
Goiás	1 234 740	2,35
BRASIL	**52 645 479**	**100,00**

(1) Inclusive 162 062 habitantes da região da Serra dos Aimorés, território em litígio entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. — (2) Exclusive a população da região da Serra dos Aimorés

E) DATA DA CONCLUSÃO DAS TABULAÇÕES

52 A conclusão da tabulação dos dados está condicionada à das fases de crítica, codificação e seguintes, motivo pelo qual não nos parece acertado incluir aqui estimativas sujeitas a retificação, elaboradas apenas para orientação interna do Serviço Nacional de Recenseamento

53 De acôrdo com as sugestões aprovadas, a tabulação se dividirá em duas etapas distintas: na primeira, serão apresentados os dados gerais, cujo conhecimento com maior urgência é acon-

selhável; na segunda, as elaborações mais complexas que, tentadas simultâneamente, viriam contribuir para retardar a divulgação dos dados principais

54 Dentro dos prazos previstos, os dados gerais deverão estar publicados até 1 º de julho de 1952, data em que se completa o prazo legal para a sua divulgação

F) Publicação dos quadros mínimos da C O T A

55 A fim de que a publicação dos resultados de cada Censo não fique retardada, aguardando a conclusão das várias fases de trabalho do material para apresentação dos resultados do Brasil, o S N R. efetuará, parceladamente, a publicação dos quadros essenciais, entre os quais estão compreendidos os recomendados pelo Comitê do Censo das Américas Assim, à medida que fôr sendo concluída cada Unidade da Federação, far-se-á a publicação de uma "Sinopse" A primeira delas, contendo dados definitivos, referentes ao Distrito Federal, deverá estar em circulação até agôsto do corrente ano As demais se seguirão, sem solução de continuidade, de maneira que o prazo acima citado, estabelecido por lei, seja atendido Tão logo divulgadas as "Sinopses Regionais" de todo o Brasil, será possível apresentar os resultados do País, em conjunto

G) Instalação e aparelhamento dos serviços censitários

56 A circunstância de ter sido o Recenseamento de 1950 realizado pelos órgãos regionais e municipais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, instalados e em funcionamento desde há vários anos, simplificou consideràvelmente os problemas ligados à localização e ao aparelhamento dos serviços encarregados da supervisão da coleta De modo geral, funcionaram êsses nas suas próprias sedes, salvo em casos excepcionais, quando foi necessário maior espaço ou melhor instalação

57 A sede do órgão central do Recenseamento — com área superior a 3 000 metros quadrados — atende perfeitamente às necessidades; está fora da parte central da cidade, mas é de acesso conveniente Entre as suas condições favoráveis está a de permitir o funcionamento, em um mesmo edifício, de todos os serviços censitários, incluindo-se nêles, além da recepção e empastamento de material, a crítica e codificação das declarações, e a apuração mecânica, assim como o preparo de originais para impressão Apenas o armazenamento do material procedente dos Estados e Territórios — cêrca de cinco mil caixas de madeira contendo boletins preenchidos — é feito em prédio à parte, localizado nas imediações

58 O preparo de todo o material impresso destinado ao Recenseamento estêve a cargo do Serviço Gráfico do I B G E , que concluiu em tempo satisfatório a sua entrega, num total superior a 50 milhões de exemplares destinados à coleta e à propaganda

IV — RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A Distribuição geral das despesas

59 O custo total do Recenseamento Brasileiro de 1950 foi estimado, conforme se disse em outro capítulo, em Cr$ 250 000 000,00, assim distribuídos:

ANOS	APLICAÇÃO	CUSTO (Milhões de Cr$)
1949	Trabalhos preparatórios, inclusive organização de cadastros, preparo de mapas censitários e impressão de questionários	18
1950	Distribuição e coleta dos questionários	160
1951	Codificação e apuração	25
1952	Codificação, apuração e sistematização	30
1953	Publicação dos resultados	17

60 De acôrdo com a legislação orgânica do I B G E e com a própria Lei que regulou a execução do Recenseamento, as importâncias globais acima referidas são entregues pelo Govêrno ao Instituto, em cada exercício, sob a forma de "auxílio", isto é, sem discriminação orçamentária segundo as verbas, consignações e subconsignações da sistemática orçamentária da administração federal brasileira

61 Cabe, assim, à Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística — órgão a que a legislação censitária cometeu as atribuições de natureza deliberativa relacionadas com o Recenseamento — fazer o parcelamento, em dotações orçamentárias específicas, das verbas globais votadas anualmente para a execução da operação

62. Sendo o próprio Instituto o órgão responsável pela operação censitária, êsse parcelamento obedece à sistemática adotada para as despesas permanentes da entidade, isto é, os quantitativos orçamentários se distribuem, anualmente, por consignações e subconsignações das seguintes verbas:

a) Pessoal — destinada a pagamentos de vantagens aos servidores censitários, tais como, vencimentos, salários, diárias, etc ;

b) Material — que atende às despesas com a aquisição de material permanente e de consumo, inclusive cartões I B M para apuração mecânica;

c) Serviços — por onde corre o pagamento dos seguintes serviços prestados por terceiros ao Recenseamento: conservação e reparos, publicidade, taxas de serviços públicos (telefone, eletricidade, etc), transportes e comunicações, etc ;

d) Encargos diversos — em que as principais rubricas são as destinadas ao aparelhamento dos órgãos regionais de coleta, à divulgação dos resultados censitários, ao aluguel do equipamento I B M e ao custeio dos compromissos internacionais ligados ao Recenseamento;

e) Eventuais — que atende às despesas imprevistas, não classificáveis nas especificações das outras verbas.

63 De conformidade com os orçamentos já aprovados pela Junta, para os exercícios de 1949, 1950 e 1951, e com estimativas baseadas no andamento dos trabalhos, para os exercícios de 1952 e 1953, as despesas do Recenseamento se distribuirão da seguinte maneira, em milhares de cruzeiros:

ESPECIFICAÇÃO	1949	1950	1951	1952	1953
Pessoal	1 972	129 590	29 000	22 000	6 000
Material	10 665	8 140	500	700	400
Serviços	673	5 760	700	700	550
Encargos diversos	4 420	5 850	4 700	6 500	10 000
Eventuais	270	660	100	100	50
TOTAL	18 000	150 000	35 000	30 000	17 000

B) DESPESAS DAS FASES PREPARATÓRIA E DE COLETA

64 Relativamente às fases preparatória e de coleta, a que correspondem as estimativas referidas no item 59, para os exercícios de 1949 e 1950, as principais despesas podem ser grupadas, aproximadamente, segundo as etapas e características dos trabalhos, no quadro abaixo Convém assinalar que, a partir de agôsto de 1950, correram à conta da dotação do respectivo exercício despesas relativas a tarefas de apuração (crítica, codificação, etc)

DISCRIMINAÇÃO	DESPESAS EFETUADAS (Cr$ 1 000)					
	Pessoal	Material	Serviços	Encargos	Eventuais	TOTAL
Planejamento e outras tarefas preliminares não especificadas	2 200	100	120	230	70	2 720
Base geográfica	100	210	40	10	30	390
Propaganda	110	500	540	—	—	1 150
Organização de cadastros	1 900	50	50	—	20	2 020
Adaptação do edifício-sede	—	2 000	650	1 800	—	4 450
Instalação e aparelhamento dos órgãos censitários	—	2 500	—	6 000	—	8 500
Impressão dos instrumentos de coleta	—	6 000	—	—	—	6 000
Distribuição do material de coleta	120	800	1 410	—	—	2 330
Treinamento do pessoal	1 350	—	450	—	30	1 830
Supervisão e contrôle da coleta	23 100	—	1 800	200	40	25 140
Remuneração de Recenseadores e revisores	96 260	—	—	—	—	96 260
Retôrno do material de coleta	100	50	880	—	—	1 030
Outras despesas	610	120	480	20	100	1 330
TOTAL	125 850	12 330	6 420	8 260	290	153 150

65 De modo geral, a supervisão da coleta, nas Unidades Federadas e nos Municípios, ficou a cargo dos funcionários das Inspetorias Regionais e das Agências Municipais de Estatística A êsses servidores coube, a mais, como remuneração pelos trabalhos censitários, um têrço do seu salário normal, êste não incluído nas parcelas do quadro supra e variável na época da coleta entre Cr$ 1 050,00 e Cr$ 8 400,00

66 A escala de remuneração mensal dos Agentes Itinerantes, encarregados da supervisão de grupos de Municípios, e dos Delegados Especiais (êstes só admitidos no caso de não ser aconselhável atribuir ao Agente de Estatística a responsabilidade pela coleta) variava entre Cr$ 2 100,00 e Cr$ 5 000,00 e a diária do pessoal, quando em viagem, entre Cr$ 30,00 e Cr$ 150,00.

67. A remuneração dos Recenseadores foi feita à base de tarefa, de acôrdo com a Resolução Censitária n º 6, da J E C , que estabeleceu as seguintes normas:

a) fixação de uma taxa básica, variável entre Cr$ 0,55 e Cr$ 0,75, segundo as condições fisiográficas, econômicas e sociais das várias Unidades da Federação;

b) fixação das taxas unitárias de pagamento, de acôrdo com os seguintes princípios:

1 no Censo Demográfico, por pessoa recenseada em boletim de coleta, a própria taxa básica; pelo registro completo de domicílio na caderneta do recenseador, quatro vêzes a taxa básica; e, pelo registro de unidade não domiciliária na caderneta do recenseador, duas vêzes a taxa básica;

2 no Censo Agrícola, por questionário geral ou especial destinado a arrolamento de gado, devidamente preenchido, quatro vêzes a taxa básica; por informante registrado no questionário suplementar, meia taxa básica; e, pelo registro do imóvel na caderneta do recenseador, duas vêzes a taxa básica;

3 nos demais censos econômicos por questionário geral ou especial, devidamente preenchido, oito vêzes a taxa básica e, pelo registro de estabelecimento, ou local de exercício de atividade econômica, na caderneta do recenseador, quatro vêzes a taxa básica;

c) invariabilidade das taxas referentes às pessoas recenseadas e ao preenchimento de qualquer questionário;

d) variabilidade das taxas pelo registro em caderneta, de maneira a atender às despesas de transporte e de estada dos recenseadores quando em serviço fora dos quadros urbano e suburbano da sede municipal, bem como para compensar o tempo gasto no percurso;

e) estudo de taxas especiais, fixadas pela Junta, sempre que ficasse demonstrada a inaplicabilidade das taxas e critérios gerais, nos Municípios de grande extensão territorial, população muito rarefeita e precários meios de transportes;

f) pagamento dos recenseadores em duas quotas, tanto quanto possíveis iguais: a primeira após a entrega do serviço e a segunda quando terminada a sua revisão pela Agência de Estatística

O) Despesas posteriores à coleta

68. Relativamente às despesas subseqüentes à fase de coleta, verifica-se que a sua estimativa sobe a 72 milhões de cruzeiros, a serem entregues ao Instituto nos exercícios de 1951, 1952 e 1953, de acôrdo com as parcelas registradas no item 59 do presente capítulo Deduzidos os montantes correspondentes aos gastos gerais de administração, tais despesas serão distribuídas, aproximadamente, da seguinte maneira, em milhões de cruzeiros:

Crítica e codificação	20
Apuração	30
Sistematização	6
Divulgação	8

69. No demonstrativo acima, a quase totalidade dos montantes previstos para a crítica, codificação e revisão diz respeito à remuneração de pessoal; na apuração, há que levar em conta o aluguel do equipamento I B M e a compra de cartões e acessórios, que consumirão cêrca de um têrço do quantitativo previsto; a rubrica "divulgação" diz respeito à impressão dos resultados e à distribuição das publicações Desta última parcela, já figurou no orçamento aprovado pela J E C para o corrente exercício, a dotação de Cr$ 180 000,00

70 Convém assinalar, finalmente, que, segundo tudo indica, os trabalhos censitários serão ultimados dentro dos orçamentos previstos, sem necessidade de recorrer ao Govêrno para obtenção de recursos adicionais.

V — ORGANIZAÇÃO E SUPERVISÃO GERAL

71. Nos têrmos da Lei n º 651, o Govêrno Federal atribuiu ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística os trabalhos relativos ao Recenseamento Geral, do planejamento à publicação dos resultados, cabendo à Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística exercer as funções de natureza deliberativa.

72. Para o fim exclusivo de executar a sexta operação censitária do Brasil, foi criada na Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística, em caráter transitório, o Serviço Nacional de Recenseamento, diretamente subordinado ao Secretário-Geral do mesmo Conselho.

73. O Serviço Nacional de Recenseamento constitui-se de dois órgãos: Divisão Técnica e Divisão Administrativa, cabendo à primeira o planejamento, orientação, coordenação e contrôle das tarefas técnicas censitárias, e à segunda o planejamento, orientação, coordenação e contrôle das atividades-meios do Serviço.

74 Ao Serviço de Recenseamento aplicaram-se as normas administrativas vigentes para os demais órgãos do C N E , exceto na parte incompatível com a natureza do trabalho censitário. Dentro da mesma orientação, foram aproveitados, tanto quanto possível, os recursos da organização permanente do Instituto

75. Os trabalhos censitários em cada Unidade da Federação incumbiram à respectiva Inspetoria Regional de Estatística Municipal e os encargos relacionados com a coleta foram atribuídos às Agências Municipais de Estatística Apenas em um caso foi a tarefa confiada a um órgão regional especial: na zona litigiosa entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, onde funcionou uma Delegacia criada apenas para a execução do Recenseamento.

76. Além dêsses órgãos, foram constituídos, com o fim exclusivo de auxiliar o Instituto no preparo da opinião pública em favor do Recenseamento, em cada Unidade da Federação, uma Comissão Censitária Regional, constituída do Diretor do Departamento Regional de Estatística, como representante do Govêrno do Estado ou Território, do Inspetor de Estatística e de um representante da Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística; em cada Município, uma Comissão Censitária Municipal, sob a presidência do Prefeito e tendo como membros natos o Agente de Estatística e a autoridade judiciária local de mais alta categoria Umas e outras Comissões tiveram membros colaboradores, até o máximo de dez, escolhidos entre autoridades e cidadãos que pudessem prestar serviços à propaganda do Recenseamento.

77 A admissão do pessoal dos serviços censitários foi condicionada, sempre que possível, e em face da natureza das funções, a prévia demonstração de capacidade em provas públicas realizadas em todo o Brasil, o que eliminou, integralmente, injunções políticas. Sòmente às provas para recenseador concorreram mais de cem mil candidatos. Para as funções de auxiliar censitário, perfuradora e recenseador no Distrito Federal, — cuja seleção foi realizada com o concurso do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, — inscreveram-se mais de 30 000 candidatos, tornando possível ao órgão central contar com pessoal realmente habilitado para a execução das várias tarefas

78. Quanto às pessoas que prestaram colaboração regular aos trabalhos censitários mediante remuneração (os membros das Comissões Censitárias Municipais e os colaboradores das Comissões Censitárias Regionais não receberam nenhum pagamento), pode-se fazer a se-

guinte distribuição com referência à data do Recenseamento:

ESPECIFICAÇÃO	NÚMERO DE COLABORADORES			
	Órgão Central	Órgãos Regionais	Órgãos Municipais	TOTAL
Direção e supervisão	17	65	1 860	1 942
Administração (exclusive os incumbidos de funções de direção e supervisão)	113	789	497	1 399
Recenseadores	—	—	42 587	42 587
TOTAL	130	854	44 944	45 928

79 Iniciada a apuração, o número de servidores do órgão central vem crescendo mensalmente, sendo o seu efetivo assim constituído nas datas referidas:

DATA	NÚMERO DE SERVIDORES		
	Na Divisão Técnica	Na Divisão Administrativa	TOTAL
30- VII-1950	111	58	169
30-VIII-1950	190	63	253
30- IX-1950	291	66	357
31- X-1950	315	69	384
30- XI-1950	440	71	511
31- XII-1950	565	71	636
31- I-1951	633	79	712
28- II-1951	760	76	836
31- III-1951	939	79	1 018
30- IV-1951	1 058	87	1 145
Máxima lotação prevista	1 798	130	1 928

VI — COLETA

A) Material utilizado

80 O material adotado para a coleta e o contrôle da coleta, embora projetado dentro da mesma orientação para os vários censos, teve que atender às condições específicas de cada um, sendo mais simples ou mais complexo, de acôrdo com os aspectos investigados

81 No Censo Demográfico manteve-se a orientação de 1940, usando-se, principalmente, o Boletim de Família, a Lista de Domicílio Coletivo e o Boletim Individual O primeiro, como o nome indica, para o recenseamento das famílias censitárias e das pessoas avulsas moradoras em domicílio independente A Lista de Domicílio Coletivo para o contrôle da distribuição e do movimento dos boletins de família e individuais preenchidos nos domicílios considerados habitações coletivas O Boletim Individual para o recenseamento das pessoas que, na data do Censo, ocupavam dependência de domicílio coletivo (hotel, quartel, asilo, internato, etc) sem ter outras pessoas a seu cargo

82 No Censo Agrícola utilizaram-se apenas três modelos: o Questionário Geral, destinado à coleta de informações referentes a exploração agropecuária e extrativa, o Questionário Suplementar, que serviu ao registro da produção obtida em terras da propriedade, exploradas por empregados, parceiros, meeiros, agregados, etc , bem como dos animais não incluídos no Questionário Geral; e o Questionário Especial para arrolamento de gado em trânsito, recolhido aos currais dos matadouros, frigoríficos, charqueadas, etc , e dos animais existentes em cocheiras, estábulos e outros estabelecimentos semelhantes, localizados fora dos imóveis rurais

83 Para o levantamento das atividades compreendidas no Censo Industrial, foram preparados quinze formulários, sendo um Questionário Geral, treze Questionários Especiais e uma Fôlha Suplementar Aplicou-se o Questionário Geral a tôdas as atividades industriais que, por sua natureza, não constituíam objeto de um dos Questionários Especiais Êstes se destinaram às seguintes indústrias: minas, pedreiras, caieiras e olarias; construção civil; imprensa e artes gráficas; produção e distribuição de energia elétrica; produção e distribuição de gás de iluminação; extração, beneficiamento e transformação de produtos vegetais; padarias; indústria têxtil; beneficiamento de algodão, café e arroz; indústria vinícola; indústria açucareira; indústria de laticínios; indústria de carnes e derivados A Fôlha Suplementar substituiu, nos questionários do C I , as partes inaplicáveis às repartições públicas e autarquias que dispõem de estabelecimento para exploração de uma indústria, financiada e dirigida, direta ou indiretamente, pelo Govêrno Federal, Estadual ou Municipal

84 Para o Censo Comercial foram projetados cinco modelos, sendo um Questionário Geral e quatro Questionários Especiais O Questionário Geral destinou-se às emprêsas e estabelecimentos comerciais pròpriamente ditos, cujo objetivo é a compra, venda, troca ou distribuição de mercadorias, por atacado ou a varejo Os Questionários Especiais se aplicaram às instituições de crédito, às instituições de seguros e capitalização, ao comércio de imóveis e de valores imobiliários e às atividades auxiliares do comércio

85 O Censo dos Serviços — que abrange as organizações que, embora apresentando alguns aspectos idênticos aos das atividades industriais e comerciais, diferem destas quanto ao seu fim principal, que não consiste na produção ou na compra e venda de mercadorias, mas na prestação de um serviço — exigiu cinco Questionários Especiais Foram êstes destinados aos serviços de alojamento e de alimentação, às oficinas de confecção, conservação e reparação, aos serviços e ofícios de higiene pessoal e às casas de diversões e serviços de rádiodifusão

86 Os inquéritos especiais sôbre transportes e comunicações compreenderam três questionários especiais, aplicados, respectivamente, às emprêsas ferroviárias, que exploram serviços de transporte de passageiros e cargas; às emprêsas que exploram serviços de navegação marítima, fluvial ou lacustre, tendo por fim transportes da mesma natureza das de viação férrea; e às emprêsas e entidades públicas que exploram serviços telegráficos, telefônicos, radiotelegráficos e radiotelefônicos

87 Além dêsses questionários, foram utilizadas cadernetas de contrôle da coleta para registro de entrega e recolhimento de boletins e ma-

nuais de instrução para os recenseadores — em número de três, para o Censo Demográfico, Censo Agrícola e Censos Econômicos (exclusive Censo Agrícola)

B) Transportes e comunicações

88 Tanto o órgão central como os órgãos regionais utilizaram veículos, para fiscalização e supervisão da coleta, dos quais alguns adquiridos pelo I B G E e outros cedidos, por órgãos militares ou civis, a título de empréstimo O número não foi suficiente, entretanto, exigindo, em muitos casos, a locação de veículos pertencentes a particulares, mediante contrato ou pagamento de percurso

89 Para as comunicações entre o Serviço Nacional de Recenseamento e os órgãos regionais e municipais, predominou o uso do telégrafo e da via aérea, assim como para as ligações dentro dos Estados e Territórios que dispunham de linhas dessa natureza

90 No transporte do material de coleta e contrôle da coleta, assim como de propaganda, a distribuição se fêz por via rodoviária, marítima e ferroviária para as Unidades da Federação mais próximas da Capital da República e por via aérea, contando-se, inclusive, com o concurso de aviões militares, para as Unidades mais distantes

C) Condições climatéricas

91 No Brasil, conforme foi registrado em documento próprio, o período considerado pelos técnicos como o melhor para as coletas censitárias de caráter nacional tem início no fim de março Durante os quatro meses que se seguem, as condições climatéricas e meteorológicas são favoráveis, em quase todo o país, ao trabalho dos recenseadores A data de 31 de março, que merecia a preferência do I B G E , não pôde, infelizmente, ser adotada Em consequência disso, todo o plano teve de ser revisto, de modo que as tarefas pudessem ser cumpridas, senão até o dia 31 de março, pelo menos até o limite máximo do período considerado, sob o ponto de vista nacional, satisfatório para a coleta Dentro dessa orientação, iniciaram-se os trabalhos a 1 º de julho, considerando-se que, em época posterior, poderiam ser também prejudicados pela proximidade das eleições

92 A execução do Recenseamento, porém, se fêz em condições excelentes, quanto a condições climatéricas, não tendo havido, em nenhuma parte do Brasil, perturbações que merecessem registro especial Os pronunciamentos dos Agentes de Estatística parecem aconselhar a manutenção da mesma época de coleta para as futuras operações censitárias.

D) Reação da população

93 A campanha de preparo da opinião pública em favor do Recenseamento encontrou a melhor receptividade da população em todo o território nacional Raras foram as recusas de fornecimento de informações, essas mesmas resolvidas quase sempre de maneira inteiramente satisfatória, com a interferência do Agente de Estatística ou do Inspetor Regional Em poucos casos foram lavrados autos de infração para imposição das penalidades previstas na legislação censitária

94 A colaboração da população se fêz sentir de várias maneiras, mas, sobretudo, através da indicação, aos órgãos encarregados, de pessoas ou domicílios omitidos nos primeiros dias da coleta No Censo Agrícola — cujos questionários, habitualmente, foram preenchidos pelo próprio recenseador — a boa vontade do agricultor, sem a qual a investigação fracassaria inevitàvelmente, supriu a ausência de registros adequados

95 A complexidade dos questionários dos Censos Econômicos, cuja coleta se revelou demorada nos grandes centros, provocou reação de início desfavorável, mas posteriormente vencida, sem maiores contratempos

E) Preparo do pessoal censitário

96 O treinamento do pessoal censitário para a coleta foi dividido em quatro fases distintas, partindo dos Inspetores Regionais até chegar ao Recenseador.

97 As instruções aos Inspetores Regionais começaram a ser transmitidas em setembro de 1949, através de circulares que trataram minuciosamente de cada etapa do trabalho Em fevereiro de 1950, após a III Sessão do Comitê do Censo das Américas, reuniram-se no Rio de Janeiro, durante cêrca de um mês, os responsáveis pelo Recenseamento nos Estados e Territórios, para prestação de informações sôbre o andamento das tarefas e revisão de instruções e treinamento em geral, inclusive sôbre instrumentos de coleta e contrôle da coleta

98 Retornando às suas sedes, os Inspetores Regionais convocaram os supervisores de zonas censitárias (grupos de Municípios) e, por sua vez, a êles transmitiram as instruções recebidas Continuando o preparo do pessoal, os supervisores de zonas censitárias ("Itinerantes") realizaram reuniões de Agentes de Estatística em pontos diversos de mais fácil acesso nas Unidades da Federação, para o mesmo fim

99 De volta aos Municípios, e selecionados, mediante prova pública, os recenseadores que deviam trabalhar na coleta, puderam os Agentes de Estatística efetuar o treinamento dos mesmos, utilizando material impresso que lhes foi fornecido, sempre sob a orientação dos "Itinerantes", do Inspetor e de auxiliares da Inspetoria Regional, que viajaram constantemente nos três meses anteriores à data do Recenseamento, para aquêle fim

100 A seu turno, o órgão central fiscalizou o trabalho dos Estados e Territórios por meio de servidores de categoria elevada, cuja função foi a de acompanhar a execução das tarefas, transmitindo ao Serviço Nacional de Recenseamento as observações feitas, para que êste pudesse corrigir possíveis erros e falhas verificadas

101 De modo geral, o mecanismo funcionou bem, resultando as deficiências mais da ação

menos eficaz de determinados auxiliares que do processo adotado Entre as dificuldades que causaram maiores perturbações no trabalho, no período preparatório e de execução da coleta, merecem destaque as relativas à substituição de Agentes Municipais de Estatística ou Itinerantes nas proximidades da data do Recenseamento, o que exigiu, em alguns casos, pela falta, na localidade, de elementos em condições de assumir o encargo, a transferência de servidores de outros Municípios e até da Capital da Unidade da Federação

102 No tocante ao treinamento dos recenseadores — cuja duração foi variável, conforme o candidato devesse trabalhar no Censo Demográfico ou nos outros Censos — as principais dificuldades resultaram: a) da não remuneração das horas reservadas às aulas, e b) do fato de muitos candidatos não residirem onde eram dadas as explicações. Em alguns Estados, porém, a primeira foi vencida graças à colaboração das Prefeituras, que concederam diárias aos candidatos a recenseador, durante o período de treinamento.

103 Os métodos usados para a preparação do pessoal variaram de acôrdo com o nível das funções Assim, em relação aos Inspetores, o treinamento foi teórico e prático Nos demais casos, a aprendizagem foi principalmente prática, não só quanto ao preenchimento de questionários, mas quanto à orientação no sentido de vencer os obstáculos surgidos durante a coleta

F) Verificação da coleta

104 A verificação da coleta, no Recenseamento brasileiro, teve dois objetivos essenciais: a) o exame da qualidade do material preenchido, do ponto de vista da honestidade e do cuidado com que foram obtidas as declarações, e b) o conhecimento das falhas ocorridas por omissão de unidades recenseáveis Nessas condições, a verificação foi considerada indispensável e estendida não apenas aos centros, mas a todos os Municípios brasileiros, através de recomendações expressas aos órgãos regionais

105 A verificação, entretanto, por circunstâncias óbvias, não pôde ser feita com a mesma intensidade nas áreas urbanas e rurais Nestas últimas ficou limitada às zonas de mais fácil penetração, utilizando-se nela, como elemento auxiliar, a colaboração de professôres, não-moradores de centros urbanos em visita às cidades e vilas, representantes religiosos, fiscais municipais, etc

106 Nas áreas urbanas a verificação se fêz de formas direta e indireta A verificação direta ficou sob a responsabilidade imediata dos órgãos regionais e municipais, que foram autorizados prèviamente a efetuar as despesas necessárias para a obtenção de conclusões reais sôbre a qualidade do trabalho do recenseador e a cobertura do setor Para atingir êsse objetivo novas visitas foram feitas a domicílios recenseados, assim como o repreenchimento de boletins, conferência das fôlhas de contrôle da coleta com os cadastros prediais, exame atento das construções novas e dos prédios não domiciliários e vagos para localização de pessoas não recenseadas, etc.

107 A verificação indireta variou segundo a região e os recursos disponíveis, tendo-se utilizado, entre outros processos, os seguintes: inquérito junto a repartições públicas, instituições particulares, emprêsas industriais, quartéis, etc , mediante o preenchimento, pelo pessoal pertencente às mesmas, de questionários impressos, com perguntas diversas sôbre o informante, sua família e pessoas de suas relações; investigação, com o concurso do Serviço de Febre Amarela, para localização de pessoas não recenseadas; convocação, através da imprensa, de estações de rádiodifusão e serviços de alto-falantes, das pessoas não recenseadas, a fim de que comparecessem ou se comunicassem com os órgãos municipais, para a correção da omissão havida; inquérito junto a estabelecimentos escolares de vários níveis, localizados nas áreas urbana, suburbana e rural, com igual objetivo; inquérito junto aos Prefeitos Municipais e outras autoridades municipais, para obtenção de impressões sôbre a eficiência da coleta; apelos públicos, por parte de autoridades civis, militares e religiosas, no sentido de que os não-recenseados se apresentassem aos encarregados da coleta.

108 Nos Censos Econômicos, a eficiência da coleta foi apreciada principalmente através do confronto das fôlhas de coleta com os cadastros prèviamente organizados

G) Problemas da coleta

109. A extensão do território brasileiro e a variedade de problemas encontrados não permitem que a presente exposição os focalize em pormenor O Serviço Nacional de Recenseamento está preparando, com as observações formuladas pelos Agentes de Estatística nos seus relatórios, exposição minuciosa a respeito, destinada à série *C* dos "Documentos Censitários"

VII — ETAPAS DA APURAÇÃO CENSITÁRIA

110 As etapas do trabalho censitário, depois de recebido o material coletado no órgão central, são divididas da seguinte maneira: recepção e empastamento; crítica e codificação; revisão e verificação; perfuração e conferência; tabulação (inclusive separação de cartões); sistematização dos resultados para publicação; e publicação, pròpriamente dita Com ligeiras alterações, resultantes da diversidade das investigações realizadas, êsse mesmo processamento é observado para todos os Censos

111 O material recebido no órgão central é submetido a desinfecção, durante 24 horas, em câmaras de expurgo, sòmente sendo entregue a trabalho depois disso. Abertas as caixas, são os questionários conferidos pelas fôlhas de coleta, distribuídos de acôrdo com a espécie, numerados, carimbados com os códigos de Município, Distrito e situação e arrumados em pastas prèviamente preparadas para as demais fases.

112 A crítica e codificação de declarações, no Censo Demográfico, são feitas simultâneamente

em duas fases, tendo a supressão da crítica como fase autônoma resultado da observação da qualidade do material, no tratamento dos boletins inicialmente recebidos Nos Censos Econômicos, a crítica e a codificação constituem tarefas distintas, em fases independentes.

113. Todo o material codificado é submetido a revisão Por sua vez, no Censo Demográfico, o rigor da revisão é mantido através de uma verificação feita, em média sôbre 20% dos boletins revistos.

114. Finda a revisão, o material é encaminhado à apuração mecânica, para perfuração e conferência de cartões perfurados, separação e tabulação dos resultados Concluída a tabulação, os mapas são submetidos à consideração dos órgãos incumbidos dos vários Censos, para crítica e sistematização dos resultados, assim como preparo dos originais das publicações.

115 O pessoal incumbido das várias fases da apuração, selecionado em prova pública, é treinado em aulas e na própria execução das tarefas, com aferição cuidadosa da qualidade do seu trabalho. Sòmente depois de considerado apto é que o auxiliar começa a ser remunerado de acôrdo com a sua produção, deixando de perceber o salário-base. Não há, em qualquer tarefa, limite máximo de produção, o que constitui um estímulo para o auxiliar, que recebe pagamento correspondente ao que produz. A boa qualidade do trabalho é assegurada através de um sistema de pagamento de erros, em multas que aumentam de valor à medida que o êrro passa a afetar mais profundamente o resultado final.

116. As normas de trabalho e a orientação estabelecida para a crítica, codificação e outras fases da apuração estão escritas e são fornecidas ao auxiliar, que é obrigado a observá-las rigorosamente.

117 Na apuração mecânica, como nas fases de crítica e codificação, revisão e verificação, o auxiliar sòmente passa a ser remunerado de acôrdo com a produção depois que atinge determinado limite mínimo na quantidade de cartões produzidos, sem ultrapassar o máximo de erros tolerável.

118. O Serviço Nacional de Recenseamento vem utilizando, na apuração mecânica, equipamento fornecido pela I B M. "World Trade Corporation", contando, para os trabalhos censitários, com o seguinte equipamento:

Máquinas perfuradoras 015	163
Máquinas conferidoras 052	70
Máquinas perfuradoras 016	16
Máquinas perfuradoras 036 .	2
Máquinas reprodutoras resumo 513	15
Máquinas separadoras 075 ...	4
Máquinas separadoras 080	13
Máquinas intercaladoras 077	3
Máquinas interpretadoras 552	1
Máquinas multiplicadoras 601	4
Máquinas tabuladoras alfa numérica 405	2
Máquinas tabuladoras alfa numérica 416	10
Máquinas separadoras eletrônicas 101	9
Máquinas perfuradoras resumos 524 .	18

VIII — OBSERVÂNCIA DE RECOMENDAÇÕES INTERNACIONAIS

A) Mínimos do Comitê do Censo das Américas

119. O Serviço Nacional de Recenseamento está procurando observar, tanto quanto possível, as sugestões dos órgãos estatísticos e censitários internacionais, embora se tenha limitado, em alguns casos, às recomendações mínimas, sem atender àquelas apresentadas como de caráter facultativo, em vista de não haver, em relação a estas, compromisso expresso.

120 Com referência especial às recomendações do Comitê do Censo das Américas, dentro do número de quesitos dos boletins do Censo Demográfico estão contidos todos aquêles arrolados como de interêsse essencial pelo mencionado Comitê E, nos casos em que ligeiras adaptações foram necessárias, para atender da melhor maneira às conveniências e condições brasileiras, ainda assim se teve sempre em mira a comparabilidade dos resultados com os de outras nações que estão também realizando investigações censitárias.

121 Não existem, entre as recomendações mínimas dos organismos internacionais, quaisquer padrões que possam ser considerados não aplicáveis ao Brasil Na apresentação dos resultados, entretanto, nem sempre serão tabulados os dados, para publicação no Brasil, de acôrdo com os quadros sugeridos pela C O T A Ainda assim, o Serviço de Recenseamento enviará ao mesmo Comitê, em tempo oportuno, os elementos necessários à sua apresentação na forma proposta

122 O único problema real, com respeito às recomendações mínimas, é que não vem parecendo necessária ao Brasil, para seu próprio uso, a apuração de todos os quadros segundo grupos qüinqüenais de idade, pois se admitem, em alguns casos, limites diferentes O assunto, porém, será ainda objeto de exposição a ser feita na IV Sessão do Comitê do Censo das Américas, pelo representante brasileiro

B) Classificação de ocupações

123 Na codificação e tabulação das declarações sôbre ocupação das pessoas recenseadas o Serviço Nacional de Recenseamento não está adotando o "Third Draft of the C O T A Occupational Classification", por não atender, de maneira inteiramente satisfatória, às condições nacionais.

124 Todavia, a referida classificação está sendo considerada para efeito de comparabilidade internacional, acreditando-se que os resultados correspondam plenamente ao que se deseja, com certeza, aos "major groups"; quanto aos subgrupos, sòmente depois de mais avançada a apuração, na análise das tabulações, é que se poderá dizer alguma coisa de definitivo a respeito.

125 Com o intuito de melhorar a qualidade dos dados obtidos, pelo conhecimento exato da sua compreensão, o S N R está trabalhando, paralelamente com a codificação das declarações do Censo Demográfico, em um "glossário de

ocupações" que torne possível no Brasil, oportunamente, a publicação de um volume nos moldes do "Diccionary of Occupational Titles", contendo, além da definição das designações ocupacionais, a sua classificação mais adequada dentro do ramo de atividade em que ocorre

C) CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS

126 Em relação à "U N International Standard Industrial Classification of All Economic Activities", a orientação está sendo a mesma referida no capítulo anterior Sem adotá-la para classificação de atividades, o Serviço Nacional de Recenseamento está organizando tabelas de comparabilidade que facilitem, no futuro, a integral apreciação dos resultados A parte industrial, tratada em separado, mostra que o objetivo pode ser atingido de maneira satisfatória, assegurando-se a conciliação quanto às "one-digit divisions", às "two-digit major groups" e às "three-digit groups"

D) NOMENCLATURA DE ÁREAS GEOGRÁFICAS

127 "U N Nomenclature of Geographic Areas for Statistical Purposes" está sendo utilizada, com resultados satisfatórios, na codificação de declarações de nacionalidade e naturalidade do Censo Demográfico Quanto à apresentação dos resultados, em conformidade com os totais obtidos, o Serviço Nacional de Recenseamento efetuará os grupamentos e os destaques que melhor atendam à conveniência nacional, assegurando, entretanto, a comparabilidade dos resultados

IX — OUTROS ASPECTOS

A) A EXPERIÊNCIA DO RECENSEAMENTO BRASILEIRO DE 1950

128 Com o intuito de registrar, de maneira que possa ser utilizada com proveito nas próximas operações censitárias, as observações referentes ao VI Recenseamento Geral do Brasil, o Serviço Nacional de Recenseamento elaborou, como complemento ao relatório dos responsáveis pelos órgãos regionais, um outro, em forma de questionário, a ser preenchido pelos Agentes Municipais de Estatística Êsse relatório está dividido em capítulos nos quais se focaliza, para âmbito municipal, aspectos censitários gerais e aspectos geográficos, administrativos, organização de cadastros, problemas de coleta, aplicação e deficiência dos instrumentos de coleta, de contrôle de coleta e instruções dos vários Censos, propaganda e outros pontos

129 Espera-se que da apuração e análise dêsses resultados seja possível extrair valiosos ensinamentos, que permitam corrigir falhas e erros verificados Nesse sentido insistiu o S N R junto aos Agentes para que usem da maior honestidade e franqueza, tendo em vista o objetivo fundamental do inquérito

B) DOCUMENTOS CENSITÁRIOS

130 Procurando suprir lacuna existente na bibliografia estatística brasileira, deu início o Serviço Nacional de Recenseamento à organização de um conjunto de volumes, a que deu o título genérico de "Documentos Censitários", a fim de reunir todo o material que possa ser considerado útil, no futuro, para o aperfeiçoamento dos inquéritos censitários nacionais

131 A coleção de "Documentos Censitários" está dividida em quatro séries, onde se agruparão, respectivamente: legislação censitária referente aos vários Recenseamentos realizados no Brasil; elementos históricos, relatórios e pareceres, compreendendo antigos relatórios, introduções de volumes de valor real, cuja tiragem se encontra esgotada; documentários relativos ao Recenseamento Geral de 1950; estudos de metodologia censitária e outros estudos

132 Acham-se publicados, até o momento, três volumes da série *B*, intitulados "Investigações sôbre os Recenseamentos de População do Império", "O Recenseamento de 1920 em Minas Gerais" e "Aspectos da propaganda censitária"; e, na série *C*, cinco volumes, que são: "Base legal do Recenseamento Geral de 1950", "A data do Recenseamento Geral de 1950", "O Censo Agrícola de 1950 no Distrito Federal", "Divisão do Distrito Federal em quadros urbano, suburbano e rural para fins censitários" e "Base geográfica do Recenseamento Geral de 1950" Nesses últimos volumes são focalizados, em pormenor, aspectos tratados sucintamente no presente relatório

A ESTATÍSTICA NA AMÉRICA

O CENSO CANADENSE DE 1951

NO relatório apresentado ao Governador-Geral, no término do ano fiscal que findou a 31 de março de 1951, o "Dominion Bureau of Statistics", órgão central da estatística do Domínio do Canadá, dá conta dos preparativos para a realização, em 1951, do 9 º Censo Decenal do Canadá, de grande importância para aquêle país e também para o resto do Hemisfério, em face de sua quase coincidência com o Censo das Américas de 1950

Damos, a seguir, o trecho do referido documento, na parte mais estreitamente ligada à realização do censo:

"Existem diversas razões para encarar o Censo de 1951 como especialmente importante

1 Constitui um levantamento nacional de estoques que fornecerá informações estatísticas vitais em um período de tensão internacional

2 Está sendo feito na passagem da metade do século, devendo fornecer a medida de muitos aspectos do progresso realizado durante os últimos cinqüenta anos

3. Revelará numerosas alterações quando comparado com o Censo de 1941 Nesse intervalo, a Segunda Guerra Mundial modificou amplamente o sistema da economia canadense, inclusive deslocamentos de populações entre províncias, desenvolvimento das indústrias e mutações substanciais nas ocupações do povo

4 Será o maior Censo até agora realizado Não sòmente cobrirá uma área maior, em virtude da inclusão da Terra Nova, mas uma população estimada em um quinto superior à registrada nos Censos anteriores.

5 Importantes modificações nos métodos censitários anteriores foram adotadas, as quais poderão influenciar os trabalhos correspondentes noutros países. Os novos métodos têm por objetivo conseguir maior rapidez, exatidão e economia.

Um dos maiores empecilhos ligados aos recenseamentos, por tôda parte, têm residido no tempo gasto na publicação dos resultados As Sinopses dos censos anteriores, no Canadá, levaram de três a quatro anos para serem completadas. Espera-se que os novos processos reduzam dràsticamente êsse período Será possível ter a classificação da população, em seus aspectos principais, no primeiro trimestre de 1952, e as classificações mais complexas um ano mais tarde

O custo do Censo de 1951 é avaliado em $9 000 000,00, em comparação com a quantia de $4 900 000,00, despendida no Censo de 1951 O custo mais elevado, em 1951, é conseqüência principalmente da duplicação virtual das despesas com pessoal e material, desde 1941, e do aumento não só da área como da população do país. Mas, se fôsse feito o Censo de 1951 pelos velhos métodos, os gastos seriam muito mais elevados.

Novos processos — Dentre os novos processos em uso salientam-se:

1. O censo será conduzido da forma descentralizada Os formulários serão redigidos e elaborados, até, e inclusive, o estágio de perfuração nas Repartições Regionais distribuídas pelo país, ao invés de serem trazidos para Ottawa, como anteriormente Assim, o trabalho será realizado sob a jurisdição dos funcionários regionais, com a vantagem da rapidez e da exatidão

2 Para os censos de população e de habitação, será usada uma ficha censitária, em lugar do antiquado boletim do tamanho de uma página de jornal. Em substituição às respostas de cada pessoa, por extenso, na maioria dos casos, um sinal será feito em espaços indicados. Isto poupará tempo ao recenseador e nas elaborações subseqüentes Êstes sinais serão feitos com uma pena especial, servida por tinta condutora de eletricidade Uma máquina especialmente planejada, chamada "perfuradora automática", "perceberá" ou "lerá" os sinais mecânicamente. Cada vez que um sinal de tinta fôr encontrado um furo será feito num cartão de perfurar. É necessário cêrca de um segundo para que todos os sinais do documento fiquem registrados por furos no cartão A máquina trabalha com uma velocidade trinta vêzes maior que a perfuradora manual Esta perfuração automática de cartões será um importante fator na aceleração do Censo Até agora, um grande corpo de funcionários tinha de ser treinado vários meses para a perfuração manual dos cartões.

Uma vez perfurado o cartão, a máquina estatística eletrônica entra em ação. Trata-se de um dispositivo mecânico que representa notável progresso sôbre qualquer processo de tabulação conhecido até agora É de uma versatilidade surpreendente, como veremos:

a) controlará a exatidão dos cartões perfurados, rejeitando os inconsistentes. Por exemplo, rejeitará um cartão apresentando uma criança de dois anos como casada Esta seleção automática significa sensível aumento de rapidez e exatidão Pode examinar 450 cartões por minuto; um funcionário não conseguiria em um décimo dêsse tempo verificar uma simples característica;

b) a máquina estatística eletrônica é também usada para tabular a contagem da população e suas características. Pode ler e contar simultâneamente todos os furos em sessenta posições, num cartão perfurado, à razão de 450 por minuto, e acumular o valor de cada um, de modo que, ao completar a série, imprima tudo, numa única linha, em 18 segundos, por meio de uma engrenagem dactilográfica.

c) esta mesma máquina estatística eletrônica pode também ser ligada para contar o número de pessoas possuidoras de uma combinação de características, como, por exemplo, homens de determinado grupo de idade, vivendo num estabelecimento agrícola, que sejam veteranos de guerra e, também, nasceram em Ontário;

d) enquanto a máquina estatística eletrônica está ocupada com um processo de contagem, pode ao mesmo tempo separar os cartões em preparo para uma segunda operação, a fim de computar outras combinações de características.

3 Outra inovação neste Censo reside no uso de supervisores de campo Até então, o Comissário em cada Distrito Censitário tinha que dirigir cêrca de setenta recenseadores encarregados dos subdistritos, instruindo-os nos processos de levantamento censitário e supervisionando seu trabalho Agora, será auxiliado por supervisores de campo, cada um dos quais terá a seu cargo aproximadamente vinte recenseadores, os quais serão instruídos e supervisionados no seu trabalho, com o devido contrôle dos resultados. Um esfôrço especial foi feito no sentido de conseguir supervisores de campo altamente competentes, esperando-se que êles assegurem um máximo de exatidão e rapidez nas tarefas respectivas.

4 Atenção especial foi dedicada ao programa de treinamento do pessoal Um corpo de professôres foi treinado, no Bureau, para instruir os comissários e supervisores de campo, os quais, por sua vez, instruíram os recenseadores Um novo tipo de manual do recenseador foi preparado, tendo em vista facilitar o trabalho dos recenseadores. Dividido em duas partes, uma pequena secção do manual contém definições e instruções para serem memorizadas, possibilitando, assim, ao recenseador, resolver noventa por cento dos casos que encontrar; a segunda secção está ordenada segundo referências a casos especiais, sob cuidadosa catalogação

5 Estão sendo usados métodos de amostragem sempre que contribuam para diminuir gastos e acelerar os trabalhos. O Censo de Habitação será levantado numa base de vinte por cento de amostragem, assim como parte do Censo Agrícola O princípio da amostragem será usado em algumas tabulações.

6 Um boletim agrícola preliminar foi distribuído a todos os lavradores Espera-se que êste novo sistema acelere o Censo Agrícola e aumente sua exatidão, pois o lavrador terá oportunidade de preencher seu boletim antes da chegada do recenseador.

7 Esforços especiais foram desenvolvidos a fim de reduzir as perguntas, em todos os boletins, a um mínimo essencial Como resultado das reuniões entre funcionários interessados dos Departamentos de Agricultura, federal e provinciais, e outras autoridades agrícolas, as perguntas do Censo Agrícola foram consideràvelmente reduzidas em comparação com as de 1941. O boletim demográfico contém, igualmente, menor número de perguntas que em 1941.

8 Um Censo de Pesca será efetuado pela primeira vez, devendo fornecer informações básicas essenciais para o estudo dos problemas ligados à indústria pesqueira

9 Foi atribuída importância especial à publicidade do Censo, com o objetivo de preparar o público para a visita dos recenseadores Sob êsse aspecto o Bureau foi assistido pelo Setor de Publicidade do Departamento de Comércio e Indústria. Organizou-se um Conselho de Publicidade Censitária, com representantes das seguintes entidades: Associação dos Seminários Canadenses, Associação da Imprensa Periódica, Corporação de Rádio Canadense, Associação Canadense de Radialistas, Associação dos Distribuidores Cinematográficos Canadenses, Associação Canadense de Publicidade em Cartazes, Associação Canadense de Emprêsas de Publicidade, Federação Canadense de Publicidade, Federação Canadense de Publicidade e Vendas, Associação de Anunciantes Canadenses, Junta Comercial de Montreal, Junta Comercial de Toronto, Câmara de Comércio Canadense, Câmara de Comércio, Federação dos Varejistas Canadenses.

Reconhecendo a importância dos dados estatísticos que serão fornecidos pelo Censo, estas organizações deram a mais valiosa assistência no sentido de informar e preparar o público. Um Censo bem sucedido deverá muito às centenas de publicações individuais e à excelente cooperação das estações de rádio e outros meios de publicidade que solicitaram ao público que "Ajude o Canadá a contar".

Um esfôrço publicitário merece menção especial Uma das perguntas do boletim de população referente à ocupação das pessoas, até agora forneceu informações de valor limitado, devido ao fato do recenseador freqüentemente obter a resposta não do trabalhador, mas da mulher ou de outro parente que possuía apenas uma idéia vaga da definição exata da ocupação Na verdade, o próprio trabalhador talvez não conheça a classificação exata da sua ocupação A fim de assegurar informações mais exatas, foi solicitada a cooperação de organizações trabalhistas e de firmas comerciais e industriais. As primeiras colaboraram enviando uma circular aos sindicatos-membros, solicitando que os trabalhadores fôssem instados a informar a classificação exata de sua ocupação e tomassem providências para assegurar que a pessoa que respondesse às perguntas do recenseador possuísse a informação correta Emprêsas comerciais e industriais cooperaram, afixando cartazes nos seus estabelecimentos e muitas realizaram esforços especiais para que seus empregados estejam em condições de dar respostas exatas aos questionários "

ESTUDOS E SUGESTÕES

ESTUDOS SÔBRE AS QUANTIDADES E OS PREÇOS DAS MERCADORIAS PRODUZIDAS OU NEGOCIADAS *

I — NÚMEROS-ÍNDICES DAS QUANTIDADES E DOS PREÇOS DO PRODUTOR DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA INDÚSTRIA EXTRATIVA VEGETAL PARA OS ANOS DE 1946 A 1949

SUMÁRIO: 1. Objetivo do estudo. — 2. Quantidades dos principais produtos no ano de 1949. — 3. Números-índices sintéticos das quantidades. — 4. Preços do produtor no ano de 1949. — 5. Números-índices sintéticos dos preços do produtor. — 6. Análise comparativa dos números-índices das quantidades produzidas, dos preços do produtor e do valor total da produção. — 7. Conclusões.

1. Prosseguindo-se o exame da marcha dos preços e das quantidades produzidas, através do tempo, realizado em pesquisas anteriores para vários setores da produção, dedica-se o presente estudo à análise das quantidades e dos preços dos principais produtos extrativos vegetais, nos anos de 1946 a 1949 [1]

Para êsse objetivo elaboraram-se as séries dos números-índices sintéticos das quantidades produzidas e dos preços do produtor, calculadas de acôrdo com os critérios de LASPEYRES e de PAASCHE, tomando-se como base o qüinqüênio 1935-39, imediatamente anterior à segunda guerra mundial

Na elaboração das referidas séries figuram onze produtos, dos dezenove constantes das informações divulgadas pelo Serviço de Estatística da Produção Alguns dos demais oito pertencem em parte à indústria extrativa vegetal e em parte às indústrias agrícola e florestal: tais as madeiras, a fibra de agave, a juta e o timbó; outros são de escassa importância econômica

Os onze produtos considerados são os seguintes: babaçu, borracha, caroá, castanha do Pará, cêra de carnaúba, cêra de licuri, coquilhos de licuri, erva-mate, guaraná, oiticica e piaçaba

* * *

2 Constam da Tabela I, de dados absolutos, as quantidades produzidas, o valor da produção e os preços do produtor [2] de 1949, que serviram de base à elaboração dos números-índices apresentados nas Tabelas II e III

TABELA I

BRASIL

Quantidade produzida, valor da produção e preços do produtor dos principais produtos extrativos vegetais, no ano de 1949

	PRODUÇÃO	PRODUÇÃO		
		Quantidade (t)	Valor (Cr$ 1 000)	Preço médio (Cr$ por t)
1	Babaçu	71 073	187 979	2 644,87
2	Borracha	27 730	341 365	12 310,31
3	Caroá .	5 730	13 674	2 386,39
4	Castanha do Pará	31 452	86 528	2 751,11
5	Cêra de carnaúba	9 735	210 740	21 647,66
6	Cêra de licuri	1 580	26 146	16 548,10
7	Coquilhos de licuri	2 600	7 414	2 851,54
8	Erva-mate	73 473	104 135	1 417,32
9	Guaraná	159	3 954	24 867,92
10	Oiticica	32 646	32 195	986,19
11	Piaçaba	4 649	12 993	2 794,79
	TOTAL	—	1 027 123	—

Passando-se ao exame dos números-índices das quantidades, expostos na Tabela II, vê-se que a produção de cêra de licuri no ano de 1949 excedeu em 1 581%, e a produção de caroá de 456%, a média anual do qüinqüênio 1935-39. Embora elevados, êsses excedentes são fortemente inferiores aos verificados no período anterior de intensa procura dêsses produtos. Excedentes muito menores verificam-se para o babaçu (69%), a borracha (62%) e a oiticica (50%).

As produções dos demais gêneros, em 1949, ficam inferiores ao nível médio do qüinqüênio 1935-39; em geral as deficiências não são muito fortes, atingindo 3% para o guaraná, 4% para a cêra de carnaúba, 13% para a castanha do Pará, 19% para a piaçaba e para o coquilho de licuri e 20% para a erva-mate.

---

* Estudos compilados no Laboratório de Estatística do I B G E, sob a responsabilidade científica do Professor GIORGIO MORTARA, Assessor-Técnico do Conselho Nacional de Estatística, e elaborados e redigidos pelo Estatístico-Analista José BASTOS TÁVORA, em continuação dos estudos do Engenheiro SÉRGIO NUNES DE MAGALHÃES JÚNIOR.

[1] A marcha dos preços e das quantidades nos anos de 1946 a 1948 foi examinada em estudos publicados, respectivamente, no N.º 30 do *Boletim Estatístico* e no N.º 42 da REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA.

[2] Entenda-se como "preço do produtor" o quociente entre o valor e a quantidade da produção, conforme os dados do Serviço de Estatística da Produção.

TABELA II

BRASIL

Números-índices das quantidades produzidas dos principais produtos da indústria extrativa vegetal nos anos de 1946 a 1949
(Média 1935-39 = 100)

	PRODUTO	NÚMERO-ÍNDICE			
		1946	1947	1948	1949
1	Babaçu	122,9	153,3	197,4	169,4
2	Borracha	185,1	191,3	161,3	162,0
3	Caroá	911,8	898,2	693,0	556,3
4	Castanha do Pará	66,1	77,3	53,9	86,6
5	Cêra de carnaúba	115,4	90,1	112,8	96,5
6	Cêra de licuri	2 539,4	2 267,0	1 593,6	1 680,9
7	Coquilhos de licuri	116,0	85,4	139,5	80,9
8	Erva-mate	68,6	79,5	72,1	80,5
9	Guaraná	81,7	79,3	15,2	97,0
10	Oiticica	148,5	108,6	134,5	149,8
11	Piaçaba	105,4	92,8	88,7	81,0

* * *

3 Uma visão de conjunto da marcha da produção extrativa vegetal durante o decênio considerado é dada pelos números-índices médios ponderados; não convém o emprêgo de médias simples em vista dos valores muito elevados atingidos pelos números-índices de produtos de escassa importância econômica, que fazem subir excessivamente essas médias; por exemplo, em 1946, em virtude dos fortes aumentos quantitativos da cêra de licuri e do caroá, o número-índice sintético médio aritmético simples das quantidades atinge 405,5, enquanto os ponderados, expostos abaixo, chegam apenas a 122,2 e 126,5

Êsses números-índices médios ponderados das quantidades produzidas foram calculados conforme dois critérios diferentes, como nos estudos anteriores Pelo critério de LASPEYRES, compara-se o valor total das quantidades produzidas em cada ano, calculado conforme os preços do período de referência, com o valor total médio anual das quantidades produzidas no período de referência, calculado conforme os mesmos preços Pelo critério de PAASCHE, compara-se o valor total das quantidades produzidas em cada ano, calculado conforme os preços dêsse ano, com o valor total médio anual das quantidades produzidas no período de referência, calculado conforme os mesmos preços Por ambos os critérios, visa-se a discriminar a influência das variações das quantidades dos diversos produtos sôbre o valor total da produção; para êsse fim, supõe-se que os preços fiquem inalterados, na comparação entre cada ano e o período de referência, diferindo os dois critérios nisto: que de acôrdo com o primeiro se supõe ficarem inalterados os preços no nível do período de referência, enquanto de acôrdo com o segundo se supõe, sucessivamente, ficarem os preços inalterados no nível de cada ano considerado

Os resultados dessas elaborações constam da Tabela seguinte:

Números-índices das quantidades
Média 1935-39 = 100

ANO	NÚMEROS-ÍNDICES SINTÉTICOS SEGUNDO O CRITÉRIO DE	
	LASPEYRES	PAASCHE
1940	113,9	112,7
1941	111,8	119,9
1942	106,7	110,7
1943	91,2	100,5
1944	101,9	125,3
1945	125,2	146,3
1946	122,2	126,5
1947	121,6	122,6
1948	120,2	128,0
1949	119,9	124,6

As duas séries concordam em indicar sensível expansão quantitativa da produção nos anos de 1940 a 1942; contração em 1943; sucessiva maior expansão, com máximo em 1945; oscilação em nível inferior a êste máximo, mas superior de um quinto ou de um quarto ao do período de referência, nos anos de 1946 a 1949

A diferença entre os números-índices sintéticos calculados segundo os dois critérios, que se acentua nos anos de 1943 a 1945, sob a influência das alterações na composição da produção causadas pela procura de matérias-primas para as indústrias de guerra, torna-se moderada nos quatro anos seguintes

* * *

4 A marcha dos preços do produtor nos anos de 1946 a 1949 é ilustrada pelos números-índices da Tabela III

TABELA III

BRASIL

Números-índices dos preços do produtor dos principais produtos da indústria extrativa vegetal nos anos de 1946 a 1949
(Média 1935-39 = 100)

	PRODUTO	NÚMERO-ÍNDICE			
		1946	1947	1948	1949
1	Babaçu	211,5	298,9	324,9	282,1
2	Borracha	303,4	300,6	285,2	301,3
3	Caroá	134,3	143,6	153,6	135,6
4	Castanha do Pará	256,7	187,4	156,5	135,0
5	Cera de carnaúba	471,7	417,8	214,7	243,8
6	Cêra de licuri	473,3	325,0	336,6	222,1
7	Coquilhos de licuri	207,6	277,8	315,2	284,0
8	Erva-mate	222,6	259,1	327,4	289,9
9	Guaraná	333,9	337,1	301,1	389,2
10	Oiticica	230,2	204,9	181,7	185,9
11	Piaçaba	345,9	371,2	282,6	243,9

Verificam-se grandes diferenças entre os diversos produtos Em comparação com a média do período 1935-39, o preço do guaraná em 1949 marca um aumento de 289%; o da borracha, de 201%; o da erva-mate, de 190%; o dos coquilhos de licuri, de 184%; o do babaçu, de 182%; os da piaçaba e da cêra de carnaúba, de 144%; o da cêra de licuri, de 122%; o da oiticica, de 86%; o do caroá, de 36% e o da castanha do Pará, de 35%

Querendo-se resumir em números-índices sintéticos as variações dos preços, convém adotar médias ponderadas, aplicando-se, também neste caso, os dois critérios especificados no § 3

Nesta aplicação, pelo critério de LASPEYRES compara-se o valor total médio anual das quantidades produzidas no período de referência, calculado conforme os preços de cada ano considerado, com o valor total médio anual das mesmas quantidades, calculado conforme os preços do período de referência Pelo critério de PAASCHE, compara-se o valor total das quantidades produzidas em cada ano, calculado conforme os preços dêsse ano, com o valor total das mesmas quantidades, calculado conforme os preços do período de referência Por ambos os critérios, visa-se a discriminar a influência das variações dos preços dos diversos produtos sôbre o valor total da produção; para êsse fim, supõe-se que as quantidades fiquem estacionárias, na comparação entre cada ano e o período de referência, diferindo os dois critérios nisto: que de acôrdo com o primeiro supõe-se ficarem inalteradas as quantidades no nível do período de referência, enquanto de acôrdo com o segundo se supõe, sucessivamente, ficarem as quantidades inalteradas no nível de cada ano considerado

Os resultados da aplicação dos dois critérios constam da Tabela seguinte

Números-índices dos preços do produtor
Média 1935-39 = 100

ANO	NÚMEROS-ÍNDICES SINTÉTICOS SEGUNDO O CRITÉRIO DE	
	LASPEYRES	PAASCHE
1940	118,6	117,4
1941	140,0	150,1
1942	176,3	182,8
1943	190,9	210,5
1944	185,2	227,8
1945	207,8	242,9
1946	317,2	328,4
1947	302,2	304,6
1948	248,3	264,4
1949	243,7	253,4

A tendência dos preços é ascendente até o ano de 1946, quando seu nível excede nitidamente o triplo do nível médio do período de referência; descendente nos três anos seguintes Em 1949 o nível dos preços é aproximativamente igual a duas vêzes e meia o do período de referência

* * *

5 Para o exame simultâneo das influências das quantidades produzidas e dos preços do produtor sôbre o valor total da produção extrativa vegetal considerada, podem ser utilizados os números-índices sintéticos das quantidades produzidas, calculados pelo critério de PAASCHE, junto com os números-índices sintéticos dos preços, calculados pelo critério de LASPEYRES, e com os índices do valor total da produção, os quais últimos podem ser obtidos diretamente, pela elaboração dos dados sôbre o valor total, ou indiretamente, pelo produto dos dois números-índices especificados acima, dividido por 100 [3]

Como consta das colunas (d) e (e) da Tabela seguinte, o valor total da produção considerada tende a aumentar até 1946, em conseqüência principalmente da subida dos preços, e apenas secundàriamente do aumento das quantidades Em 1946, êsse valor atinge o quádruplo da média anual do período de referência Nos anos seguintes, desce, até se reduzir em 1949 ao triplo dessa média; esta queda depende quase exclusivamente da baixa dos preços, tendo sido pequenas as variações das quantidades de 1946 a 1949

Números-índices das quantidades produzidas, dos preços do produtor e do valor da produção

Média 1935-39 = 100

ANO	NÚMEROS-ÍNDICES			
	Quantidades produzidas (PAASCHE)	Preços do produtor (LASPEYRES)	Valor da produção (Cálculo indireto)	Valor da produção (Cálculo direto)
(a)	(b)	(c)	(d) = (b).(c)	(e)
1940	112,7	118,6	133,7	133,8
1941	119,9	140,0	167,9	167,9
1942	110,7	176,3	195,2	195,1
1943	100,5	190,9	191,9	191,9
1944	125,3	185,2	232,1	232,1
1945	146,3	207,8	304,0	304,0
1946	126,5	317,2	401,3	401,2
1947	122,6	302,2	370,5	370,4
1948	128,0	248,3	317,8	317,9
1949 . . .	124,6	243,7	303,7	303,7

* * *

6 Recapitulando, no ano de 1949 enquanto o valor da produção extrativa vegetal considerada foi superior de 204% ao nível médio anual do qüinqüênio 1935-39, o correspondente aumento das quantidades produzidas ficou contido entre o mínimo de 20%, segundo o critério de LASPEYRES e o máximo de 25%, segundo o critério de PAASCHE A elevação do nível dos preços do produtor, da média anual do qüinqüênio de referência para o ano de 1949, teria variado entre os extremos de 144%, de acôrdo com o primeiro critério, e de 153%, de acôrdo com o segundo

[3] As leves discordâncias entre os resultados do cálculo indireto e os do direto dependem dos arredondamentos efetuados no cálculo indireto

II — NÚMEROS-ÍNDICES DAS QUANTIDADES E DOS VALORES MÉDIOS UNITÁRIOS DE 65 MERCADORIAS IMPORTADAS NOS ANOS DE 1946 A 1950

SUMÁRIO: 1. Objetivo do estudo. — 2. Números-índices sintéticos das quantidades de 65 mercadorias importadas. — 3. Números-índices sintéticos dos valores médios unitários dessas mercadorias. — 4. Análise das influências das quantidades e dos valores médios unitários sôbre o valor total das mercadorias importadas.

1 Visa o presente estudo estender ao ano de 1950 as pesquisas anteriores sôbre a marcha das quantidades e dos valores médios unitários das mercadorias importadas pelo Brasil, nos anos de 1935 a 1949 [1]

Para êsse objetivo, calcularam-se, nas mais recentes dessas pesquisas, séries de números-índices sintéticos das quantidades e dos valores médios unitários de 65 mercadorias importadas, tomando-se como referência o qüinqüênio 1935-39.

Em vista do fracionamento do comércio de importação em classes ou grupos de produtos cuja composição qualitativa em muitos casos se modifica fortemente através do tempo, procurou-se diminuir a influência dessa circunstância, escolhendo para o cálculo dos números-índices sintéticos as 65 mercadorias seguintes: 1 Lúpulo; 2. Resina negra de pinho ou breu; 3 Acetato de celulose; 4 Celulose para fabricação de papel; 5 Asfalto ou betume; 6 Carvão de pedra; 7. Coque; 8 Gasolina; 9 Óleos combustíveis; 10. Querosene; 11 Óleos refinados lubrificantes; 12. Ferro em barras, vergalhões e verguinhas; 13. Ferro em lâminas ou placas; 14 Aço em barras, vergalhões e verguinhas; 15. Aço em lâminas ou placas; 16. Chumbo; 17 Estanho; 18. Cobre coado ou fundido; 19 Cobre laminado ou martelado; 20 Zinco; 21. Alumínio; 22. Enxôfre; 23 Cimento Portland comum; 24 Algodão em fio; 25. Juta; 26 Lã; 27 Côres de anilina; 28 Uísque; 29 Vinhos comuns de mesa até 14 graus; 30 Trigo em grão; 31, Farinha de trigo; 32 Cevada torrefata ou malte; 33 Maçãs; 34 Peras; 35. Uvas; 36. Azeitonas; 37 Azeite de oliveira; 38 Alhos; 39 Batatas; 40 Bacalhau; 41 Papel para impressão; 42 Papel para impressão de jornais; 43 Arame farpado; 44 Arame nu, simples ou galvanizado; 45. Fôlhas de Flandres em lâminas; 46 Trilhos; cremalheiras e acessórios; 47. Lâminas de vidro para vidraças; etc , 48 Barrilha; 49 Soda cáustica; 50 Alvaiade de zinco; 51. Injeções medicinais; 52 Salitre do Chile; 53. Filmes cinematográficos impressos; 54 Enxadas, pás e picaretas; 55 Elevadores elétricos; 56. Arados; 57. Tratores agrícolas; 58. Geladeiras, refrigeradores e semelhantes; 59 Máquinas de costura; 60 Máquinas de escrever; 61. Automóveis de tôda espécie; 62 Motocicletas; 63. Bicicletas e triciclos; 64 Câmaras de ar; 65. Pneumáticos

Não foi possível excluir completamente grupos merceológicos de composição qualitativa variável no tempo, pois que a sua exclusão reduziria excessivamente o conjunto de mercadorias escolhido para o cálculo dos números-índices sintéticos, diminuindo seu grau de representatividade, já baixo.

Nos últimos três lustros, as 65 mercadorias escolhidas representaram em conjunto a fração mínima de 45,5%, em 1946, e a máxima de 59,6%, em 1940, do valor total da importação brasileira No ano de 1950 essa quota ascendeu a 53,3%

Os dados sôbre os valores totais e as quantidades das mercadorias importadas nos anos de 1946 a 1950 constam das Tabelas I e II. Mediante êsses dados, fornecidos pelo Serviço de Estatística Econômica e Financeira, do Ministério da Fazenda, foram calculados os valores médios unitários constantes da Tabela III e os respectivos números-índices constantes da Tabela IV

* * *

2 Êsses elementos foram aproveitados para o cálculo de números-índices sintéticos das quantidades importadas, de acôrdo com os critérios de LASPEYRES e de PAASCHE, tomando-se como base o qüinqüênio 1935-39

Por ambos êsses critérios tem-se em vista discriminar a influência das quantidades das diversas mercadorias importadas sôbre o valor total da importação. Para êsse fim, na comparação do valor total das quantidades importadas em cada ano com o valor total médio anual das quantidades importadas no qüinqüênio de referência, se supõe ficarem inalterados os valores médios unitários no nível médio anual do qüinqüênio 1935-39, pelo critério de LASPEYRES, ou ficarem sucessivamente êsses valores médios inalterados no nível de cada ano considerado, pelo critério de PAASCHE

Os resultados das duas elaborações, para os anos de 1940 a 1950, constam da primeira secção da Tabela seguinte (colunas (b) e (c)

Números-índices das quantidades e dos valores médios unitários de 65 mercadorias importadas

Média anual 1935-39 = 100

ANO	NÚMEROS-ÍNDICES DAS QUANTIDADES		NÚMEROS-ÍNDICES DOS VALORES MÉDIOS UNITÁRIOS	
	Critério LASPEYRES	Critério PAASCHE	Critério LASPEYRES	Critério PAASCHE
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)
1940	93,5	92,8	122,6	121,6
1941	94,5	90,3	134,1	128,1
1942	68,3	60,3	163,8	144,8
1943	74,2	61,1	192,2	158,3
1944	87,8	78,3	185,1	165,0
1945	92,8	87,2	192,5	180,9
1946	112,6	94,1	242,0	202,2
1947	175,6	143,8	312,2	255,8
1948	163,3	126,5	356,8	276,3
1949	158,4	133,5	305,5	257,5
1950	188,9	171,6	242,6	220,3

Embora divergindo fortemente entre si, em conseqüência dos diversos critérios de elabo-

[1] Vejam-se os N.os 3 e 6 desta série e os estudos publicados nos N.os 36 e 39 da REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA.

ração, as duas séries de números-índices das quantidades concordam em indicar uma contração quantitativa da importação nos anos da segunda guerra mundial, e especialmente em 1942 e 1943; uma rápida expansão nos anos de 1945 a 1947; uma sensível redução em 1948 e 1949 e uma nova expansão em 1950, quando o excedente do índice das quantidades sôbre o do período-base sobe para 70-90%

Na interpretação dos números-índices para os anos posteriores à guerra deve ser levado em conta o efeito das limitações da importação introduzidas para a defesa do equilíbrio do balanço dos pagamentos internacionais do Brasil

* * *

3. Os resultados do cálculo das séries de números-índices dos valores médios unitários das mercadorias importadas constam da segunda secção da Tabela anterior

Os dados da coluna (*d*) representam os resultados da comparação do valor total médio anual das quantidades importadas no período de referência, calculado conforme os valores médios unitários de cada ano, com o valor total médio anual das mesmas quantidades, calculado conforme os valores médios do período de referência (critério de LASPEYRES); os da coluna (*e*) representam os resultados da comparação do valor total das quantidades importadas em cada ano, calculado de acôrdo com os valores médios unitários dêsse ano, com o valor total das mesmas quantidades, calculado de acôrdo com os valores médios unitários do período de referência (critério de PAASCHE).

Ambas as séries mostram tendência ascendente até 1948, quando ficam os valores médios unitários da importação superiores ao nível médio anual do qüinqüênio de referência, em 257% segundo o critério de LASPEYRES, ou em 176% segundo o de PAASCHE. Nos anos de 1949 e 1950 os números-índices sofrem notáveis reduções; em 1950 seu nível excede apenas em 142,6%, segundo o critério de LASPEYRES, ou em 120,3%, segundo o de PAASCHE, o nível médio do qüinqüênio 1935-39

* * *

4. Para discriminar as influências das quantidades e dos valores médios unitários das 65 mercadorias importadas sôbre o valor total dessa importação, podem ser comparados os números-índices das quantidades calculadas pelo critério de PAASCHE e os números-índices dos valores médios unitários calculados pelo critério de LASPEYRES,[2] com os números-índices do valor total das mercadorias consideradas calculados diretamente pela razão entre o valor total da importação de cada ano e o valor total médio anual dessa importação no período de referência, ou indiretamente, pelo produto dos dois primeiros números-índices dividido por 100

Essa comparação, para os anos de 1940 a 1950, é realizada na Tabela seguinte

Números-índices das quantidades, dos valores médios unitários e do valor total de 65 mercadorias importadas

Média anual 1935-39 = 100

ANO (a)	QUANTIDADES IMPORTADAS CRITÉRIO PAASCHE (b)	VALORES MÉDIOS UNITÁRIOS CRITÉRIO LASPEYRES (c)	VALOR TOTAL DA IMPORTAÇÃO[3] (Cálculo indireto) $(d)=\frac{(b).(c)}{100}$	VALOR TOTAL DA IMPORTAÇÃO[3] (Cálculo direto) (e)
1940	92,8	122,6	113,8	113,8
1941	90,3	134,1	121,1	121,0
1942	60,3	163,8	98,8	98,8
1943	61,1	192,2	117,4	117,4
1944	78,3	185,1	144,9	144,9
1945	87,2	192,5	167,9	167,8
1946	94,1	242,0	227,7	227,7
1947	143,8	312,2	448,9	449,1
1948	126,5	356,8	451,4	451,3
1949	133,5	305,5	407,8	407,8
1950	171,6	242,6	416,3	416,1

Nos primeiros anos do período bélico, o valor total da importação considerada apresenta aumentos moderados, apesar da rápida subida dos preços; em 1942 êsse valor fica até inferior à média anual do período de referência, em virtude da forte contração quantitativa De 1944 a 1947, subindo simultâneamente os preços e as quantidades, aumenta ràpidamente o valor total, até exceder em 349% no último dêsses anos o nível médio de 1935-39 Em 1948, reduzindo-se as quantidades mas subindo os preços, o valor total fica quase inalterado; em 1949 e 1950 desce sensìvelmente, prevalecendo o efeito da diminuição dos preços sôbre o do aumento das quantidades Em 1950, o valor total excede em 316% o nível médio do período de referência

* * *

O exame comparativo da marcha dos preços das diversas mercadorias, facilitado pelos números-índices da Tabela IV, poderia dar ocasião a muitas considerações interessantes, que, entretanto, serão expostas em outro estudo, a fim de que não fique atrasada a divulgação das elaborações aqui realizadas

Convém salientar que, ao contrário do que se verifica na exportação — onde o andamento do preço de uma única mercadoria, o café, exerce influência preponderante sôbre o do número-índice sintético dos valores médios unitários —, o andamento do número-índice dos valores médios unitários na importação não sofre influências muito grandes por uma só mercadoria ou por um só grupo merceológico

A dispersão dos números-índices dos valores médios unitários das diversas mercadorias é ampla, mas a maior fração dêles concentra-se em tôrno do nível médio. Por exemplo, em 1950, observa-se a seguinte distribuição dos 65 números-índices:

[2] Lembra-se que, em vez das duas séries especificadas no texto, poderiam ser tomadas as dos números-índices das quantidades calculados segundo o critério de LASPEYRES e dos números-índices dos valores calculados segundo o critério de PAASCHE, cujo produto dividido por 100 dá igualmente o número-índice do valor total. Torna-se fácil realizar a comparação de acôrdo com êsse critério pelos dados da Tabela no § 2.

[3] As leves discordâncias entre os resultados do cálculo indireto e os do direto dependem dos arredondamentos efetuados no primeiro cálculo.

100,1 a 150	5	450,1 a 500	3
150,1 a 200	17	500,1 a 550	1
200,1 a 250	21		
250,1 a 300	8		
300,1 a 350	8		
350,1 a 400	2		
400,1 a 450	—		

Para 46 das 65 mercadorias o número-índice está compreendido entre 150 e 300, achando-se o número-índice sintético próximo do centro dêsse intervalo (220,3 segundo o critério de PAASCHE e 242,6 segundo o de LASPEYRES)

TABELA I

Valores da importação de 65 principais mercadorias, nos anos de 1946 a 1950

Milhares de cruzeiros

	MERCADORIA	1946	1947	1948	1949	1950
1	Lúpulo	26 806	32 606	20 878	24 180	27 589
2	Resina negra de pinho ou breu	38 109	94 882	36 478	42 546	89 432
3	Acetato de celulose	5 608	13 089	9 129	22 070	25 098
4	Celulose para fabricação de papel	201 220	371 587	187 057	264 506	309 167
5	Asfalto ou betume	5 060	16 054	18 464	31 700	53 202
6	Carvão de pedra	348 072	592 429	406 749	259 383	327 362
7	Coque	16 346	34 819	22 839	19 182	25 331
8	Gasolina	354 783	668 433	889 235	1 140 643	1 123 737
9	Óleos combustíveis	267 996	454 753	828 008	609 956	806 255
10	Querosene	51 445	99 097	131 992	121 979	144 116
11	Óleos refinados lubrificantes	118 966	241 188	280 024	218 054	270 268
12	Ferro em barras, vergalhões e verguinhas	12 952	20 850	3 210	4 470	4 498
13	Ferro em lâminas ou placas	21 426	33 776	19 721	4 680	1 162
14	Aço em barras, vergalhões e verguinhas	97 913	132 435	40 673	42 727	50 158
15	Aço em lâminas ou placas	157 708	203 108	67 549	65 758	38 074
16	Chumbo	97 492	76 386	40 147	123 969	110 841
17	Estanho	26 489	30 674	52 360	42 572	55 847
18	Cobre coado ou fundido	35 047	70 934	32 469	31 997	35 353
19	Cobre laminado ou martelado	16 184	16 736	11 541	14 906	13 590
20	Zinco	18 834	17 693	32 004	69 015	61 521
21	Alumínio	30 167	53 544	60 560	93 216	86 622
22	Enxôfre	21 681	33 921	23 199	34 166	53 216
23	Cimento Portland comum	201 897	239 885	252 701	251 276	199 472
24	Algodão em fio	33 977	51 598	63 926	43 547	62 810
25	Juta	57 793	56 862	219 111	80 950	36 156
26	Lã	70 485	158 646	236 342	210 262	232 652
27	Côres de anilina	69 144	89 061	96 640	156 027	172 583
28	Uísque	14 108	34 758	28 489	26 294	24 737
29	Vinhos comuns de mesa até 14.º	122 154	142 827	73 259	30 274	37 497
30	Trigo em grão	406 380	1 057 772	1 146 463	1 941 571	2 027 852
31	Farinha de trigo	534 529	1 431 798	1 345 715	373 240	17 424
32	Cevada torrefata ou malte	72 570	143 723	120 516	89 363	102 293
33	Maçãs	118 218	149 732	96 814	143 563	155 095
34	Peras	65 031	65 677	67 450	57 208	69 980
35	Uvas	32 515	60 704	43 516	43 382	71 711
36	Azeitonas	54 101	47 843	54 880	47 603	62 252
37	Azeite de oliveira	151 371	78 884	139 269	71 812	188 503
38	Alhos	35 825	16 720	28 541	58 090	32 847
39	Batatas	26 249	39 364	102 161	19 533	29 086
40	Bacalhau	80 205	165 551	210 679	234 517	291 035
41	Papel para impressão	16 275	50 498	21 424	3 839	24 155
42	Papel para impressão de jornais	145 508	188 064	184 234	148 073	163 539
43	Arame farpado	36 313	93 641	73 452	185 709	168 606
44	Arame nu, simples ou galvanizado	95 019	163 785	68 617	152 399	124 068
45	Fôlhas de Flandres em lâminas	117 223	272 073	255 853	186 252	188 852
46	Trilhos, cremalheiras e acessórios	216 130	156 770	76 899	20 494	12 941
47	Lâminas de vidro para vidraças, etc.	14 824	41 696	45 545	8 370	11 093
48	Barrilha	24 031	47 260	56 337	41 541	49 979
49	Soda cáustica	44 658	190 626	235 237	136 538	119 300
50	Alvaiade de zinco	20 273	47 400	26 010	24 068	31 992
51	Injeções medicinais	35 662	45 598	57 570	83 959	45 678
52	Salitre do Chile	42 294	102 637	54 821	55 731	80 331
53	Filmes cinematográficos impressos	14 201	18 388	19 114	28 296	23 304
54	Enxadas, pás e picaretas	15 365	34 240	42 248	52 524	18 951
55	Elevadores elétricos	26 345	30 495	39 494	42 849	10 693
56	Arados	4 503	10 400	20 291	53 259	80 377
57	Tratores agrícolas	31 191	44 951	61 038	149 979	244 108
58	Geladeiras, refrigeradores e semelhantes	46 379	210 811	221 099	187 242	92 608
59	Máquinas de costura	63 567	112 051	122 887	194 050	187 175
60	Máquinas de escrever	48 342	121 624	82 622	93 789	89 530
61	Automóveis de tôda espécie	717 047	2 159 878	2 348 554	1 481 216	1 417 031
62	Motocicletas	8 125	22 844	14 238	17 573	18 596
63	Bicicletas e triciclos	17 338	72 659	56 737	91 635	89 802
64	Câmaras de ar	3 125	9 634	4 326	5 264	5 015
65	Pneumáticos	5 286	101 266	16 800	9 163	7 687
	Total das 65 mercadorias	**5 925 880**	**11 689 688**	**11 746 205**	**10 613 999**	**10 831 849**
	TOTAL GERAL DA IMPORTAÇÃO	**13 028 734**	**22 789 291**	**20 984 880**	**20 648 081**	**20 313 429**
	Percentagem das 65 mercadorias no valor total da importação	45,5	51,3	56,0	51,4	53,3

TABELA II

Quantidades importadas de 65 principais mercadorias, nos anos de 1946 a 1950

Toneladas

	MERCADORIA	1946	1947	1948	1949	1950
1.	Lúpulo	563	759	530	632	722
2	Resina negra de pinho ou breu	9 359	19 308	8 907	11 040	23 111
3.	Acetato de celulose	273	543	469	1 211	1 515
4.	Celulose para fabricação de papel	85 863	103 377	45 382	96 043	131 769
5.	Asfalto ou betume	6 433	13 803	19 526	30 783	53 888
6	Carvão de pedra	1 037 504	1 531 111	1 060 150	767 377	1 082 722
7	Coque	23 482	41 620	22 817	22 383	36 410
8	Gasolina	623 849	932 916	1 132 408	1 414 853	1 462 065
9	Óleos combustíveis	810 172	1 307 799	1 726 961	1 814 006	2 308 687
10	Querosene	107 472	137 723	192 116	208 308	236 483
11.	Óleos refinados lubrificantes	52 868	92 464	97 065	78 648	112 568
12	Ferro em barras, vergalhões e verguinhas	6 119	7 349	1 007	1 721	2 639
13	Ferro em lâminas ou placas	9 006	9 243	5 501	1 175	481
14	Aço em barras, vergalhões e verguinhas	36 211	44 209	9 460	10 181	14 562
15	Aço em lâminas ou placas	68 487	64 698	18 849	12 400	9 801
16.	Chumbo	24 174	13 268	4 972	15 715	19 924
17	Estanho	856	874	1 268	962	1 577
18	Cobre coado ou fundido	6 354	10 595	3 394	3 466	3 906
19	Cobre laminado ou martelado	1 470	1 207	728	1 036	998
20	Zinco	4 319	3 315	5 020	10 366	10 561
21	Alumínio	4 120	6 411	7 591	9 802	10 061
22	Enxôfre	27 299	42 617	31 856	45 287	67 774
23	Cimento Portland comum	350 621	347 152	361 014	433 820	394 150
24	Algodão em fio	173	225	269	199	356
25	Juta	12 958	10 457	27 760	9 641	5 347
26	Lã	2 555	3 134	2 829	1 855	3 853
27	Côres de anilina	843	1 034	1 149	1 684	1 592
28	Uísque	439	716	728	721	731
29	Vinhos comuns de mesa até 14º	14 843	14 453	9 326	2 899	3 870
30	Trigo em grão	211 636	368 520	312 977	802 655	1 228 372
31	Farinha de trigo	244 268	461 157	402 219	133 749	6 661
32	Cevada torrefata ou malte	21 171	33 975	25 863	21 711	31 853
33	Maçãs	21 354	22 474	14 883	24 811	28 230
34	Peras	13 681	10 667	12 878	12 272	14 181
35	Uvas	3 720	6 758	5 230	4 857	8 421
36	Azeitonas	4 328	4 052	4 885	5 153	8 349
37	Azeite de oliveira	2 112	1 662	4 178	2 008	10 430
38	Alhos	4 456	2 851	3 778	6 769	3 590
39	Batatas	13 910	19 492	64 692	17 515	19 298
40	Bacalhau	7 670	14 531	18 648	21 190	25 310
41	Papel para impressão	2 866	7 686	2 968	673	3 978
42	Papel para impressão de jornais	59 369	57 493	52 603	46 701	60 634
43	Arame farpado	13 276	25 124	16 446	42 845	60 578
44	Arame nu, simples ou galvanizado	27 305	40 394	16 643	38 453	48 001
45	Fôlhas de Flandres em lâminas	40 774	77 874	67 745	45 732	48 364
46	Trilhos, cremalheiras e acessórios	122 889	72 019	27 484	5 798	5 611
47	Lâminas de vidro para vidraças, etc	3 809	9 760	10 180	1 306	2 588
48	Barrilha	26 702	30 881	40 013	36 648	60 637
49	Soda cáustica	28 193	40 051	58 312	55 810	65 735
50	Alvaiade de zinco	4 493	7 531	3 935	3 433	5 037
51	Injeções medicinais*	31 954	56 148	59 380	105 596	64 921
52	Salitre do Chile	35 465	70 471	37 372	38 242	62 497
53	Filmes cinematográficos impressos*	57 223	68 625	64 671	80 024	62 400
54	Enxadas, pás e picaretas	1 473	2 833	2 830	3 610	1 523
55	Elevadores elétricos	1 100	1 237	1 428	1 495	287
56	Arados	743	1 375	2 274	5 415	8 535
57.	Tratores agrícolas	2 328	2 975	3 462	8 040	12 964
58	Geladeiras, refrigeradores e semelhantes	1 848	6 445	6 168	5 722	3 595
59	Máquinas de costura	1 695	2 544	2 561	3 749	3 815
60	Máquinas de escrever	477	856	545	620	650
61	Automóveis de tôda espécie	50 895	115 936	115 896	64 315	76 850
62	Motocicletas	195	437	252	300	417
63	Bicicletas e triciclos	446	1 639	1 471	2 727	3 430
64	Câmaras de ar	52	221	104	93	79
65	Pneumáticos	194	3 762	665	346	308

* Quilogramas.

TABELA III

Valores médios unitários de 65 principais mercadorias importadas, nos anos de 1946 a 1950

Cruzeiros por tonelada

	MERCADORIA	1946	1947	1948	1949	1950
1	Lúpulo	47 612,79	42 959,16	39 392,45	38 259,49	38 211,91
2.	Resina negra de pinho ou breu	4 071,91	4 914,13	4 095,43	3 853,80	3 869,67
3	Acetato de celulose	20 542,12	24 104,97	19 464,82	18 224,61	16 566,34
4	Celulose para fabricação de papel	2 343,50	3 594,48	4 121,83	2 754,04	2 346,2
5	Asfalto ou betume	786,57	1 163,08	945,61	1 029,79	987,28
6	Carvão de pedra	355,49	386,93	383,67	338,01	302,37
7	Coque	696,11	836,59	1 000,96	856,99	695,75
8	Gasolina	568,70	716,50	785,26	806,19	768,62
9	Óleos combustíveis	330,79	347,72	479,46	336,25	349,20
10	Querosene	478,68	719,54	687,04	585,57	609,43
11	Óleos refinados lubrificantes	2 250,25	2 608,45	2 884,91	2 772,53	2 400,91
12	Ferro em barras, vergalhões e verguinhas	2 116,69	2 837,12	3 187,69	2 597,33	1 704,43
13	Ferro em lâminas ou placas	2 379,08	3 654,22	3 584,98	3 982,98	2 415,83
14	Aço em barras, vergalhões e verguinhas	2 703,96	2 995,66	4 299,47	4 196,74	3 444,40
15	Aço em lâminas ou placas	2 302,74	3 139,32	3 583,69	5 303,06	3 884,74
16	Chumbo	4 032,93	5 757,16	8 074,62	7 888,58	5 563,11
17	Estanho	30 945,09	35 096,11	41 293,38	44 253,64	35 413,49
18	Cobre coado ou fundido	5 515,74	6 695,04	9 566,59	9 231,68	9 050,94
19	Cobre laminado ou martelado	11 009,52	13 865,78	15 853,02	14 388,03	13 617,25
20	Zinco	4 360,73	5 337,25	6 375,30	6 657,82	5 825,33
21	Alumínio	7 322,09	8 351,90	7 977,87	9 509,90	8 609,60
22	Enxôfre	794,20	795,95	728,25	754,43	785,28
23	Cimento Portland comum	575,83	691,01	699,98	579,22	506,08
24.	Algodão em fio	196 398,84	229 324,44	237 643,12	218 829,15	176 432,52
25	Juta	4 460,02	5 437,70	7 893,05	8 396,43	6 761,94
26	Lã	27 587,08	50 620,93	83 542,59	113 348,79	60 382,01
27	Côres de anilina	82 021,35	86 132,50	84 107,92	92 652,61	108 406,45
28	Uísque	32 136,67	48 544,69	39 133,24	36 468,79	33 839,95
29	Vinhos comuns de mesa até 14º	8 229,74	9 882,17	7 855,35	10 442,91	9 689,15
30	Trigo em grão	1 920,18	2 870,32	3 663,09	2 418,94	1 650,82
31	Farinha de trigo	2 188,29	3 104,80	3 345,73	2 790,60	2 615,81
32	Cevada torrefata ou malte	3 427,80	4 230,26	4 659,78	4 116,02	3 211,48
33	Maçãs	5 536,11	6 662,45	6 505,01	5 786,26	5 493,94
34	Peras	4 753,38	6 157,03	5 237,61	4 661,67	4 935,33
35	Uvas	8 740,59	8 982,54	8 320,46	8 931,85	8 515,72
36	Azeitonas	12 500,23	11 807,26	11 234,39	9 237,92	7 456,25
37	Azeite de oliveira	71 761,88	47 463,30	33 333,39	35 762,95	18 073,18
38	Alhos	8 039,72	5 864,61	7 554,53	8 581,77	9 149,50
39	Batatas	1 887,06	2 019,50	1 579,19	1 115,22	1 507,21
40	Bacalhau	10 456,98	11 392,95	11 297,67	11 067,34	11 498,85
41	Papel para impressão	5 678,65	6 570,13	7 218,33	5 704,31	6 072,15
42	Papel para impressão de jornais	2 450,91	3 271,08	3 502,35	3 170,66	2 697,19
43	Arame farpado	2 735,24	3 727,15	4 466,25	4 334,44	2 783,20
44	Arame nu, simples ou galvanizado	3 479,91	4 054,69	4 122,87	3 963,25	2 584,71
45	Fôlhas de Flandres em lâminas	2 874,94	3 493,76	3 776,71	4 072,68	3 904,86
46	Trilhos, cremalheiras e acessórios	1 758,74	2 176,79	2 797,96	3 534,67	2 306,32
47	Lâminas de vidro para vidraças, etc.	3 891,84	4 272,13	4 473,97	6 408,88	4 286,33
48	Barrilha	899,97	1 530,39	1 407,97	1 133,51	824,26
49	Soda cáustica.	1 584,01	4 759,58	4 034,11	2 446,48	1 814,89
50	Alvaiade de zinco	4 512,13	6 293,98	6 609,91	7 010,78	6 352,59
51	Injeções medicinais*	1 116,04	812,10	969,52	795,10	703,56
52	Salitre do Chile	1 192,56	1 456,44	1 466,90	1 457,32	1 285,36
53	Filmes cinematográficos impressos*	248,17	267,95	295,56	353,59	373,40
54	Enxadas, pás e picaretas.	10 431,09	12 086,13	14 928,62	14 549,58	12 443,24
55	Elevadores elétricos	23 950,00	24 652,38	27 656,86	28 661,54	37 257,84
56	Arados	6 060,57	7 563,64	8 923,04	9 835,46	9 417,38
57	Tratores agrícolas	13 398,20	15 109,58	17 630,85	18 654,10	18 829,62
58	Geladeiras, refrigeradores e semelhantes	25 096,86	32 709,23	35 846,14	32 723,17	25 760,21
59	Máquinas de costura	37 502,65	44 045,20	47 983,99	51 760,47	49 062,96
60	Máquinas de escrever	101 345,91	142 084,11	151 600,00	151 272,58	137 738,42
61	Automóveis de tôda espécie	14 088,75	18 629,92	20 264,32	23 030,65	18 438,92
62	Motocicletas.	41 666,67	52 274,60	56 500,00	58 576,67	44 594,74
63	Bicicletas e triciclos	38 874,44	44 331,30	38 570,36	33 602,86	26 181,31
64	Câmaras de ar	60 096,15	43 592,76	41 596,15	56 602,15	63 481,09
65	Pneumáticos	27 247,42	26 918,13	25 263,16	26 482,66	24 957,7

* Cruzeiros por quilograma

TABELA IV

Números-índices dos valores médios unitários de 65 principais mercadorias importadas, nos anos de 1946 a 1950

Média anual 1935-39 = 100

	MERCADORIA	1946	1947	1948	1949	1950
1.	Lúpulo	274,9	248,0	227,4	220,9	220,6
2	Resina negra de pinho ou breu	327,5	395,2	329,3	309,9	311,2
3	Acetato de celulose	132,9	155,9	125,9	117,9	107,1
4.	Celulose para fabricação de papel	256,8	393,9	451,7	301,8	257,1
5.	Asfalto ou betume	179,6	265,6	216,0	235,2	225,5
6.	Carvão de pedra	246,9	284,7	282,3	248,7	222,5
7.	Coque	310,4	373,1	446,4	382,2	310,3
8	Gasolina	118,0	148,7	162,9	167,3	159,5
9	Óleos combustíveis	203,1	213,4	294,3	206,4	214,4
10	Querosene	84,0	126,3	120,6	102,8	107,0
11	Óleos refinados lubrificantes	169,6	196,5	217,4	208,9	180,9
12	Ferro em barras, vergalhões e verguinhas	216,0	289,5	325,3	265,1	173,9
13	Ferro em lâminas ou placas	195,5	300,3	294,6	327,3	198,5
14	Aço em barras, vergalhões e verguinhas	139,9	155,0	222,5	217,2	178,3
15	Aço em lâminas ou placas	149,1	203,2	232,0	343,3	251,4
16	Chumbo	231,6	330,7	463,8	453,1	319,5
17	Estanho	174,4	197,8	232,7	249,4	199,6
18	Cobre coado ou fundido	117,3	142,4	203,5	196,4	192,6
19	Cobre laminado ou martelado	224,3	282,4	322,9	293,1	277,4
20	Zinco	242,1	296,4	354,0	369,7	323,5
21	Alumínio	89,9	102,5	97,9	116,7	105,7
22	Enxôfre	151,9	152,2	139,2	144,2	150,1
23	Cimento Portland comum	349,6	419,6	425,0	351,7	307,3
24.	Algodão em fio	551,4	643,8	607,2	614,4	495,3
25	Juta	198,2	241,7	350,8	373,2	300,5
26	Lã	104,8	192,4	317,5	430,8	229,5
27	Côres de anilina	130,8	137,3	134,1	147,7	172,8
28	Uísque	124,1	187,4	151,1	140,8	130,6
29	Vinhos comuns de mesa até 14º	312,4	375,2	298,2	396,5	367,9
30	Trigo em grão	348,5	520,9	664,7	439,0	299,6
31	Farinha de trigo	276,1	391,7	422,1	352,1	330,0
32	Cevada torrefata ou malte	229,9	283,8	312,6	276,1	215,4
33	Maçãs	244,0	293,7	286,7	255,0	242,2
34	Peras	223,6	289,6	246,3	219,2	232,1
35	Uvas	290,5	298,6	276,6	296,9	283,0
36	Azeitonas	365,9	345,6	328,9	270,4	218,3
37.	Azeite de oliveira	954,2	631,1	443,2	475,5	240,3
38.	Alhos	429,8	315,5	403,9	458,8	489,1
39	Batatas	281,3	301,0	235,4	166,2	224,7
40	Bacalhau	440,2	479,6	475,6	465,9	484,1
41	Papel para impressão	195,1	225,8	248,0	196,0	208,7
42	Papel para impressão de jornais	263,2	351,3	376,1	340,5	289,7
43	Arame farpado	201,8	274,9	329,5	319,7	205,3
44	Arame nu, simples ou galvanizado	248,5	289,5	294,4	283,0	184,5
45	Fôlhas de Flandres em lâminas	139,1	169,0	182,7	197,0	188,9
46	Trilhos, cremalheiras e acessórios	178,0	220,3	283,1	357,7	233,4
47.	Lâminas de vidro para vidraças, etc	355,5	390,3	408,7	585,5	391,6
48	Barrilha	170,8	200,5	267,2	215,1	156,4
49	Soda cáustica	134,2	403,1	341,7	207,2	153,7
50	Alvaiade de zinco	245,9	343,0	360,2	382,0	346,2
51	Injeções medicinais	162,2	118,0	140,9	115,5	102,2
52	Salitre do Chile	201,9	246,6	248,4	246,7	217,6
53.	Filmes cinematográficos impressos	114,2	123,4	136,1	162,8	171,9
54	Enxadas, pás e picaretas	209,6	242,8	299,9	292,3	250,0
55	Elevadores elétricos	168,0	172,9	194,0	201,1	261,4
56	Arados	150,8	188,2	222,0	244,7	234,3
57.	Tratores agrícolas	148,3	167,2	195,1	206,5	208,4
58	Geladeiras, refrigeradores e semelhantes	163,5	213,1	233,5	213,2	167,8
59.	Máquinas de costura	211,5	248,4	270,6	291,9	276,7
60	Máquinas de escrever	152,5	213,8	228,1	227,6	207,2
61	Automóveis de tôda espécie	171,5	226,8	246,7	280,4	224,5
62	Motocicletas	163,8	205,5	222,1	230,2	175,3
63	Bicicletas e triciclos	279,2	318,4	277,0	241,3	188,0
64	Câmaras de ar	518,0	375,8	358,6	487,9	547,2
65	Pneumáticos	237,5	234,7	220,2	230,9	217,6

III — NÚMEROS-ÍNDICES DAS QUANTIDADES E DOS VALORES MÉDIOS UNITÁRIOS DE 24 MERCADORIAS EXPORTADAS NOS ANOS DE 1946 A 1950

SUMÁRIO: 1. Objetivo do estudo. — 2. Números-índices sintéticos das quantidades exportadas. — 3. Números-índices sintéticos dos valores médios unitários das mercadorias exportadas. Variações dos preços das diversas mercadorias. — 4. Análise comparativa das quantidades, dos valores médios unitários e do valor total de 24 principais mercadorias exportadas.

1. A apuração dos dados preliminares sôbre a exportação brasileira de 1950, realizada pelo Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda, permite estender a êsse ano as pesquisas sôbre a marcha das quantidades e dos valores médios unitários de vinte e quatro mercadorias exportadas, iniciadas em estudos anteriores [1]

Aproveitando-se os dados referentes aos anos de 1935 a 1950, calcularam-se séries de números-índices sintéticos médios ponderados das quantidades e dos valores médios unitários dessas mercadorias, tomando-se como referência a média anual do qüinqüênio 1935-39

Às vinte e quatro mercadorias escolhidas corresponde uma elevada fração do valor total da exportação, que no período considerado variou entre o mínimo de 66,8%, em 1945, e o máximo de 90,5%, em 1935, 1936 e 1950

Os dados sôbre os valores e as quantidades das vinte e quatro mercadorias exportadas, nos anos de 1946 a 1950, constam das Tabelas I e II Mediante êsses dados foram obtidos os valores médios unitários e os respectivos números-índices, apresentados nas Tabelas III e IV Esta última estende-se a todo o período de 1935 a 1950, não tendo sido anteriormente publicados os números-índices para os anos de 1935 a 1947 [2]

* * *

2 Os números-índices sintéticos das quantidades exportadas foram calculados pelos critérios de LASPEYRES e de PAASCHE, tomando-se como base a média anual do qüinqüênio 1935-39

Pelo critério de LASPEYRES, o valor total das quantidades exportadas em cada ano, calculado de acôrdo com os valores médios unitários do qüinqüênio 1935-39, é comparado com o valor total médio anual das quantidades exportadas no período de referência, calculado de acôrdo com os mesmos valores médios unitários Com essa comparação, visa-se discriminar a influência das variações das quantidades das diversas mercadorias exportadas sôbre o valor total da exportação, de acôrdo com a hipótese de que os valores médios unitários se mantenham inalterados, através do tempo, no nível médio anual do qüinqüênio de referência Pelo critério de PAASCHE, o valor total das quantidades exportadas em cada ano, calculado conforme os valores médios unitários dêsse ano, é comparado com o valor total médio anual das quantidades exportadas no qüinqüênio de referência, calculado conforme os valores médios unitários do mesmo ano Visa-se, ainda, por êsse critério, discriminar as influências das variações das quantidades das diversas mercadorias exportadas sôbre o valor total da exportação, adotando-se, cada vez, a hipótese de que os valores médios unitários das diversas mercadorias no período de referência fôssem iguais aos do ano que se considera

Os resultados dessas elaborações, para os anos de 1935 a 1950, constam da secção primeira da Tabela seguinte

Números-índices das quantidades e dos valores médios unitários de 24 mercadorias exportadas

Média anual 1935-39 = 100

ANO	NÚMEROS-ÍNDICES DAS QUANTIDADES		NÚMEROS-ÍNDICES DOS VALORES MÉDIOS UNITÁRIOS	
	Critério LASPEYRES	Critério PAASCHE	Critério LASPEYRES	Critério PAASCHE
1935	88,4	87,1	96,5	95,0
1936	93,5	93,3	107,3	107,2
1937	90,3	88,9	114,3	112,6
1938	110,8	110,6	92,6	92,4
1939	117,0	116,6	95,8	95,5
1940	91,2	94,2	99,3	102,5
1941	96,1	97,5	121,7	123,4
1942	67,3	71,7	169,2	180,2
1943	67,7	74,4	180,2	198,2
1944	80,9	88,1	196,6	214,2
1945	85,8	87,7	210,3	214,9
1946	113,2	112,4	279,7	277,8
1947	104,9	105,4	360,2	361,9
1948	113,5	112,5	372,8	369,7
1949	102,2	104,0	385,0	391,5
1950	87,1	91,2	559,6	586,0

[1] Vejam-se os N os 2, 8 e 8 bis desta série, reproduzidos, com modificações e adições, nas seções III e VI do volume *Números-índices dos preços e das quantidades no comércio exterior e de cabotagem* ("Estudos de Estatística Teórica e Aplicada. Estatística Comercial", N º 1), publicação do I B.G E , 1951, e os artigos publicados nos N.os 36 e 39 da REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

[2] Os números-índices publicados no N.º 36 da REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA para os anos de 1935 a 1947 foram calculados com referência à média aritmética simples dos valores médios unitários dos cinco anos de 1935 a 1939, enquanto os que agora se divulgam foram calculados com referência à média aritmética ponderada (valor total da exportação de cada mercadoria no qüinqüênio, dividido pela quantidade total) Por isso os números-índices obtidos pelos dois cálculos não coincidem

O mais elevado nível no período pós-bélico foi atingido pelos números-índices sintéticos das quantidades em 1948, ficando todavia inferior ao nível de 1939

Em 1949 os números-índices sintéticos das quantidades diminuem fortemente, e nova e maior diminuição sofrem em 1950, caindo para 87,1 o calculado conforme o critério de LASPEYRES e para 91,2 o calculado conforme o critério de PAASCHE

* * *

3 Os números-índices sintéticos dos valores médios unitários, que, depois de um período de rápido incremento, subiram apenas moderadamente nos anos de 1948 e 1949, apresentam um grande aumento no ano de 1950, ascendendo a 559,6 o calculado segundo o critério de LASPEYRES e a 586,0 o calculado segundo o critério de PAASCHE

Como foi salientado nos estudos N^os 8 e 8 bis da presente série, essa forte alta depende principalmente da subida dos preços do café

Graduando-se as vinte e quatro mercadorias segundo o nível dos respectivos números-índices do valor médio unitário na exportação de 1950, obtém-se a seguinte discriminação:

Números-índices		*Mercadorias*
de 200,1 a 300,0	7	(Borracha, castanhas do Pará sem casca, couros vacuns salgados, minérios de manganês, babaçu, minérios de ferro, mamona)
de 300,1 a 400,0	8	(Cêra de carnaúba, mate, castanhas do Pará com casca, arroz, laranjas, óleo de caroço de algodão, couros vacuns curtidos ou sola, algodão em rama)
de 400,1 a 500,0	5	(Cristal de rocha, carnes frigorificadas, carnes em conserva, fumo, pinho.)
de 500,1 a 600,0	1	(Açúcar)
de 600,1 a 700,0	1	(Cacau)
de 700,1 a 800,0	2	(Café em grão, bananas)

Vê-se que a maior parte das mercadorias apresenta números-índices inferiores às médias ponderadas, em cuja formação o café entra com pêso muito elevado

* * *

4 A influência comparativa das quantidades e dos valores médios unitários sôbre o valor total da exportação das vinte e quatro mercadorias pode ser discriminada com o auxílio dos números-índices sintéticos das quantidades, calculados pelo critério de PAASCHE[3] (ou de LASPEYRES), dos números-índices dos valores médios unitários, calculados pelo critério de LASPEYRES[3] (ou de PAASCHE) e dos números-índices sintéticos do valor total calculados diretamente pela elaboração dos dados sôbre o valor total, ou indiretamente pelo produto dividido por 100 dos dois números-índices acima especificados

Êsses números-índices, para os anos de 1935 a 1950, figuram na Tabela seguinte

Números-índices das quantidades, dos valores médios unitários e do valor total de 24 mercadorias exportadas

Média anual 1935-39 = 100

ANO (a)	QUANTIDADES EXPORTADAS CRITÉRIO PAASCHE (b)	VALOR MÉDIO UNITÁRIO CRITÉRIO LASPEYRES (c)	VALOR TOTAL DA EXPORTAÇÃO[4] Cálculo indireto $(d)=\frac{(b).(c)}{100}$	VALOR TOTAL DA EXPORTAÇÃO[4] Cálculo direto (e)
1935	87,1	96,5	84,1	84,0
1936	93,3	107,3	100,1	100,2
1937	88,9	114,3	101,6	101,7
1938	110,6	92,6	102,4	102,4
1939	116,6	95,8	111,7	111,7
1940	94,2	99,3	93,5	93,5
1941	97,5	121,7	118,7	118,7
1942	71,7	169,2	121,3	121,4
1943	74,4	180,2	134,1	134,1
1944	88,1	196,6	173,2	173,3
1945	87,7	210,3	184,4	184,3
1946	112,4	279,7	314,4	314,4
1947	105,4	360,2	379,7	379,8
1948	112,5	372,8	419,4	419,5
1949	104,0	385,0	400,4	400,3
1950	91,2	559,6	510,4	510,2

Em 1949 a moderada subida dos preços não chegara a compensar o efeito da diminuição das quantidades sôbre o valor total da exportação das vinte e quatro mercadorias, que diminuiu sensivelmente, em comparação com o ano anterior.

Em 1950, pelo contrário, predominou o efeito da grande alta dos preços sôbre o da sensível diminuição das quantidades, e o índice do valor total aumentou fortemente, atingindo o nível de 510.

---

[3] Em ambos os casos, o produto, dividido por 100, do número-índice sintético das quantidades, obtido por um critério, e do número-índice dos valores médios unitários, obtido pelo outro critério, dá o número-índice do valor total.

[4] As leves discordâncias entre os resultados do cálculo indireto e os do cálculo direto dependem dos arredondamentos efetuados no primeiro cálculo

TABELA I

Valores da exportação de 24 principais mercadorias, nos anos de 1946 a 1950

Milhares de cruzeiros

	MERCADORIA	1946	1947	1948	1949	1950
1	Arroz	385 478	682 524	740 811	3 151	196 941
2	Açúcar	71 967	220 641	691 574	78 096	61 473
3	Laranjas	146 732	100 973	171 225	121 470	197 156
4	Bananas	54 338	83 273	102 935	110 789	164 920
5	Castanhas do Pará com casca	94 461	84 446	56 184	69 535	87 259
6	Castanhas do Pará sem casca	93 209	59 795	27 351	64 932	60 153
7	Café em grão	6 441 463	7 755 099	9 018 564	11 610 705	15 907 568
8	Cacau em grão	651 144	1 047 731	1 065 884	963 505	1 445 797
9	Mate	132 766	159 535	138 016	148 327	145 949
10	Fumo	492 765	376 647	268 277	279 268	409 041
11	Carnes frigorificadas	46 002	133 458	158 197	199 297	74 665
12	Carnes em conserva	342 687	198 368	281 529	120 125	100 426
13.	Borracha	267 767	204 221	47 011	2 542	41 686
14	Algodão em rama	2 937 584	3 076 205	3 384 997	2 006 879	1 936 108
15	Óleo de caroço de algodão	35 638	83 040	102 302	74 636	10 811
16.	Mamona	195 604	618 902	439 715	261 252	177 474
17.	Babaçu	29 252	33 377	163 017	82 026	54 143
18.	Cêra de carnaúba	492 075	383 779	285 738	343 397	408 462
19.	Pinho	706 021	840 589	811 492	584 933	603 290
20	Couros vacuns salgados	133 613	524 523	404 234	371 482	278 094
21	Couros vacuns curtidos ou sola	65 107	40 760	12 805	2 355	5 868
22	Minério de ferro	5 828	14 425	61 089	102 756	121 759
23.	Minério de manganês	37 118	32 153	32 334	48 226	49 964
24	Cristal de rocha	41 901	37 186	83 945	25 042	19 410
	Total das 24 mercadorias	**13 900 520**	**16 791 650**	**18 549 226**	**17 699 726**	**22 558 417**
	TOTAL GERAL DA EXPORTAÇÃO	**18 229 532**	**21 179 413**	**21 696 874**	**20 153 084**	**24 913 487**
	Percentagem das 24 mercadorias no valor total da exportação	76,3	79,3	85,5	87,8	90,5

TABELA II

Quantidades exportadas de 24 principais mercadorias, nos anos de 1946 a 1950

Toneladas

	MERCADORIA	1946	1947	1948	1949	1950
1	Arroz	152 051	218 423	212 643	991	80 305
2	Açúcar	21 975	61 556	361 277	38 700	23 550
3.	Laranjas	97 087	60 077	99 753	71 963	84 581
4	Bananas	105 777	128 209	162 834	167 913	151 767
5	Castanhas do Pará com casca	12 607	15 569	11 651	16 830	13 609
6	Castanhas do Pará sem casca	4 592	3 709	1 856	4 334	3 589
7.	Café em grão	930 275	889 804	1 049 540	1 162 140	890 094
8	Cacau em grão	130 460	99 041	71 681	132 244	131 997
9	Mate	49 224	55 434	46 775	47 369	45 774
10.	Fumo	53 843	39 400	25 344	28 265	36 688
11	Carnes frigorificadas	10 393	17 455	20 849	24 248	11 591
12.	Carnes em conserva	44 497	18 166	23 221	9 073	8 284
13.	Borracha	18 159	14 510	5 446	3 241	4 494
14.	Algodão em rama	352 752	285 473	258 703	139 760	128 845
15	Óleo de caroço de algodão	5 405	6 623	10 095	9 288	1 799
16.	Mamona	99 419	168 548	163 515	132 213	84 150
17	Babaçu	12 792	11 778	31 765	20 470	15 060
18	Cêra de carnaúba	10 019	8 388	9 292	11 109	12 757
19	Pinho	474 956	500 975	572 031	387 643	499 219
20	Couros vacuns salgados	21 223	56 680	48 315	45 325	42 318
21	Couros vacuns curtidos ou sola	3 677	1 393	357	88	171
22	Minérios de ferro	64 413	196 737	599 289	675 574	890 126
23	Minérios de manganês	149 149	142 092	141 253	149 896	148 339
24.	Cristal de rocha	170	369	720	299	260

TABELA III

Valores médios unitários de 24 principais mercadorias exportadas, nos anos de 1946 a 1950

Cruzeiros por tonelada

	MERCADORIA	1946	1947	1948	1949	1950
1	Arroz	2 535,19	3 124,78	3 483,83	3 179,62	2 452,41
2.	Açúcar	3 274,95	3 584,39	1 914,25	2 017,98	2 610,32
3	Laranjas	1 511,35	1 680,73	1 716,49	1 687,95	2 330,81
4	Bananas	513,70	649,51	632,15	659,80	1 086,67
5	Castanhas do Pará com casca	7 492,74	5 423,98	4 822,25	4 131,61	6 411,86
6	Castanhas do Pará sem casca	20 298,13	16 121,60	14 736,53	14 982,00	16 760,38
7	Café em grão	6 924,26	8 715,51	8 592,87	9 990,80	17 871,78
8	Cacau em grão	4 991,14	10 578,76	14 869,83	7 285,81	10 953,26
9.	Mate	2 697,18	2 877,93	2 950,64	3 131,31	3 188,47
10	Fumo	9 151,89	9 559,57	10 585,42	9 880,35	11 149,18
11	Carnes frigorificadas	4 426,25	7 645,83	7 587,75	8 219,11	6 441,64
12	Carnes em conserva	7 701,35	10 919,74	12 123,90	13 239,83	12 122,89
13	Borracha	14 745,69	14 074,50	8 632,21	8 497,99	9 275,92
14	Algodão em rama	8 327,62	10 775,82	13 084,49	14 359,47	15 026,64
15	Óleo de caroço de algodão	6 593,52	12 538,12	10 133,93	8 035,75	6 009,45
16.	Mamona	1 967,47	3 671,96	2 689,14	1 975,99	2 109,02
17.	Babaçu	2 286,74	2 833,84	5 131,97	4 007,13	3 595,15
18.	Cêra de carnaúba	49 114,18	45 753,34	30 750,97	30 911,60	32 018,66
19	Pinho	1 486,50	1 677,91	1 418,62	1 508,95	1 208,47
20	Couros vacuns salgados	6 295,67	9 254,11	8 366,64	8 195,96	6 571,53
21.	Couros vacuns curtidos ou sola	17 706,55	29 260,59	35 868,35	26 761,36	35 315,79
22.	Minérios de ferro	90,48	73,32	101,94	152,10	136,79
23.	Minérios de manganês	248,87	226,28	228,91	321,73	336,82
24.	Cristal de rocha	246 476,47	100 775,06	116 590,27	83 752,51	74 653,85

TABELA IV

Números-índices dos valores médios unitários de 24 principais mercadorias exportadas nos anos de 1935 a 1950

Média anual 1935-39 = 100

MERCADORIAS	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950
1. Arroz	95,4	105,7	91,1	99,8	106,0	112,9	142,5	299,7	322,8	314,0	332,6	360,1	443,8	494,8	451,6	348,3
2. Açúcar	108,7	98,1	213,4	71,6	92,5	117,3	78,1	208,4	302,1	328,2	403,0	662,5	725,1	387,3	408,2	528,1
3. Laranjas	104,5	104,2	110,3	91,2	94,9	89,1	86,1	118,2	117,3	177,3	180,5	235,3	261,7	267,3	262,8	363,0
4. Bananas	93,9	83,6	83,8	81,7	153,1	141,0	141,0	152,6	160,3	153,8	251,5	350,5	443,1	431,3	450,1	741,3
5. Castanhas do Pará com casca	71,5	96,0	183,7	100,0	90,4	56,7	131,8	154,1	138,5	184,8	266,4	380,9	275,7	245,1	210,0	326,0
6. Castanhas do Pará sem casca	80,7	138,8	133,7	82,3	78,7	68,9	92,8	137,5	94,3	72,0	310,4	300,8	238,9	218,4	222,0	248,3
7. Café em grão	95,6	106,9	121,0	91,1	92,0	89,6	124,0	183,4	188,3	194,4	204,2	282,2	355,2	350,2	407,2	728,4
8. Cacau em grão	80,2	116,7	120,0	91,7	93,5	98,8	130,4	165,8	163,7	166,2	151,2	274,7	582,2	818,4	401,0	602,8
9. Mate	107,0	95,4	100,5	93,1	104,6	119,8	123,0	130,2	143,3	175,8	221,5	267,6	285,5	292,7	310,6	316,3
10. Fumo	80,1	85,4	97,2	129,6	112,0	107,9	92,7	114,7	155,2	209,9	325,1	371,1	387,7	429,2	400,7	452,1
11. Carnes frigorificadas	68,9	81,7	93,9	123,4	141,0	154,6	211,1	247,0	249,8	264,3	286,3	280,1	483,9	480,2	520,1	407,7
12. Carnes em conserva	107,4	102,1	76,1	94,7	114,8	169,2	172,5	215,1	242,1	240,5	236,2	282,7	400,8	445,0	486,0	445,0
13. Borracha	66,1	116,5	116,5	87,7	108,9	148,5	192,7	275,8	294,2	391,5	415,4	334,4	319,2	195,8	192,7	210,4
14. Algodão em rama	118,3	117,6	101,2	87,6	90,7	94,6	88,7	105,9	134,3	157,1	161,5	210,8	272,8	331,2	363,5	380,4
15. Óleo de caroço de algodão	86,3	115,0	113,9	99,6	79,9	100,0	151,9	227,4	231,9	242,7	263,7	404,5	769,3	621,7	493,0	368,7
16. Mamona	89,9	102,1	107,3	89,3	107,9	143,6	120,1	181,2	188,2	181,8	186,9	277,2	517,3	378,9	278,4	297,1
17 Babaçu	68,9	97,0	137,4	97,4	93,0	89,9	111,4	184,6	179,2	178,4	154,6	174,4	216,1	391,4	305,6	274,2
18. Cêra de carnaúba	68,5	104,2	101,5	103,4	112,7	183,5	229,8	265,2	235,3	251,2	268,8	460,4	428,9	288,3	289,8	300,2
19. Pinho	76,6	86,8	97,5	106,7	113,1	108,3	168,1	263,9	351,6	506,8	555,5	587,5	663,2	560,7	596,4	477,6
20. Couros vacuns salgados	67,2	92,4	119,2	104,4	110,8	109,1	119,1	161,2	165,7	190,1	214,7	240,8	354,0	320,1	313,5	251,4
21. Couros vacuns curtidos ou sola	62,1	123,7	110,8	96,1	86,9	100,4	103,4	124,5	120,3	138,7	139,5	191,7	316,8	388,3	289,7	371,5
22. Minérios de ferro	63,8	86,6	89,6	113,4	100,4	133,6	154,5	155,7	165,4	192,1	189,1	190,8	154,6	215,0	320,8	288,5
23. Minerios de manganês	84,1	75,0	138,3	91,1	83,4	110,9	140,4	148,5	187,7	183,5	187,5	190,2	172,9	174,9	245,9	257,4
24. Cristal de rocha	23,4	32,3	70,8	108,4	152,2	136,5	269,7	717,1	728,0	1 349,4	1 172,8	1 332,2	544,7	630,2	452,7	403,5

IV — NÚMEROS-ÍNDICES DAS QUANTIDADES E DOS PREÇOS DO PRODUTOR DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL NOS ANOS DE 1946 A 1949

SUMÁRIO: 1. Introdução. — 2. Números-índices sintéticos das quantidades de quatro principais produtos de origem animal, nos anos de 1935 a 1949. — 3. Números-índices sintéticos dos preços do produtor, dêsses produtos, nos anos de 1935 a 1949 — 4. Análise das influências das quantidades e dos preços do produtor sôbre o valor total da produção dos quatro produtos. — APÊNDICE: Números-índices das quantidades produzidas, dos preços do produtor e do valor total da produção de 13 principais produtos de origem animal, nos anos de 1940 a 1949.

1 Em pesquisa anterior,[1] foi descrita e estudada a marcha dos preços do produtor[2] dos principais produtos de origem animal nos anos de 1935 a 1947 Essa pesquisa, realizada com o auxílio de séries de números-índices sintéticos médios aritméticos e geométricos, simples e ponderados, para conjuntos de quatro e de treze produtos, visou também a discriminar a influência das variações das quantidades e dos preços sôbre o valor total da produção, sendo tomado como período de referência o qüinqüênio 1935-39

No presente estudo divulgam-se os resultados dessa comparação, realizada conforme os critérios de LASPEYRES e de PAASCHE, para os anos de 1935 a 1949, considerando-se apenas os quatro produtos — carnes de bovino, carnes de suíno e toucinho, carnes de ovino e carnes de caprino — para os quais o Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, publicou dados anteriores a 1940

A quota dêsses quatro produtos no valor total da produção de origem animal incluída na estatística oficial variou, no último decênio, entre o mínimo de 62,7%, de 1947, e o máximo de 69,0%, de 1940 Essa quota ascendeu a 66,3% em 1949, ano para o qual o Serviço de Estatística da Produção avaliou em 13 006,9 milhões de cruzeiros o valor total da produção de origem animal incluída nos seus levantamentos

Os dados sôbre as quantidades produzidas, o valor da produção e os preços do produtor dos produtos considerados, para os anos de 1946 a 1949, constam da Tabela I

Na Tabela II figuram os números-índices dos preços do produtor, de cada produto, calculados com base no qüinqüênio 1935-39, para os anos de 1935 a 1949

* * *

2 Para a descrição de conjunto da marcha da produção foram elaboradas séries de números-índices sintéticos médios ponderados das quantidades produzidas, tomando-se como pesos os preços médios anuais do qüinqüênio 1935-39, na aplicação do critério de LASPEYRES, ou os preços efetivos de cada ano, na aplicação do critério de PAASCHE

Os resultados obtidos pela aplicação dêsses critérios constam da secção primeira, coluna b e *c*, da Tabela seguinte

Números-índices das quantidades e dos preços do produtor de 4 produtos de origem animal nos anos de 1935 a 1949

Média anual 1935-39 = 100

ANO	NÚMEROS-ÍNDICES DAS QUANTIDADES		NÚMEROS-ÍNDICES DOS PREÇOS DO PRODUTOR	
	Critério LASPEYRES	Critério PAASCHE	Critério LASPEYRES	Critério PAASCHE
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)
1935	93,8	93,8	83,1	83,1
1936	98,5	98,3	92,0	91,9
1937	103,5	103,3	96,7	96,5
1938	101,8	101,7	108,5	108,4
1939	102,5	101,7	119,4	118,5
1940	91,1	91,4	128,4	128,9
1941	94,8	94,8	138,2	138,2
1942	96,6	96,6	164,5	164,5
1943	90,1	89,3	202,1	200,3
1944	85,7	84,7	255,6	252,7
1945	85,0	84,1	296,5	293,4
1946	94,7	94,4	335,0	334,0
1947	97,4	96,8	386,9	384,3
1948	107,1	105,9	394,7	390,3
1949	111,8	110,9	417,2	413,6

A primeira observação sugerida por êsses dados é a de que em todo o período de observação a produção dos gêneros considerados não se afastou muito, em quantidade, do nível médio anual do qüinqüênio 1935-39, caindo progressivamente abaixo dêle nos anos da segunda guerra mundial até atingir em 1944 e 1945 um nível de 14-16% inferior, e subindo de novo a partir do ano de 1946, até tornar-se em 1949 superior de 11-12% a êsse nível

* * *

3 Passando-se ao exame dos números-índices sintéticos dos preços do produtor, expostos nas colunas (*d*) e (*e*) da tabela anterior, convém em primeiro lugar esclarecer que os constantes da primeira dessas colunas representam os resultados da comparação do valor total médio anual das quantidades produzidas no qüinqüênio de referência, calculado segundo os preços de cada ano, com o valor total médio anual das mesmas quantidades, calculado conforme os preços do período da referência (critério de LASPEYRES), enquanto os da segunda representam os resultados da comparação do valor total das quantidades produzidas em cada ano, calculado conforme os preços do ano considerado, com o valor total das mesmas quantidades, calculado conforme os preços médios do período de referência (critério de PAASCHE)

As duas séries de números-índices, assim calculadas, mostram tendência ascendente em todo o período de observação A subida torna-se mais rápida nos anos de 1942 a 1947, ficando sensìvelmente retardada em 1948, mas acelerando-se mais uma vez em 1949

[1] Veja-se o estudo "Números-índices dos preços do produtor, dos produtos de origem animal, no período 1935-47", publicado na REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, Nº 38, 1949.

[2] A expressão "preço do produtor" significa, no presente estudo, o preço que se estima ter recebido efetivamente o produtor; é o resultado da divisão do valor total estimado da produção pela correspondente quantidade total estimada

No ano de 1949, o nível dos preços do produtor fica mais de quatro vêzes superior àquele do qüinqüênio 1935-39 (números-índices 414-417); o campo de variação dos índices é bem amplo, sendo delimitado pelo mínimo de 304 das carnes de ovino e pelo máximo de 463 das carnes de suíno e do toucinho

* * *

4 Para discriminar a importância comparativa das influências das quantidades produzidas e dos preços do produtor sôbre o valor total da produção de origem animal serão aproveitados os números-índices das quantidades, calculados conforme o critério de PAASCHE, e os números-índices dos preços do produtor, calculados conforme o critério de LASPEYRES [3]

O produto dêsses números-índices, dividido por 100, dá o número-índice de valor total da produção considerada, que, de outro lado, pode ser calculado diretamente pela razão entre o valor total da produção de cada ano e o valor total médio anual dessa produção no período de referência

Um retrospecto dêsses índices, abrangendo os três últimos lustros, é apresentado na Tabela seguinte

Números-índices das quantidades, dos preços do produtor e do valor total de 4 produtos de origem animal

Média anual 1935-39 = 100

ANO	QUANTIDADES PRODUZIDAS CRITÉRIO DE PAASCHE	PREÇOS DO PRODUTOR CRITÉRIO DE LASPEYRES	VALOR TOTAL DA PRODUÇÃO DOS 4 PRODUTOS[4]	
			Cálculo indireto $(d)=\frac{(b).(c)}{100}$	Cálculo direto
(a)	(b)	(c)		(e)
1935	93,8	83,1	77,9	77,9
1936	98,3	92,0	90,4	90,5
1937	103,3	96,7	99,9	99,8
1938	101,7	108,5	110,3	110,3
1939	101,7	119,4	121,4	121,4
1940	91,4	128,4	117,4	117,4
1941	94,8	138,2	131,0	131,0
1942	96,6	164,5	158,9	159,0
1943	89,3	202,1	180,5	180,5
1944	84,7	255,6	216,5	216,6
1945	84,1	296,5	249,4	249,4
1946	94,4	335,0	316,2	316,3
1947	96,8	386,9	374,5	374,4
1948	105,9	394,7	418,0	417,9
1949	110,9	417,2	462,7	462,5

Como consta das colunas (*d*) e (*e*) da Tabela, o valor total da produção considerada tende a aumentar até 1939 em conseqüência do simultâneo aumento da quantidade da produção e dos preços do produtor No período bélico, reduzindo-se as quantidades produzidas mas subindo cada vez mais ràpidamente os preços, aumenta o valor total, até ficar, em 1945, duas vêzes e meia superior ao nível médio anual do qüinqüênio 1935-39 Nos anos de 1946 a 1949, aumentando as quantidades produzidas e, mais ràpidamente do que estas, os preços do produtor, o valor total continua a subir, até atingir, em 1949, um nível mais de quatro vêzes e meia superior ao nível médio do período de referência (número-índice 463).

* * *

APÊNDICE

Como complemento das elaborações expostas no texto dêste estudo, apresentam-se as séries de números-índices sintéticos das quantidades produzidas, dos preços do produtor e do valor total da produção de treze produtos de origem animal — carnes de bovino, carnes de suíno, carnes de ovino, carnes de caprino, couros de bovino, couros de suíno, peles de ovino, peles de caprino, banha, composto, toucinho, sebo, laticínios [5] —, para os quais o Serviço de Estatística da Produção fornece dados a partir de 1940 (inclusive os 4 já estudados, para os quais as informações remontam aos anos anteriores)

Na elaboração dessas séries, adotando-se por simplicidade o critério de PAASCHE para os índices das quantidades e o de LASPEYRES para os dos preços do produtor, foi tomado como referência o ano de 1940

Os números-índices assim calculados constam das colunas (*b*) e (*c*) da Tabela abaixo Das colunas (*d*) e (*e*) constam os números-índices do valor total da produção

Números-índices das quantidades, dos preços do produtor e do valor total de 13 produtos de origem animal

Ano 1940 = 100

ANO	QUANTIDADES PRODUZIDAS CRITÉRIO DE PAASCHE	PREÇOS DO PRODUTOR CRITÉRIO DE LASPEYRES[6]	VALOR TOTAL DA PRODUÇÃO DE ORIGEM ANIMAL[7]	
			Cálculo indireto $(d)=\frac{(b).(c)}{100}$	Cálculo direto
(a)	(b)	(c)		(e)
1940	100,0	100,0	100,0	100,0
1941	101,9	110,6	112,7	112,7
1942	103,2	132,4	136,6	136,6
1943	95,7	162,7	155,7	155,8
1944	93,7	200,9	188,2	188,3
1945	93,1	229,5	213,7	213,6
1946	101,2	267,0	270,2	270,0
1947	105,9	320,8	339,7	339,7
1948	114,1	324,1	369,8	369,6
1949	118,5	337,0	399,3	399,2

[3] Em vez das duas séries especificadas poderiam ser tomadas, sem inconvenientes, as dos números-índices das quantidades, calculados segundo o critério de LASPEYRES, e dos números-índices dos preços do produtor, calculados segundo o critério de PAASCHE

[4] As leves discordâncias que se verificam entre os resultados do cálculo indireto e os do direto são decorrentes dos arredondamentos efetuados no primeiro dêsses cálculos.

[5] Êsses treze produtos contribuíram com a quota de 92,6% para o valor total da produção incluída nas estatísticas de 1949.

[6] Uma série de números-índices sintéticos dos preços dos 13 produtos considerados, com base no qüinqüênio 1935-39, pode ser obtida multiplicando-se os índices constantes da coluna (*c*) por 1,284, valor da razão-índice sintética dos preços dos 4 produtos, calculada para o ano de 1940 com referência ao qüinqüênio 1935-39 Ficam assim ligadas as duas séries; mas é claro que o cálculo tem caráter aproximativo, implicando a hipótese de que a variação relativa dos preços dos 13 produtos de 1935 a 1940 seja igual à dos 4 produtos

Segundo êsse cálculo, os números-índices sintéticos dos preços do produtor ficariam avaliados para 143,8 em 1941; 172,1 em 1942; 211,5 em 1943; 261,2 em 1944; 298,4 em 1945; 347,1 em 1946; 417,0 em 1947; 421,3 em 1948; e 438,1 em 1949

[7] As leves discordâncias que se verificam entre os resultados do cálculo indireto e os do direto são decorrentes dos arredondamentos efetuados no primeiro dêsses cálculos

Pelos índices da Tabela acima vê-se confirmado o resultado da análise anterior A elevação do valor total da produção, que se reduz ao quádruplo considerando êste conjunto mais amplo de produtos, dependeu em medida preponderante do aumento dos preços e apenas secundàriamente do aumento das quantidades produzidas.

Em 1949, ano em que ficou êsse valor total 299% acima do nível de 1940, para um excedente de apenas 19% das quantidades produzidas verifica-se um aumento de 237% nos preços do produtor [8]

[8] A expressão "preço do produtor" significa, em alguns casos, o preço que se estima ter recebido efetivamente o produtor, mas, em outros, o valor médio unitário atribuído ao produto inicial de uma série de operações industriais

Para dar uma idéia da influência exercida pelos preços dos diversos produtos sôbre os números-índices sintéticos médios ponderados dos preços do produtor, são apresentados na Tabela III os números-índices individuais dos 13 produtos considerados, calculados para os anos de 1940 a 1949

No período bélico, a tendência dos preços é para uma subida lenta mas progressiva, em conseqüência principalmente do aumento dos preços do sebo e dos produtos suínos

No período pós-bélico, de 1945 a 1949, acelerando-se essa tendência, os preços de alguns produtos sobem a níveis muito elevados, como os alcançados, em 1948, pelo sebo (número-índice 580,9) e o composto (número-índice 519,4)

Em 1949, o nível dos números-índices dos preços varia entre os máximos de 467,8 do sebo e 438,2 do composto, e o mínimo de 198,2 dos couros de suíno.

TABELA I

Quantidades produzidas, valores da produção e preços do produtor de quatro produtos de origem animal nos anos de 1946 a 1949[9]

	ESPECIFICAÇÃO	1946	1947	1948	1949
	QUANTIDADE PRODUZIDA (t)				
1	Carnes de bovino	735 863	799 871	910 292	954 664
2	Carnes de suíno e toucinho	242 014	221 425	224 974	233 405
3	Carnes de ovino	22 265	19 566	17 782	17 203
4	Carnes de caprino	11 706	12 002	12 554	12 801
	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1 000)				
1	Carnes de bovino	3 872 268	4 507 166	5 277 784	6 016 407
2	Carnes de suíno e toucinho	1 870 031	2 317 337	2 365 329	2 452 577
3	Carnes de ovino	104 071	96 300	87 981	86 866
4	Carnes de caprino	53 100	60 529	62 305	68 745
	PREÇOS DO PRODUTOR (Cr$/t)				
1	Carnes de bovino	5 262,21	5 634,87	5 797,90	6 302,12
2	Carnes de suíno e toucinho	7 726,95	10 465,56	10 513,79	10 507,82
3	Carnes de ovino	4 674,20	4 921,80	4 947,76	5 049,47
4	Carnes de caprino	4 536,14	5 043,24	4 962,96	5 370,28

[9] Os dados dessa Tabela retificam os publicados anteriormente

TABELA II

Números-índices dos preços de quatro produtos de origem animal nos anos de 1935 a 1949

(Média anual 1935-39 = 100)

ANO	CARNES DE BOVINO	CARNES DE SUÍNO E TOUCINHO	CARNES DE OVINO	CARNES DE CAPRINO
1935	83,1	82,9	90,4	87,8
1936	90,6	95,2	99,5	97,8
1937	94,3	102,4	98,8	96,3
1938	108,9	107,6	103,1	105,4
1939	125,0	106,4	106,9	105,7
1940	136,6	109,2	117,7	114,7
1941	146,2	119,7	122,3	113,5
1942	173,1	145,3	133,0	130,5
1943	208,7	187,7	157,6	159,1
1944	262,7	241,0	171,9	210,7
1945	306,3	275,6	218,6	239,8
1946	333,5	340,4	281,0	282,4
1947	357,1	461,0	295,9	314,0
1948	367,4	463,2	297,4	309,0
1949	399,4	462,9	303,5	334,3

TABELA III

Números-índices dos preços do produtor de treze produtos de origem animal nos anos de 1940 a 1949

Ano 1940 = 100

	PRODUTO	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949
1	Carnes de bovino	100,0	107,0	126,7	152,8	192,3	224,3	244,1	261,4	269,0	292,4
2	Carnes de suíno	100,0	109,6	133,3	171,6	223,5	259,5	314,3	406,8	398,2	416,2
3[1]	Carnes de ovino	100,0	103,9	112,9	133,8	146,0	185,7	238,6	251,3	252,6	257,8
4	Carnes de caprino	100,0	98,9	113,8	138,7	183,6	209,0	246,2	273,7	269,3	291,4
5	Couros de bovino	100,0	107,7	140,8	159,2	183,7	188,5	219,6	272,1	251,0	257,3
6	Couros de suíno	100,0	130,2	156,4	219,9	290,2	359,3	422,0	220,4	188,7	198,2
7	Peles de ovino	100,0	125,8	137,4	129,3	156,9	162,2	171,0	199,2	223,1	256,4
8	Peles de caprino	100,0	127,3	137,4	159,2	185,5	163,5	181,6	193,5	248,9	265,9
9	Banha	100,0	126,1	160,1	181,7	193,9	212,5	285,9	489,5	451,8	435,8
10	Composto	100,0	140,9	168,9	201,5	208,0	198,5	216,5	498,1	519,4	438,2
11	Toucinho	100,0	109,8	133,2	172,5	217,0	243,8	306,0	432,8	444,3	426,6
12	Sebo	100,0	125,2	201,1	242,0	341,2	299,0	373,7	468,0	580,9	467,8
13	Laticínios	100,0	120,5	124,7	178,3	210,7	256,3	326,5	387,3	394,9	422,7

IV — NÚMEROS-ÍNDICES DAS QUANTIDADES E DOS VALORES MÉDIOS UNITÁRIOS DE 30 MERCADORIAS DO COMÉRCIO DE CABOTAGEM NOS ANOS DE 1946 A 1950

SUMÁRIO: 1. Objetivo do estudo. — 2. Números-índices sintéticos das quantidades de 30 mercadorias negociadas no comércio de cabotagem. — 3 Números-índices sintéticos dos valores médios unitários dessas mercadorias. Influência de determinadas mercadorias sôbre os índices sintéticos dos valores médios unitários. — 4. Análise das influências das quantidades e dos valores médios unitários das 30 mercadorias sôbre o valor total das mesmas. APÊNDICE: Esclarecimentos sôbre a modificação introduzida na composição dos números-índices sintéticos da cabotagem.

1 No estudo N º 5 desta série,[1] foi descrita com o auxílio de números-índices sintéticos a marcha das quantidades e dos valores médios unitários de 33 mercadorias principais do comércio de cabotagem, nos anos de 1935 a 1949

Em continuação a essas elaborações, divulgam-se no presente estudo os resultados dos cálculos, postos em dia até o ano de 1950 e retificados de acôrdo com a modificação especificada em nota [2]

Na elaboração das séries de números-índices foram consideradas as seguintes 30 mercadorias: 1 Couros vacuns curtidos; 2 Couros vacuns salgados; 3 Borracha; 4 Álcool; 5 Cêra de carnaúba; 6 Fumo em fôlhas; 7 Pinho; 8 Óleo de linhaça; 9 Carvão de pedra; 10 Cimento Portland; 11 Ferro em barras, vergalhões e verguinhas; 12 Sal; 13 Algodão em rama; 14 Lã em bruto; 15 Açúcar; 16 Arroz; 17 Batatas; 18 Cebolas; 19 Cerveja; 20 Café em grão; 21 Farinha de mandioca; 22 Feijão; 23 Banha de porco; 24 Carne sêca; 25 Manteiga; 26 Calçados de couro; 27 Cigarros; 28 Fósforos; 29 Papel para impressão; 30 Tecidos de algodão

No curso dos últimos dez anos essas mercadorias contribuíram com uma fração variável entre o mínimo de 42,7% e o máximo de 51,3% para o valor total das mercadorias incluídas nas estatísticas oficiais Em 1950, ano para o qual o Serviço de Estatística Econômica e Financeira registrou um intercâmbio marítimo e fluvial no valor de 20 882,2 milhões de cruzeiros entre as diversas Unidades da Federação, essa quota ascende a 49,7%

Dados sôbre as quantidades, os valores totais e os valores médios unitários das mercadorias acima discriminadas, para os anos de 1946 a 1950, constam das Tabelas I, II e III

Dados paralelos para os anos de 1935 a 1945 foram expostos em estudo anterior [3]

* * *

2 Uma visão de conjunto da marcha das quantidades das mercadorias transportadas no comércio de cabotagem, nos últimos três lustros, é dada pelas duas séries de números-índices sintéticos médios aritméticos ponderados que figuram na primeira secção da Tabela seguinte

Êsses números-índices, calculados com base no qüinqüênio 1935-39, medem a influência das variações das quantidades das diversas mercadorias sôbre o valor total, de acôrdo com as hipóteses de que, na comparação entre cada ano e o período de referência, os valores médios unitários das diversas mercadorias fiquem inalterados no nível médio anual dêsse período, segundo o critério de LASPEYRES, coluna (*b*), ou no nível de cada ano, segundo o critério de PAASCHE, coluna (*c*)

Números-índices das quantidades e dos valores médios unitários de 30 mercadorias do comércio de cabotagem nos anos de 1935 a 1950

Média anual 1935-39 = 100

ANO	NÚMEROS-ÍNDICES DAS QUANTIDADES		NÚMEROS-ÍNDICES DOS VALORES MÉDIOS UNITÁRIOS	
	Critério LASPEYRES	Critério PAASCHE	Critério LASPEYRES	Critério PAASCHE
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)
1935	96,1	97,1	89,6	90,4
1936	99,0	99,1	98,8	98,9
1937	100,0	99,9	108,5	108,4
1938	97,1	97,1	102,3	102,3
1939	107,8	107,6	99,9	99,7
1940	103,4	103,0	107,5	107,1
1941	113,5	112,7	121,1	120,2
1942	95,8	96,6	157,3	158,6
1943	83,2	81,9	204,8	201,6
1944	108,8	104,9	256,1	246,8
1945	105,2	102,1	295,3	286,4
1946	120,3	114,4	351,1	334,1
1947	103,2	98,7	390,7	373,7
1948	124,3	117,7	385,2	364,9
1949	120,8	115,7	424,5	406,5
1950	120,7	116,1	455,9	438,5

As duas séries de números-índices das quantidades fornecem indicações concordantes, no que diz respeito à tendência; mas em todos os anos de 1940 a 1950 a aplicação do cri-

[1] Outras pesquisas sôbre êste ramo do comércio interno foram publicadas na REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, N º 42, Ano XI, e no estudo N º 7 desta série Os citados estudos N ºs 5 e 7 foram publicados em edição definitiva nas seções VII e VIII da coletânea *Números-índices dos preços e das quantidades no comércio exterior e de cabotagem*, N º 1 da série "Estatística Comercial" dos "Estudos de Estatística Teórica e Aplicada" (Rio de Janeiro, I B G E , 1951)

[2] Note-se que os tecidos de algodão, discriminados no citado estudo N º 5 em quatro classes, aparecem aqui reunidos num único grupo, que inclui ainda a classe dos tecidos não especificados, cuja importância relativa vem diminuindo fortemente através do tempo (veja-se a nota em apêndice do presente estudo)

[3] Estudo N º 5, para as primeiras 29 mercadorias; para a última (tecidos de algodão), estudos do Engenheiro SÉRGIO MAGALHÃES publicados no N.º 37 da REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA" (anos 1935 a 1947) e no N º 31 do *Boletim Estatístico* (anos 1948 e 1949)

tério de LASPEYRES leva a valores sensìvelmente maiores do que os obtidos pela aplicação do critério de PAASCHE

A repercussão da segunda guerra mundial torna-se evidente na descida do número-índice das quantidades em 1940 e na sua queda maior em 1942 e 1943, depois da transitória expansão de 1941 Mas já em 1944 e 1945 o número-índice das quantidades sobe acima do nível do período de referência; a subida se acentua em 1946 Em 1947 verifica-se uma brusca diminuição, mas nos três anos seguintes o número-índice sobe de novo, atingindo os níveis mais elevados de todo o período em exame, níveis, entretanto, apenas moderadamente superiores ao nível médio do período de referência (de 16 a 18%, segundo o critério de PAASCHE, ou de 21 a 24%, segundo o de LASPEYRES)

* * *

3 Para a descrição sintética do andamento dos preços[4] das mercadorias negociadas no comércio de cabotagem foram calculadas as duas séries de números-índices constantes das colunas (d) e (e) da tabela no parágrafo anterior

Êsses números-índices, calculados com base no qüinqüênio 1935-39, medem a influência das variações dos preços das diversas mercadorias sôbre o valor total, de acôrdo com as hipóteses de que, na comparação entre cada ano e o período de referência, as quantidades das diversas mercadorias fiquem inalteradas no nível médio anual dêsse período, segundo o critério de LASPEYRES, coluna (d), ou no nível de cada ano, segundo o critério de PAASCHE, coluna (e)

As duas séries de números-índices concordam na indicação da tendência ràpidamente ascendente dos preços, no último decênio; nos anos de 1942 a 1950, os valores calculados conforme o critério de LASPEYRES excedem sensìvelmente os calculados conforme o critério de PAASCHE A subida dos preços inicia-se em 1940 e continua rápida até 1947, interrompendo-se em 1948, ano em que se verifica uma pequena descida, mas prosseguindo, de novo rápida, em 1949 e 1950 No último ano o nível dos preços excede o nível médio do período de referência em 339%, segundo o critério de PAASCHE, ou em 356%, segundo o de LASPEYRES

A marcha dos números-índices dos preços das diversas mercadorias nos anos de 1935 a 1950 consta dos dados da Tabela IV No ano de 1950, para 5 mercadorias das 30 consideradas, entre as quais figuram a carne sêca, a banha e a manteiga, os números-índices dos preços, calculados com referência ao nível médio anual do qüinqüênio 1935-39, excedem 500, enquanto para duas outras, a cerveja e o café em grão, atingem, respectivamente, 618 e 952 Nesse ano o campo de variação dêsses números-índices é muito amplo, estendendo-se entre o mínimo de 196 do fósforo e o máximo de 952 do café em grão Entretanto, para 16 das 30 mercadorias os números-índices estão incluídos no intervalo de valor de 301 a 500, como consta dos seguintes dados

NÚMERO-ÍNDICE EM 1950	MERCADORIAS
101 a 200	1
201 a 300	6
301 a 400	8
401 a 500	8
501 a 600	5
601 a 700	1
701 a 800	—
801 a 900	—
901 a 1 000	1

* * *

4 O exame comparativo das influências das variações das quantidades e dos preços, sôbre o valor total das 30 mercadorias consideradas, é facilitado pela Tabela seguinte, na qual são apresentados os números-índices das quantidades calculados conforme o critério de PAASCHE, os números-índices dos valores médios unitários calculados conforme o critério de LASPEYRES[5] e os números-índices do valor total

Números-índices das quantidades, dos valores médios unitários e do valor total de 30 mercadorias do comércio de cabotagem nos anos de 1935 a 1950

Média anual 1935-39 = 100

ANO	QUANTIDADES CRITÉRIO DE PAASCHE	VALORES MÉDIOS UNITÁRIOS CRITÉRIO DE LASPEYRES	VALOR TOTAL[6]	
			Cálculo indireto (d)=(b).(c)/100	Cálculo direto
(a)	(b)	(c)		(c)
1935	97,1	89,6	87,0	86,9
1936	99,1	98,8	97,9	98,0
1937	99,9	108,5	108,4	108,4
1938	97,1	102,3	99,3	99,3
1939	107,6	99,9	107,5	107,5
1940	103,0	107,5	110,7	110,8
1941	112,7	121,1	136,5	136,4
1942	96,6	157,3	152,0	151,9
1943	81,9	204,8	167,7	167,8
1944	104,9	256,1	268,6	268,6
1945	102,1	295,3	301,5	301,4
1946	114,4	351,1	401,7	401,8
1947	98,7	390,7	385,6	385,7
1948	117,7	385,2	453,4	453,5
1949	115,7	424,5	491,1	490,9
1950	116,1	455,9	529,3	529,4

O valor total das 30 mercadorias, no comércio de cabotagem, tende a aumentar fortemente, através do tempo, no último decênio;

[4] Entenda-se como "preço na cabotagem" o quociente entre o valor total e a quantidade de cada mercadoria considerada

[5] Cumpre lembrar que em vez das duas séries especificadas poderiam ser tomadas a dos números-índices das quantidades calculados segundo o critério de LASPEYRES e a dos números-índices dos valores médios unitários calculados segundo o critério de PAASCHE, cujo produto dividido por 100 dá igualmente o número-índice do valor total. Torna-se fácil realizar a comparação de acôrdo com êsse critério com o auxílio dos dados da Tabela do § 2

[6] As leves discordâncias que se verificam entre os resultados do cálculo direto — comparação entre o valor total registrado em cada ano e o valor total médio anual do qüinqüênio 1935-39 — e os do indireto dependem dos arredondamentos efetuados no segundo cálculo

apenas em 1947 interrompe-se a subida, para depois continuar rápida nos três anos seguintes

Êsse aumento depende, em parte preponderante, da alta dos preços, sendo relativamente pequena a influência da variação das quantidades

Em 1942 e 1943 a restrição quantitativa do comércio retarda a subida do valor total; apenas em 1947, chega a interrompê-la

Nos últimos três anos, combinando-se níveis relativamente elevados das quantidades com níveis muito elevados dos preços, o valor total atinge seus máximos; em 1950 o respectivo número-índice, calculado com referência ao nível médio do período de referência, sobe para 529, ascendendo a 116 o número-índice das quantidades e a 456 o dos preços

APÊNDICE

Esclarecimentos sôbre a modificação introduzida na composição dos números-índices sintéticos da cabotagem

Nos cálculos de números-índices sintéticos da cabotagem para os anos de 1935 a 1949, realizados pelo Engenheiro Sérgio Magalhães e publicados no *Boletim Estatístico*, N os 27 e 31, uma das classes de mercadorias consideradas foi a dos tecidos de algodão

Essa classe compreende tipos muito diferentes em qualidade e em valor; e as proporções comparativas dos diversos tipos variaram fortemente no período de observação Achou, portanto, conveniente o próprio autor dos cálculos aludidos retificá-los, considerando separadamente as quatro subclasses principais de tecidos, isto é, os crus, os brancos, os tintos e os estampados Conforme essa discriminação, o Engenheiro Magalhães calculou novas séries de números-índices sintéticos da cabotagem, para o mesmo período, que foram divulgadas primeiro em edição mimeográfica e depois na coletânea de *Números-índices dos preços e das quantidades no comércio exterior e de cabotagem* (estudo VII), publicada pelo I B G E em 1951

Essa modificação, que visou a obter uma homogeneidade maior na composição dos grupos merceológicos discriminados, estava perfeitamente justificada do ponto de vista teórico Entretanto, voltando a examinar a questão e levando em conta considerações de caráter prático, o Laboratório de Estatística chegou à conclusão de que, na continuação do cálculo dos números-índices sintéticos da cabotagem, é preferível manter os tecidos de algodão como classe única, em vez de discriminar as quatro subclasses principais

Com efeito, nos primeiros anos do período ao qual foi estendida a pesquisa, a estatística da exportação discriminava nas quatro subclasses principais apenas a menor fração dos tecidos exportados (em 1935, apenas 14,04% da quantidade total e 14,37% do valor total) É claro que a maior parte, senão a totalidade, dos tecidos "não especificados" podia ser atribuída a uma ou a outra das quatro subclasses principais, mas naquela época a organização da estatística da exportação estava ainda imperfeita O melhoramento dessa organização reflete-se nos dados da exportação: já em 1942 ficam atribuídos às quatro subclasses principais 80,00% da quantidade e 76,26% do valor dos tecidos de algodão, e prosseguindo o aperfeiçoamento, as proporções correspondentes sobem, respectivamente, para 96,78% e 97,09% em 1950 (Vejam-se os dados absolutos da Tabela V e as percentagens da VI)

É, portanto, apenas aparente o aumento quantitativo da exportação de tecidos constante dos dados sôbre as quatro subclasses acima especificadas De 1935 a 1950, essa exportação teria aumentado de 6 047 para 29 378 toneladas; mas, observando-se que a exportação dos tecidos "não especificados" diminuiu, no mesmo intervalo, de 37 029 para 468 toneladas, deve-se concluir que, em vez de aumentar, a primeira exportação talvez tenha diminuído

Êsse aparente aumento reflete-se nos números-índices sintéticos retificados do Engenheiro Magalhães, elevando excessivamente o das quantidades exportadas, e perturba, também, os números-índices sintéticos dos preços, embora a forte subida dêstes torne menos visível o efeito da retificação Não seria aconselhável remediar o inconveniente pela adição da subclasse dos tecidos "não especificados", extremamente heterogênea e que tende a desaparecer, ou quase, com o aperfeiçoamento da estatística

Escolhendo, entre os dois males, o que parece ser o menor, decidiu, portanto, o Laboratório voltar a incluir os tecidos de algodão, como única classe, no cálculo dos números-índices sintéticos da cabotagem

TABELA I

Valores de 30 principais mercadorias no comércio de cabotagem, nos anos de 1946 a 1950

Milhares de cruzeiros

	MERCADORIA	1946	1947	1948	1949	1950
1	Couros vacuns curtidos	95 502	63 994	55 980	41 536	37 746
2	Couros vacuns salgados	36 691	18 838	25 082	27 942	26 861
3	Borracha	465 580	559 685	571 657	566 367	703 572
4	Álcool	33 471	28 485	36 312	60 671	80 797
5	Cêra de carnaúba	39 869	20 609	24 030	43 222	60 593
6	Fumo em fôlhas	196 439	234 098	213 193	257 764	268 141
7	Pinho	335 311	268 218	198 063	259 519	317 236
8	Óleo de linhaça	70 504	51 716	107 661	107 974	101 333
9	Carvão de pedra	71 429	94 116	133 097	118 402	126 067
10	Cimento Portland	24 139	24 037	37 201	33 026	37 985
11	Ferro em barras, etc	87 162	77 235	84 812	116 920	168 637
12	Sal	91 481	136 641	139 562	129 431	175 851
13	Algodão em rama	562 049	604 321	1 088 936	938 022	1 190 843
14	Lã em bruto	144 742	97 681	128 677	185 853	205 911
15	Açúcar	1 075 547	1 018 954	1 043 521	1 526 966	1 548 037
16	Arroz	329 840	341 031	682 146	843 828	566 750
17	Batatas	52 341	46 584	29 356	30 342	45 229
18	Cebolas	93 469	109 117	108 447	122 876	152 872
19	Cerveja	91 130	127 528	136 992	166 990	200 829
20	Café em grão	254 890	227 230	181 658	305 515	383 983
21	Farinha de mandioca	92 738	75 600	111 402	127 436	109 285
22	Feijão	148 405	132 104	169 900	221 658	127 214
23	Banha de porco	248 031	498 555	514 093	443 055	456 639
24	Carne sêca	522 202	599 996	583 882	693 599	730 471
25	Manteiga	94 788	103 126	98 661	120 425	131 115
26	Calçados de couro	107 684	76 730	61 403	53 714	43 663
27	Cigarros	111 465	133 093	155 795	118 129	83 742
28	Fósforos	77 697	122 055	151 421	75 213	118 081
29	Papel para impressão	65 687	76 851	55 507	51 635	71 144
30	Tecidos de algodão	2 252 771	1 588 613	1 957 228	1 831 799	2 012 010
	Total das 30 mercadorias	**7 872 994**	**7 556 841**	**8 885 675**	**9 619 829**	**10 372 637**
	TOTAL GERAL DA CABOTAGEM	**15 354 019**	**15 419 673**	**17 985 441**	**19 446 741**	**20 882 181**
	Percentagem das 30 mercadorias no total geral	51,3	49,0	49,4	49,5	49,7

TABELA II

Quantidades de 30 principais mercadorias no comércio de cabotagem, nos anos de 1946 a 1950

Toneladas

	MERCADORIA	1946	1947	1948	1949	1950
1	Couros vacuns curtidos	3 323	2 081	2 206	1 955	2 080
2	Couros vacuns salgados	7 200	3 402	4 327	4 549	4 251
3	Borracha	24 189	28 641	28 377	27 263	31 713
4	Álcool	8 716	8 154	10 224	15 620	18 076
5	Cêra de carnaúba	826	527	859	1 548	1 786
6	Fumo em fôlhas	24 260	24 941	24 133	28 167	28 610
7	Pinho	242 630	191 828	177 788	220 530	247 772
8	Óleo de linhaça	7 086	4 004	6 087	5 928	8 190
9	Carvão de pedra	429 829	472 580	626 563	497 701	520 553
10	Cimento Portland	35 049	27 715	51 799	41 171	48 412
11	Ferro em barras, etc	26 540	20 743	25 470	31 172	42 519
12	Sal	413 597	426 945	526 032	450 074	558 924
13	Algodão em rama	67 166	55 829	90 090	61 868	64 239
14	Lã em bruto	11 554	6 927	8 671	8 400	10 336
15	Açúcar	432 213	361 681	413 601	542 041	477 748
16	Arroz	134 510	135 395	206 410	204 479	155 232
17	Batatas	33 105	19 175	11 180	15 036	16 522
18	Cebolas	34 867	37 275	41 961	40 319	43 256
19	Cerveja	16 442	18 087	17 417	21 652	29 496
20	Café em grão	59 831	42 592	33 615	39 843	27 139
21	Farinha de mandioca	74 450	55 743	66 843	73 186	69 835
22	Feijão	80 468	50 877	43 329	73 155	44 107
23	Banha de porco	27 119	28 351	32 234	29 128	28 935
24	Carne sêca	58 650	62 934	60 162	66 598	63 053
25	Manteiga	4 275	3 916	3 405	3 805	4 450
26	Calçados de couro	1 387	869	752	690	512
27	Cigarros	1 529	1 689	2 050	1 406	1 098
28	Fósforos	3 932	5 568	6 731	3 499	5 438
29	Papel para impressão	9 147	10 580	8 476	7 732	10 106
30	Tecidos de algodão	36 067	26 353	34 712	28 461	30 357

TABELA III

Valores médios unitários de 30 principais mercadorias no comércio de cabotagem, nos anos de 1946 a 1950

Cruzeiros por tonelada

	MERCADORIA	1946	1947	1948	1949	1950
1	Couros vacuns curtidos	28 739,66	30 751,56	25 376,25	21 246,04	18 147,12
2	Couros vacuns salgados	5 095,97	5 537,33	5 796,63	6 142,45	6 318,75
3	Borracha	19 247,59	19 541,39	20 145,08	20 774,20	22 185,60
4	Álcool	3 840,18	3 493,38	3 551,64	3 884,19	4 469,85
5	Cêra de carnaúba	48 267,55	39 106,26	27 974,39	27 921,19	33 926,65
6	Fumo em fôlhas	8 097,24	9 386,07	8 834,09	9 151,28	9 372,28
7	Pinho	1 381,98	1 398,22	1 114,04	1 176,80	1 280,35
8	Óleo de linhaça	9 949,76	12 916,08	17 687,04	18 214,24	12 372,77
9	Carvão de pedra	166,18	199,15	212,42	237,90	242,18
10	Cimento Portland	688,72	867,29	718,18	802,17	784,62
11	Ferro em barras, etc	3 284,17	3 723,42	3 329,88	3 750,80	3 966,16
12	Sal	221,18	320,04	265,31	287,58	314,62
13	Algodão em rama	8 368,06	10 824,50	12 087,20	15 161,67	18 537,70
14	Lã em bruto	12 527,44	14 101,49	14 839,93	22 125,36	28 629,16
15	Açúcar	2 488,47	2 817,27	2 523,01	2 817,07	3 240,28
16	Arroz	2 452,16	2 518,79	3 304,81	4 126,72	3 650,99
17	Batatas	1 581,06	2 429,41	2 625,76	2 017,96	2 737,50
18	Cebolas	2 680,73	2 927,35	2 584,47	3 047,60	3 534,12
19	Cerveja	5 542,51	7 050,81	7 865,42	7 712,45	6 808,69
20	Café em grão	4 260,17	5 335,04	5 404,08	7 667,97	14 148,75
21	Farinha de mandioca	1 245,64	1 356,22	1 666,62	1 741,26	1 564,90
22	Feijão	1 844,27	2 596,54	3 921,16	3 029,98	2 884,21
23	Banha de porco	9 146,02	17 585,09	15 948,78	15 210,62	15 781,54
24	Carne sêca	8 903,70	9 533,73	9 705,16	10 414,71	11 585,03
25	Manteiga	22 172,63	26 334,53	28 975,53	31 649,15	29 464,04
26	Calçados de couro	77 638,07	88 296,89	81 652,93	77 846,38	85 279,30
27	Cigarros	72 900,59	78 799,88	75 997,56	84 017,78	76 267,76
28	Fósforos	19 760,17	21 920,80	22 496,06	21 495,57	21 714,05
29	Papel para impressão	7 181,26	7 263,80	6 548,73	6 678,09	7 039,78
30	Tecidos de algodão	62 459,06	60 282,06	56 384,77	64 361,72	66 278,29

TABELA IV

Números-índices dos valores médios unitários de 30 mercadorias do comércio de cabotagem, nos anos de 1946 a 1950

Média anual 1935-39 = 100

	MERCADORIA	1946	1947	1948	1949	1950
1	Couros vacuns curtidos	413,6	442,5	365,2	305,7	261,2
2	Couros vacuns salgados	236,8	257,3	269,3	285,4	293,6
3	Borracha	514,1	522,0	538,1	554,9	592,6
4	Álcool	300,9	273,7	278,3	304,4	350,3
5	Cêra de carnaúba	493,1	399,5	285,8	285,2	346,6
6	Fumo em fôlhas	256,0	296,8	279,3	289,4	296,4
7	Pinho	508,0	514,0	409,5	432,6	470,7
8	Óleo de linhaça	324,4	421,1	576,7	593,9	403,4
9	Carvão de pedra	249,2	298,7	318,6	356,8	363,2
10	Cimento Portland	241,0	303,5	251,3	280,7	274,6
11	Ferro em barras, etc	234,1	265,5	237,4	267,4	282,8
12	Sal para uso industrial	244,2	353,3	292,9	317,5	347,3
13	Algodão em rama	211,4	273,5	305,4	383,0	468,3
14	Lã em bruto	208,4	234,5	246,8	368,0	476,2
15	Açúcar	281,6	318,8	285,5	318,8	366,7
16	Arroz	263,5	270,7	355,2	443,5	392,4
17	Batatas	269,3	413,7	447,2	343,7	466,2
18	Cebolas	281,0	306,8	270,9	319,4	370,4
19	Cerveja	503,2	640,1	714,1	700,1	618,1
20	Café em grão	286,7	359,1	363,7	516,1	952,2
21	Farinha de mandioca	290,3	316,0	388,4	405,7	364,7
22	Feijão	265,4	373,7	564,4	436,1	415,1
23	Banha de porco	324,8	624,5	566,4	540,2	560,5
24	Carne sêca	414,0	443,3	451,3	484,3	538,7
25	Manteiga	389,2	462,2	508,6	555,5	517,1
26	Calçados de couro	416,6	473,8	438,2	417,7	457,6
27	Cigarros	560,2	605,5	584,0	645,6	586,0
28	Fósforo	178,3	197,8	203,0	194,0	195,9
29	Papel para impressão	302,1	305,6	275,5	280,9	296,1
30	Tecidos de algodão	448,3	432,7	404,7	461,9	475,7

TABELA V

Quantidade e valor dos tecidos de algodão no comércio de cabotagem em alguns anos do período 1935-50

	ESPECIFICAÇÃO	1935	1936	1942	1943	1949	1950
				QUANTIDADE (t)			
1	Tecidos brancos	226	649	2 963	2 422	2 587	3 284
2	Tecidos crus	403	597	2 006	2 086	1 876	1 813
3	Tecidos estampados	167	1 243	4 261	3 457	5 887	6 331
4	Tecidos tintos	5 251	7 551	17 006	15 174	17 183	17 950
5	Pelúcia, veludo e semelhantes	—	—	—	—	5	3
6	Tecidos com mescla de sêda	—	—	52	50	16	6
7	Lonas.	—	—	281	408	421	477
8	Fitas isolantes	—	—	33	21	22	25
9	Tecidos não especificados	37 029	29 885	6 190	3 943	464	468
	TODOS OS TECIDOS	**43 076**	**39 925**	**32 792**	**27 561**	**28 461**	**30 357**
				VALOR (Cr$ 1 000)			
1	Tecidos brancos	2 992	8 928	61 892	73 830	117 702	223 316
2	Tecidos crus	3 512	5 627	28 510	39 685	76 023	71 017
3	Estampados	2 634	18 191	119 607	145 806	458 888	511 029
4	Tecidos tintos	73 917	102 350	351 548	442 756	1 065 263	1 148 036
5	Pelúcia, veludo e semelhantes	—	—	—	—	773	486
6	Tecidos com mescla de sêda	—	—	1 846	2 828	1 567	631
7	Lonas	—	—	4 990	9 224	19 486	23 431
8	Fitas isolantes	—	—	686	790	1 262	1 579
9	Tecidos não especificados	494 891	438 707	167 336	139 095	30 835	32 485
	TODOS OS TECIDOS	**577 946**	**573 803**	**736 415**	**854 014**	**1 831 799**	**2 012 010**
				VALOR MÉDIO UNITÁRIO (Cr$/t)			
1	Tecidos brancos	13 238,94	13 756,55	20 888,29	30 483,07	68 690,37	68 001,22
2	Tecidos crus	8 714,64	9 425,46	14 212,36	19 024,45	40 523,99	39 170,99
3	Tecidos estampados	15 772,46	14 634,75	28 070,17	42 177,03	77 949,38	80 718,53
4	Tecidos tintos	14 076,75	13 554,50	20 672,00	29 178,59	61 995,17	63 957,44
5	Pelúcia, veludo e semelhantes	—	—	—	—	154 600,00	162 000,00
6	Tecidos com mescla de sêda	—	—	35 500,00	56 560,00	97 937,50	105 166,67
7	Lonas.	—	—	17 758,01	22 607,84	46 285,04	49 121,59
8	Fitas isolantes	—	—	20 787,88	37 619,05	57 363,64	63 160,00
9	Tecidos não especificados	13 364,96	14 679,84	27 033,28	35 276,44	66 454,74	69 412,39
	TODOS OS TECIDOS	**13 416,89**	**14 372,02**	**22 457,15**	**30 986,32**	**64 361,72**	**66 278,29**

TABELA VI

Percentagem dos diversos tipos de tecidos de algodão nos totais da quantidade e do valor da cabotagem em alguns anos do período 1935-50

Média anual 1935-39 = 100

	ESPECIFICAÇÃO	1935	1936	1942	1943	1949	1950
				QUANTIDADE			
1	Tecidos brancos	0,52	1,63	9,03	8,79	9,09	10,82
2	Tecidos crus	0,94	1,50	6,12	7,57	6,59	5,97
3	Tecidos estampados	0,39	3,11	12,99	12,54	20,68	20,86
4	Tecidos tintos	12,19	18,91	51,86	55,05	60,37	59,13
5	Pelúcia, veludo e semelhantes	—	—	—	—	0,02	0,01
6	Tecidos com mescla de sêda	—	—	0,16	0,18	0,06	0,02
7	Lonas.	—	—	0,86	1,48	1,48	1,57
8	Fitas isolantes	—	—	0,10	0,08	0,08	0,08
9	Tecidos não especificados	85,96	74,85	18,88	14,31	1,63	1,54
	TODOS OS TECIDOS	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**
				VALOR			
1	Tecidos brancos	0,52	1,55	8,41	8,65	9,70	11,10
2	Tecidos crus	0,61	0,98	3,87	4,65	4,15	3,53
3	Tecidos estampados	0,45	3,17	16.24	17,07	25,05	25,40
4	Tecidos tintos	12,79	17,84	47,74	51,84	58,16	57,06
5	Pelúcia, veludo e semelhantes	—	—	—	—	0,04	0,02
6	Tecidos com mescla ou sêda	—	—	0,25	0,33	0,09	0,03
7	Lonas.	—	—	0,68	1,08	1,06	1,16
8	Fitas isolantes	—	—	0,09	0,09	0,07	0,09
9	Tecidos não especificados	85,63	76,46	22,72	16,29	1,68	1,61
	TODOS OS TECIDOS	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

INFORMAÇÕES GERAIS

BRASIL

O CARVÃO DE PEDRA NO DECÊNIO 1941-1950

O carvão de pedra ocupou lugar importante no desenvolvimento da economia brasileira, durante o decênio 1941-1950

As condições anormais provocadas pela guerra, que abrangeu metade do período em questão, restringiram a importação do produto, estimulando a produção nacional Com o término das hostilidades, as importações voltaram ao nível anterior ao conflito, enquanto o ritmo ascensional que se vinha observando na exploração dos recursos carboníferos nacionais foi detido, tendendo a produção a estabilizar-se

Conforme demonstra os dados da Tabela I, a produção brasileira de carvão, que aumentou até 1943, passou daí em diante a oscilar em tôrno de dois milhões de toneladas O valor da produção, porém, foi sempre crescente, revelando um acréscimo de 382,6% no período As importações do produto, que experimentaram decréscimo até 1944, passaram a aumentar até 1947, diminuindo em 1948 e 1949, e subindo novamente em 1950; mantiveram-se, porém, em nível superior ao de antes de 1945, apresentando o valor, entretanto, oscilações correspondentes

As jazidas brasileiras de carvão de pedra encontram-se no Sul do País Da Tabela III, vê-se que o Rio Grande do Sul liderou a produção até 1945; a partir dêsse ano, Santa Catarina passou a ocupar o primeiro lugar A produção paranaense, embora ainda pequena, tem crescido paulatinamente São Paulo produziu pequenas quantidades até 1948

As principais zonas carboníferas brasileiras estão localizadas em tôrno dos Municípios de Uruçanga, Lauro Müller e Criciúma, em Santa Catarina, e São Jerônimo e Gravataí, no Rio Grande do Sul.

TABELA I

Produção brasileira de carvão — 1941-1950

ANOS	QUANTIDADE (t)	VALOR (Cr$ 1 000)
1941	1 408 079	94 559
1942	1 774 651	127 778
1943	2 078 256	170 406
1944	1 908 453	175 183
1945	2 072 881	220 598
1946	1 896 883	231 540
1947	1 998 896	274 314
1948	2 024 989	281 724
1949	2 128 858	376 616
1950	1 958 649	371 754

TABELA II

Importação brasileira de carvão — 1941-1950

ANOS	QUANTIDADE (t)	VALOR (Cr$ 1 000)
1941	1 012 689	246 934
1942	592 761	212 738
1943	538 148	206 769
1944	467 666	176 218
1945	698 278	254 781
1946	1 037 504	348 072
1947	1 531 111	592 429
1948	1 060 150	406 749
1949	767 377	259 383
1950	1 082 724	327 360

TABELA III

Produção brasileira de carvão, segundo as Unidades da Federação — 1941-1950

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	QUANTIDADE (t)									
	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950
São Paulo	3 971	20 795	28 791	24 352	19 002	13 811	15 529	5 468	—	—
Paraná	1 775	6 461	24 745	57 568	98 343	71 327	103 605	83 262	113 325	98 717
Santa Catarina	334 962	432 594	678 451	638 788	815 678	914 300	953 118	1 040 884	1 125 908	1 005 174
Rio Grande do Sul	1 067 371	1 314 801	1 346 269	1 187 745	1 139 858	897 445	926 644	895 375	889 625	854 758
BRASIL	**1 408 079**	**1 774 651**	**2 078 256**	**1 908 453**	**2 072 881**	**1 896 883**	**1 998 896**	**2 024 989**	**2 128 858**	**1 958 649**

ESTRANGEIRO

DADOS SÔBRE A POPULAÇÃO MUNDIAL EM 1950

O "Monthly Bulletin of Statistics", publicação estatística das Nações Unidas, publica em seu número de setembro interessantes dados acêrca da população mundial segundo os diversos países Na Tabela abaixo estão discriminadas as populações estimadas para 1950, nos países mais populosos, em cada continente

Na Ásia encontram-se os dois países de maior população no mundo, China e índia Países muito populosos, nesse continente, são ainda o Japão e o Pakistão Muito distanciados, aparecem a Coréia e a Turquia Na África apenas dois países, o Egito e a África do Sul, apresentam coeficientes demográficos dignos de nota Na Oceânia, a Indonésia se apresenta em primeiro lugar, seguida, muito de longe, pela Austrália

Na América do Norte, os Estados Unidos estão muito na frente dos outros dois países, México e Canadá Na América do Sul, o Brasil vem em primeiro lugar, seguido da Argentina, Colômbia e Peru Na Europa, a União Soviética possui a maior população, seguida de longe pela Grã-Bretanha, Alemanha Ocidental, Itália e França Abaixo dêsses vêm a Espanha, Polônia, Iugoslávia e Rumânia

Comparando-se individualmente os países, vemos que o Brasil ocupa o 8 º lugar em população, dentre os países do mundo São-lhe superiores, em ordem decrescente: China, índia, União Soviética, Estados Unidos, Japão, Pakistão e Indonésia

População mundial, segundo os principais países, estimativa para 1950

(*milhares de habitantes*)

PAÍSES PRINCIPAIS	POPULAÇÃO ESTIMADA EM 1950
África	
Egito	20 439
África do Sul	12 320
América do Norte	
Estados Unidos	151 689
México	(1) 25 581
Canadá	13 845
América do Sul	
Brasil	52 124
Argentina	17 196
Colômbia	11 260
Peru	8 405
Ásia	
China	(2) 463 493
Índia	358 000
Japão	(1) (3) 83 200
Pakistão	(5) 74 737
Coréia	29 291
Turquia	(1) 20 935
Europa	
U R.S S	(4) 193 000
Grã-Bretanha	50 616
Alemanha Ocidental	47 607
Itália	46 272
França	41 900
Espanha	28 287
Polônia	(1) 24 977
Iugoslávia	16 250
Rumânia	(1) (2) 15 873
Oceânia	
Indonésia	73 500
Austrália	7 912

(1) População recenseada (2) 1948 (3) 4 ilhas principais (4) 1946 (5) 1949

BIBLIOGRAFIA

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — Conselho Nacional de Estatística — Estudos de Estatística Teórica e Aplicada — Estatística Demográfica n.º 12 — Pesquisas sôbre os Diversos Grupos de Côr nas Populações do Estado de São Paulo e do Distrito Federal — Serviço Gráfico do I B G E — Rio, 1951

Integrando a série "Estudos de Estatística Teórica e Aplicada", foi há pouco dada à publicidade mais uma contribuição aos estudos das nossas características demográficas, elaborada, parte no antigo Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento, e parte no Laboratório de Estatística do C N E, sob a orientação do Professor GIORGIO MORTARA e baseadas nos dados do Censo Demográfico de 1940, sob o título acima

Consta o volume de cinco estudos No primeiro, é analisada a composição da população do Estado de São Paulo segundo a côr, pondo-se em relêvo a elevada quota de brancos e a importância relativa do grupo amarelo, enquanto no segundo o mesmo aspecto é examinado em relação ao município da capital No terceiro estudo, que é o mais extenso e compreende sete secções, são minuciosamente analisadas as peculiaridades dos amarelos e japonêses existentes em 1940, no Estado de São Paulo, onde estão localizados nove décimos dos camponeses dêsse grupo de côr no Brasil São estudados, em particular, os núcleos japonêses de Marília, Tupã, Lins e Presidente Prudente

Os demais estudos referem-se ao Distrito Federal São salientadas as divergências entre a participação dos diversos grupos de côr nas diferentes atividades, comparando-se o caso do Distrito Federal com o do Brasil, em conjunto

---

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — Conselho Nacional de Estatística — Estudos de Estatística Teórica e Aplicada — Estatística Agrícola n.º 12 — Serviço Gráfico do I.B.G.E — Rio, 1951

O número 12 da série "Estatística Agrícola" dos Estudos de Estatística Teórica e Aplicada que o Laboratório de Estatística do C N E vem dando à publicidade, insere dados sôbre a estatística agrícola do Estado de Alagoas

O estudo fornece não só elementos da estrutura da economia agropecuária do referido Estado, segundo o Censo Agrícola de 1940, como também os principais resultados da produção agrícola para o qüinqüênio 1945-49

Os dados numéricos estão sistematizados segundo os seguintes aspectos: estrutura da economia agropecuária, segundo o censo agrícola de 1940; produção agrícola nos anos de 1945 a 1949; e produção extrativa vegetal e florestal no mesmo período

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — Conselho Nacional de Estatística — Estudos de Estatística Teórica e Aplicada — Estatística Demográfica n.º 10 — Pesquisas Sôbre a Natalidade no Brasil — Serviço Gráfico do I B G E. — Rio, 1950

Sob o título *Pesquisas Sôbre a Natalidade no Brasil,* o Laboratório de Estatística do C N E, divulga uma coletânea de seis estudos publicados anteriormente sôbre a natalidade, a fecundidade, e a prolificidade, no Brasil, elaborados, todos êles, sob a responsabilidade científica do Professor GIORGIO MORTARA, alguns dos quais compilados no antigo Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento, sob a orientação do Professor José CARNEIRO FELIPPE, então diretor daquele órgão

Os três primeiros estudos tratam da freqüência dos nascimentos em relação à população feminina adulta, analisando-se aí a distribuição das proles, segundo o número inicial dos componentes e ao conseqüente cálculo de uma tábua de prolificidade, para o conjunto do Brasil, e determinando-se a prolificidade das mulheres naturais do exterior, presentes no Brasil, em 1940

O quarto estudo, em que se compara a fecundidade dos casais no Distrito Federal, segundo os censos de 1890 e de 1940, assenta nos dados sôbre a fecundidade das mulheres, no que diz respeito ao segundo dos referidos censos No quinto estudo, mede-se e analisa-se a fecundidade da população masculina adulta no Brasil, segundo a idade combinada com a ocupação principal, e a posição nessa ocupação

O sexto estudo, referente ao Estado de Santa Catarina, procura determinar, com base nos dados do Censo de 1940, o número aproximativo dos nascidos vivos nos diferentes Municípios, nos últimos anos anteriores a êsse censo, para o cálculo de taxas de natalidade e de mortalidade infantil

---

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — Conselho Nacional de Estatística — Estudos de Estatística Teórica e Aplicada — Estatística Agrícola n º 11 — Serviço Gráfico do I B G.E. — Rio de Janeiro, 1951

Prosseguindo na série de estudos de estatística agrícola, em que são comentados os principais resultados do Censo Agrícola de 1940, o Conselho Nacional de Estatística lançou à publicidade o estudo n º 11, sôbre aspectos da situação agrícola do Estado do Rio Grande do Sul, elaborado, como os anteriores, pelo Laboratório de Estatística do C N E.

Constam dessa publicação, três análises A primeira se refere à estrutura da economia agropecuária do Rio Grande do Sul, segundo o Censo Agrícola de 1940; a segunda se prende

à produção agrícola nos anos de 1945 a 1949; e, a terceira, à produção extrativa vegetal e florestal, durante o mesmo período

---

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — Conselho Nacional de Estatística — Estudos de Estatística Teórica e Aplicada — Estatística Demográfica n.º 11 — Estudos Sôbre a Composição da População do Brasil segundo a Côr — Serviço Gráfico do I B G.E. — Rio, 1950.

Dando prosseguimento à série intitulada "Estatística Demográfica", dos Estudos de Estatística Teórica e Aplicada, o Laboratório de Estatística do C N E publicou mais um volume reunindo oito estudos, com base nos resultados do Censo Demográfico de 1940, nos quais se mostram dados comparativos dos diversos grupos de côr na população do Brasil

Os dois primeiros estudos analisam a composição da população segundo a côr, detendo-se o primeiro no exame dêsse aspecto nas várias Unidades Federadas, e, o segundo, por sexo e grupos de idade

Do terceiro ao sexto estudos fazem-se análises paralelas às realizadas nos primeiros, referentes a dois Estados — Paraíba e Santa Catarina

O sétimo estudo diz respeito aos dados apurados para o Distrito Federal, e, o oitavo às atividades e posições na ocupação, nos diversos grupos de côr da população do Brasil

---

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA — Serviço Nacional de Recenseamento — Documentos Censitários — Rio, 1951.

Ao lado das tarefas específicas que lhe são atribuídas, o Serviço Nacional de Recenseamento vem realizando um importante trabalho de pesquisa e sistematização de assuntos que dizem respeito à evolução dos Recenseamentos Gerais do Brasil, desde 1872, quando foi realizado, no País, o primeiro grande inquérito do gênero

Publicados em edições mimeográficas, sob o título genérico de *Documentos Censitários*, os volumes reunem precioso acervo de informações e tôda uma documentação da qual não poderão prescindir quantos se disponham ao estudo e observação do que se tem feito, em nossa terra, nos setores censitários

Foram as seguintes as publicações da série em questão, no período a que se refere o presente número da REVISTA: *Legislação Básica dos Recenseamentos de 1872 e 1890* (Série A, n º 1); *Legislação Básica dos Recenseamentos de 1900 e 1920* (Série A, n º 2); *Legislação Básica do Recenseamento de 1940* (Série A, n º 3); *Resoluções da Comissão Censitária Nacional* (Série A, n º 4); e *Resumo Histórico dos Inquéritos Censitários realizados no Brasil* (Série B, n º 4)

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA — Serviço Nacional de Recenseamento — VI Recenseamento Geral do Brasil — Censo Demográfico — Seleção dos Principais dados — Serviço Gráfico do I B G E. — Rio, 1951

O Serviço Nacional de Recenseamento, dando cumprimento ao seu programa de divulgação dos resultados do Censo Demográfico de 1 º de julho de 1950, está publicando uma seleção dos principais dados, em volumes separados, e referentes a cada Unidade Federada, já se achando em circulação os relativos ao Distrito Federal e Estados do Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e Sergipe

Trata-se de informações do maior interêsse, as quais incluem um retrospecto dos dados gerais colhidos nos censos anteriores, quanto ao sexo, idade, côr, estado conjugal, religião, nacionalidade e instrução, o que muito facilita a análise comparativa dos aspectos numéricos apresentados pelas diversas operações censitárias já levadas a efeito no País

LEGISLAÇÃO

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

JUNTA EXECUTIVA CENTRAL

Resolução n º 366, de 1 º de novembro de 1951

Modifica a estrutura do Serviço de Coleta do Distrito Federal da Secretaria-Geral e dá outras providências

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando a necessidade de que seja modificada a estrutura do Serviço de Coleta do Distrito Federal, de modo a obter-se maior eficiência no levantamento das estatísticas da Capital Federal;

considerando que, encerradas as atividades censitárias, mais urgente se torna essa modificação, para o fim de serem mantidos atualizados os cadastros então levantados;

considerando que a gratificação de função atualmente atribuída aos agentes distritais, além de não corresponder ao acréscimo de responsabilidade e das horas normais de trabalho, não atende ao grau de importância de cada Agência;

considerando que se impõe a elevação da gratificação atualmente concedida aos auxiliares de coleta, em vista de se ter revelado compensação insuficiente, em relação ao volume de trabalho e às condições em que é realizado o serviço,

RESOLVE:

Art 1 º — O Serviço de Coleta do Distrito Federal passa a ter a seguinte constituição:

I — Secção de Cadastro e Fiscalização (S C F)

II — Secção de Coordenação e Crítica (S C Cr)

III — Agências Distritais (A D)

a) Grupo *E*
Centro (Circunscrições — 1 ª, 2 ª, 3 ª, 4.ª, 5 ª e 6 ª)

b) Grupo *D*
Meier (Circunscrições — 21 ª, 22 ª e 23 ª)
Madureira (Circunscrições — 27 ª, 28 ª e 29 ª)
Penha (Circunscrições — 25 ª, 26 ª e 35 ª)

c) Grupo *C*
Copacabana (Circunscrições — 11 ª e 12 ª)
Botafogo (Circunscrições — 9 ª e 10 ª)
São Cristóvão (Circunscrições — 14 ª, 15 ª e 18 ª)
Vila Isabel (Circunscrições — 19 ª e 20 ª)
Santo Antônio (Circunscrições — 7 ª, 8 ª e 13 ª)

d) Grupo *B*
Estácio de Sá (Circunscrições — 16 ª e 17 ª)
Realengo (Circunscrição — 31 ª)
Jacarepaguá (Circunscrições — 24 ª e 30 ª)
Campo Grande (Circunscrições — 32 º e 33 ª)

e) Grupo *A*
Santa Cruz (Circunscrição 34 ª)

Art 2 º — Ficam criadas no Quadro Permanente da Secretaria-Geral:

I — Quatorze funções gratificadas de Agente Distrital, assim especificadas:

a) Grupo *E* — gratificação mensal de Cr$ 2 000,00 — 1

b) Grupo *D* — gratificação mensal de Cr$ 1 300,00 — 3

c) Grupo *C* — gratificação mensal de Cr$ 1 200,00 — 5

d) Grupo *B* — gratificação mensal de Cr$ 1 100,00 — 4

e) Grupo *A* — gratificação mensal de Cr$ 1 000,00 — 1

II — Quarenta e cinco funções gratificadas de Auxiliar de Coleta, com a gratificação mensal de Cr$ 600,00

Art 3 º — Ficam criadas na Tabela Numérica de Mensalistas da Secretaria-Geral duas funções isoladas, de provimento em comissão, de Chefe de Secção, ref 39

Art 4 º — Os ocupantes das funções gratificadas criadas pela presente Resolução ficam obrigados ao regime de 44 horas semanais de trabalho

Art 5 º — As funções gratificadas de Agentes Distritais e Auxiliar de Coleta só poderão ser exercidas por servidores que, na data do respectivo investimento, percebam, no máximo, Cr$ 3 500,00 e Cr$ 2 200,00, respectivamente

Parágrafo único — O disposto neste artigo não se aplica aos atuais ocupantes das funções referidas, relativamente ao seu primeiro preenchimento

Art. 6 º — As funções gratificadas de Agente Distrital e Auxiliar de Coleta só poderão ser exercidas por servidores do sexo masculino.

Parágrafo único — O disposto no presente artigo não se aplica aos Auxiliares de Coleta que devam ter lotação na Agência Distrital do Centro

Art 7 º — Realizado o preenchimento das funções em comissão e gratificadas instituídas pela presente Resolução, ficarão extintas tôdas as funções gratificadas e gratificações que venham a ser pagas, no Serviço de Coleta do Distrito Federal.

Art 8 º — As despesas decorrentes da presente Resolução correrão à conta da verba própria do orçamento da Secretaria-Geral

Resolução n º 367, de 1 º de novembro de 1951

Modifica a estrutura da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Estado de Minas Gerais e dá outras providências

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando que se vêm avolumando acentuadamente os trabalhos afétos ao órgão econômico-financeiro da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Estado de Minas Gerais;

considerando que o atual número de servidores da I R, especializados em tais funções, não mais atende às necessidades do serviço;

considerando a conveniência de ser dada nova estrutura à I R, de modo a assegurar-se a distribuição dos serviços de contabilidade e finanças em setores específicos,

RESOLVE:

Art 1 º — Fica criado na Inspetoria Regional de Estatística do Estado de Minas Gerais o "Serviço Econômico e Financeiro" (S E F), desdobrado em "Secção Financeira e de Contabilidade" (S F C) e "Secção do Sêlo de Estatística" (S S E)

Art 2 º — Ao Serviço criado no artigo precedente caberão as atribuições ora cometidas à Secção Econômica e Financeira, do Serviço de Administração da I R, a qual fica extinta

Art 3 º — Ficam criadas na T N M da I R as seguintes funções isoladas, de provimento em comissão:

1 Chefe do Serviço Econômico e Financeiro — ref 420;

1 Chefe da Secção Financeira e de Contabilidade — ref 350;

1 Chefe da Secção do Sêlo de Estatística — ref 350;

Art 4 º — Ficam criadas, na T N M, da I R, as seguintes funções isoladas, de provimento efetivo:

1 Contabilista — ref 220;

1 Contabilista — ref 200;

2 Contabilistas — ref 185

Art 5 º — Ficam extintas na T N M da I R a função isolada, de provimento em comisão, de Chefe da Secção Econômica e Financeira, ref 350, e 1 função isolada, de provimento efetivo, de Contabilista-Auxiliar, ref 170

Resolução n º 368, de 1 º de novembro de 1951

Modifica a Tabela Numérica de Mensalistas da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Estado do Maranhão

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando a proposta, devidamente fundamentada, do Serviço de Estudos e Planificação da Secretaria-Geral,

RESOLVE:

Art 1 º — Ficam criadas, na Tabela Numérica de Mensalistas da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Estado do Maranhão, as seguintes funções isoladas, de provimento efetivo:

1 Servente — ref 100;

1 Mensageiro — ref 60

Art 2 º — Fica suprimida a função de Mensageiro ref 70, de que trata o Artigo 2 º da Resolução n º 284, de 3 de setembro de 1947, modificada pelo anexo I à Resolução n º 319, de 16 de dezembro de 1948, desta Junta

Resolução n.º 369, de 7 de dezembro de 1951

Confirma a adesão do Conselho ao XI Congresso Brasileiro de Geografia

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando o disposto na Resolução n º 228, quanto à adesão do Conselho ao XI Congresso Brasileiro de Geografia, que deveria ser levado a efeito em Belém, em setembro de 1947;

considerando que, por motivos supervenientes, foi adiada a realização do referido Congresso, cuja instalação está prevista para fevereiro de 1953, em Pôrto Alegre;

considerando que persistem as razões de ordem cultural e técnica para que o Conselho assegure efetiva colaboração, como já o fêz em relação aos Congressos anteriores, à Assembléia que se reunirá na Capital do Rio Grande do Sul;

considerando, por fim, que os Congressos Brasileiros de Geografia, vitoriosa iniciativa da Sociedade Brasileira de Geografia, se realizam sob o patrocínio direto do Conselho Nacional de Geografia e constituem acontecimentos marcantes na vida cultural do País,

RESOLVE:

Art 1 º — Fica expressamente confirmada a adesão do Conselho Nacional de Estatística ao XI Congresso Brasileiro de Geografia, a realizar-se em Pôrto Alegre, Capital do Rio Grande do Sul, em fevereiro de 1953

Parágrafo único — A adesão a que se refere êste artigo será feita na qualidade de "Membro Protetor", decorrendo por conta das dotações próprias do orçamento da Secretaria-Geral as despesas decorrentes

Art 2 º — A Secretaria-Geral do Conselho recomendará aos órgãos integrantes do sistema estatístico nacional, tanto na órbita federal como na regional, seja examinada a possibilidade da respectiva adesão ao Congresso, sugerindo, bem assim, o preparo de contribuições especializadas que reflitam, através de elementos gráficos e numéricos, os vários aspectos da realidade brasileira por êles pesquisados e analisados

Resolução n.º 370, de 7 de dezembro de 1951

Modifica a T N M da Inspetoria Regional de Estatística Municipal no Estado de Goiás

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando que as dificuldades de transporte e comunicações peculiares ao Estado de

Goiás desaconselham fique a supervisão do trabalho das Agências de Estatística sob a responsabilidade principal das Agências-Modêlo, conforme a experiência já vem demonstrando;

considerando, assim, que a referida supervisão deve permanecer afeta à I.R, de cuja sede mais fàcilmente se atinge a maioria dos Municípios goianos;

considerando, porém, que êsse encargo não pode ser atendido convenientemente se, como ocorre no presente, dêle se incumbirem apenas o Inspetor Regional e os chefes de secção da I R;

considerando que não se está verificando a necessária concordância entre os vencimentos dos chefes de secção da I R e os de responsável por Agência-Modêlo,

RESOLVE:

Art 1 º — Fica criada, na T N M da Inspetoria Regional de Goiás, a série funcional de Assistente-Técnico, constituída das seguintes funções: 1 ref 250; 1 ref 235; e 2 ref 220

Parágrafo único — Sem prejuízo de outras incumbências que lhes forem designadas pelo Inspetor Regional, os ocupantes da S F ora criada ficarão encarregados de dar a necessária orientação e assistência às Agências de Estatística e de fiscalizar a execução dos respectivos trabalhos

Art 2 º — Ficam elevadas para a ref 300 as funções isoladas de provimento em comissão de chefe da Secção de Estatística e de chefe da Secção de Administração da I R de Goiás

Resolução n.º 371, de 13 de dezembro de 1951

Cria a Auditoria do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e dá outras providências

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando que a Comissão de Tomada de Contas da IX Sessão da Assembléia-Geral do Conselho, em parecer integrante da Resolução n º 34, de 9 de julho de 1949, sugeriu a criação da Auditoria do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

considerando que a medida então alvitrada encontra justificativa no fato de já se acharem em pleno regime de autonomia contábil, orçamentária e financeira, não só os órgãos diretamente subordinados à Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística, como, aliás, ainda, à Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Geografia;

considerando que, em face do desenvolvimento das atividades econômico-financeiras do Instituto, se torna conveniente a existência de um órgão específico de contrôle;

considerando que ao Presidente do Instituto, na qualidade de principal responsável pela aplicação dos recursos, devem ser assegurados os meios necessários à coordenação e fiscalização das referidas atividades,

RESOLVE:

Art. 1 º — É criada, diretamente subordinada ao Presidente, a Auditoria do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Parágrafo único — Compete à Auditoria:

a) fiscalizar os serviços de natureza contábil, orçamentária e econômico-financeira;

b) propor alterações nos sistemas e rotinas de contabilidade, orçamento e contrôle e opinar sôbre as que forem alvitradas pelos órgãos próprios;

c) proceder a estudos e análises da situação econômica, financeira e orçamentária do Instituto;

d) coligir e sistematizar, em colaboração com os órgãos competentes, os elementos para as prestações de contas ao Tribunal de Contas da União e velar pelo cumprimento das diligências recomendadas;

e) prestar assistência às Comissões de Tomada de Contas da Assembléia-Geral do Conselho Nacional de Estatística, em colaboração com o Serviço Econômico e Financeiro da Secretaria-Geral;

f) opinar, no exercício de funções consultivas, sôbre os assuntos que, direta ou indiretamente, se enquadram na órbita de suas finalidades.

Art 2 º — As atribuições da Auditoria abrangerão, no que concerne ao Conselho Nacional de Estatística, a Secretaria-Geral e os órgãos que lhe estão subordinados

Art 3 º — Além do Auditor, e diretamente subordinado a êle, integrará a Auditoria um grupo de contadores cujas atribuições específicas se exercerão em dois campos de competência: 1 contabilidade e orçamento; 2. inspeção e tomada de contas

§ 1 º — Ao Auditor incumbe dirigir técnica e administrativamente os trabalhos da Auditoria, competindo-lhe, além das funções decorrentes dessa atribuição:

a) cooperar na elaboração das propostas orçamentárias, bem como acompanhar, quando necessário, a sua discussão nos órgãos competentes;

b) colaborar com a chefia dos demais órgãos, no exame de assuntos de natureza contábil, orçamentária e financeira, inclusive quando se trate de inquéritos administrativos e perícias judiciais e extrajudiciais;

c) exercer funções consultivas quanto ao exame de matéria sôbre a qual seja solicitado o seu parecer

§ 2 º — Aos contadores integrantes da Auditoria incumbem as seguintes atribuições:

I — Quanto a contabilidade e orçamento:

a) revisão e contrôle dos lançamentos e operações de contabilidade, bem como exame da respectiva documentação;

b) revisão e contrôle do movimento financeiro, através dos boletins de caixa e extratos de contas-correntes bancárias;

c) análise de balancetes e balanços;

d) apreciação de informações e pareceres sôbre a execução orçamentária;

e) exame e revisão de outras peças ou elementos contábeis não especificados nas alíneas anteriores

II — Quanto a inspeção e tomada de contas:

a) exame das contas de concessionários de adiantamentos, vencidos os prazos regulamentares para a respectiva prestação de contas;

b) realização, quando determinada pelo Presidente, de inspeções de natureza contábil, orçamentária e financeira, nos órgãos centrais e regionais do Conselho, inclusive o Serviço Gráfico;

c) apreciação, quanto à matéria de natureza contábil e econômico-financeira, de têrmos de inspeção e relatórios elaborados por outros órgãos

Art 4 º — Ficam criados, no Quadro Permanente da Secretaria-Geral do Conselho:

1 cargo de provimento em comissão, de Auditor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, padrão CC-4;

6 funções gratificadas de Contador-Revisor, com a gratificação mensal de Cr$ 1 500,00

Parágrafo único — O exercício do cargo de Auditor será privativo de Contador legalmente habilitado

Art 5 º — Poderão ser lotados na Auditoria, para o desempenho de funções auxiliares, servidores de outros órgãos do Instituto

Art 6 º — Sempre que não houver regulamentação especial, aplicar-se-ão à Auditoria as normas regularmente vigentes na Secretaria-Geral do Conselho

Art 7 º — À Auditoria serão prestadas informações e esclarecimentos, referentes às matérias compreendidas no âmbito de suas atribuições, pelos órgãos do Conselho

Art 8 º — O projeto de Regimento da Auditoria, elaborado com base no disposto na presente Resolução, deve ser apresentado, dentro do prazo de sessenta dias, à consideração desta Junta

Art 9 º — A presente Resolução será submetida ao Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, para efeito de ratificação e aplicação de disposições análogas, se julgar conveniente, ao campo de competência do mesmo Conselho

Art 10 — As despesas decorrentes da instalação e funcionamento da Auditoria, na hipótese de verificar-se a anuência do Conselho Nacional de Geografia, serão rateadas entre os dois Conselhos, em bases a serem fixadas a partir do próximo exercício financeiro

Resolução n º 372, de 21 de dezembro de 1951

Altera a Tabela Numérica de Mensalistas da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Estado de São Paulo e dá outras providências

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando que o vulto dos trabalhos estatísticos do Município de São Paulo torna necessária a criação de órgãos que se encarreguem da manutenção do cadastro de informantes e da coordenação e contrôle das atividades das Agências Distritais;

considerando que os níveis de salários das funções da T N M da I R não correspondem ao atual custo da vida na capital paulista;

considerando que, em conseqüência, grande número de servidores tem solicitado exoneração da I R, atraídos pelos salários mais compensadores oferecidos pelas emprêsas particulares, pelo Estado, pelo Município e por outras autarquias;

considerando, ainda, que essa circunstância vem influindo decisivamente nos trabalhos da I R;

considerando que sòmente a equiparação dos salários pagos pela I R aos vigentes no mercado de trabalho possibilitará a manutenção de seus melhores servidores e o recrutamento do pessoal necessário à complementação de seus quadros;

considerando, finalmente, que a prática aconselha a uniformização dos níveis de salários das funções de chefia da mesma hierarquia,

RESOLVE:

Art 1 º — A organização da I R em São Paulo, fixada pela Resolução n º 307, de 5 de fevereiro de 1948, desta Junta e modificada pela de n º 325, de 5 de maio de 1949, passa a ser a seguinte:

I — Serviço de Inquéritos (S I)

a) Secção de Inquéritos Econômicos (S I E)

b) Secção de Inquéritos Municipais (S I M)

II — Serviço de Estatística da Capital (S E C)

a) Secção de Coordenação (S Cor)

b) Secção de Cadastro e Contrôle (S C C)

c) 16 Agências Distritais

III — Serviço de Administração (S A)

a) Secção de Comunicações (S C)

b) Secção de Pessoal e Material (S P M)

IV — Serviço Econômico e Financeiro (S E F)

a) Secção de Sêlo de Estatística (S S E)

b) Secção Financeira (S F)

Art 2 º — A Tabela Numérica de Mensalistas (T N M) da Inspetoria Regional de São Paulo fica substituída pela seguinte:

I — Inspetoria Regional

a) Funções de preenchimento em comissão

	Ref
1 Inspetor Regional	1 000
1 Assistente-Chefe	840
4 Chefes de Serviço	720
8 Chefes de Secção	560
1 Secretário	280

b) Funções isoladas

2 Agentes recebedores	350
1 Motorista	200
2 Ascensoristas	145
2 Mensageiros	90

c) Séries funcionais

26 Assistentes-Técnicos	300 a 440
6 Contabilistas	250 a 360
24 Auxiliares-Técnicos	185 a 280
29 Auxiliares-Administrativos	185 a 280
12 Serventes	160 a 220

II — Agências Distritais

22 Assistentes-Técnicos	300 a 440
38 Auxiliares-Técnicos	185 a 280

Parágrafo único — A escala de referências mencionada neste Artigo é a aprovada pela Resolução n º 319, de 16 de dezembro de 1948, desta Junta

Art 3 º — Na organização da T N M prevalecem os seguintes princípios gerais:

I — cada série funcional é constituída de um número total de funções, obedecidos, apenas, os limites de salários fixados, sem determinação do número de funções correspondentes a cada referência;

II — as melhorias de salários serão concedidas de acôrdo com o sistema vigente para os extranumerários da Secretaria-Geral do Conselho;

III — os atuais servidores serão enquadrados nas funções e referências ora criadas, conforme o critério que fôr estabelecido pela Secretaria-Geral, levando-se em conta, porém, as seguintes recomendações:

a) os atuais contabilistas-auxiliares, estatísticos-auxiliares e auxiliares de escritório serão enquadrados nas séries funcionais de contabilista, auxiliar-técnico e auxiliar-administrativo, respectivamente. Nesta última série funcional serão enquadrados ainda os atuais oficiais administrativos;

b) de acôrdo com o merecimento demonstrado na execução de seus serviços e o interstício na referência ocupada, poderão os atuais ocupantes de função, na I R, ser enquadrados na nova série funcional com melhoria de até quatro referências;

c) os servidores que, mesmo com a adoção do critério anterior, ainda fiquem abaixo do limite inferior da série funcional de enquadramento, serão reajustados na referência correspondente a êsse limite

Art 4º — O Chefe do Serviço de Pessoal apostilará os títulos dos servidores abrangidos pelas disposições da presente Resolução

Art 5º — A presente Resolução entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1952, correndo a respectiva despesa à conta dos recursos próprios da Caixa Nacional de Estatística Municipal

Resolução n.º 373, de 21 de dezembro de 1951

Modifica a Resolução nº 341, de 30 de dezembro de 1949, desta Junta, e dá outras providências.

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando que grande número das Agências de Estatística do Estado de São Paulo, inclusive Agências-Modêlo, se encontram vagas, em virtude de não serem considerados satisfatórios os salários pagos pelo Instituto aos seus servidores;

considerando que se torna necessária, no interêsse do serviço, a equiparação dos salários do Instituto, em São Paulo, à remuneração corrente no mercado de trabalho do Estado,

RESOLVE:

Art 1º — Os cargos da carreira de Agente de Estatística, lotados no Estado de São Paulo, passam a obedecer à seguinte discriminação:

Classe	*Salário Cr$*	*Número de cargos*
D	1 900	335
E	2 200	30
F	2 600	9
G	2 900	19

Parágrafo único — O enquadramento dos atuais Agentes de Estatística do Estado de São Paulo nos cargos a que se refere êste Artigo se processará da seguinte forma:

Classe atual	*Classe de enquadramento*
B	D
C	E
D	F
E	G
F	

Art 2º — Os cargos de provimento em comissão de Chefe de Agência-Modêlo passam a ser, no Estado de São Paulo, os constantes da discriminação seguinte:

Padrão	*Salário Cr$*	*Número de cargos*
F	2 600	5
G	2 900	4
H	3 200	10
I	3 600	4
J	4 200	1
K	4 800	1

Parágrafo único — Os atuais cargos, de provimento em comissão, de Chefe de Agência-Modêlo passarão, no Estado de São Paulo, ao padrão de vencimento imediatamente superior ao que ocupam atualmente

Art 3º — As Agências Municipais de Estatística e as Agências-Modêlo no Estado de São Paulo passarão a ter as classes e os padrões indicados na discriminação constante dos quadros I e II, respectivamente, anexos à presente Resolução e serão tôdas grupadas no 2º nível

Art. 4º — Com as modificações que lhe forem introduzidas pela presente Resolução, passa a ser a seguinte a discriminação dos cargos de Agente de Estatística do Quadro III da Secretaria-Geral:

Padrões	*Número de cargos*
A	663
B	675
C	217
D	403
E	69
F	41
G	19

Art 5º — Em virtude das alterações constantes desta Resolução a discriminação dos cargos de provimento em comissão, de Chefe de Agência-Modêlo, ainda do Quadro III da Secretaria-Geral, constante do Artigo 3º da Re-

solução n º 341, desta Junta, é substituída pela seguinte:

Padrões	*Número de cargos*
C	15
D	22
E	27
F	20
G	23
H	14
I	9
J	1
K	1

Art 6 º — A Secretaria-Geral do C N E fica autorizada a despender até Cr$ 20 000,00 mensais com a revisão da Tabela de Auxiliares das Agências de Estatística do Estado de São Paulo

Art 7 º — O Chefe do Serviço de Pessoal apostilará os títulos dos servidores abrangidos pelas disposições da presente Resolução

Art 8 º — A presente Resolução terá vigência a partir de 1 º de janeiro de 1952, correndo a respectiva despesa à conta dos recursos próprios da Caixa Nacional de Estatística Municipal

Resolução n º 374, de 21 de dezembro de 1951

Cria na T N M da I R de Minas Gerais a função isolada de provimento em comissão de Assistente-Chefe e dá outras providências

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando que o considerável volume de serviço a cargo do Inspetor Regional de Minas Gerais não lhe permite, sem excesso de esforço, uma supervisão perfeita sôbre o trabalho da Inspetoria e das Agências do Estado;

considerando que, por êsse motivo, se vê o Inspetor Regional obrigado a encarregar os seus auxiliares imediatos, os Chefes de Serviço da Inspetoria, da execução de tarefas de sua competência direta, o que acarreta prejuízo ao funcionamento normal da repartição;

considerando que o sistema de organização adotado na Inspetoria Regional de São Paulo, com encargos e responsabilidades equivalentes, vem dando resultados plenamente satisfatórios,

RESOLVE:

Art 1 º — Fica criada, na T N M da I R de Minas Gerais, a função isolada, de provimento em comissão, de Assistente-Chefe, ref 600

Art 2 º — O Assistente-Chefe substituirá o Inspetor Regional em seus impedimentos eventuais e será membro nato da C R E M

Resolução n.º 375, de 21 de dezembro de 1951

Dispõe sôbre o quadro de Agências Municipais de Estatística

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando que a experiência aconselha seja modificado o atual Quadro das Agências-Modêlo e Especiais, de modo a assegurar maior rendimento aos trabalhos a cargo do Conselho Nacional de Estatística;

considerando que as condições financeiras da entidade não permitem seja feita, no momento, a reforma geral que se faz mister;

considerando, todavia, serem indispensáveis algumas alterações na classificação de Agências atualmente em vigor em alguns Estados,

RESOLVE:

Art 1 º — Ficam suprimidas as Agências-Modêlo, padrão "C", de Caravelas, Estado da Bahia, e Pirenópolis, Estado de Goiás

Art 2 º — São elevadas à categoria Especial as Agências Municipais de Estatística de Santo André, Estado de São Paulo, Livramento e Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul, a primeira no padrão "H" e as demais no padrão "G"

Art 3 º — É elevada à categoria de Modêlo, no padrão "F", a Agência Municipal de Estatística de Anápolis, Estado de Goiás

Art 4 º — Fica elevada do padrão "D" para o padrão "E" a Agência-Modêlo de Estatística Municipal de Castanhal, Estado do Pará

Art 5 º — Os cargos de Chefe de Agência-Modêlo, de provimento em comissão, de que trata o Artigo 3 º da Resolução n º 341, de 30-XII-1949, ficam substituídos pelos abaixo especificados:

Padrão	*Número de cargos*
C	14
D	22
E	27
F	20
G	23
H	14
I	1
J	1

Resolução n º 376, de 28 de dezembro de 1951

Modifica a distribuição orçamentária prevista na Resolução n º 360, de 23 de fevereiro de 1951

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando a necessidade de ajustar a discriminação de verbas constantes da Resolução n º 360, desta Junta, à dotação consignada no Orçamento Geral da República em favor do Conselho Nacional de Estatística e respectivo Serviço Gráfico,

RESOLVE:

Art 1 º — Fica aprovado, para o exercício de 1952, o orçamento da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística, mediante a distribuição constante dos Artigos a seguir

Art 2 º — A Receita, estimada em dezoito milhões de cruzeiros (Cr$ 18 000 000,00), será realizada com os recursos atribuídos ao Instituto, pelo Orçamento Geral da República, segundo o anexo n º 15 da Lei n º 1 487, de

6-12-51, e destinados à Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística

Art. 3.º — A Despesa, fixada em dezoito milhões de cruzeiros (Cr$ 18 000 000,00), será realizada para o custeio dos serviços e encargos da Secretaria-Geral do Conselho, mediante a seguinte especificação orçamentária:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação I — Pessoal Permanente

	Cr$
01 — Pessoal Permanente	3 534 600,00
Total da Consignação I	3 534 600,00

Consignação II — Pessoal Extranumerário

04 — Contratados .	390 000,00
05 — Diaristas .	230 000,00
06 — Mensalistas	6 063 000,00
Total da Consignação II	6 683 000,00

Consignação III — Vantagens

12 — Auxílio para diferença de "caixa"	3 600,00
13 — Funções gratificadas	224 000,00
14 — Gratificação adicional "pró-tempore"	87 000,00
15 — Gratificação de representação (Decreto-lei nº 24 609 e Resolução nº 113 A 6)	36 000,00
16 — Gratificação por exercício de docência e honorários por concursos e provas	13 200,00
17 — Gratificação por serviços extraordinários	30 000,00
18 — Gratificação por trabalho técnico ou científico	20 000,00
Total da Consignação III	413 800,00

Consignação IV — Indenizações

26 — Ajuda de custo	20 000,00
27 — Diárias	30 000,00
Total da Consignação IV	50 000,00

Consignação V — Outras Despesas de Pessoal

32 — Salário-família .	200 000,00
Total da Consignação V	200 000,00
TOTAL DA VERBA 1	10 881 400,00

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação I — Material Permanente

	Cr$
04 — Livros, fichas bibliográficas impressas, revistas e outras publicações especializadas	30 000,00
08 — Móveis em geral, máquinas e utensílios de escritório e de desenho; material didático e de laboratório; material elétrico; utensílios de copa e cozinha; aparelhagem médico-cirúrgica . . .	100 000,00
Total da Consignação I	130 000,00

Consignação II — Material de Consumo

13 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; fichas e livros de escrituração, impressos e material de classificação	300 000,00
17 — Medicamentos e material de penso; produtos químicos e farmacêuticos; material de higiene e desinfecção .	39 000,00
18 — Vestuário, uniformes e equipamentos; artigos e peças acessórias; roupa de cama, mesa e banho; tecidos e artefatos .	70 000,00
Total da Consignação II	409 000,00
TOTAL DA VERBA 2 .	539 000,00

VERBA 3 — SERVIÇOS DE TERCEIROS

Consignação I — Conservação e Reparos

	Cr$
01 — Ligeiros reparos, adaptações, consertos e conservação de bens móveis e imóveis	25 000,00
Total da Consignação I	25 000,00

Consignação II — Publicidade e Publicações

04 — Assinatura de órgãos oficiais e aquisição de publicações periódicas .	2 000,00
05 — Assinatura de recortes e publicações de editais e avisos	3 600,00
07 — Serviços de encadernação	32 000,00
Total da Consignação II	37 600,00

Consignação III — Taxas de Serviços Públicos

12 — Assinaturas de telefones e caixa postal; telefonemas interurbanos	60 000,00
13 — Iluminação, fôrça-motriz, gás e água	56 000,00
14 — Serviços postais, telegráficos e aéreos; radiogramas	10 000,00
Total da Consignação III	126 000,00

Consignação IV — Transportes e Viagens

	Cr$
19 — Acondicionamento e embalagens, fretes, carretos, estivas e capatazias; alojamento de animais e estadia de veículos em garage	10 000,00
20 — Indenização por condução e transportes urbanos	4 000,00
21 — Passagens; transporte de pessoal e sua bagagem	24 000,00
Total da Consignação IV	38 000,00

Consignação V — Outros Serviços de Terceiros

	Cr$
26 — Custeio de lavagem e engomagem de roupa; serviço de asseio e higiene	12 000,00
Total da Consignação V .	12 000,00
TOTAL DA VERBA 3	238 600,00

VERBA 4 — ENCARGOS DIVERSOS

Consignação I — Encargos Gerais

01 — Aluguel de bens imóveis	520 000,00
05 — Despesas miúdas de pronto pagamento	50 000,00
06 — Despesas pela participação em certames e exposições; realizações culturais	20 000,00
09 — Representação social — recepções, excursões, hospedagens e homenagens	20 000,00
10 — Seguro de bens móveis, imóveis e outros	30 000,00
11 — Publicações periódicas, seriadas e avulsas da entidade	1 150 000,00
Total da Consignação I	1 790 000,00

Consignação II — Encargos Específicos

13 — Aluguel de equipamento mecânico para apuração estatística .	176 000,00
15 — Assistência aos órgãos regionais do C N E ("ex-vi" do Decreto n º 4 181, de 16-3-42 e do disposto na Resolução n º 260, da J E C)	2 200 000,00
18 — Custeio de impressão de formulários para a coleta estatística	2 000 000,00
24 — Indenização das despesas de ajuda de custo, quota de representação e outras, dos Delegados e Conferencistas à Assembléia-Geral do C N E	60 000,00
28 — Passagens para os Delegados e Conferencistas à Assembléia-Geral do C N E	40 000,00
Total da Consignação II	4 476 000,00

Consignação III — Outros Encargos

34 — Cursos de Estatística (Indenização de passagens e diárias aos estagiários designados pelos órgãos regionais)	20 000,00
42 — Preparo da Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística	30 000,00
Total da Consignação III	50 000,00
TOTAL DA VERBA 4	6 316 010,00

VERBA 5 — EVENTUAIS

Consignação I — Diversos

01 — Despesas imprevistas	25 000,00
Total da Consignação I	25 000,00
TOTAL DA VERBA 5	25 000,00

RESUMO

	Cr$
VERBA 1 — Pessoal	10 881 400,00
VERBA 2 — Material	539 000,00
VERBA 3 — Serviços de Terceiros	238 600,00
VERBA 4 — Encargos Diversos	6 316 000,00
VERBA 5 — Eventuais	25 000,00
TOTAL GERAL .	18 000 000,00

Resolução n.º 377, de 28 de dezembro de 1951

Dispõe sôbre a distribuição do auxílio concedido aos órgãos regionais para o exercício de 1952

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando haver sido incluída no orçamento da União para o exercício de 1952 — Anexo n º 15 da Lei n º 1 487, de 6-12-1951 relativo ao Instituto — importância que permite a duplicação do auxílio concedido, nos têrmos do estabelecido no Artigo 13, do Decreto-lei n º 4 181, de 16 de março de 1942, aos órgãos regionais do sistema;

considerando que os sistemas de estatística dos novos Territórios Federais, apesar de não se encontrarem integrados no Instituto quando foi estabelecido o auxílio pelo Decreto-lei n º 4 181, devem, também, pelos motivos que determinaram a medida, ser beneficiados com a concessão, embora em base reduzida,

RESOLVE:

Art 1 º — A distribuição do auxílio atribuído pelo Govêrno Federal aos órgãos regionais do Conselho Nacional de Estatística, na forma do Artigo 13 do Decreto-lei n º 4 181, de 16 de março de 1942, será feita de acôrdo com a seguinte especificação:

Unidades da Federação	*Importância (Cr$ 1 000)*
Guaporé	30
Acre	58
Amazonas	65
Rio Branco	30
Pará ..	76
Amapá	30
Maranhão	82
Piauí	73
Ceará	100
Rio Grande do Norte .	72
Paraíba	86
Pernambuco .	113
Alagoas	76
Sergipe	67
Bahia	140
Minas Gerais	201
Espírito Santo	73
Rio de Janeiro	96
Distrito Federal	94
São Paulo	210
Paraná	82
Santa Catarina	81
Rio Grande do Sul	127
Mato Grosso	65
Goiás	73
Total	2 200

Art 2 º — A aplicação dos auxílios referidos no Artigo precedente será feita de acôrdo com o disposto na Resolução n º 314, de 25 de julho de 1948.

Parágrafo único — Ao estabelecer a aplicação do auxílio, nos têrmos do que especifica o Artigo 4 º da citada Resolução n º 314, deverão as Juntas Executivas Regionais obedecer à discriminação orçamentária constante da Resolução n º 338, de 30 de dezembro de 1949

Art. 3 º — A remessa dos auxílios consignados no Artigo 1 º ficará condicionada à entrega, por parte do Govêrno da União, dos respectivos recursos orçamentários, podendo a Secretaria-Geral do Conselho, não obstante, fazer adiantamentos aos órgãos regionais do sistema, destinados a despesas de caráter urgente

Resolução n.º 378, de 28 de dezembro de 1951

Aprova o orçamento da Caixa Nacional de Estatística Municipal, para o exercício de 1952

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições,

RESOLVE:

Art 1 º — Fica aprovado, para o exercício de 1952, o orçamento da Caixa Nacional de Estatística Municipal, instituída, por fôrça dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal, para o fim especial de manter a administração dos serviços municipais de estatística de todo o País, mediante a distribuição constante dos Artigos a seguir, e das respectivas tabelas explicativas

Art 2 º — A Receita, estimada em cento e quatorze milhões de cruzeiros (Cr$ 114 000 000,00), será realizada com os recursos provenientes da arrecadação da "Quota de Estatística" e de outras contribuições específicas, "ex-vi" do Decreto-lei n º 4 181, de 16-3-1942, e sob a seguinte classificação orçamentária:

		Cr$
I — Receita ordinária		
a) Venda de "Selos de Estatística" no Pôsto de Arrecadação das Capitais, no interior dos Estados e nos Territórios	111 075 000,00	
b) Arrecadação de "selos por verba" no Pôsto de Arrecadação das Capitais	2 277 940,00	
c) Venda de "Livro de Registro de Selos"	12 440,00	113 365 380,00
II — Receita extraordinária		
a) Emolumentos s/devolução de "Selos de Estatística" e outras receitas específicas .	49 100,00	
b) Juros bancários	369 520,00	
c) Eventuais	216 000,00	634 620,00
Total da Receita		114 000 000,00

Art 3 º — A Despesa, fixada em cento e quatorze milhões de cruzeiros (Cr$ 114 000 000,00), será realizada para custeio e manutenção dos serviços municipais de estatística, segundo a discriminação constante das respectivas tabelas explicativas e mediante a distribuição global a seguir:

I — Administração geral dos serviços municipais de estatística e da arrecadação da "Quota de Estatística" a cargo dos seguintes órgãos:	Cr$
a) Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística	26 000 000,00
b) Inspetorias Regionais de Estatística Municipal	31 035 532,00
c) Agências Municipais de Estatística	56 964 468,00
Total .	. 114 000 000,00

Art 4 º — Fica o Presidente do Instituto autorizado a baixar os atos necessários à distribuição específica dos recursos e dotações globais a que se referem os Artigos 2 º e 3 º

Parágrafo único — A distribuição de que trata o presente Artigo não exclui a possibilidade de destaque, "ad-referendum" da Comissão de Tomada de Contas da Assembléia-Geral do C N E , dos quantitativos da receita destinados a completar as dotações indispensáveis às despesas normais das Inspetorias Regionais de Estatística Municipal cuja execução orçamentária fôr deficitária

Nota — Será feita oportunamente a publicação da tabela anexa à presente Resolução, relativa à receita da Caixa Nacional de Estatística, por Município.

Resolução n.º 379, de 28 de dezembro de 1951

Aprova o orçamento do Serviço Gráfico do Conselho Nacional de Estatística, para o exercício de 1952

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições,

RESOLVE:

Art 1 º — Fica aprovado, para o exercício de 1952, o orçamento do Serviço Gráfico do Conselho Nacional de Estatística, mediante a distribuição constante dos Artigos a seguir

Art 2 º — A Receita, estimada em dezoito milhões de cruzeiros (Cr$ 18 000 000,00), será realizada com os recursos provenientes da exploração industrial das oficinas gráficas e de outras contribuições específicas sob os seguintes grupos:

a) Receitas Industriais .	Cr$ 16 000 000,00
b) Receitas Diversas	Cr$ 2 000 000,00
Total da Receita	Cr$ 18 000 000,00

Art 3º — A Despesa, orçada em dezoito milhões de cruzeiros (Cr$ 18 000 000,00), será realizada para o custeio dos serviços industriais e de administração geral, mediante a seguinte distribuição, constante da respectiva tabela explicativa:

a)	Despesas Industriais	Cr$ 15 610 000,00
b)	Despesas Diversas	Cr$ 2 390 000,00
	Total da Despesa	Cr$ 18 000 000,00

Art 4º — Fica o Presidente do Instituto autorizado a baixar os atos necessários à efetivação do adiantamento de receita a que se refere o Artigo 2º, até o limite mensal de oitocentos mil cruzeiros (Cr$ 800 000,00)

Parágrafo único — O adiantamento de que trata o presente Artigo destina-se a atender às despesas de pessoal e material (pronto pagamento e de caráter urgente) do Serviço Gráfico, em virtude da relativa autonomia administrativa do citado órgão industrial

Resolução n.º 380, de 28 de dezembro de 1951

Autoriza destaques e suplementação de verbas, no orçamento do Conselho Nacional de Estatística, para o exercício de 1952

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando a proposta formulada pelo Serviço Econômico e Financeiro da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística, com fundamento nas modificações verificadas em compromissos orçamentários da mesma Secretaria,

RESOLVE:

Art 1º — Ficam autorizados os destaques e suplementação de verbas abaixo especificadas, no orçamento vigente da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística:

DESTAQUES

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação II — Pessoal Extranumerário

	Cr$
04 — Contratados	3 635,80
Total da Consignação II	3 635 80

Consignações III — Vantagens

12 — Auxílio para diferença de "caixa"	655,00
14 — Gratificação adicional "pró-tempore"	3 719,00
15 — Gratificação de representação (Decreto-lei nº 24 609)	20 996,60
16 — Gratificação por exercício de docência e honorários por concursos e provas	8 700,00
17 — Gratificação por serviços extraordinários	8,40
18 — Gratificação por trabalho técnico ou científico	2 000,00
Total da Consignação III	36 079,00

Consignação IV — Indenizações

	Cr$
27 — Diárias	45,00
Total da Consignação IV	45,00
TOTAL DA VERBA 1	39 759,80

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação I — Material Permanente

04 — Livros, fichas bibliográficas impressas, revistas e outras publicações especializadas	21 158,00
08 — Móveis em geral, máquinas, equipamentos e utensílios de escritório e de desenho; material didático e de laboratório; material elétrico; utensílios de copa e cozinha; aparelhagem médico-cirúrgica	276,00
Total da Consignação I	21 434,00

Consignação II — Material de Consumo

13 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; fichas e livros de escrituração impressos e material de classificação	908,80
17 — Medicamentos e material de penso; produtos químicos e farmacêuticos; material de higiene e desinfecção	266,30
18 — Vestuário, uniformes e equipamentos; artigos e peças acessórias; roupa de cama, mesa e banho; tecidos e artefatos	45,00
Total da Consignação II	1 220,10
TOTAL DA VERBA 2	22 654,10

VERBA 3 — SERVIÇOS DE TERCEIROS

Consignação I — Conservação e Reparos

	Cr$
01 — Ligeiros reparos, adaptações, consertos e conservação de bens móveis e imóveis	22,60
Total da Consignação I	22,60

Consignação II — Publicidade e Publicações

05 — Assinatura de recortes e publicações de editais e avisos	450,00
07 — Serviços de encadernação	18,00
Total da Consignação II	468,00

Consignação III — Taxas de Serviços Públicos

12 — Assinaturas de telefones e caixa postal, telefonemas interurbanos	5 485,90
13 — Iluminação, fôrça-motriz, gás e água	1,10
14 — Serviços postais, telegráficos e aéreos; radiogramas	5 415,60
Total da Consignação III	10 902,60

Consignação IV — Transportes e Viagens

	Cr$
19 — Acondicionamento e embalagem; armazenagens, fretes, carretos, estivas e capatazias; alojamento de animais e estadia de veículos em garagem	30,40
20 — Indenização por condução e transportes urbanos	35,60
21 — Passagens; transporte de pessoal e sua bagagem	378,40
Total da Consignação IV	444,40

Consignação V — Outros Serviços de Terceiros

26 — Custeio de lavagem e engomagem de roupa; serviço de asseio e higiene	195,10
Total da Consignação V	195,10
TOTAL DA VERBA 3	12 032,70

VERBA 4 — ENCARGOS DIVERSOS

Consignação I — Encargos Gerais

01 — Aluguel de bens imóveis	2 029,80
05 — Despesas miúdas de pronto pagamento	10 211,80
09 — Representação social — recepções, excursões, hospedagens e homenagens	4 000,00
10 — Seguro de bens móveis, imóveis e outros	6 195,10
Total da Consignação I	22 436,70

Consignação II — Encargos Específicos

13 — Aluguel de equipamento mecânico para apuração estatística	18 334,30
24 — Indenização das despesas de ajuda de custo, quota de representação e outros, dos Delegados e Conferencistas à Assembléia-Geral do C N E	2 000,00
28 — Passagem para os Delegados e Conferencistas à Assembléia-Geral do C N E	28 562,40
Total da Consignação II	48 896,70

Consignação III — Outros Encargos

34 — Curso de Estatística (indenização de passagens e diárias aos designados pelos Órgãos Regionais)	20 000,00
42 — Preparo da Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística	30 000,00
Total da Consignação III	50 000,00
TOTAL DA VERBA 4	121 333,40
TOTAL GERAL	195 780,00

RESUMO DOS DESTAQUES

VERBA 1 — Pessoal	39 759,80
VERBA 2 — Material	22 654,10
VERBA 3 — Serviços de Terceiros	12 032,70
VERBA 4 — Encargos Diversos	121 333,40
TOTAL	195 780,00

SUPLEMENTAÇÃO

VERBA 5 — EVENTUAIS

Consignação I — Diversos

	Cr$
01 — Despesas imprevistas	195 780,00
Total da Consignação I	195 780,00
TOTAL DA VERBA 5	195 780,00

Resolução n.º 381, de 28 de dezembro de 1951

Orça as despesas da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística para o exercício de 1953

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando que, no interstício das sessões da Assembléia-Geral do Conselho Nacional de Estatística, compete a esta Junta deliberar sôbre o andamento e boa ordem dos serviços sob a responsabilidade do mesmo Conselho;

considerando que o produto da arrecadação do "Sêlo de Estatística" não vem crescendo na medida em que aumentam as despesas com a execução dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal;

considerando, em conseqüência, que os recursos obtidos com a arrecadação do "sêlo" já não permitem seja mantida em bases tão altas a contribuição dada até agora ao orçamento da Secretaria-Geral do C N E;

considerando, ainda, ser insuficiente o auxílio atribuído ao Conselho Nacional de Estatística, no orçamento da União,

RESOLVE:

Art 1º — Fica previsto, para o exercício de 1953, o orçamento da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística, mediante a distribuição constante dos Artigos a seguir

Art 2º — A Receita, orçada em quarenta e dois milhões seiscentos e vinte e cinco mil cruzeiros (Cr$ 42 625 000,00), será realizada com os recursos a serem solicitados, pelo Instituto, ao Govêrno da República e destinados à Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística

Art 3º — A Despesa, orçada em quarenta e dois milhões seiscentos e vinte e cinco mil cruzeiros (42 625 000,00), será realizada para o custeio dos serviços e encargos superintendidos pela Secretaria-Geral do Conselho, mediante a seguinte especificação orçamentária:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação I — Pessoal Permanente

	Cr$
01 — Pessoal Permanente	5 234 600,00
Total da Consignação I	5 234 600,00

Consignação II — Pessoal Extranumerário

	Cr$
04 — Contratados	390 000,00
05 — Diaristas	290 000,00
06 — Mensalistas	20 463 000,00
09 — Novas admissões para atender ao desenvolvimento dos serviços	273 000,00
Total da Consignação II	21 416 000,00

Consignação III — Vantagens

12 — Auxílio para diferenças de "caixa"	11 600,00
13 — Funções gratificadas	344 000,00
14 — Gratificação adicional "pró-tempore"	87 000,00
15 — Gratificação de representação: *a*) C N E — Decreto-lei n º 24 609	36 000,00
16 — Gratificação por exercício de docência e honorários por concursos e provas	33 200,00
17 — Gratificação por serviços extraordinários	90 000,00
18 — Gratificação por trabalhos técnicos ou científicos	80 000,00
Total da Consignação III	681 800,00

Consignação IV — Indenizações

26 — Ajuda de custo	30 000,00
27 — Diárias	230 000,00
Total da Consignação IV	260 000,00

Consignação V — Outras Despesas de Pessoal

32 — Salário-família	270 000,00
34 — Indenização por outras despesas de pessoal	50 000,00
Total da Consignação V	420 000,00
TOTAL DA VERBA 1	28 012 400,00

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação I — Material Permanente

04 — Livros, fichas bibliográficas impressas, revistas e outras publicações especializadas	35 000,00
08 — Móveis em geral, máquinas, equipamentos e utensílios de escritório e de desenho; material didático e de laboratório; material elétrico; utensílios de copa e cozinha; aparelhagem médico-cirúrgico	800 000,00
Total da Consignação I	835 000,00

Consignação II — Material de Consumo

13 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; fichas e livros de escrituração, impressos de classificação	1 200 000,00
14 — Combustíveis, material de lubrificação e limpeza de máquinas; material para conservação de instalações de máquinas e de aparelhos; sobressalentes de máquinas e de viaturas; artigos de iluminação e eletricidade	200 000,00
17 — Medicamentos e material de penso; produtos químicos e farmacêuticos; material de higiene e desinfecção	109 000,00
18 — Vestuários, uniformes e equipamentos; artigos e peças acessórias; roupa de cama, mesa e banho, tecidos e artefatos	170 000,00
Total da Consignação II	1 679 000,00

Consignação III — Outras Despesas de Material

25 — Despesas de caráter urgente	300 000,00
Total da Consignação III	300 000,00
TOTAL DA VERBA 2	2 814 000,00

VERBA 3 — SERVIÇOS DE TERCEIROS

Consignação I — Conservação e Reparos

01 — Ligeiros reparos, adaptações, consertos e conservação de bens móveis e imóveis	55 000,00
Total da Consignação I	55 000,00

Consignação II — Publicidade e Publicações

04 — Assinatura de órgãos oficiais e aquisição de publicações periódicas	4 000,00
05 — Assinatura de recortes, publicação de editais e avisos	5 600,00
07 — Serviços de encadernação	92 000,00
Total da Consignação II	101 600,00

Consignação III — Taxas de Serviços Públicos

12 — Assinaturas de telefone e caixa postal; telefonemas interurbanos	84 000,00
13 — Iluminação, fôrça-motriz, gás e água	116 000,00
14 — Serviços postais, telegráficos e aéreos; radiogramas	10 000,00
Total da Consignação III	210 000,00

Consignação IV — Transportes e Viagens

19 — Acondicionamento e embalagem; armazenagens, fretes, carretos, estivas e capatazias; aluguel e alojamento de animais e seus tratadores; e estadia de veículos em garage	310 000,00

	Cr$
20 — Indenização por condução e transportes urbanos	18 000,00
21 — Passagens, transporte de pessoal e sua bagagem	130 000,00
Total da Consignação IV	458 000,00
Consignação V — Outros Serviços de Terceiros	
26 — Custeio de lavagem e engomagem de roupa; serviço de asseio e higiene	6 000,00
28 — Despesas bancárias com remessas e transferência de fundos	100 000,00
Total da Consignação V	106 000,00
TOTAL DA VERBA 3	930 600,00
VERBA 4 — ENCARGOS DIVERSOS	
Consignação I — Encargos Gerais	
01 — Aluguel de bens imóveis	1 640 000,00
05 — Despesas miúdas de pronto pagamento	250 000,00
06 — Despesas pela participação em certames e exposições; realizações culturais	25 000,00
09 — Representação social — recepções, excursões, hospedagens e homenagens	20 000,00
10 — Seguro de bens móveis, imóveis e outros	160 000,00
11 — Publicações periódicas, seriadas e avulsas da entidade	2 250 000,00
Total da Consignação I	4 345 000,00
Consignação II — Encargos Específicos	
13 — Aluguel de equipamento mecânico para apuração estatística	481 000,00
15 — Assistência aos Órgãos Regionais do C N E ("ex-vi" do Decreto-lei n º 4 181, de 16-3-1942, e do disposto na Resolução n º 260, da J E C)	2 200 000,00
18 — Custeio de impressão de formulários para coleta estatística	1 600 000,00
24 — Indenização de despesas de ajuda de custo, quota de representação e outras dos Delegados e Conferencistas à Assembléia-Geral do C N E	260 000,00
28 — Passagens para os Delegados e Conferencistas à Assembléia-Geral do C N E	60 000,00
Total da Consignação II	4 601 000,00
Consignação III — Outros Encargos	
36 — Custeio da fiscalização do "Sêlo de Estatística" a cargo das Prefeituras Municipais	180 000,00
37 — Devolução de "Selos de Estatística"	50 000,00
39 — Equipamento das Inspetorias Regionais de Estatística e Agências Municipais de Estatística	850 000,00
42 — Preparo da Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística	30 000,00
45 — Serviço de confecção de "Selos de Estatística" e "livro de registro de selos"	600 000,00
47 — Cursos de Estatística (indenização de passagens e diárias aos estagiários designados pelos Órgãos Regionais)	20 000,00
Total da Consignação III	1 730 000,00
TOTAL DA VERBA 4	10 676 000,00
VERBA 5 — EVENTUAIS	
Consignação I — Diversos	
01 — Despesas imprevistas	192 000,00
Total da Consignação I	192 000,00
TOTAL DA VERBA 5	192 000,00

RESUMO

VERBA 1 — Pessoal	28 012 400,00
VERBA 2 — Material	2 814 000,00
VERBA 3 — Serviços de Terceiros	930 600,00
VERBA 4 — Encargos Diversos	10 676 000,00
VERBA 5 — Eventuais	192 000,00
TOTAL GERAL	42 625 000,00

Resolução n.º 382, de 28 de dezembro de 1951

Formula pronunciamentos a propósito da participação do Brasil nas Conferências Internacionais de Estatística de Nova Delhi e Calcutá

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando a participação ativa e eficaz da delegação brasileira nas Conferências Internacionais de Nova Delhi e Calcutá, realizadas nos dias 4 a 18 do mês expirante;

considerando os testemunhos de aprêço dos técnicos internacionais, reunidos nas mesmas Conferências, à obra desenvolvida pelo I B G E, nos domínios da Estatística;

considerando que êsses testemunhos culminaram na eleição de MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS para Vice-Presidente do Instituto Internacional de Estatística e na escolha do Rio de Janeiro para sede da XXIX Sessão do mesmo Instituto, em 1955,

RESOLVE:

Art 1º — A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística exprime a sua profunda satisfação pelos êxitos da Estatística brasileira nas Conferências Internacionais de Nova Delhi e Calcutá, devidos, principalmente, ao esclarecido esfôrço dos organizadores do I. B G E

Art 2º — A Junta expressa, ainda, o seu voto por que a ação para o aperfeiçoamento da

organização estatística nacional e para a melhoria e intensificação de suas atividades seja continuada com renovado vigor, a fim de assegurar à administração pública e à pesquisa científica todos os subsídios que a estatística deve estar habilitada a prestar, no estado moderno

Resolução Censitária n º 25 de 7 de dezembro de 1951

Autoriza destaques e suplementações de verbas

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando de suas atribuições, e

considerando que os planos de trabalho do Serviço Nacional de Recenseamento, para o fim do corrente ano, requerem o reforço dos saldos existentes em algumas das dotações estabelecidas pela Resolução Censitária n º 17, de 19 de dezembro de 1950;

considerando que essa suplementação pode ser feita mediante aproveitamento dos saldos verificados em outras dotações,

RESOLVE:

Artigo único — Ficam autorizados os destaques e suplementações de verbas abaixo especificados, do orçamento aprovado pela Resolução Censitária n º 17, de 19 de dezembro de 1950:

Destaques

Verba 1, consignação I, subconsignação 02		6 000,00
Verba 1, consignação III, subconsignação 13		12 000,00
Verba 1, consignação III, subconsignação 18		20 000,00
Verba 2, consignação I, subconsignação 08		70 000,00
Verba 2, consignação II, subconsignação 17		10 000,00
Verba 2, consignação II, subconsignação 18		7 000,00
Verba 3, consignação I, subconsignação 04		2 000,00
Verba 3, consignação III, subconsignação 14		5 000,00
Verba 3, consignação IV, subconsignação 20		6 000,00
Verba 4, consignação I, subconsignação 05		5 000,00
Verba 4, consignação I, subconsignação 09		3 000,00
Verba 4, consignação I, subconsignação 10		3 000,00
Verba 4, consignação II, subconsignação 13		40 000,00
Verba 4, consignação II, subconsignação 23		90 000,00
Verba 4, consignação II, subconsignação 51		6 000,00
Verba 4, consignação II, subconsignação 53		100 000,00
TOTAL		385 000,00

Suplementações

Verba 1, consignação III, subconsignação 17	100 000,00
Verba 1, consignação V, subconsignação 37	30 000,00
Verba 1, consignação V, subconsignação 39	75 000,00
Verba 2, consignação II, subconsignação 14	10 000,00
Verba 2, consignação II, subconsignação 16	5 000,00
Verba 3, consignação I, subconsignação 01	40 000,00
Verba 3, consignação III, subconsignação 13	25 000,00
Verba 5, consignação I, subconsignação 01	100 000,00
TOTAL	385 000,00

Resolução Censitária n.º 26, de 28 de dezembro de 1951

Dispõe sôbre as despesas com o Sexto Recenseamento Geral do Brasil, no exercício de 1952

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando de suas atribuições, e

considerando que lhe compete, de acôrdo com o Regulamento baixado pelo Decreto n º 26 914, de 20 de julho de 1949, aprovar o orçamento das despesas e exercer as demais funções deliberativas relacionadas com a execução do Sexto Recenseamento Geral do Brasil;

considerando que o Orçamento Geral da República (Lei n º 1 487, de 6 de dezembro de 1951) consigna, na verba 3-II-19 — Auxílios, Contribuições e Subvenções — o auxílio de trinta milhões de cruzeiros (Cr$ 30 000 000,00), atribuído ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, nos têrmos da Lei n º 651, de 13 de março de 1949, para atender às despesas com o Recenseamento, no exercício de 1952;

considerando que, durante o referido exercício, devem ser concluídos os trabalhos de revisão, codificação e perfuração dos boletins, bem assim intensificadas as tarefas relativas à sistematização e divulgação dos resultados dos vários Censos;

considerando, finalmente, que os encargos ainda vinculados à coleta censitária poderão ser liquidados na forma do disposto na Resolução Censitária n º 15, de 7 de dezembro de 1950,

RESOLVE:

Artigo único — O auxílio de trinta milhões de cruzeiros (Cr$ 30 000 000,00), atribuído ao Instituto, no Orçamento Geral da República, para atender, no exercício de 1952, às despesas

com o Sexto Recenseamento Geral do Brasil, será aplicado de conformidade com a seguinte distribuição:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação I — Pessoal em Comisssão

	Cr$
02 — Vencimentos .	650 000,00
Total da Consignação I	650 000,00

Consignação II — Pessoal Extranumerário

04 — Contratados	100 000,00
06 — Mensalistas	10 000 000,00
07 — Tarefeiros	9 000 000,00
Total da Consignação II	19 100 000,00

Consignação III — Vantagens

12 — Auxílios para diferença de "caixa"	3 000,00
13 — Funções gratificadas	180 000,00
17 — Gratificações por serviços extraordinários	250 000,00
18 — Gratificações por trabalhos técnicos ou científicos	20 000,00
Total da Consignação III	453 000,00

Consignação IV — Indenizações

26 — Ajuda de custo .	20 000,00
27 — Diárias	20 000,00
Total da Consignação IV	40 000,00

Consignação V — Outras Despesas de Pessoal

32 — Salário-família	110 000,00
37 — Remuneração por "prestação de serviços"	100 000,00
38 — Remuneração suplementar (Resolução Censitária nº 4 — Artigo 12)	240 000,00
39 — Outras despesas de pessoal	307 000,00
Total da Consignação V	757 000,00
TOTAL DA VERBA 1	21 000 000,00

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação I — Material Permanente

04 — Livros, fichas bibliográficas impressas, revistas e outras publicações especializadas	20 000,00
08 — Móveis em geral, máquinas, equipamentos e utensílios de escritório e de desenho; material didático e de laboratório; material elétrico; utensílios de copa e cozinha; aparelhagem médico-cirúrgica	100 000,00
Total da Consignação I	120 000,00

Consignação II — Material de Consumo

	Cr$
13 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação . .	100 000,00
14 — Combustíveis; material de lubrificação e limpeza de máquinas; material para conservação de instalações, de máquinas e aparelhos; sobressalentes de máquinas e viaturas; artigos de iluminação e eletricidade	100 000,00
16 — Material de refeitório e objetos de copa e cozinha; material de limpeza e desinfecção .	30 000,00
17 — Medicamentos e material de penso; produtos químicos e farmacêuticos; material de higiene e assepsia	30 000,00
18 — Vestuário, uniforme e equipamentos; artigos e peças accessórias; roupa de cama, mesa e banho, tecidos e artefatos	20 000,00
Total da Consignação II	280 000,00

Consignação III — Outras Despesas de Material

36 — Impressos de contrôle	700 000,00
37 — Cartões de apuração mecânica	2 000 000,00
40 — Material censitário não discriminado	100 000,00
Total da Consignação III	2 800 000,00
TOTAL DA VERBA 2 .	3 200 000,00

VERBA 3 — SERVIÇOS DE TERCEIROS

Consignação I — Conservação e Reparos

01 — Ligeiros reparos e adaptações; consêrto e conservação de bens móveis e imóveis	200 000,00
Total da Consignação I	200 000,00

Consignação II — Publicidade e Publicações

04 — Assinatura de órgãos oficiais e aquisição de publicações periódicas . .	3 000,00
05 — Assinatura de recortes, publicações de editais e avisos	7 000,00
09 — Serviços de encadernação	20 000,00
Total da Consignação II	30 000,00

Consignação III — Taxas de Serviços Públicos

12 — Assinatura de telefone e caixa postal, telefonemas interurbanos . .	20 000,00

	Cr$
13 — Iluminação, fôrça-motriz, gás e água	200 000,00
14 — Serviços postais, telegráficos e aéreos; radiogramas	10 000,00
Total da Consignação III	230 000,00
Consignação IV — Transportes e Viagens	
19 — Acondicionamento e embalagem; armazenagens, fretes, carretos, estivas e capatazias; alojamento de animais e estadia de veículos em garage	200 000,00
20 — Indenização por condução e transportes urbanos	10 000,00
21 — Passagens, transporte de pessoal e sua bagagem	20 000,00
Total da Consignação IV	230 000,00
Consignação V — Outros Serviços de Terceiros	
34 — Serviços médicos especializados	10 000,00
35 — Serviços de terceiros, não especificados	200 000,00
Total da Consignação V	210 000,00
TOTAL DA VERBA 3	900 000,00
VERBA 4 — ENCARGOS DIVERSOS	
Consignação I — Encargos Gerais	
05 — Despesas miúdas de pronto pagamento	4 000,00
09 — Representação social — recepções, excursões, hospedagem e homenagens	10 000,00
10 — Seguros de bens móveis, imóveis e outros	10 000 00
Total da Consignação I	24 000,00
Consignação II — Encargos Específicos	
13 — Aluguel de equipamento mecânico para apuração .	3 000 000,00
23 — Divulgação dos resultados censitários	1 500 000,00
51 — Quotas de presença às reuniões da J E C	110 000,00
52 — Quotas de despesa com a Administração Geral do I B G E	36 000,00
53 — Compromissos internacionais ligados ao Recenseamento	100 000,00
Total da Consignação II	4 746 000,00
TOTAL DA VERBA 4	4 770 000,00
VERBA 5 — EVENTUAIS	
Consignação I — Diversos	
01 — Despesas imprevistas	130 000,00
Total da Consignação I	130 000,00
TOTAL DA VERBA 5	130 000,00

RESUMO

VERBA 1 — Pessoal	21 000 000,00	70,0%
VERBA 2 — Material	3 200 000,00	10,7%
VERBA 3 — Serviços de Terceiros	900 000,00	3,0%
VERBA 4 — Encargos Diversos	4 770 000,00	15,9%
VERBA 5 — Eventuais	130 000,00	0,4%
TOTAL GERAL	30 000 000,00	100,0%

RESENHA

CURSO DE ESTATÍSTICA PARA FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL

De acôrdo com entendimentos entre as Presidências do Banco do Brasil e do I B G E, foi organizado, pelo Conselho Nacional de Estatística, um curso de estatística destinado aos funcionários do Departamento de Estatística, Estudos Econômicos e Divulgação, daquele estabelecimento

O ato da instalação realizou-se no dia 10 de dezembro último, no auditório do edifício-sede do I B G E, com a presença dos Presidentes da entidade, General DJALMA POLLI COELHO, e do Banco do Brasil, Sr RICARDO JAFFET, do Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística, Sr WALDEMAR LOPES, bem como de funcionários graduados do Instituto e da turma de alunos Falou, inicialmente, o General DJALMA POLLI COELHO, que assim se expressou:

"Ao abrir esta sessão, tenho a elevada honra de apresentar meus mais cordiais cumprimentos ao eminente Dr RICARDO JAFFET, Presidente do Banco do Brasil Quero congratular-me com V Ex ª, Senhor Presidente, pelo alto exemplo de sabedoria administrativa que V Ex ª está dando neste momento Pessoalmente comparece ao I B G E, para prestigiar a abertura de um curso de que o Banco do Brasil resolveu levar a efeito, com a nossa ajuda e com o fim de preparar um grupo de funcionários para as atividades estatísticas

Naturalmente isso se dá porque o Banco do Brasil reconheceu a conveniência de melhorar os seus trabalhos estatísticos, e para isso julgou necessário treinar os funcionários que deseja empregar nesses trabalhos É essa uma orientação que honra o Banco do Brasil e que desvanece o I B G E pelo fato de têrmos sido chamados a prestar êsse auxílio ao Banco que V Ex ª, com a sua notória capacidade e prestígio, está agora dirigindo, nesta difícil porém empolgante oportunidade, em que a Nação parece vai entrar em caminhos novos e mais promissores do que em qualquer das épocas passadas

Aspecto da mesa, na solenidade de instalação do Curso de Estatística destinado ao pessoal do Banco do Brasil, vendo-se, quando discursava, o General DJALMA POLLI COELHO, *Presidente do Instituto*

Pelo seu Departamento de Estatística, Estudos Econômicos e Divulgação, o Banco do Brasil se tornou um dos mais importantes órgãos consumidores da estatística que o I B G E. está encarregado de produzir e divulgar Desejamos que os funcionários que vão hoje iniciar um curso de 3 meses no I B G E, possam sair daqui satisfeitos e habilitados realmente para as tarefas que terão de desempenhar depois O I B G E lhes dará

tudo o que fôr necessário e que esteja dentro de suas possibilidades, fazendo votos, por meu intermédio, para que seja coroada de pleno êxito a iniciativa que ora é tomada pelo nosso mais importante estabelecimento bancário colocado pelo Govêrno sob a proficiente direção de V Exª, Senhor Dr RICARDO JAFFET"

A seguir, o Sr RICARDO JAFFET pronunciou o seguinte discurso:

"Agradecendo as palavras de V Exª, Senhor General DJALMA POLLI COELHO, queremos dizer de nossa satisfação pela acolhida, sumamente honrosa, com que fomos distinguidos, e manifestar-lhe, ao mesmo passo, a expressão de nosso reconhecimento pela valiosa colaboração que ora nos presta, proporcionando aos funcionários do Banco do Brasil a oportunidade de freqüentar o Curso de Estatística que êste Instituto organizou a nosso pedido

Acompanhamos de há muito as atividades do órgão a que V Exª tão sàbiamente preside, pois sempre reconhecemos fulgirem aqui, de par com a importância dêle em face dos nossos problemas demográficos, inestimáveis serviços de pesquisas e conclusões que propiciaram trabalhos de grande envergadura, como, por exemplo, o da padronização da estatística no Brasil

As diversas comissões que V Exª tem desempenhado, Senhor General POLLI COELHO, suas condecorações militares e as obras que escreveu, sôbre refletirem a consagração de uma vida ao engrandecimento da Pátria, pelo que de brasilidade resumem, alçaram-no, com justiça, ao elevado cargo que está a exercer, situando-o entre os mais prestimosos colaboradores do eminente Presidente VARGAS

Admiramos as iniciativas de V Exª porque as caracterizam sincero amor patriótico e excelente orientação técnica

Eis aí dois importantes fatôres de progresso: amor para com o Brasil e execução técnica O primeiro deve residir, sem dúvida, e sobretudo, no íntimo dos que recebem a incumbência de participar dos atos governamentais A exigência técnica, todavia, decorrência da vida moderna, requer não sòmente compreensão requintada, como ampla divulgação por todos os setores do trabalho Abrange-a parte da conhecida "reforma de base", que, num sentido mais vasto, vem realizando o Chefe do Govêrno Com efeito, penetra o Brasil nova era de administração técnica, em que, ao invés de se elegerem os lugares para os homens, procuram-se êstes, e até os formam, para o perfeito desempenho daqueles, empenhando-se o Govêrno na seleção ou preparação, rápida e eficiente, de tantos técnicos quantos indispensáveis ao cumprimento do programa que traçou, quando se propôs acelerar o ritmo de nosso progresso

Desde o início de nossa tarefa, como auxiliar de confiança do Exmo Sr Presidente da República, entendemos que o Banco do Brasil, para a execução dos encargos oficiais que lhe cumpre desempenhar, os quais, por sua natureza diversa e especializada, atingem quase todos os setores da vida nacional, precisava de um órgão central de estudos, cuja atuação objetivasse de maneira concreta o panorama de nossa política econômica

Assim considerávamos, quando, a 19 de julho último, em comunhão de vistas com os ilustres colegas de Diretoria, resolvemos reestruturar o atual Departamento, ora constituído por três setores distintos, o de Estatística, o de Estudos Econômicos e o de Divulgação, transformando-o num órgão técnico antes de tudo, com a finalidade de observar os fenômenos econômicos internos e externos e traçar planos à economia indígena

Mas, para atingir êsse propósito, necessitamos de um quadro de funcionários técnicos que, além do trabalho rotineiro, tenha, penetrando a realidade nacional, as atenções voltadas para as pesquisas e os estudos e cujos trabalhos sejam postos à disposição dos nossos diversos órgãos administrativos para deliberação definitiva

Êsse conjunto harmônico, dotado de elementos eficientes, constitui inovação que, estamos certos, permitirá um aproveitamento de proporções duradoras, não fácil de desvirtuar, que, esperamos, não sofrerá descontinuidade às arremetidas adversas

Dispensamo-nos, por evidente, de relembrar aqui o papel relevante que a estatística desempenha no êxito dos estudos econômicos e financeiros

Procuramos selecionar criteriosamente os funcionários que aqui estão como alunos, entregues à superior proficiência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, escolhidos dentre os mais estudiosos, com tendências manifestas para os encargos especializados; e o Curso que se inicia, sob a orientação de Professôres, que são lustres desta Casa, se destina — formando uns e aperfeiçoando outros — a aparelhar tècnicamente o quadro do nosso setor de Estatística

Alegra-nos poder contar com a cooperação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; e estamos certos de que, após o término das aulas, teremos no estabelecimento de crédito que dirigimos mais um grupo especializado e altamente patriótico, porque luta e marcha antevendo a vitória da recuperação econômica do Brasil"

Coube ao Professor LOURIVAL CÂMARA proferir a aula inaugural, que consistiu numa exposição acêrca da alta conveniência e oportunidade da formação de técnicos estatísticos, em especial no seio dos grupos dedicados ao estudo e observação das condições econômicas e financeiras do País

VISITA DE OFICIAIS-ALUNOS DA ESCOLA DE ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO AO I.B.G.E.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística recebeu, no dia 11 de dezembro, a visita de numerosa turma de oficiais-alunos da Escola de Estado-Maior do Exército

Acompanhados do Major LAURO ALVES PINTO, pertencente ao quadro de instrutores dêsse estabelecimento de altos estudos militares, percorreram os visitantes as dependências do Conselho Nacional de Geografia, onde foram recebidos pelo Coronel EDMUNDO GASTÃO DA

Visita de oficiais-alunos da Escola de Estado-Maior do Exército Em cima, no Serviço de Estatística Militar, um grupo de oficiais examina dados de interêsse das fôrças armadas. Em baixo, na Secção de Apuração Mecânica

CUNHA, Secretário-Geral da entidade, e seus auxiliares imediatos

Em seguida, estiveram no edifício-sede do Instituto, no qual funciona o Conselho Nacional de Estatística, tendo o Sr WALDEMAR LOPES, Secretário-Geral dêsse órgão, e funcionários graduados prestado esclarecimentos acêrca dos serviços em execução, principalmente os relacionados à coleta e sistematização de dados destinados às fôrças armadas

Terminada a visita, foi oferecido aos oficiais um "lunch", no restaurante do C N E, com a presença do General DJALMA POLLI COELHO, Presidente do I B G E, e altos funcionários da entidade

NATAL E ANO NOVO NA SECRETARIA-GERAL DO C.N E.

Como nos anos anteriores, o Natal foi comemorado na Secretaria-Geral do C N E, com farta distribuição de brinquedos e balas, seguindo-se uma sessão de cinema, com a exibição de filmes apropriados à infância

No dia 31, perante grande número de funcionários, reunidos no auditório da entidade, o Presidente do Instituto, General DJALMA POLLI COELHO, pronunciou o seguinte discurso:

"Quase no momento em que se encerra o ano de 1951, quero dizer algumas palavras aos funcionários do I B G E Minhas palavras se dirigem a todos, desde os mais modestos até os mais graduados

Com sete meses de exercício da Presidência, tendo visitado vários Estados, onde me inteirei da situação dos trabalhos geográficos e estatísticos, pude formar um juízo pessoal sôbre a realidade de nossas coisas

Confesso que, em alguns assuntos, a minha impressão não foi de todo boa Mas, em outros, foi muito boa Considero, por exemplo, excelente a disciplina existente nos nossos quadros Considero ótimo o espírito de colaboração que liga, dentro de cada Conselho, os diferentes órgãos Já tive, em Belo Horizonte, a oportunidade de elogiar essa espécie de "mística" que liga os espíritos ibgeanos

Nesta altura dos acontecimentos devo, entretanto, dizer-vos, com franqueza, que me tornei partidário de uma reorganização do I B G E, com o fim de torná-lo tècnicamente mais de acôrdo com a sua importante missão de fazer mapas e estatísticas Tanto os mapas como as estatísticas, que estamos produzindo, não se ajustam bem aos requisitos que deveriam ter para corresponderem às necessidades do Brasil

Daí a necessidade que sinto de um reajustamento

Êsse reajustamento, entretanto, deverá ser feito de acôrdo com uma norma Não será apressado além do possível, nem terá por fim prejudicar direitos de quem quer que seja

Vamos começar com a preparação de um maior número de técnicos em geografia, em cartografia e em estatística, dos quais estamos precisando muito Em seguida, vamos estudar um projeto de lei reorganizando a legislação técnica do Instituto, o qual levarei à apreciação do Sr Presidente da República e êste, se estiver de acôrdo, o encaminhará ao Congresso Nacional

Enquanto se desenvolvem os estudos dessas duas providências fundamentais, as cousas correrão como vão correndo

Espero que o ano de 1952 seja um ano feliz para todos nós Desejo, para cada um dos colaboradores do I.B G E, nos seus dois Conselhos, tôda felicidade pessoal que estendo às suas famílias

A Presidência tem a consciência de que alguma cousa foi feita, no sentido de melhorar as condições de vida de seus funcionários, especialmente dos que labutam no interior, nas Inspetorias e nas Agências de Estatística É possível que, no decorrer de 1952, ainda se possa fazer mais Isso é o meu desejo, meu e dos dois ilustres Secretários-Gerais aqui presentes

Creio que estamos todos de acôrdo em que devemos, sem pormos de lado os interêsses do Brasil, zelar também pelos nossos interêsses pessoais Mas deve ser sempre considerado, em primeiro lugar, o interêsse supremo do Brasil

Renovo, pois, a todos os funcionários do I B G E, às suas espôsas e aos seus esposos, aos seus filhos e aos seus parentes, os meus votos, mais amplos e mais cordiais, de muita saúde e felicidade "

Presentes os Secretários-Gerais do C N G e do C N E, Srs Coronel EDMUNDO GASTÃO DA CUNHA e WALDEMAR LOPES, falou êste último, relembrando o valor e o significado da obra realizada pelo Instituto, desde a sua fundação, e apresentou a todos os presentes votos de felicidades em 1952

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

Prosseguindo na Campanha de dotar as principais cidades do interior de bibliotecas, o Centro de Estudos de São Paulo, da Sociedade Brasileira de Estatística, inaugurou, em agôsto dêste ano, mais uma biblioteca do gênero, em Marília

Para a instalação dessa biblioteca, o Centro recebeu da família BENTO DE ABREU SAMPAIO VIDAL a doação da quantia de cinqüenta mil cruzeiros Em reconhecimento a êsse gesto, foi dado à nova biblioteca o nome daquele homem público

O ato da inauguração, que teve caráter solene, contou com a presença de numerosas personalidades de relêvo nos meios culturais e sociais de São Paulo Após agradecer a doação da família SAMPAIO VIDAL e tecer comentários acêrca das atividades do Centro, de que é Presidente, o Sr ROBERTO PAIVA MEIRA, Inspetor Regional de Estatística, passou a palavra ao Sr CRISTIANO ALTENFELDER SILVA, que foi seguido, na tribuna, pelo Presidente da Sociedade Rural Brasileira, Sr MÁRIO ROLIM TELES Em tôrno do tema "Deslocamento da

População Rural", o Professor ROBERTO PINTO DE SOUZA, da Faculdade de Ciências Econômicas e da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, fêz uma conferência que despertou grande interêsse dos presentes

Encerrando a solenidade, falou, em nome da família SAMPAIO VIDAL, em agradecimento à homenagem tributada ao patrono da biblioteca recém-inaugurada, o Sr JOAQUIM SAMPAIO VIDAL

JUNTA EXECUTIVA CENTRAL

Durante o período a que se refere o presente número da REVISTA, prosseguiram no ritmo habitual os trabalhos da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística

Na reunião do dia 5 de outubro, sob a presidência do General DJALMA POLLI COELHO, foram lidas mensagens de altas autoridades, agradecendo e retribuindo votos diversos, aprovados pela XI Assembléia-Geral do Conselho

Foram distribuídos, entre os presentes, exemplares do nº 3 do *Mensário Estatístico* do Serviço de Estatística Econômica e Financeira, do *Comércio Exterior do Brasil* (janeiro a junho), do mesmo Serviço, e *Sisal*, do Serviço de Estatística da Produção Por indicação do Sr WALDEMAR LOPES, Secretário-Geral, a Junta aprovou um voto de agradecimento ao Governador JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA, por haver baixado a lei que deu nova subordinação ao Departamento Estadual de Estatística e reestruturou as carreiras de Estatístico e Estatístico-Auxiliar Comunicou o Sr WALDEMAR LOPES que deveria chegar ao Brasil, até fins de outubro, o Diretor do Departamento de Estatística do Chile, convidado a visitar o nosso País e observar aspectos da organização e funcionamento do sistema estatístico nacional, tendo a Casa deliberado que a Secretaria-Geral preparasse o programa que julgasse mais conveniente Foram discutidos assuntos referentes à representação do Brasil à XXVII Sessão do Instituto Internacional de Estatística, a realizar-se na Índia, em dezembro do ano corrente

No mesmo dia, voltou a Junta a reunir-se, para o trato de assuntos censitários O Sr. TULO HOSTÍLIO MONTENEGRO, Diretor da Divisão Técnica do Serviço Nacional de Recenseamento, formulou comentários acêrca dos primeiros resultados do Censo Demográfico de Sergipe, cuja publicação, como dados preliminares, ia ser encaminhada, e distribuiu, entre os presentes, exemplares de um novo volume da série "Documentos Censitários", relativo à legislação básica do Censo de 1940 Tendo de seguir para o México, no desempenho de nova comissão diplomática, o Ministro CARLOS ALBERTO GONÇALVES apresentou suas despedidas, agradecendo as atenções de que fôra alvo por parte não só da Junta, como da Secretaria-Geral e do Instituto, e declarando que, onde quer que se encontrasse, continuaria prestando serviços à entidade, como vinha fazendo desde a fundação da mesma

O Presidente declarou que, interpretando os sentimentos da Casa, lamentava profundamente o afastamento do Ministro CARLOS ALBERTO GONÇALVES, formulando votos de agradecimentos pela cooperação emprestada aos trabalhos da Junta e de boa viagem e êxito em sua carreira diplomática Falou, ainda, o Sr WALDEMAR LOPES, que agradeceu, em seu nome e no do pessoal da Secretaria-Geral, as referências feitas pelo Ministro CARLOS ALBERTO GONÇALVES, propondo, com aprovação da Casa, um voto de agradecimentos ao Ministério das Relações Exteriores pelos bons serviços prestados ao Conselho pelo seu representante

Reuniu-se novamente a Junta, no dia 12, sob a presidência do Sr RUBENS PÔRTO, Vice-Presidente da entidade, na ausência eventual do Presidente, General DJALMA POLLI COELHO Por indicação do Sr MOACIR MALHEIROS, aprovou um voto de profundo pesar pelo falecimento do Professor EVERARDO BACKHEUSER, antigo Consultor-Técnico do Conselho O Sr GASTÃO QUARTIN PINTO DE MOURA declarou que desejava aproveitar a oportunidade de sua participação, pela última vez, nos trabalhos da Junta, para comunicar os resultados a que haviam chegado os esforços desenvolvidos pelo Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, para a uniformização dos dados referentes a índices de custo de vida Agradeceu, a seguir, as atenções recebidas de seus pares, apresentando suas despedidas Salientou o seu empenho em servir da melhor maneira à Estatística, declarando que se sentia desvanecido e continuava a ser um "ibgeano" A respeito da personalidade do Sr GASTÃO QUARTIN PINTO DE MOURA, falou o Comandante MANUEL RIBEIRO ESPÍNDOLA, que propôs, com aprovação da Casa, a suspensão dos trabalhos, por alguns instantes, para que os presentes pudessem despedir-se do antigo companheiro e acompanhá-lo até fora do recinto

A respeito da marcha dos trabalhos do Serviço Nacional de Recenseamento, fizeram várias comunicações os Srs TULO HOSTÍLIO MONTENEGRO e PAULO MESQUITA LARA, respectivamente, Diretores das Divisões Técnica e Administrativa daquele órgão Foram distribuídos, entre os presentes, exemplares do nº 43 do *Boletim Estatístico*, do Departamento Nacional do Café, e de uma publicação do Serviço de Estatística da Produção, sôbre os salários mais freqüentes dos trabalhadores de enxada, em 1949, bem como de tabelas relativas à produção brasileira de lã, entre 1944 e 1950

A reunião seguinte se verificou no dia 19, sob a presidência do General DJALMA POLLI COELHO Foram lidas várias mensagens dirigidas ao Conselho, dentre as quais um ofício do Chefe do Departamento Político e Econômico do Ministério das Relações Exteriores, comunicando que já havia sido transmitida à Organização dos Estados Americanos a informação

de que o Brasil estava interessado em tornar-se sede do Centro de Treinamento de Estatística Econômica

A Casa tomou conhecimento da relação dos membros da Delegação brasileira à XXVII Sessão do Instituto Internacional de Estatística, em Nova Delhi, a qual fôra organizada de acôrdo com as indicações recebidas pela Secretaria-Geral O Sr RAUL LIMA sugeriu que a Junta se pronunciasse quanto à Presidência da Delegação, que, a seu ver, deveria caber por todos os títulos, ao próprio Presidente do Instituto A Casa aprovou a indicação, por unanimidade, havendo alguns Conselheiros manifestado o pensamento, no mesmo sentido, de alguns elementos integrantes da Delegação Agradecendo o pronunciamento da Junta, o General DJALMA POLLI COELHO formulou votos para que a representação nacional realizasse, em Nova Delhi, um trabalho à altura do conceito em que é tido, no estrangeiro, o sistema estatístico brasileiro

No mesmo dia, ocorreu nova reunião, sob a presidência do General DJALMA POLLI COELHO, dedicada a assuntos censitários Foram lidos trechos de um discurso pronunciado pelo Vereador FREDERICO TROTA, na Câmara Municipal, com referências elogiosas ao Instituto, no qual o orador mencionou a presteza com que haviam sido fornecidas informações relativas aos resultados do Censo de 1950

O Sr TULO HOSTÍLIO MONTENEGRO fêz distribuir, entre os presentes, exemplares de um novo volume da série "Documentos Censitários", intitulado *Notas sôbre o Preparo da Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1950* A Junta discutiu, em seguida, diversos assuntos relacionados à economia interna da entidade

A reunião seguinte ocorreu no dia 26, assumindo a direção dos trabalhos o Sr RUBENS PÔRTO, na ausência eventual do General DJALMA POLLI COELHO

O Sr WALDEMAR LOPES declarou que assumira a direção do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho o Sr LAURO SODRÉ VIVEIROS DE CASTRO, o qual lhe solicitara transmitisse à Casa as suas excusas por não poder participar da reunião, em virtude de circunstâncias especiais Por indicação do orador, a Junta aprovou um voto de congratulações com o novo Conselheiro Por proposta do Sr MOACIR MALHEIROS, foi aprovada uma indicação, no sentido de que a Delegação brasileira à XXVII Sessão do Instituto Internacional de Estatística defendesse, através do seu Presidente, General DJALMA POLLI COELHO, a idéia de os serviços estatísticos das diversas nações adotarem o Esperanto, em suas publicações, simultâneamente com o idioma nacional respectivo A indicação está assim redigida:

"Considerando o apoio, manifestamente decisivo, que o I B G E , no âmbito de suas possibilidades, tem dado, de longo tempo e por várias formas, à causa da língua neutra, internacional, o Esperanto, não só dentro do País, como ainda no exterior, sendo de citar-se, quanto a êsse último aspecto, a denominada "Mensagem da Esperança", êste ano enviada à Organização dos Estados Americanos, a qual foi subscrita pelo Ex^mo Sr General DJALMA POLLI COELHO, já em sua qualidade de Presidente dêste Instituto;

considerando que a Assembléia-Geral de Estatística, em Resolução n° 470, de 10 de setembro último, mandando incorporar dita "Mensagem da Esperança" aos Anais do Conselho, simultâneamente dirigiu um apêlo às entidades nacionais e internacionais devotadas ao labor estatístico, no sentido de que desde logo adotem a prática de apresentar em Esperanto, bem como no idioma nacional respectivo, o texto de suas publicações destinadas a circular no estrangeiro;

considerando que êste Instituto já realizou, em 1947, publicação dêsse gênero, a *Sinopse Estatística do Brasil* relativa a 1946, embora trilingüe (português, esperanto, inglês), mas que, por isso mesmo, exemplifica a exeqüibilidade, por demais simples e de reduzido volume das preconizadas publicações em duas línguas;

considerando que o uso de uma língua comum concorrerá, evidentemente, para a uniformidade, nessa língua, das legendas das colunas de resultados estatísticos e, portanto, para a generalização universal dos conceitos fundamentais das apurações respectivas, aspecto êsse cuja importância é desnecessário encarecer;

considerando, finalmente, que o Ex^mo Sr General DJALMA POLLI COELHO, no dia mesmo de sua posse na Presidência dêste Instituto manifestou sua intenção de prestigiar a propaganda do Esperanto, pois lhe reconhecia o valor como instrumento de divulgação, entre outros povos, da estatística e da geografia brasileiras;

É sugerido:

— que a Delegação Brasileira, sob a presidência do Ex^mo Sr General DJALMA POLLI COELHO, à reunião internacional de estatística, a realizar-se em dezembro próximo em Nova Delhi, na Índia, apresente, naquele conclave, uma sugestão no sentido de que todos os serviços de estatística das diversas nações ali representadas, desde logo a adotem, nas publicações estatísticas destinadas ao conhecimento dos demais países, simultâneamente com a língua nacional respectiva, o idioma auxiliar, Esperanto, que sôbre ser um idioma neutro, é indiscutìvelmente o mais simples dos de âmbito internacional, e, portanto, o que melhor se presta como instrumento de divulgação universal imediata "

O Sr WALDEMAR LOPES comunicou a chegada, na véspera, ao Rio, do Sr LUIZ CÁRCAMO C , Diretor-Geral de Estatística do Chile, que, a convite do Instituto, viera observar a organização e funcionamento do sistema estatístico brasileiro e, em particular, aspectos da execução do Censo de 1950 Comunicou, ainda, o Secretário-Geral, que o Instituto Interamericano de Estatística, segundo ofício enviado ao Conselho, já havia recebido a informação oficial de que o Govêrno brasileiro se interessava pela instalação, no País, do Centro de Ensino de Estatística Econômica e Financeira, e que, em vista disso, viriam ao Brasil, para realizar entendimentos sôbre o assunto, os Srs FRANCISCO ABRISQUETA, Secretário-Geral do I A I I , e MAURICE LEVEN, Consultor sôbre Renda Nacional, do Departamento de Assuntos Econô-

micos da União Pan-Americana Informou também, que já havia sido feita a necessária comunicação ao Ministério das Relações Exteriores, a respeito da constituição da Delegação brasileira à reunião de Nova Delhi

A Junta estêve reunida, no mesmo dia, para o trato de assuntos censitários, sob a presidência do General DJALMA POLLI COELHO O Sr TULO HOSTÍLIO MONTENEGRO distribuiu exemplares de mais um trabalho da série "Documentos Censitários", intitulado *Legislação Básica dos Recenseamentos de 1872 e 1890* Informou, em seguida, que a Embaixada da Itália, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, solicitara o fornecimento de dados referentes ao nome e endereço dos italianos, no Brasil, segundo o que consta dos boletins do Censo Demográfico, tendo a direção do S N R comunicado ao Itamarati a impossibilidade em que se via de atender o pedido em causa, preliminarmente em virtude do dispositivo legal que estabelece o caráter estritamente confidencial das informações prestadas para fins censitários e, em segundo lugar, pelas dificuldades de ordem técnica e despesas de vulto que a pesquisa acarretaria

Ocorreu a reunião seguinte no dia 1º de novembro, sob a presidência do General DJALMA POLLI COELHO Após a leitura de mensagens de agradecimentos a votos aprovados pela Junta, congratulou-se esta com o Comandante MANUEL RIBEIRO ESPÍNDOLA, por haver sido distinguido com a passadeira de ouro pelo Govêrno da República, e com a direção da Estrada de Ferro Central do Brasil, pela criação, no seu Departamento de Assistência Social, de uma Inspetoria de Estatística — indicações, respectivamente, dos Srs Tenente-Coronel DURVAL CAMPÊLO DE MACEDO e AFONSO ALMIRO

O Secretário-Geral comunicou que o Deputado CELSO PEÇANHA pronunciara, na Câmara Federal, um discurso em que defendia a idéia do aumento de salários para o pessoal do Instituto, fazendo honrosas referências à obra da estatística brasileira A Junta aprovou um voto de agradecimento ao referido parlamentar, bem como ao Deputado JACOB FRANTZ, que tivera idêntico pronunciamento, na Assembléia Legislativa da Paraíba. O Sr RAUL LIMA cientificou a Casa de que a Estrada de Ferro Araraquara sustara, por portaria, a concessão de franquia telegráfica aos Agentes Municipais de Estatística A respeito, ficou assentado que a Secretaria-Geral examinaria o assunto e encaminharia as providências cabíveis

Em face de uma exposição do Sr AFONSO ALMIRO, acêrca da conveniência de serem centralizadas no Serviço de Estatística Econômica e Financeira as estatísticas do comércio e do movimento bancário, a Junta aprovou a indicação proposta pelo Sr WALDEMAR LOPES, no sentido de que fôsse encarada com todo interêsse a experiência, que poderia apresentar os melhores resultados Depois de deliberar a respeito de assuntos da economia interna da entidade, aprovou também as Resoluções nos 366, que "modifica a estrutura do Serviço de Coleta do Distrito Federal e dá outras providências", 367, que "modifica a estrutura da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Estado de Minas Gerais e dá outras providências", e 368, que "modifica a Tabela Numérica da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Estado do Maranhão"

Entre os presentes, foram distribuídas as seguintes publicações: *Indústria do Cimento — Principais características das emprêsas produtoras — 1950,* do Serviço de Estatística da Produção; *Mensário Estatístico,* do Serviço de Estatística Econômica e Financeira; e *Boletim Estatístico,* número de agôsto, do Departamento Nacional do Café

Outra reunião se realizou no mesmo dia, sob a presidência do General DJALMA POLLI COELHO, para a discussão de assuntos censitários O Sr GERMANO JARDIM apresentou as suas despedidas, por ter de embarcar no dia seguinte com destino à Europa e, em seguida, à Índia, oferecendo aos presentes exemplares de um trabalho que irá apresentar, na reunião de Nova Delhi, sôbre a estatística educacional brasileira

O Sr TULO HOSTÍLIO MONTENEGRO fêz distribuir exemplares da publicação da série "Seleções dos Principais Dados do Censo Demográfico", referentes ao Estado do Espírito Santo Informou que já se achava em provas os volumes relativos aos Estados de Sergipe e do Rio de Janeiro e, em composição, no Serviço Gráfico, os concernentes ao Rio Grande do Norte

Também destinada ao exame de assuntos censitários, a reunião subseqüente se realizou no dia 9, sob a presidência do Sr RUBENS PÔRTO, na ausência eventual do General DJALMA POLLI COELHO

O Sr SEBASTIÃO AIRES, Assistente do Diretor da Divisão Técnica do S N R , comunicou que haviam sido encaminhados ao Serviço Gráfico os originais da *Sinopse do Censo Demográfico de Sergipe* e entregues ao Prefeito do Distrito Federal quadros com os dados referentes às favelas

Por terem de embarcar no mesmo dia, à noite, com destino a Nova Delhi, como integrantes da Delegação brasileira à XXVII Sessão do Instituto Internacional de Estatística, apresentaram suas despedidas os Srs RAUL LIMA e RUBENS PÔRTO, aos quais o Sr MOACIR MALHEIROS formulou, em nome dos presentes, votos de boa viagem e êxito na missão que lhes fôra atribuída

Nova reunião foi efetuada no dia 16, sob a presidência do Sr RUBENS PÔRTO, na ausência eventual do General DJALMA POLLI COELHO Presente o novo representante do Ministério do Trabalho, Sr LAURO SODRÉ VIVEIROS DE CASTRO, o Presidente designou para saudá-lo o Secretário-Geral, que fazendo-o, aludiu ao regozijo da Casa e, especialmente, da Secretaria-Geral pelo retôrno do antigo companheiro de lides estatísticas Agradecendo, o Sr LAURO SODRÉ VIVEIROS DE CASTRO manifestou o propósito de dar ao Conselho a mesma cooperação de outros tempos

O Sr ARMÊNIO MESQUITA VEIGA, suplente do representante do Ministério da Agricultura, propôs um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr RENATO AMERICANO, Superintendente do Serviço Gráfico do Instituto Associando-se à homenagem, no seu próprio no-

me e no da Secretaria-Geral, o Sr WALDEMAR LOPES referiu-se à personalidade do extinto, salientando a sua dedicação, entusiasmo e eficiência a serviço do Instituto Frisou as qualidades de iniciativa, senso de responsabilidade e exemplar dedicação ao trabalho do Sr RENATO AMERICANO, em homenagem a cuja memória determinara o encerramento do expediente, no dia do entêrro, no Serviço Gráfico e na Secretaria-Geral, e pediu que a Junta autorizasse a Secretaria-Geral a custear os funerais O Presidente manifestou-se, também, a respeito da personalidade do extinto, recordando a sua energia e firmeza na defesa dos interêsses do Instituto, de que fôra testemunha mais de uma vez Falou, a seguir o Sr LAURO SODRÉ VIVEIROS DE CASTRO, que relembrou a velha amizade que o ligava ao Sr RENATO AMERICANO, lamentando a grande perda sofrida com o seu falecimento Por ter de viajar para a Índia, onde iria participar da XXVII Sessão do Instituto Internacional de Estatística, o Sr AFONSO ALMIRO apresentou despedidas, tendo o Presidente formulado votos, em nome da Junta, pelo êxito de suas atividades, na reunião de Nova Delhi

Foram aprovados, por indicação do Sr WALDEMAR LOPES, votos de congratulações com os Governos dos Estados de Alagôas, pela promulgação da Lei nº 1 556, que reestrutura o Departamento Estadual de Estatística, e do Rio de Janeiro, pela expedição de recente decreto reestruturando a Junta Executiva Regional de Estatística

Nova reunião teve lugar no dia 23, sob a presidência do General DJALMA POLLI COELHO, com a presença, na qualidade de convidados especiais, dos Srs FRANCISCO ABRISQUETA, Secretário-Geral, interino, do Instituto Interamericano de Estatística, e MAURICE LEVEN, técnico em estatísticas econômicas e renda nacional Os ilustres visitantes foram saudados pelo Presidente

Por indicação do Comandante MANUEL RIBEIRO ESPÍNDOLA, a Junta aprovou um voto de pesar pelo falecimento, em Belo Horizonte, do Sr HILDEBRANDO CLARK, Diretor do Departamento Estadual de Estatística de Minas Gerais Comunicando que, em virtude de motivos imperiosos, não poderia comparecer à reunião de Nova Delhi, o General POLLI COELHO lembrou, para substituí-lo na Presidência da Delegação Brasileira à XXVII Sessão do Instituto Internacional de Estatística, o nome do Sr RUBENS PÔRTO, com aprovação da Casa

O Sr TULO HOSTÍLIO MONTENEGRO fêz distribuir, entre os presentes, exemplares de um novo volume da série "Documentos Censitários", intitulado *Resoluções da Comissão Censitária Nacional (Recenseamento Geral de 1940)* e da *Seleção dos Principais Dados do Censo Demográfico do Estado de Sergipe* Informou que o S N R fornecera ao representante do Ministério da Guerra uma série de informações censitárias sôbre o Estado de Goiás, em virtude de pedido que a respeito fôra formulado, e que haviam sido encaminhados ao Prefeito do Distrito Federal dados censitários sôbre o estado de alfabetização da população das favelas Antes do encerramento dos trabalhos, o Sr FRANCISCO ABRISQUETA agradeceu, em seu nome e no do Sr MAURICE LEVEN, a recepção que a ambos fôra proporcionada

Outra reunião se verificou no dia 30, sob a presidência do General DJALMA POLLI COELHO Dentre as mensagens lidas, constou um ofício do Sr OSCAR DE SOUZA NEVES, Diretor Substituto do Serviço de Estatística Econômica e Financeira, comunicando que designara, para seu suplente, na Junta, o Sr ARNO JACY LORENZONI

O Sr TULO HOSTÍLIO MONTENEGRO fêz uma exposição a respeito do projeto de classificação de indústrias, bem como das observações e emendas apresentadas, a título de cooperação, por entidades públicas e privadas Deliberou a Junta, em seguida, aprovar o projeto, com as alterações propostas Ainda com a palavra, o Diretor da Divisão Técnica do S N R comunicou que o Prefeito de Belo Horizonte solicitara urgência para a divulgação dos dados censitários da Capital mineira Salientou que se achavam adiantados os trabalhos de apuração do censo de Belo Horizonte, mas que não era conveniente alterar o plano de divulgação já estabelecido Distribuiu o Sr TULO HOSTÍLIO MONTENEGRO um quadro contendo dados relativos à área e população dos Municípios do Estado de Alagoas, com a respectiva densidade por quilômetro quadrado Por último, fêz as seguintes comunicações: o Govêrno do Rio Grande do Norte solicitara a impressão suplementar de quinhentos exemplares da *Seleção dos Principais Dados Demográficos* referentes àquele Estado, por conta do erário estadual; já se encontravam em preparo os originais da seleção dos mesmos dados relativos ao Ceará, os quais seriam encaminhados ao Serviço Gráfico dentro dos próximos dias

A reunião seguinte ocorreu no dia 4 de dezembro, sob a presidência do General DJALMA POLLI COELHO O Sr ALBERTO MARTINS fêz distribuir exemplares de uma separata da *Revista Brasileira dos Municípios*, contendo um conjunto de quadros estatísticos sôbre melhoramentos urbanos nas sedes municipais Foram feitas várias comunicações pelo Secretário-Geral, inclusive quanto aos entendimentos verificados no tocante à possibilidade de instalação, no Brasil, do Centro de Ensino de Estatística Econômica e Financeira, já havendo a Secretaria-Geral preparado a proposta oficial a ser submetida ao Ministério das Relações Exteriores, para encaminhamento à Organização dos Estados Americanos

A Casa discutiu os projetos de Resolução que instituem o direito de veto total ou parcial, do Presidente do Instituto, a deliberações da Junta, e que cria a Auditoria da entidade Quanto ao primeiro dos referidos projetos, manifestaram-se os Srs Comandante RIBEIRO ESPÍNDOLA, ARMÊNIO VEIGA e ALBERTO MARTINS, havendo o último pedido vista do respectivo processo Sôbre o segundo, o Presidente encareceu a necessidade da providência alvitrada, após o que falou o Sr ALBERTO MARTINS, formulando observações a respeito Fizeram também uso da palavra os Srs Co-

mandante RIBEIRO ESPÍNDOLA e Major ÁLVARO BARBOSA

Por solicitação do Presidente, o Secretário-Geral formulou várias considerações, acentuando o seu ponto de vista de que o órgão cuja criação se propunha era indispensável à Presidência do Instituto Ficou o Sr WALDEMAR LOPES, por proposta do General DJALMA POLLI COELHO, incumbido da redação final do projeto

Nova reunião realizou-se no dia 7, assumindo a direção dos trabalhos o Comandante MANUEL RIBEIRO ESPÍNDOLA, na ausência do General DJALMA POLLI COELHO e do seu substituto legal, Sr RUBENS PÔRTO O Secretário-Geral comunicou o falecimento do Sr FILINTO RIBEIRO BRAGA, sogro do General POLLI COELHO, tendo a Junta aprovado um voto de pesar e a designação de uma comissão para apresentar condolências ao Presidente do Instituto, conforme indicação do Sr WALDEMAR LOPES

O Tenente-Coronel DURVAL CAMPÊLO DE MACEDO propôs, com aprovação da Casa, um voto de congratulações com a Marinha de Guerra, em virtude das próximas comemorações da Semana da Marinha e da chegada do novo cruzador "Barroso", adquirido nos Estados Unidos

O Sr WALDEMAR LOPES fêz algumas comunicações, dentre as quais a de que o Instituto Interamericano de Estatística ia conceder, no ano vindouro bôlsas de estudos sôbre estatísticas agrícolas, assunto para o qual solicitou a atenção do representante do Ministério da Agricultura

A Junta aprovou as seguintes Resoluções: n º 369, que "confirma a adesão do Conselho ao XI Congresso Brasileiro de Geografia", e 370, que "modifica a T N M da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Estado de Goiás" Foram distribuídos, entre os presentes, exemplares de duas publicações, do Serviço de Estatística da Produção, sôbre a produção agrícola do País nos anos de 1947 a 1951

No mesmo dia, voltou a Junta a reunir-se, ainda na direção dos trabalhos o Comandante RIBEIRO ESPÍNDOLA A Junta tomou conhecimento de um voto de congratulações da Assembléia Legislativa do Estado do Rio com o Instituto, pela divulgação eficiente e rápida assegurada aos resultados do último recenseamento

Foi aprovada a Resolução Censitária n º 25, que "autoriza destaques e suplementações de verbas"

A Junta reuniu-se novamente no dia 13, para o exame de assuntos censitários, sob a presidência do General DJALMA POLLI COELHO, que assinalou o comparecimento à Casa do Ministro MÁRIO GUIMARÃES, como representante do Ministério das Relações Exteriores, em substituição ao Ministro CARLOS ALBERTO GONÇALVES, solicitando ao Sr MOACIR MALHEIROS que, em nome da Casa, saudasse o novo Conselheiro O representante do Ministério da Viação ressaltou o alcance da cooperação prestada, desde a fundação do Instituto, pelo Ministro CARLOS ALBERTO GONÇALVES, e, apresentando os votos de boas-vindas ao Ministro MÁRIO GUIMARÃES, declarou que a Casa tinha razões para esperar de sua visão e experiência uma cooperação eficiente e dedicada, à altura dos seus méritos

Em agradecimento, o Ministro MÁRIO GUIMARÃES salientou o interêsse de estabelecer, na qualidade de Chefe da Divisão Cultural do Ministério das Relações Exteriores, a melhor articulação com o sistema estatístico brasileiro, com o objetivo de obter os elementos necessários à obra de difusão das realidades do País no estrangeiro

O Sr TULO HOSTÍLIO MONTENEGRO fêz distribuir, entre os presentes, exemplares da publicação intitulada *Seleção dos Principais dados do Censo Demográfico do Estado do Rio de Janeiro,* a quarta da série relativa às Unidades da Federação

No mesmo dia, realizou-se outra reunião, sob a presidência do General DJALMA POLLI COELHO O Sr MOACIR MALHEIROS transmitiu uma solicitação do Ministro da Viação, relativamente a dados sôbre a mortalidade infantil nos Estados do Nordeste

O Secretário-Geral comunicou o início, dias antes, do Curso de Estatística proporcionado pelo Conselho a funcionários do Banco do Brasil, e a realização de uma visita de oficiais-alunos da Escola de Estado-Maior do Exército ao Instituto

Após manifestarem-se diversos Conselheiros a respeito do projeto referente à criação da Auditoria do I B G E , a Junta aprovou a Resolução n º 371, com a seguinte ementa: "Cria a Auditoria do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e dá outras providências" Foram distribuídos, entre os presentes, dois quadros do Serviço de Estatística da Produção, um sôbre a produção brasileira de alguns produtos de origem mineral, e outro sôbre a produção nacional de guaraná, de 1930 a 1950

Nova reunião verificou-se no dia 21, sob a presidência do General DJALMA POLLI COELHO, dedicada a assuntos censitários

O Sr TULO HOSTÍLIO MONTENEGRO fêz distribuir exemplares de um novo volume da série "Documentos Censitários", intitulado *Resumo Histórico dos Inquéritos Censitários Realizados no Brasil,* bem como da *Seleção dos principais dados do Censo Demográfico no Rio Grande do Norte* Informou que já haviam sido publicados dezesseis volumes da série "Documentos Censitários", estando planejado o lançamento, em 1952, de três volumes por mês Quanto à série "Seleções", comunicou que se achava em provas o volume referente ao Estado do Ceará

A reunião seguinte teve lugar no dia 21, sob a presidência do General DJALMA POLLI COELHO

Foram lidas duas cartas, uma subscrita pelos Srs CARLOS SAN MARTIN e EDGAR DA COSTA AMORIM, nas quais são exteriorizadas impressões da visita que fizeram ao Serviço Gráfico, a convite do Presidente do Instituto Formulando observações sôbre o sistema contábil adotado no referido estabelecimento, os signatários reconhecem que a organização ali a respeito vigorante é modelar, motivo por que prestam expressiva homenagem à memória do

antigo Chefe daquele órgão, Sr RENATO AMERICANO

O Sr ALBERTO MARTINS registrou a passagem do vigésimo aniversário da celebração do Convênio de Estatísticas Educacionais e Conexas Por indicação do orador, a Casa aprovou votos de congratulações com o Ministro da Educação e Saúde, Chefes dos Executivos Estaduais, Secretários de Educação das Unidades da Federação e Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS, como o inspirador e realizador do Convênio Falando a respeito, o Sr WALDEMAR LOPES sugeriu que se estendessem os votos à Associação Brasileira de Educação, sob cujo patrocínio foi levado a efeito o referido Convênio, e ao Sr FRANCISCO DE CAMPOS, então titular daquela pasta, que muito contribuiu para a celebração do acôrdo Propôs, ainda, um voto de homenagem ao Serviço de Estatística da Educação e Saúde e um preito de respeito à memória da Sra ZAÍRA PINTO que, como funcionária do aludido Serviço, exercera papel relevante na execução do Convênio Essas indicações do Secretário-Geral foram igualmente aprovadas

Ainda com a palavra, o Sr WALDEMAR LOPES comunicou o regresso dos membros da Delegação brasileira à reunião de Nova Delhi, de cujos trabalhos a Junta teria notícia por intermédio do Sr RUBENS PÔRTO, que chefiara a Delegação Comunicou, também, o Secretário-Geral, que fôra eleito Vice-Presidente do Instituto Internacional de Estatística, por expressiva votação, o Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS, antigo Secretário-Geral do I B G E e membro permanente do C N E , propondo, com aprovação da Casa, um voto de regozijo pela distinção conferida ao nosso País, na aludida escolha

Foram aprovadas as seguintes Resoluções: nº 372, que "altera a tabela numérica de mensalistas da Inspetoria Regional de Estatística de São Paulo"; nº 373, que "modifica a Resolução nº 341, de 30 de dezembro de 1949, e dá outras providências"; nº 374, que "cria na T N M da I R de Minas Gerais a função isolada de provimento em comissão de Assistente-Chefe e dá outras providências"; e nº 375, que "dispõe sôbre o quadro de Agências Municipais de Estatística"

Novamente reuniu-se a Junta no dia 28, sob a presidência do General DJALMA POLLI COELHO

O Presidente comunicou que recebera um ofício da Secretaria da Presidência da República, solicitando parecer a respeito do Projeto de Lei que prevê o reajustamento automático dos salários, em função da elevação do custo da vida, e outro, do Vice-Presidente da Comissão Central de Preços, solicitando o levantamento pelo Instituto de estatísticas sôbre estoques de gêneros alimentícios Em seguida, proferiu palavras de saudação ao Sr VICENTE PAULO GATTI, que pela primeira vez participava dos trabalhos da Junta, na qualidade de suplente do Ministro MÁRIO GUIMARÃES, ausente da Capital Por proposta do Sr RUBENS PÔRTO, foi aprovado um voto de pesar pelo falecimento do Sr JUBÉ JÚNIOR, técnico da Fundação Getúlio Vargas Em seguida, o Sr RUBENS PÔRTO fêz breve relatório verbal sôbre as reuniões de Nova Delhi, esclarecendo que oportunamente apresentaria relatório circunstanciado, de cuja elaboração estavam incumbidos os Srs JOÃO DE MESQUITA LARA e GIORGIO MORTARA Agradeceu, mais uma vez, a honra da escolha de seu nome para a presidência da Delegação, em virtude de não ter podido comparecer o General DJALMA POLLI COELHO, e informou que os trabalhos da sessão do Instituto Internacional de Estatística foram levados a efeito num ritmo intenso, dêles participando ativamente a delegação brasileira Destacou, nesse particular, a atuação desenvolvida pelos Srs GIORGIO MORTARA e GERMANO JARDIM Declarou que tivera oportunidade de verificar, no curso das reuniões, o alto conceito em que é tida, no estrangeiro, a estatística nacional, acentuando que uma demonstração do prestígio do I B G E foi a expressiva eleição do seu antigo Secretário-Geral, Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS, para o cargo de Vice-Presidente do Instituto Internacional de Estatística Em seguida, o Professor GIORGIO MORTARA fêz uma apreciação sumária dos trabalhos de Nova Delhi, sob o aspecto técnico, ressaltando a importância da sessão daquela entidade internacional e apresentando uma resenha das principais comunicações discutidas Declarou que a delegação brasileira participara intensivamente das atividades do plenário e das diversas comissões, revelando espírito de equipe, com significativa unidade de pensamento, o que lhe assegurara autoridade e prestígio O Presidente disse que sentia vivo regozijo pelo esfôrço desenvolvido pelos delegados brasileiros e pelo êxito de sua atuação O Comandante RIBEIRO ESPÍNDOLA congratulou-se com a Casa pelas informações que acabara de receber, relativas à posição de destaque em que se colocara o Brasil numa reunião internacional Apresentou um projeto de Resolução, subscrito pelos três representantes dos Ministérios Militares, no qual se consignava a profunda satisfação da Junta pelo êxito da estatística nacional e se formulavam votos pela intensificação de seus trabalhos em proveito da administração pública e da pesquisa científica Solicitou, por fim, dispensa dos interstícios regimentais para que o projeto fôsse discutido na mesma sessão A Casa deliberou atender a essa solicitação O Sr ALBERTO MARTINS declarou que se solidarizava com as expressões de regozijo do Comandante RIBEIRO ESPÍNDOLA, acentuando a sua satisfação pessoal por verificar que contribuíra, de algum modo, para o êxito da delegação brasileira, quando se empenhara para que dela participasse o Sr GERMANO JARDIM O Sr RAUL LIMA disse que, como membro da Delegação, desejava registrar o seu depoimento pessoal sôbre a atuação desenvolvida pelo respectivo presidente, Sr RUBENS PÔRTO, que, com exemplar eficiência, assegurara condições de prestígio e autoridade à mesma delegação Salientou também a atuação dedicada do Sr GERMANO JARDIM, bem como a cooperação prestada pelo Professor ALFRED SAUVY, ilustre técnico francês que ainda recentemente visitou o Rio e se tornou um verdadeiro amigo do Brasil O Presidente declarou que um ponto da exposição feita pelo Professor GIORGIO MORTARA lhe merecia particular

atenção: o referente a uma comunicação apresentada à reunião de Nova Delhi, quanto à introdução da estatística matemática no currículo do ensino secundário Salientou que a sugestão era digna de estudo, no Brasil, por parte dos responsáveis pela orientação do ensino nacional Na segunda parte da ordem do dia, o Sr WALDEMAR LOPES comunicou que, de acôrdo com o que deliberara a Junta na reunião anterior, encaminhara à Comissão Especial de Tomada de Contas os projetos de Resolução referentes à vida financeira do Conselho Fêz breve exposição sôbre os critérios adotados na elaboração orçamentária e no preparo dos referidos projetos, matemáticos que, constando do respectivo processo, fôra devidamente examinada pela referida Comissão Informou que ficaria à disposição dos Conselheiros para prestar quaisquer esclarecimentos sôbre o assunto O Sr ALBERTO MARTINS, solicitou, e obteve, dispensa dos interstícios para que os projetos fôssem imediatamente votados O Comandante RIBEIRO ESPÍNDOLA, em nome da Comissão, louvou o trabalho apresentado pela Secretaria-Geral O Sr WALDEMAR LOPES agradeceu as expressões do depoimento do representante do Ministério da Marinha Em seguida, foram postos em discussão e votação, sucessivamente, os referidos projetos de Resolução Aprovados, transformaram-se em Resoluções, com os seguintes números e ementas: n º 376 — "Modifica a distribuição orçamentária prevista na Resolução n º 360, de 23 de fevereiro de 1951"; n º 377 — "Dispõe sôbre a distribuição do auxílio concedido aos órgãos regionais para o exercício de 1952"; n º 378 — "Aprova o orçamento da Caixa Nacional de Estatística Municipal, para o exercício de 1952"; n º 379 — "Aprova o orçamento do Serviço Gráfico do Conselho Nacional de Estatística, para o exercício de 1952"; n º 380 — "Autoriza destaque e suplementação de verbas no orçamento do Conselho Nacional de Estatística, para o exercício de 1951"; e n º 381 — "Orça as despesas da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística para o exercício de 1953" Entrou em discussão e votação, sucessivamente, o projeto de Resolução apresentado pelos representantes dos Ministérios Militares Êsse projeto foi aprovado e tomou o número 382, com a seguinte ementa: "Formula pronunciamentos a propósito da participação do Brasil nas Conferências Internacionais de Estatística de Nova Delhi e Calcutá" Os Srs RUBENS PÔRTO e RAUL LIMA declararam as suas ressalvas quanto ao que a Resolução contivesse de referência à atuação que individualmente desenvolveram nas reuniões de Nova Delhi O Sr MOACIR MALHEIRO propôs que se registrasse um voto de regozijo e louvor pelos trabalhos realizados na Secretaria-Geral do Conselho no decurso de 1951, voto extensivo ao funcionalismo e acompanhado de felicidades para o próximo ano O Sr ALBERTO MARTINS sugeriu que o voto se estendesse a todos quantos colaboram na obra da estatística brasileira e, ainda, ao Conselho Nacional de Geografia Aprovada a indicação, o Sr WALDEMAR LOPES, em nome do funcionalismo do Conselho e em seu nome pessoal, agradeceu a manifestação da Junta Acentuou que o êxito dos trabalhos do Conselho se devia a fatôres diversos, entre êles a prestigiosa assistência que lhes assegurava o Sr Presidente, a eficiente cooperação da Junta, a colaboração constante dos diversos órgãos, federais e regionais, do sistema e a dedicação exemplar dos servidores da Secretaria-Geral, a cujo espírito de equipe muito ficava a dever o Conselho Concluiu expressando a sua gratidão pelas renovadas provas de aprêço e de confiança que pessoalmente merecera da Junta e, em particular, de cada um dos seus membros componentes Foram distribuídas na Casa cópias de quadros do Serviço de Estatística da Produção sôbre a produção brasileira de origem animal (1940 a 1950), gado abatido (1940 a 1950), produção brasileira de cêra de abelha (1945 a 1950) e de mel de abelha (1945 a 1950)

A reunião seguinte verificou-se no mesmo dia, sob a presidência do General DJALMA POLLI COELHO

O Sr TULO HOSTÍLIO MONTENEGRO, depois de justificar a ausência do Sr PAULO MESQUITA LARA, fêz distribuir entre os presentes exemplares do n º 45 do "Boletim de Comunicações do S N R " e de um quadro contendo os resultados gerais do recenseamento da Argentina, realizado em 1947 Em seguida, fêz as seguintes comunicações: I — Vai ser extinto o Setor de Recepção do S N R , em virtude da conclusão das respectivas tarefas; II — Encerraram-se as inscrições para a prova interna destinada à seleção de datilógrafos, com 56 candidatos Em prosseguimento, entrou em discussão o projeto de Resolução referente ao orçamento do S N R , com parecer favorável da Comissão Especial de Tomada de Contas, que foi aprovado, por unanimidade, transformando-se em Resolução Censitária n º 26, com a seguinte ementa: "Dispõe sôbre as despesas com o Sexto Recenseamento Geral do Brasil, no exercício de 1952" O Sr ALBERTO MARTINS formulou uma consulta sôbre a alteração verificada nas tabelas de resultados do Censo Demográfico: em vez de "estado civil", que é a expressão consagrada, "estado conjugal" O Sr TULO HOSTÍLIO MONTENEGRO informou que a inovação fôra feita no Recenseamento de 1940, tendo sido longamente estudado o assunto quando do planejamento do de 1950 Solicitou permissão para apresentar em outra reunião uma informação circunstanciada sôbre o assunto Depois de falarem, a respeito, alguns Conselheiros, a Junta deliberou atender à solicitação do Diretor da Divisão Técnica do S N R

SERVIÇOS ESTATÍSTICOS REGIONAIS

Alagoas — O Governador do Estado sancionou, em outubro último, a Lei nº 1 566, de 25 do referido mês, que reestrutura o Departamento Estadual de Estatística, cujo texto vai abaixo reproduzido:

"Art 1º — O Departamento Estadual de Estatística (D E E), subordinado, administrativamente ao Governador do Estado, obediente à orientação técnica do Conselho Nacional de Estatística (C N E) e filiado ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (I B G E), tem por finalidade apurar, elaborar e divulgar as estatísticas relativas ao âmbito do Estado

Art 2º — O D E E fica constituído dos órgãos seguintes:

I — Secção de Estatística Fisiográfica (S E F)
II — Secção de Estatística Econômica (S E E)
III — Secção de Estatística Demográfica, Social, Cultural e Administrativa (S E S)
IV — Secção de Estatística Militar (S E M)
V — Secretaria (S)

Art 3º — O Diretor do D E E será nomeado, em comissão, pelo Chefe do Poder Executivo Estadual, dentre os técnicos especializados em estatística, preferentemente pertencente ao Quadro Único do Estado ou de outras repartições nacionais de Estatística

Art 4º — As secções técnicas serão chefiadas por funcionários do Quadro Único do Estado, especializados em estatística, designados pelo Chefe do Poder Executivo, mediante indicação do Diretor do D E E

§ 1º — Poderão ser designados para as secções técnicas servidores de outras repartições de estatística nacional, quando colocados à disposição do Estado

§ 2º — O Secretário do D E E será designado pelo respectivo Diretor

Art 5º — Os órgãos técnicos e administrativos do D E E funcionarão coordenadamente, sob a direção e contrôle do Diretor, em regime de mútua colaboração, tendo em vista o aproveitamento integral dos recursos materais e do pessoal de cada um e a uniformidade dos trabalhos para a completa execução das suas finalidades

Art 6º — Compete às quatro primeiras secções referidas no Artigo 2º (S E F , S E E , S E S e S E M), a crítica, a apuração, a elaboração e a interpretação, bem como a ordenação e guarda dos documentos de levantamento das estatísticas que lhes estão afetas, constantes do esquema fundamental do I B G E , conforme planos do Conselho Nacional de Estatística e as disposições do Regimento Interno do D E E

Art 7º — A S E M é um órgão colaborador do Conselho de Segurança Nacional e das Fôrças Armadas Brasileiras

Art 8º — As atribuições do atual Serviço de Administração (S A), extinto com a presente lei, ficam transferidas para a Secretaria do D E E

Art 9º — Os serviços técnicos serão divididos e executados por meio de carteiras especializadas, na conformidade do Regimento Interno e das instruções que forem expedidas pelo Diretor

Art 10 — Dentro de 60 dias, a partir da publicação desta lei, será baixado o Regimento Interno do D E E

Parágrafo único — O Regimento disciplinará as atividades do D E E , tendo em vista, especialmente, o disposto no Convênio Nacional de Estatística ratificado pelo Decreto-lei nº 2 755, de 29 de maio de 1942 e ainda as disposições da Convenção Nacional de Estatística aprovadas pelo Decreto nº 2 193, de 31 de agôsto de 1936

Art 11 — Fica criada e incorporada ao Quadro Único do Estado, com lotação no D E E , a função de Chefe da Secção de Estatística Militar, mediante a gratificação anual de Cr$ 3 600,00 (três mil e seiscentos cruzeiros)

Art 12 — Para atender às despesas decorrentes desta lei, no atual exercício, ficam transferidas, na Verba 18, do Orçamento vigente importâncias de umas para outras subconsignações, de acôrdo com a seguinte discriminação:

Da subconsignação nº 4	Cr$	500 00
Da subconsignação nº 7	Cr$	500,00
Da subconsignação nº 8	Cr$	1 100,00
Para a subconsignação nº 2	Cr$	2 100,00

Art 13 — Revogam-se as disposições em contrário "

— O Departamento Estadual de Estatística publicou, em agôsto último, mais um número do seu "Boletim", no qual são divulgados elementos estatísticos referentes às situações fisiodemográfica, econômica, social e cultural do Estado

Rio de Janeiro — O Governador ERNANI DO AMARAL PEIXOTO expediu, em 1º de novembro último, o decreto nº 4 039 dando nova organização à Junta Executiva Regional de Estatística e cujo texto e o seguinte:

"Art 1º — Fica reestruturada na forma do presente decreto a Junta Executiva Regional de Estatística (J E R E)

Art 2º — A J E R E é o órgão central deliberativo do sistema estatístico regional, integrante da Secretaria do Govêrno e coordenado com o Conselho Nacional de Estatística (C N E) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (I B G E)

Art 3º — Compete à J E R E :

I — zelar, no Estado, pelo cumprimento da Convenção Nacional de Estatística e demais convênios específicos, bem como pela execução das deliberações de caráter técnico oriundas do I B G E ;

II — sugerir ao Govêrno do Estado as alterações de regulamentos que os serviços de

Estatística forem exigindo para o seu devido aperfeiçoamento orgânico;

III — propor aos órgãos competentes as providências necessárias ao normal desenvolvimento dos serviços estatísticos;

IV — fixar planos de colaboração entre o Departamento Estadual de Estatística e os organismos filiados ao sistema do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

V — designar comissões técnicas necessárias ao estudo de assuntos especiais, notadamente dos que se destinarem a exame da Assembléia-Geral do C N E ;

VI — sugerir o aperfeiçoamento dos registros públicos ou particulares, a que a estatística precise recorrer;

VII — propor a instituição progressiva de registros, quer públicos, quer particulares, quer sejam úteis ao serviço estatístico;

VIII — promover, por todos os meios ao seu alcance, a prática do ensino e do cultivo da Estatística;

IX — patrocinar a criação de círculos ou núcleos de estudos estatísticos de matérias intimamente ligadas à estatística, especialmente Economia, Sociologia, História e Geografia;

X — cooperar com o órgão competente na organização dos programas de Estatísticas de cursos que porventura venham a instituir-se e orientar a elaboração dos programas dessa disciplina, nos mesmos e nos concursos públicos;

XI — elaborar os programas destinados aos concursos de ingressos nas carreiras de Estatístico e Estatístico-auxiliar, tendo em vista as exigências da alínea *d* da Cláusula vigésima oitava, do Capítulo IV, da Convenção Nacional de Estatística;

XII — fixar normas referentes à obtenção de uniformidade nos resultados estatísticos do Estado e evitar a duplicidade de inquéritos;

XIII — editar as Resoluções da J E R E ;

XIV — examinar e aprovar o emprêgo da verba do auxílio anual do I B G E

Art 4 º — A J E R E compõe-se de:

I — o Secretário de Estado do Govêrno, como Presidente nato;

II — o Diretor do Departamento Estadual de Estatística, como Secretário nato;

III — o Inspetor Regional de Estatística;

IV — um representante credenciado do Estado-Maior da Região Militar;

V — um representante credenciado da Marinha de Guerra

Art 5 º — São assessôres da J E R E os chefes de serviços do D E E , bem como os diretores ou chefes de repartições ou serviços regionais especializados, que, apenas, funcionarão quando convocados pelo Presidente

Art 6 º — O Presidente, em seus impedimentos, será substituído pelo Secretário

Art 7 º — No impedimento do Secretário nato o Presidente escolherá um dos membros presentes para secretariar os trabalhos

Art 8 º — As funções de membro da J E R E , serão gratuitas, constituindo porém, título de relevante benemerência pública que deverá constar dos assentamentos dos funcionários que o possuírem

Art 9 º — A J E R E , reunir-se-á, ordinàriamente, no primeiro dia útil de cada quinzena e extraordinàriamente, quando convocada pelo Presidente

Art 10 — A J E R E , reger-se-á pelo Regimento Interno mandado adotar pela Assembléia-Geral do C N E constante da Resolução n º 4, de 29 de dezembro de 1936, atendidas as modificações posteriores

Art 11 — Êste decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário "

PROFESSOR EVERARDO BACKHEUSER

Sofreu grave perda a cultura nacional, com o falecimento, a 10 de outubro último, nesta Capital, do Professor EVERARDO BACKHEUSER, *a quem se ficaram devendo assinalados serviços em diferentes especialidades, notadamente nos domínios da Pedagogia e das ciências geopolíticas*

Nascido em Niterói, a 28 de maio de 1879, o Professor EVERARDO BACKHEUSER *terminou os estudos secundários em 1896, diplomando-se, em 1901, pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro Dedicando-se, cedo, ao magistério, integrou, desde 1907, os quadros docentes dessa Escola Regeu, ali, durante dezenas de anos de ininterrupta atividade, as cadeiras de geometria descritiva, construção, arquitetura e higiene, mineralogia, geologia e botânica*

A ampla cultura do Professor EVERARDO BACKHEUSER, *servida por invejável lastro humanista, permitiu-lhe incursionar, com brilho, em diferentes setores do conhecimento, inclusive no largo e fascinante campo da ciência geográfica e ramos afins, que também lecionou em dezenas de estabelecimentos de ensino*

Pertencente a numerosas entidades culturais e científicas, em muitas delas distinguido em postos honoríficos, no País e no estrangeiro, exerceu várias e honrosas comissões relacionadas às especialidades nas quais era autoridade sempre ouvida com respeito e acatamento

Antigo membro da Sociedade Brasileira de Geografia, o Professor EVERARDO BACKHEUSER *ia ser homenageado, no dia seguinte ao do de-*

senlace, com o título de sócio de honra da entidade Deixou enorme acervo de obras, em volumes e publicações periódicas de cunho científico, dentre as quais a Revista Brasileira de Geografia *e a REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA Integrava o Professor* EVERARDO BACKHEUSER *o quadro de Consultores-Técnicos do Conselho Nacional de Geografia (Secção XXXVII — Geografia do litoral)*

Casado em segundas núpcias, deixou viúva a Sra ALCINA BACKHEUSER *e um filho maior de seu primeiro matrimônio*

RENATO AMERICANO

Com o falecimento, na madrugada de 13 de novembro, de RENATO AMERICANO, *perdeu o I B G E um dos seus mais antigos e dedicados colaboradores Superintendente do Serviço Gráfico desde a fundação do Instituto, sua morte constituiu motivo do mais profundo pesar para os servidores da Estatística brasileira e para quantos privavam de sua amizade*

Nascido em Juiz de Fora, aí fêz seus primeiros estudos e igualmente começou suas atividades públicas Em sua terra natal e, mais tarde, em Belo Horizonte, dedicou-se à imprensa, fundando, na capital mineira, pequeno estabelecimento gráfico que logo progrediu, graças ao seu trabalho e às suas iniciativas

Passando a residir no Rio de Janeiro, prosseguiu nas mesmas atividades profissionais, com o estabelecimento que para aqui transferiu, dando-lhe maior desenvolvimento, inclusive com a organização de uma editôra Várias obras de valor científico, literário e didático foram, por êle, dadas à publicidade Interessando-se particularmente pelos assuntos pedagógicos, fundou, em 1936, a revista Infância e Juventude, *publicação especializada em assuntos didáticos e em cujas páginas colaboraram escritores e pedagogos de nomeada*

Fundado o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística foi RENATO AMERICANO *chamado a colaborar na organização da nova entidade, cabendo-lhe dirigir o incipiente Serviço Gráfico, então constituído Neste pôsto sua dedicação tornou-se inexcedível, orientando tècnicamente o preparo das edições do Instituto e dando crescente impulso aos objetivos do órgão que fôra confiado à sua capacidade de trabalho e à sua competência Assim, durante mais de quinze anos, dedicou-se inteiramente ao Serviço Gráfico do I B G E, que lhe deve, pois, inestimável cooperação ao desenvolvimento de suas atividades publicitárias*

Coube-lhe, no exercício do cargo de Superintendente do Serviço Gráfico, realizar a ampliação dêsse órgão, com as novas instalações adquiridas em Parada de Lucas Aí iniciou e realizou uma obra não sòmente de maior aperfeiçoamento técnico como, igualmente, de caráter social, o que assinala, de modo mais sensível, sua passagem pela chefia do Serviço Gráfico

RENATO AMERICANO *faleceu aos 53 anos de idade, deixando, viúva, a Sra* ZULMIRA PACHECO AMERICANO, *e os seguintes filhos:* RENATO PACHECO AMERICANO, *Assistente do Serviço Gráfico,* JOAQUIM PACHECO AMERICANO, *Chefe de Secção da Secretaria-Geral do C N E, senhoritas* ELISABETH, REGINA *e* MIRIAM *e o estudante* OTO PACHECO AMERICANO *Várias homenagens foram prestadas pelo I B G E à memória do seu saudoso colaborador, por ocasião do enterramento e, posteriormente, em reunião da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística*

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

ANO XII, Ns. 45 a 48 — 1951

ÍNDICE GERAL

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVITZ, MOSES — Inventories and Business Cycles — National Bureau of Economic Research — New York, 1950 — Redação — N° 45, pág 99

ARROW, KENNETH J — Social Choice and Individual Values — John Wiley and Sons, Inc — New York, 1951 — Redação — N° 45, pág 238

BANCO DO BRASIL — Relatório de 1950 — Rio, 1951 — Redação — N° 47, pág 342

BOULDING, KENNET E — A Reconstruction of Economics — John Wiley and Sons, Inc — New York, 1950 — Redação — N° 45, pág 96

CANSADO, ENRIQUE — Muestreo Estadístico — Instituto Nacional de Estadística — Madri, 1950 — Lourival Câmara — N° 46, pág 236

COCHRAN, WILLIAM G , e COX, GERTRUDE M — Experimental Designs — John Wiley and Sons, Inc — New York, 1950 — Redação — N° 45, pág 97

COMRIE, L J — Barlow's Tables — Chemical Publishing Co , Inc — Brooklyn, New York, 1950 — Redação — N° 45, pág 98

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA — Serviço Nacional de Recenseamento — VI Recenseamento Geral do Brasil — Censo Demográfico — Seleção dos Principais Dados — Serviço Gráfico do I B G E — Rio, 1951 — Redação — N° 48, pág 476

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA — Serviço Nacional de Recenseamento — Documentos Censitários — Rio, 1951 — Redação — N° 47, pág 342

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA — Serviço Nacional de Recenseamento — Documentos Censitários — Rio, 1951 — Redação — N° 48, pág 476

CRIMES E CONTRAVENÇÕES (DISTRITO FEDERAL), 1947 — Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política — Serviço Gráfico do I B G E — Rio de Janeiro, 1950 — Redação — N° 45, pág 99

DALENIUS, TORE — A Design for a General Purpose Sample in Sweden — Economic Cooperation Administration — Woshington D C — 1951 — Lourival Câmara — N° 47, pág 341

DAVID, F N — Probability Theory for Statistical Methods — Cambridge University Press — Cambridge, 1951 — Redação — N° 46, pág 238

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA DO RIO GRANDE DO SUL — Anuário Estatístico da Exportação — Pôrto Alegre, 1950 — Redação — N° 45, pág 99

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA DO RIO GRANDE DO SUL — Finanças Públicas — Pôrto Alegre, 1950 — Redação — N° 46, pág 240

FELLER, WILLIAM — An Introduction to Probability Theory and its aplications — John Wiley and Sons, Inc — New York, 1950 — Redação — N° 46, pág 237

HOEL, PAUL G — Introduction to Mathematical Statistics — John Wiley and Sons, Inc — New York, 1950 — Redação — N° 45, pág 98

HOGBEN, LANCELOT — Chance and Choice — Chanticleer Press — New York, 1950 — Redação — N° 45, pág 99

IL BRASILE D'OGGI — Ministério das Relações Exteriores — Rio de Janeiro, 1951 — Redação — N° 45, pág 100

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — Comércio (Separata do Anuário Estatístico do Brasil, ano XI, 1950) — Serviço Gráfico do I B G E — Rio de Janeiro, 1950 — Redação — N° 45, pág 100

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — Divisão Territorial do Brasil — Serviço Gráfico do I B G E — Rio de Janeiro, 1951 — Redação — N° 46, pág 239

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — Documentos Censitários — Rio de Janeiro, 1951 — Redação — N° 46, pág 239

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — Estatística Agrícola n°s 3 e 4 (Estudos de Estatística Teórica e Aplicada) — Serviço Gráfico do I B G E — Rio de Janeiro, 1950 — Redação — N° 46, pág. 239

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — Estudos de Estatística Agrícola n° 11 — Serviço Gráfico do I B G E — Rio, 1951 — Redação — N° 48, pág 475

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — Estudos de Estatística Teórica e Aplicada — Estatística Agrícola n° 12 — Serviço Gráfico do I B G E — Rio, 1951 — Redação — N° 48, pág. 475

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — Estudos de Estatística Teórica e Aplicada — Estatística Demográfica n° 10 (Pesquisas sôbre a Natalidade no Brasil) — Serviço Gráfico do I B G E — Rio, 1950 — Redação — N° 48, pág 475

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — Estudos de Estatística Teórica e Aplicada — Estatística Demográfica n° 11 (Estudos sôbre a composição da

População do Brasil segundo a côr) — Serviço Gráfico do I B G E — Rio, 1950 — Redação — N º 48, pág 476

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — Estudos de Estatística Teórica e Aplicada — Estatística Demográfica n º 12 (Pesquisas sôbre os Diversos Grupos de côr nas Populações do Estado de São Paulo e Distrito Federal) — Serviço Gráfico do I B G E — Rio, 1951 — Redação — N º 48, pág 475

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — Sinopse Estatística do Município do Recife — Serviço Gráfico do I B G E — Rio de Janeiro, 1951 — Redação — N º 46, pág 240

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — Sinopse Preliminar do Censo Demográfico — Serviço Gráfico do I B G E — Rio de Janeiro, 1951 — Redação — N º 46, pág 239

INSTITUTO NACIONAL LE ESTATÍSTICA — Matemática y Estadística (Conferencias de Preparación) — Madri, 1950 — Redação — N º 47, pág 342

LLOYD BRASILEIRO — Relatório de 1949 — Rio de Janeiro, 1950 — Redação — N º 45, pág 100

LUTZ, R R — Graphic Presentation Simplified — Funk & Wagnalls Company — New York, 1950 — Redação — N º 45, pág 97

MADOW, WILLIAM G — Teoria dos Levantamentos por Amostragem — Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, 1950 — Lourival Câmara — N º 47, pág 340

MADOW, WILLIAM G — Teoria dos Levantamentos por Amostragem — Instituto Nacional de Estatística — Centro de Estudos Econômicos — Lisboa, 1950 — Redação — N º 46, pág 238

MILBANK MEMORIAL FUND — Problems in the Collection and Comparability of International Statistics — Milbank Memorial Fund — New York, 1950 — Redação — N º 45, pág 97

MUNROE, M E — Theory of Probability — McGraW-Hill Book Company — New York 1951 — N º 46, pág 237

NEYMAN, J — First Course in Probability and Statistics — Henry Holt and Company — New York, 1950 — Redação — N º 45, pág 98

NISSELSON, HAROLD — Aplicación de los Metodos de Muestreo en la Elaboración de Censos — Contraloria General de la República — Bogotá, 1950 — Lourival Câmara — N º 46, pág 234

R A FISHER — Contributions to Mathematical Statistics — John Wiley and Sons, Inc — New York, 1950 — Redação — N º 45, pág 96

RICE, WILLIAM B — Control Charts in Factory Management — John Wiley and Sons, Inc — New York, 1950 — Redação — N º 46, pág 237

TANG P C — Course in Sampling — Latin American Training Center for Agricultural Statistics (F A O) — San José de Costa Rica, 1951 — Lourival Câmara — N º 47, pág 341

TIPPETT, L H C — Technological Applications of Statistics — John Wiley and Sons, Inc — New York, 1950 — Redação — N º 46, pág 237

DEMOGRAFIA

AGLOMERAÇÕES URBANAS, NO BRASIL SEGUNDO O CENSO DE 1950 (AS) — Ernani Thimoteo de Barros — N º 48, pág 391

EVOLUÇÃO PROVÁVEL DO ALFABETISMO NA POPULAÇÃO BRASILEIRA DURANTE O PERÍODO DE 1940 A 1950 — Secção de Estudos e Análises, do Serviço de Estatística da Educação e Saúde — ("Estudos e Sugestões") — N º 46, pág 199

OBJETOS E MÉTODOS DA DEMOGRAFIA — Giorgio Mortara — N º 46, pág 127

INFORMAÇÕES GERAIS

DADOS SÔBRE A POPULAÇÃO MUNDIAL EM 1950 — Redação — N º 48, pág 474

Ver BIBLIOGRAFIA — N º 46, pág 239; N º 48, págs 475 e 476

ECONOMIA

DIMENSÕES DA EMPRÊSA E DO ESTABELECIMENTO NA INDUSTRIA SALINEIRA DO RIO GRANDE DO NORTE (AS) — Giorgio Mortara — ("Estudos e Sugestões") — N º 46, pág 215

NUMEROS-ÍNDICES DAS QUANTIDADES E DOS PREÇOS DO PRODUTOR DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS NO ANO DE 1949 — Sérgio Nunes de Magalhães Júnior — ("Estudos e Sugestões") — N º 47, pág 319

NÚMEROS-ÍNDICES DAS QUANTIDADES E DOS PREÇOS DO PRODUTOR DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL NOS ANOS DE 1948 E 1949 — Sérgio Nunes de Magalhães Júnior — ("Estudos e Sugestões") — N º 47, pág 321

NÚMEROS-ÍNDICES DAS QUANTIDADES E DOS PREÇOS DO PRODUTOR DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA INDÚSTRIA EXTRATIVA VEGETAL PARA OS ANOS DE 1946--1949 — José Bastos Távora — ("Estudos e Sugestões") — N º 48, pág 449

NÚMEROS-ÍNDICES DAS QUANTIDADES E DOS PREÇOS DO PRODUTOR DOS PRINCIPAIS PRODTOS DE ORIGEM ANIMAL NOS NOS DE 1946-1949 — José Bastos Távora — ("Estudos e Sugestões") — N º 48, pág 463

NÚMEROS-ÍNDICES DAS QUANTIDADES E DOS VALORES MÉDIOS UNITÁRIOS DAS PRINCIPAIS MERCADORIAS DO COMÉRCIO DE CABOTAGEM NO ANO DE 1949 — Sérgio de Magalhães Júnior — ("Estudos e Sugestões") — N.º 47, pág 324
NÚMEROS-ÍNDICES DAS QUANTIDADES E DOS VALORES MÉDIOS UNITÁRIOS DAS PRINCIPAIS MERCADORIAS EXPORTADAS E IMPORTADAS NO ANO DE 1949 — Sérgio Nunes de Magalhães Júnior — ("Estudos e Sugestões") — N.º 47, pág 328
NÚMEROS-ÍNDICES DAS QUANTIDADES E DOS VALORES MÉDIOS UNITÁRIOS DE 30 MERCADORIAS DO COMÉRCIO DE CABOTAGEM NOS ANOS DE 1946-1950 — José Bastos Távora — ("Estudos e Sugestões") — N.º 48, pág 467
NÚMEROS-ÍNDICES DAS QUANTIDADES E DOS VALORES MÉDIOS UNITÁRIOS DE 24 MERCADORIAS EXPORTADAS NOS ANOS DE 1946-1950 — José Bastos Távora — ("Estudos e Sugestões") — N.º 48, pág 458
NÚMEROS-ÍNDICES DAS QUANTIDADES E DOS VALORES MÉDIOS UNITÁRIOS DE 65 MERCADORIAS IMPORTADAS NOS ANOS E 1946-1950 — José Bastos Távora — ("Estudos e Sugestões") — N.º 48, pág 452
INFORMAÇÕES GERAIS
CACAU NA ECONOMIA BRASILEIRA (O) — Redação — N.º 45, pág 91
CARVÃO E PEDRA NO DECÊNIO 1941-1950 (O) — Redação — N.º 48, pág 473
ESTIMATIVAS DE RENDA NACIONAL — Redação — N.º 45, pág 94
MERCADO BRASILEIRO DE CARNES (O) — Redação — N.º 46, pág 228
MERCADO BRASILEIRO DE CIMENTO (O) — Redação — N.º 47, pág 334
PRODUÇÃO MUNDIAL DE CARVÃO — Redação — N.º 46, pág 232
PRODUÇÃO MUNDIAL DE MINÉRIO DE FERRO — Redação — N.º 47, pág 338
Ver BIBLIOGRAFIA — N.º 45, págs 96, 99 e 100; N.º 46, págs 237 e 238; N.º 47, pág 341
Ver RESENHA — N.º 47, pág 371

EDUCAÇÃO

CURSO INTERAMERICANO DE AMOSTRAGEM — Redação — ("A Estatística na América") — N.º 45, pág 84
EVOLUÇÃO PROVÁVEL DO ALFABETISMO NA POPULAÇÃO BRASILEIRA DURANTE O PERÍODO DE 1940-1950 — Secção de Estudos e Análises do Serviço de Estatística da Educação e Saúde — ("Estudos e Sugestões") — N.º 46, pág 199
INFORMAÇÕES GERAIS
Ver RESENHA — N.º 45, pág 117; N.º 47, pág 364; N.º 48, pág 493

ESTATÍSTICA

CURSO INTERAMERICANO DE AMOSTRAGEM — Redação — ("A Estatística na América") — N.º 45, pág 84
RECOMENDAÇÕES BÁSICAS SÔBRE AMOSTRAGEM — Redação — ("Estudos e Sugestões") — N.º 45, pág 85
SÔBRE ALGUNS TÊRMOS DISCUTIDOS DO VOCABULÁRIO ESTATÍSTICO — Octávio A L Martins — N.º 48, pág 384
INFORMAÇÕES GERAIS
Ver BIBLIOGRAFIA — N 46, págs 239 e 240; N.º 48, págs 475 e 476
Ver RESENHA — N.º 47, pág 369; N.º 48, pág 493
METODOLOGIA
CURSO DE ESTATÍSTICA — CAPÍTULO IV — ELEMENTOS DE AMOSTRAS E ESTIMATIVA — C E Dieulefait — N.º 45, pág 3
INICIAÇÃO ESTATÍSTICA — AJUSTAMENTO ESTATÍSTICO — O Alexander de Moraes — ("Noções de Metodologia") — N.º 45, pág 65
MÉTODOS DE AMOSTRAGEM EM CENSOS E LEVANTAMENTOS — Frank Yates — N.º 47, pág 279
Ver BIBLIOGRAFIA — N.º 45, págs 97, 98 e 99; N.º 46, págs 234, 236, 237 e 238; N.º 47, pág 340; N.º 48, pág 475
ORGANIZAÇÃO
COMISSÃO DE APERFEIÇOAMENTO DAS ESTATÍSTICAS NACIONAIS — Redação — ("A Estatística na América") — N.º 47, pág 307
ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ESTATÍSTICA OFICIAL NOS ESTADOS UNIDOS — Elaborada pela "Division of Statistical Standards" — ("A Estatística na América") — N.º 46, pág 184
Ver RESENHA — N.º 46, págs 268 e 269

A ESTATÍSTICA NA AMÉRICA

CENSO CANADENSE DE 1951 (O) — Redação — N.º 48, pág 447
COMISSÃO DE APERFEIÇOAMENTO DAS ESTATÍSTICAS NACIONAIS — Redação — N.º 47, pág 307
CURSO INTERAMERICANO DE AMOSTRAGEM — Redação — N.º 45, pág 84
INSTITUTO INTERAMERICANO DE ESTATÍSTICA — Redação — N.º 45, pág 83

ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ESTATÍSTICA OFICIAL NOS ESTADOS UNIDOS — (Elaborada pela "Division of Statistical Standards") — N.º 46, pág 184

FINANÇAS

INFORMAÇÕES GERAIS
ESTIMATIVAS DA RENDA NACIONAL — Redação — N.º 45, pág 94
Ver BIBLIOGRAFIA — N.º 46, pág 240

GEOGRAFIA

Ver BIBLIOGRAFIA — N.º 45, pág 100; N.º 46, pág 239

INFORMAÇÕES GERAIS

BRASIL — N.º 45, pág 91; N.º 46, pág 228; N.º 47, pág 334; N.º 48, pág 473
ESTRANGEIRO — N.º 45, pág 94; N.º 46, pág 232; N.º 47, pág 338; N.º 48, pág 474

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

INFORMAÇÕES GERAIS
Ver RESENHA — N.º 45, pág 115; N.º 46, págs 243 e 250; N.º 48, págs 495 e 496

INSTITUTO INTERAMERICANO DE ESTATÍSTICA

Ver A ESTATÍSTICA NA AMÉRICA — N.º 45, pág 83

LEGISLAÇÃO

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA — Resolução n.º 351, de 19 de dezembro de 1950 (Autoriza destaque e suplementação de verbas, no orçamento do Conselho Nacional de Estatística para o exercício de 1950) — N.º 45, pág 101 Resolução n.º 352, de 19 de dezembro de 1950 (Dispõe sôbre a alienação de veículos adquiridos para fins do Recenseamento Geral de 1950) — N.º 45, pág 102 Resolução n.º 353, de 19 de dezembro de 1950 (Dispõe sôbre a concessão de licença especial aos servidores da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística) — N.º 45, pág 103 Resolução n.º 354, de 29 de dezembro de 1950 (Modifica a distribuição orçamentária prevista na Resolução n.º 345, de 7 de fevereiro de 1950) — N.º 45, pág 103 Resolução n.º 355, de 29 de dezembro de 1950 (Dispõe sôbre a distribuição do auxílio concedido aos órgãos regionais para o exercício de 1951) — N.º 45, pág 105 Resolução n.º 356, de 29 de dezembro de 1950 (Aprova o orçamento da Caixa Nacional de Estatística Municipal, para o exercício de 1951) — N.º 45, pág 106 Resolução n.º 357, de 29 de dezembro de 1950 (Aprova o orçamento do Serviço Gráfico do Conselho Nacional de Estatística, para o exercício de 1951) — N.º 45, pág 106 Resolução n.º 358, de 29 de dezembro de 1950 (Cria, no Quadro Permanente da Secretaria-Geral, o cargo de Assessor-Técnico do Conselho Nacional de Estatística) — N.º 45, pág 107 Resolução n.º 359, de 29 de dezembro de 1950 (Cria, na Secretaria-Geral do Conselho, o Laboratório de Estatística e dá outras providências) — N.º 45, pág 107 Resolução n.º 360, de 23 de fevereiro de 1951 (Orça as despesas da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística para o exercício de 1952) — N.º 45, pág 108 Resolução Censitária n.º 15, de 7 de dezembro de 1950 (Dispõe sôbre a aplicação de recursos destinados à execução do Sexto Recenseamento Geral do Brasil) — N.º 45, pág 110 Resolução Censitária n.º 16, de 19 de dezembro de 1950 (Autoriza destaque e suplementações de verbas) — N.º 45, pág 110 Resolução Censitária n.º 17, de 19 de dezembro de 1950 (Dispõe sôbre as despesas com o Sexto Recenseamento Geral do Brasil, no exercício de 1951) — N.º 45, pág 111 Resolução Censitária n.º 18, de 12 de janeiro de 1951 (Regula o provimento das funções de Auxiliar-Técnico Especializado do Serviço Nacional de Recenseamento) — N.º 45, pág 113 Resolução Censitária n.º 19, de 12 de janeiro de 1951 (Transforma em Subdivisão de Documentação e Divulgação e Subdivisão de Propaganda do Serviço Nacional de Recenseamento) — N.º 45, pág 113 Resolução Censitária n.º 20, de 9 de fevereiro de 1951 (Dispõe sôbre o provimento de funções do Serviço Nacional de Recenseamento) — N.º 45, pág 114 Resolução n.º 362, de 4 de maio de 1951 (Autoriza o Presidente do Instituto a aceitar a doação de imóvel situado na cidade do Saboeiro, no Estado do Ceará) — N.º 46, pág 241 Resolução n.º 363, de 11 de maio de 1951 (Extingue, no quadro permanente da Secretaria-Geral, o cargo de Procurador) — N.º 46, pág 241 Resolução Censitária n.º 21, de 20 de março de 1951 (Dispõe sôbre o provimento de funções do Serviço Nacional de Recenseamento) — N.º 46, pág 241 Resolução Censitária n.º 22, de 22 de junho de 1951 (Aprova as contas referentes ao Sexto Recenseamento Geral do Brasil no exercício de 1950) — N.º 46, pág 242 Resolução da Décima Primeira Sessão Ordinária da Assembléia-Geral do Conselho Nacional de Estatística — N.º 47, pág 343 Resolução Censitária n.º 23, de 28 de junho de 1951 (Dispõe sôbre o provimento da função de Auxiliar-Técnico Especializado do Serviço Nacional de Recenseamento) — N.º 47, pág 344

Resolução Censitária n º 24, de 21 de setembro de 1951 (Autoriza destaques e suplementações de verbas) — N º 47, pág 345 Resolução n º 364, de 3 de agôsto de 1951) (Modifica o orçamento da "Caixa Nacional de Estatística Municipal" — N º 47, pág 344 Resolução n º 365, de 3 de agôsto de 1951 (Reclassifica funções em comissão nas Tabelas Numéricas de Mensalistas das Inspetorias Regionais de Mato Grosso, Minas Gerais e Paraíba) — N º 47, pág 344 Resolução n º 366, de 1 º de novembro de 1951 (Modifica a estrutura do Serviço de Coleta do Distrito Federal da Secretaria-Geral e dá outras providências) — N º 48, pág 477 Resolução n º 367, de 1 º de novembro de 1951 (Modifica a estrutura da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Estado de Minas Gerais e dá outras providências) — N º 48, pág 478 Resolução n º 368, de 1 º de novembro de 1951 (Modifica a Tabela Numérica de Mensalistas da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Estado do Maranhão) — N º 48, pág 478 Resolução n 369, de 7 de dezembro de 1951 (Confirma a adesão do Conselho ao XI Congresso Brasileiro de Geografia) — N º 48, pág 478 Resolução n º 370, de 7 de dezembro de 1951 (Modifica a T N M da Inspetoria Regional de Estatística Municipal no Estado de Goiás) — N º 48, pág 478 Resolução n º 371, de 13 de dezembro de 1951 (Cria a Auditoria do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e dá outras providências) — N º 48, pág 479 Resolução n º 372, de 21 de dezembro de 1951 (Altera a Tabela Numérica de Mensalistas da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Estado de São Paulo e dá outras providências) — N º 48, pág 480 Resolução n º 373, de 21 de dezembro de 1951 (Modifica a Resolução n º 341, de 30 de dezembro de 1949, desta Junta, e dá outras providências) — N º 48, pág 481 Resolução n º 374, de 21 de dezembro de 1951 (Cria na T N M da I R de Minas Gerais a função isolada de provimento em comissão de Assistente-Chefe e dá outras providências) — N º 48, pág 482 Resolução n º 375, de 21 de dezembro de 1951 (Dispõe sôbre o quadro de Agências Municipais de Estatística) — N º 48, pág 482 Resolução n º 376, de 28 de dezembro de 1951 (Modifica a distribuição orçamentária prevista na Resolução n º 360, de 23 de fevereiro de 1951) — N º 48, pág 482 Resolução n º 377, de 28 de dezembro de 1951 (Dispõe sôbre a distribuição do auxílio concedido aos órgãos regionais para o exercício de 1952) — N º 48, pág 484 Resolução n º 378, de 28 de dezembro de 1951 (Aprova o orçamento da Caixa Nacional de Estatística Municipal, para o exercício de 1952) — N º 48, pág 485 Resolução n º 379, de 28 de dezembro de 1951 (Aprova o orçamento do Serviço Gráfico do Conselho Nacional de Estatística, para o exercício de 1952) — N º 48, pág 485 Resolução n º 380, de 28 de dezembro de 1951 (Autoriza destaque e suplementação de verbas, no orçamento do Conselho Nacional de Estatística, para o exercício de 1952) — N º 48, pág 486 Resolução n º 381, de 28 de dezembro de 1951 (Orça as despesas da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística para o exercício de 1953) — N º 48, pág 487 Resolução n º 382, de 28 de dezembro de 1951 (Formula pronunciamentos a propósito da participação do Brasil nas Conferências Internacionais de Estatística de Nova Delhi e Calcutá) — N º 48, pág 489 Resolução Censitária n º 25, de 7 de dezembro de 1951 (Autoriza destaques e suplementações de verbas) — N º 48, pág 490 Resolução n º 26, de 28 de dezembro de 1951 (Dispõe sôbre as despesas com o Sexto Recenseamento Geral do Brasil, no exercício de 1952) — N º 48, pág 490

MATEMÁTICA

INTRODUÇÃO À MATEMÁTICA — ESTUDO DA NATUREZA DO CONHECIMENTO MATEMÁTICO — Carrol V Newsom — ("De Ontem e de Hoje") — N º 45, pág 70

MUNICÍPIO

Ver BIBLIOGRAFIA — N º 46, pág 240

POLÍTICA

BASE LEGAL DO RECENSEAMENTO GERAL DE 1950 — Alberto Passos Guimarães — ("De Ontem e de Hoje") — N º 46, pág 164

Ver RESENHA — N º 46, pág 262

RECENSEAMENTO

AGLOMERAÇÕES URBANAS NO BRASIL, SEGUNDO O CENSO DE 1950 (AS) — Ernani Thimoteo de Barros — N º 48, pág 391

BASE LEGAL DO RECENSEAMENTO GERAL DE 1950 — Alberto Passos Guimarães — ("De Ontem e de Hoje") — N º 46, pág 164

CENSO CANADENSE DE 1951 — Redação — ("A Estatística na América") — N º 48, pág 447

DIVISÃO DO DISTRITO FEDERAL EM QUADROS URBANO, SUBURBANO E RURAL, PARA FINS CENSITÁRIOS — Serviço Nacional de Recenseamento — ("De Ontem e de Hoje") — N º 47, pág 292

INFORMAÇÃO SÔBRE O SEXTO RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL — Tulo Hostílio Montenegro — ("De Ontem e de Hoje") — N º 48, pág 433

LEMBRANÇAS DE CARNEIRO FELIPPE — Giorgio Mortara — N.º 45, pág 53
MÉTODOS DE AMOSTRAGEM EM CENSOS E LEVANTAMENTOS — Frank Yates — N.º 47, pág 279
Ver BIBLIOGRAFIA — N.º 46, págs 234 e 239; N.º 47, pág 342; N.º 48, pág 476
Ver RESENHA — N.º 45, pág 117; N.º 47, pág 371

RESENHA

ABRAHAM WALD — Redação — N.º 46, pág 275
ASSEMBLÉIA-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (XI) — Redação — N.º 47, pág 347
CAMPANHA NACIONAL DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR — Redação — N.º 47, pág 368
CENSO DA INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE BORRACHA — Redação — N.º 47, pág 371
CENTENÁRIO DE AURELIANO PORTUGAL — Redação — N.º 46, pág 268
CONSTITUCIONALIDADE DO SÊLO DE ESTATÍSTICA — Redação — N.º 46, pág 262
CURSO DE ESPERANTO — Redação — N.º 45, pág 117
CURSO DE ESTATÍSTICA MATEMÁTICA — Redação — N.º 47, pág 369
CURSO DE ESTATÍSTICA PARA FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL — Redação — N.º 48, pág 493
DÉCIMO-QUINTO ANIVERSÁRIO DO I B G E — Redação — N.º 46, pág 250
INAUGURADO EM BELO HORIZONTE, UM BUSTO DE ZAMENHOF — Redação — N.º 45, pág 117
INSTITUTO BRASILEIRO DE ATUÁRIA — Redação — N.º 45, pág 118
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — Redação — N.º 45, pág 115; N.º 46, pág 243
JUNTA EXECUTIVA CENTRAL — Redação — N.º 45, pág 118; N.º 46, pág 269; N.º 47, pág 371; N.º 48, pág 497
MENSAGEM PRESIDENCIAL E O I B G E (A) — Redação — N.º 45, pág 115
MINISTRO FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA VIANA — Redação — N.º 45, pág 124
MINISTRO PHILADELPHO DE AZEVEDO — Redação — N.º 46, pág 275
NAIR LOURENÇO DA SILVA — Redação — N.º 47, pág 381
NATAL E ANO BOM NA SECRETARIA-GERAL DO C N E — Redação — N.º 48, pág 496
PROFESSOR ALFRED SAUVY — Redação — N.º 47, pág 366
PROFESSOR EVERARDO BACKHEUSER — Redação — N.º 48, pág 505
PROFESSOR FRANK YATES — Redação — N.º 47, pág 369
PROFESSOR JOSÉ CARNEIRO FELIPPE — Redação — N.º 45, pág 122
RECENSEAMENTO GERAL DE PORTUGAL (IX) — Redação — N.º 45, pág 117
RENATO AMERICANO — Redação — N.º 48, pág 506
RESTABELECIDO O CONVÊNIO DE ESTATÍSTICA COM A PREFEITURA DE SANTOS — — Redação — N.º 46, pág 269
SEMINÁRIO DE APURAÇÃO MECÂNICA — Redação — N.º 47, pág 364
SERVIÇOS ESTATÍSTICOS MUNICIPAIS — Redação — N.º 45, pág 122; N.º 47, pág 381
SERVIÇOS ESTATÍSTICOS REGIONAIS — Redação — N.º 45, pág 120; N.º 46, pág 274; N.º 47, pág 380; N.º 48, pág 504
SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA — Redação — N.º 47, pág 375; N.º 48, pág 496
UNIFORMIZAÇÃO ESTATÍSTICA NO MINISTÉRIO DA FAZENDA — Redação — N.º 46, pág 268
VICENTE NORBERTO DA CRUZ GUANABARINO — Redação — N.º 45, pág 123
VISITA AO SERVIÇO GRÁFICO DO I B G E — Redação — N.º 47, pág 370
VISITA DE OFICIAIS-ALUNOS DA ESCOLA DE ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO AO I B G E — Redação — N.º 48, pág 495
VISITOU A INSPETORIA REGIONAL DE SÃO PAULO O SR ADHEMAR DE BARROS — Redação — N.º 45, pág 116

SOCIOLOGIA

HOMEM — FATOR SUPREMO DA SEGURANÇA NACIONAL (O) — Castro Barretto — N.º 46, pág 149
Vei BIBLIOGRAFIA — N.º 45, págs 99 e 100; N.º 46, pág 238; N.º 48, págs 475 e 476

VULTOS DA ESTATÍSTICA BRASILEIRA

ANTÔNIO PAULINO LIMPO DE ABREU — Redação — N.º 46, pág 163
DOMINGOS SOARES FERREIRA PENA — Redação — N.º 48, pág 430
JOSÉ FLORIANO DE SAMPAIO VIANA — Redação — N.º 47, pág 291
PROFESSOR JOSÉ CARNEIRO FELIPPE — Redação — N.º 45, pág 63

ÍNDICE DE AUTORES

BARRETTO, Castro
Homem — Fator Supremo da Segurança Nacional (O) — N° 46, pág 149.

BARROS, Ernani Thimoteo de
Aglomerações Urbanas no Brasil, segundo o Censo de 1950 (As) — N° 48, pág 391

CÂMARA, Lourival
Cansado, Enrique — *Muestreo Estadístico — Instituto Nacional de Estadística — Madri, 1950* — N° 46, pág 236
Dalenius, Tore — *A Design for a General Purpose Sample in Sweden Economic Cooperation Administration — Washington, D' C , 1951* — N° 47, pág 341
Madow, William G — *Teoria dos Levantamentos por Amostragem — Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, 1950* — N° 47, pág 340
Nisselson, Harold — *Aplicación de los Metodos de Muestreo en la Elaboración de Censos — Contraloria General de la República — Bogotá, 1950* — N° 46, pág 234
Tang, P C. — *Course in Sampling — Latin American Training Center for Agricultural Statistics (F A O) — San José de Costa Rica, 1951* — N° 47, pág 341

DIEULEFAIT, C E
Curso de Estatística — Capítulo IV — Elementos de Amostras e Estimativa — N° 45, pág 3

GUIMARÃES, Alberto Passos
Base Legal do Recenseamento Geral de 1950 — N° 46, pág 164

MAGALHÃES JÚNIOR, Sérgio Nunes de
Números-Índices das Quantidades e dos Preços do Produtor dos Principais Produtos Agrícolas no Ano de 1949 — N° 47, pág 319
Números-Índices das Quantidades e dos Preços do Produtor dos Principais Produtos da Indústria Extrativa Mineral nos Anos de 1948 e 1949 — N° 47, pág 321.
Números-Índices das Quantidades e dos Valores Médios Unitários das Principais Mercadorias do Comércio de Cabotagem no Ano de 1949 — N° 47, pág 324
Números-Índices das Quantidades e dos Valores Médios Unitários das Principais Mercadorias Exportadas e Importadas no Ano de 1949 — N° 47, pág 328

MARTINS, Octávio A L
Sôbre Alguns Têrmos Discutidos do Vocabulário Estatístico — N° 48, pág 384

MORTARA, Giorgio
Dimensões da Emprêsa e do Estabelecimento na Indústria Salineira do Rio Grande do Norte (As) — N° 46, pág 215
Lembranças de Carneiro Felippe — N° 45, pág 53
Objetivos e Métodos da Demografia — N° 46, pág 127

MONTENEGRO, Tullio Hostílio
Informação Sôbre o Sexto Recenseamento Geral do Brasil — N° 48, pág 433

MORAES, O Alexander de
Iniciação Estatística — Ajustamento Estatístico — N° 45, pág 65

NEWSON, Carrol V
Introdução à Matemática — Estudo da Natureza do Conhecimento Matemático — N° 45, pág 70.

TÁVORA, José Bastos
Números-Índices das Quantidades e dos Preços do Produtor dos Principais Produtos da Indústria Extrativa Vegetal para os Anos de 1946-1950 — N° 48, pág 449
Números-Índices das Quantidades e dos Valores Médios Unitários de 30 Mercadorias do Comércio de Cabotagem nos Anos de 1946-1950 — N° 48, pág 467
Números-Índices das Quantidades e dos Valores Médios Unitários de 24 Mercadorias Exportadas nos Anos de 1946-1950 — N.° 48, pág 458
Números-Índices das Quantidades e dos Preços do Produtor dos Principais Produtos de Origem Animal nos Anos de 1946-1950 — N° 48, pág 463
Números-Índices das Quantidades e dos Valores Médios Unitários de 65 Mercadorias Importadas nos Anos de 1946-1950 — N° 48, pág 452

YATES, Frank
Métodos de Amostragem em Censos e Levantamentos — N° 47, pág 279

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

QUADRO EXECUTIVO DO CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
(Repartições Centrais em 30 - IX - 1951)

ORGANIZAÇÃO FEDERAL:

Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política — Ministério da Justiça e Negócios Interiores.
Diretor — *RUBENS D'ALMADA HORTA PÔRTO*

Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda
Diretor — *AFFONSO ALMIRO RIBEIRO DA COSTA JÚNIOR*

Serviço de Estatística da Produção — Ministério da Agricultura
Diretor — *RAUL DO RÊGO LIMA*

Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
Diretor — *LAURO SODRÉ VIVEIROS DE CASTRO*

Serviço de Estatística da Educação e Saúde — Ministério da Educação e Saúde
Diretor — *ALBERTO MARTINS*

ORGANIZAÇÃO REGIONAL:

Território do Acre . . .	— Departamento de Geografia e Estatística Diretor — *Raul Arantes Meira*
Território do Amapá	— Serviço de Geografia e Estatística Diretor — *Clóvis Penna Teixeira*
Território do Guaporé .	— Serviço de Geografia e Estatística Diretor — *Carlos Augusto de Mendonça*
Território do Rio Branco .	— Serviço de Geografia e Estatística Diretor — *Aristóteles Lima Carneiro*
Amazonas .	— Departamento Estadual de Estatística Diretor — *Leopoldo Peres Sobrinho*
Pará .	— Departamento Estadual de Estatística Diretor — *Orion Klautau*
Maranhão .	— Departamento Estadual de Estatística Diretor — *Hipátia Damasceno Ferreira*
Piauí	— Departamento Estadual de Estatística Diretor — *José Lopes dos Santos*
Ceará	— Departamento Estadual de Estatística Diretor — *Thomaz Gomes da Silva*
Rio Grande do Norte	— Departamento Estadual de Estatística Diretor — *Adelbal França*
Paraíba	— Departamento Estadual de Estatística Diretor — *Luís de Oliveira Periquito*
Pernambuco	— Departamento Estadual de Estatística Diretor — *Paulo Acioli Pimentel*
Alagoas .	— Departamento Estadual de Estatística Diretor — *Marcelo Aroucha*
Sergipe	— Departamento Estadual de Estatística Diretor — *José Hermenegildo da Cruz*
Bahia	— Departamento Estadual de Estatística Diretor — *Felippe Nery do Espírito Santo*
Minas Gerais	— Departamento Estadual de Estatística Diretor — *Romeu Jacob*
Espírito Santo . .	— Departamento Estadual de Estatística Diretor — *Antônio Lugon*
Rio de Janeiro	— Departamento Estadual de Estatística Diretor — *Aldemar Alegria*
Distrito Federal ..	— Departamento de Geografia e Estatística Diretor — *Guaracy Lopes de Souza Castro*
São Paulo	— Departamento Estadual de Estatística Diretor — *Albano Ferreira Costa*
Paraná ...	— Departamento Estadual de Estatística Diretor — *Alcides Vieira Arcoverde*
Santa Catarina .	— Departamento Estadual de Estatística Diretor — *Roberto Lacerda*
Rio Grande do Sul	— Departamento Estadual de Estatística Diretor — *Maurício Filchtiner*
Goiás	— Departamento Estadual de Estatística Diretor — *Geraldo Campos*
Mato Grosso .	— Departamento Estadual de Estatística Diretor — *Horminda Pitaluga de Moura*

Nota — Colaboram com essas repartições aproximadamente 1 900 Agências Municipais de Estatística, além de numerosos órgãos de estatística especializada, da União, dos Estados e dos Municípios

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

Criada em 5 de abril de 1940, em sucessão à entidade fundada, sob a mesma denominação, em 16 de dezembro de 1931

OBJETIVOS

a) Ampliar e fortalecer as relações existentes entre os estatísticos brasileiros, desenvolvendo-lhes o espírito de classe e unindo-os por laços de solidariedade e cooperação; *b*) focalizar e esclarecer, pela discussão e trabalho em comum, as questões compreendidas nos limites da estatística e das suas aplicações; *c*) difundir as finalidades dos levantamentos estatísticos, bem como a sua necessidade e utilidade, e promover o estudo da estatística em geral; *d*) valorizar, no domínio internacional, a obra da estatística e dos estatísticos do Brasil.

Para alcançar êsses objetivos, compete à S.B.E.: *a*) promover e convocar periòdicamente, sob os auspícios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, as Conferências Nacionais de Estatística; *b*) organizar, de forma que estimule e oriente o trabalho pessoal, cursos de estatística e suas aplicações; *c*) pleitear a inclusão do ensino elementar da Estatística nos programas da instrução primária, secundária e profissional; *d*) apresentar, aos órgãos superiores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sugestões referentes ao aperfeiçoamento da estatística nacional, bem como pleitear junto ao Poder Público a adoção das medidas necessárias à realização das suas finalidades; *e*) realizar sessões, conferências, congressos, exposições, viagens e investigações, com o fim de divulgação ou aperfeiçoamento do método estatístico e de suas aplicações; *f*) manter intercâmbio cultural com as associações congêneres de outros países.

CATEGORIAS DE SÓCIOS

Duas são as categorias de sócios: coletivos e individuais. São sócios coletivos as instituições filiadas ao I.B.G.E. e as associações, companhias ou sociedades admitidas na forma dos Estatutos. Os sócios individuais podem ser: *a*) honorários; *b*) beneméritos; c) benfeitores; *d*) correspondentes; *e*) efetivos; *f*) fundadores. As contribuições dos sócios individuais, quando efetivos ou fundadores, são de Cr$ 5,00 mensalmente; os sócios coletivos estão obrigados a contribuir com a anuidade de Cr$ 360,00.

A REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, órgão oficial da S.B.E., é remetida gratuitamente aos membros do seu quadro social.

DIRETORIA

Eleita em Assembléia-Geral de 31 de julho de 1950

Presidente — M. A. TEIXEIRA DE FREITAS

1.º Vice-Presidente — JOÃO CARLOS VITAL 2.º Vice-Presidente — JORGE KINGSTON

Secretário-Geral — GERMANO JARDIM

1.º Secretário — JOÃO DE MESQUITA LARA 2.º Secretário — A. CAVALCANTI DE GUSMÃO

1.º Tesoureiro — JORGE NASCIMENTO DE CASTRO 2.º Tesoureiro — JOSÉ ROCHA CAMPOS

Comissão Fiscal — Comandante MANUEL RIBEIRO ESPÍNDOLA, Major DURVAL MAGALHÃES COELHO e MÁRIO ORLANDO DE CARVALHO

Comissão de Redação — LOURIVAL CÂMARA, AFRÂNIO MELO e ERNANI THIMOTEO DE BARROS

Tôda a correspondência destinada à S. B. E. deve ser remetida — A/C da Secretaria-Geral do I. B. G. E. — Av. Franklin Roosevelt, 166. — Distrito Federal.

15 860 Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística